



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2013

*(Relatório arquivado na Comissão de
Valores Mobiliários em 29 de maio de 2014,
conforme a Instrução CVM Nº 480 - Anexo 24)*

Índice

Dados Cadastrais

Dados gerais	1
Endereço	2
Valores mobiliários	3
Auditor	4
Escriturador de ações	5
DRI ou pessoa equiparada	6
Departamento de acionistas	7

1. Dados gerais

Nome empresarial PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Data de início do nome empresarial

Tipo participante Companhia Aberta

Nome empresarial anterior

Data de constituição 03/10/1953

CNPJ 33.000.167/0001-01

Código CVM 951-2

Data de registro CVM 20/07/1977

Situação do registro CVM Ativo

Data de início da situação 20/07/1977

País de origem Brasil

País onde valores mobiliários estão custodiados Brasil

Países estrangeiros em que os valores mobiliários são admitidos a negociação

País	Data de Admissão
Argentina	26/04/2006
Espanha	09/07/2002
EUA	10/08/2000

Setor de atividade Petróleo e Gás

Descrição da atividade Petróleo, gás e energia

Categoria do emissor Categoria A

Data Registro na Atual Categoria 01/01/2010

Situação do emissor Fase Operacional

Data de início da situação 20/07/1977

Espécie de controle acionário Estatal Holding

Data da última alteração do controle acionário

Data da última alteração do exercício social

Dia/Mês encerramento do exercício social 31/12

Página emissor na rede mundial de computadores <http://www.petrobras.com.br>

Canais nos quais emissor divulga suas informações

Nome canais nos quais o emissor divulga suas informações	UF
Diário Oficial da União (Edição Nacional)	DF
Jornal do Commercio (Edição Nacional)	RJ
Brasil Econômico (Edição Nacional)	SP
Valor Econômico (Edição Nacional)	SP

2. Endereço

Endereço para correspondência

Av. República do Chile, nº 65, 23º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-912, Telefone (21) 32242040, Fax (21) 32246055, E-mail petroinvest@petrobras.com.br

Endereço Sede

Av. República do Chile, nº 65, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-912, Telefone (21) 32242040, Fax (21) 32246055, E-mail petroinvest@petrobras.com.br

3. Valores mobiliários

Ações

Mercado neg	Entidade adm. de	Negociação			Listagem	
		Início	Fim	Segmento de ne	Início	Fim
Bolsa	BM&FBOVESPA	27/08/1968		Tradicional	27/08/1968	

4. Auditor

Possui auditor? SIM

Código CVM 287-9

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF/CNPJ 61.562.112/0002-01

Período de prestação de serviço 16/01/2012

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF
Marcos Donizete Panassol	16/01/2012	063.702.238-67

5. Escriturador de ações

Possui prestador	SIM
Razão social	Banco do Brasil S.A. / Dir. Mercado
CNPJ	00.000.000/4369-92
Período de prestação de serviço	03/09/2004
Endereço de Atendimento	Rua Senador Dantas, nº 105 - 36º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-201, Telefone (21) 38083715, Fax (21) 38083687, E-mail aescriturais@bb.com.br

6. DRI ou pessoa equiparada

Nome	Almir Guilherme Barbassa Diretor de Relações com Investidores
CPF/CNPJ	012.113.586-15
Endereço de correspondência	Av. República do Chile, nº 65 - 23º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-912, Telefone (21) 32241510, Fax (21) 32249999, E-mail dfin@petrobras.com.br
Data de início da atuação	29/07/2005
Data de término de atuação	

7. Departamento de acionistas

CONTATO**Área de Relacionamento com Investidores****Data início de atuação****21/08/1956****Data término de atuação**

Endereço de correspondência Av. República do Chile, nº 65 - 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-912, Telefone (21) 32241524, Fax (21) 22623678, E-mail acionistas@petrobras.com.br

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	25
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	26
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	39
4.5 - Processos sigilosos relevantes	42
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	43
4.7 - Outras contingências relevantes	52
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	53

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	54
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	58
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	60
5.4 - Outras informações relevantes	61

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	62
6.3 - Breve histórico	63
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	73
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	88
6.7 - Outras informações relevantes	89

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	90
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	99
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	101
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	110
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	111
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	122
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	123
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	124
7.9 - Outras informações relevantes	125

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	130
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	134
8.3 - Operações de reestruturação	135
8.4 - Outras informações relevantes	142

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	143
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	144

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	146
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	169
9.2 - Outras informações relevantes	198
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	199
10.2 - Resultado operacional e financeiro	208
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	211
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	215
10.5 - Políticas contábeis críticas	217
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	222
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	223
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	224
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	225
10.10 - Plano de negócios	226
10.11 - Outros fatores com influência relevante	233
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	234
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	242
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	243
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	257
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	262
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	264
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	265
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	266
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	274
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	279

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	280
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	282
12.12 - Outras informações relevantes	283

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	285
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	291
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	295
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	299
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	300
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	301
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	302
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	303
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	304
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	305
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	306
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	307
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	308
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	309
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	310
13.16 - Outras informações relevantes	311

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	312
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	315
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	316

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	318
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	319
15.3 - Distribuição de capital	327
15.4 - Organograma dos acionistas	328
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	329
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	330
15.7 - Outras informações relevantes	331
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	332
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	333
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	414
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	416
17.2 - Aumentos do capital social	418
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	420
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	421
17.5 - Outras informações relevantes	422
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	423
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	425
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	426
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	427
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	429
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	432

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	433
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	435
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	436
18.10 - Outras informações relevantes	437
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	438
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	439
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	440
19.4 - Outras informações relevantes	441
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	442
20.2 - Outras informações relevantes	443
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	446
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	447
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	448
21.4 - Outras informações relevantes	449
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	453
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	454
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	455
22.4 - Outras informações relevantes	456

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Maria das Graças Silva Foster

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Almir Guilherme Barbassa

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0002-01
Período de prestação de serviço	16/01/2012
Descrição do serviço contratado	Exame e parecer das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Anuais de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e normas internacionais de Contabilidade (IFRS). Revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR, auditoria sobre a estrutura de controles internos da Petrobras, de acordo com as normas do PCAOB, SEC e CVM e outros serviços de auditoria.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Durante o exercício de 2013, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas: - Auditoria Contábil: R\$ 16.827 mil - Auditoria SOX: R\$ 1.115 mil - Serviços adicionais relacionados à auditoria: R\$ 173 mil - Revisão Tributária: R\$ 545 mil - Total: R\$ 18.660 mil
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcos Donizete Panassol	16/01/2012	063.702.238-67	Avenida José da Silva de Azevedo Neto, 200 - Torre Evolution, IV 2º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-056, e-mail: marcos.panassol@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

A KPMG Auditores Independentes, cnpj, 57.755.217/0003-90, prestou os seguintes serviços de auditoria:

Auditoria das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP) e com as normas internacionais (IFRS). Revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR.

Início contratação

serviço: 10/4/2006

Fim contratação serviço: 09/04/2012

Foi substituída pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cnpj, 61.562.112/0002-01, com início de prestação dos serviços em 16/01/2012, tendo como justificativa da substituição:

Atendimento ao que preconiza a instrução CVM 308/99, que obriga a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 anos, à exceção das companhias que mantêm o Comitê de Auditoria Estatutário, que podem alterar a empresa de auditoria independente a cada 10 anos.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	349.333.684.000,00	330.775.385.000,00	332.223.611.000,00
Ativo Total	752.966.638.000,00	669.031.561.000,00	600.096.965.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	304.889.934.000,00	281.379.482.000,00	244.176.142.000,00
Resultado Bruto	71.163.982.000,00	70.907.353.000,00	77.236.882.000,00
Resultado Líquido	23.570.367.000,00	21.182.442.000,00	33.313.097.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	26,780000	25,360000	25,470000
Resultado Líquido por Ação	1,810000	1,620000	2,550000

3.2 - Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

Ver quadro abaixo no item 3.2.b.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Composição do EBITDA

	R\$ milhões	
	2013	2012
Lucro Líquido	23.007	20.959
Resultado financeiro líquido ¹	6.202	3.723
Imposto de renda/contribuição social	5.148	6.794
Depreciação	28.467	21.766
EBITDA	62.824	53.242
Participação em investimentos	(1.095)	(84)
Perda no valor de Recuperação de Ativos - Impairment	1.238	281
EBITDA ajustado	62.967	53.439
Margem do EBITDA ajustado (%) ²	21	19

2 - A Margem do EBITDA ajustado é igual ao EBITDA ajustado dividido pela receita de vendas.

¹ Composição do Resultado Financeiro

	R\$ milhões	
	2013	2012
Receitas Financeiras	3.911	7.241
Despesas Financeiras	(5.795)	(3.950)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(4.318)	(7.014)
Resultado Financeiro Líquido	(6.202)	(3.723)

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012), e o representa através do lucro antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, e exclui também a participação em investimentos e a perda na recuperação de ativos, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. O EBITDA ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e não pode ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Os eventos subsequentes a seguir referem-se às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2013.

Captações

a) Emissão de Global Notes

Em 14 de janeiro de 2014 a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Finance B.V. (PGF), concluiu a emissão de títulos *Global Notes* em Euros (€), com vencimentos em 4, 7 e 11 anos, e em Libras Esterlinas (£), com vencimento em 20 anos, nas seguintes condições:

Moeda	Volume	Vencimento	Cupom*
Euro	€ 1.500 milhões	jan/2018	2,75% a.a.
Euro	€ 750 milhões	jan/2021	3,75% a.a.
Euro	€ 800 milhões	jan/2025	4,75% a.a.
Libras Esterlinas	£ 600 milhões	jan/2034	6,625% a.a.

(*) Com pagamento anual, a partir de 2015.

Os Global Notes constituem-se em obrigações não garantidas (unsecured) e não subordinadas da PGF B.V. e contam com a garantia incondicional e irrevogável da Petrobras.

b) Mercado bancário

Em 29 de janeiro de 2014 a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading BV (PGT BV), contratou uma linha de crédito de mercado bancário, no montante de US\$ 3 bilhões.

Em 14 de fevereiro de 2014, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading BV (PGT BV), contratou duas linhas de crédito de mercado bancário, no montante de US\$ 1 bilhão.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. Regras sobre retenção de lucros

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Reserva Estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de Incentivos Fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Retenção de Lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Dispõe o Estatuto Social da Petrobras:

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (art. 8º).

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (Art. 5º § 2º).

Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer

3.4 - Política de destinação dos resultados

caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (art. 9º).

Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia (art. 10º).

Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral (art. 11º).

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Dispõe o Estatuto Social da Petrobras:

Os acionistas terão direito ao recebimento de dividendos em cada exercício social (art.8º).

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976 (art. 9º). A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração (art. 53º).

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	22.226.570.338,17	19.841.976.398,88	31.375.446.497,37
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	41,850000	44,730000	38,250000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,880000	6,160000	10,270000
Dividendo distribuído total	9.301.024.110,43	8.875.914.523,23	12.000.937.175,60
Lucro líquido retido	13.962.847.413,78	12.018.990.598,37	21.099.762.203,57
Data da aprovação da retenção	02/04/2014	15/04/2013	19/03/2012

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	3.882.728.325,88	25/04/2014	3.497.953.446,74	30/08/2013	5.953.963.313,60	29/02/2012
Preferencial	5.418.295.784,55	25/04/2014	5.377.961.076,49	30/08/2013	4.481.634.230,40	29/02/2012
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					893.094.497,04	18/05/2012
Preferencial					672.245.134,56	18/05/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	403.632.954.035,00	Índice de Endividamento	1,16000000	
	0,00	Outros índices	0,39000000	Endividamento Líquido / (Endividamento Líquido+Patrimônio Líquido) A Administração da Petrobras acredita que o endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido) é um indicador suplementar adequado para auxiliar os investidores a avaliar nossa liquidez e auxilia na gestão pela busca em melhorias na alavancagem. A metodologia utilizada para calcular o índice está apresentada no quadro 3.9

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	2.422.629.585,00	3.807.258.193,00	5.384.558.186,00	12.941.617.603,00	24.556.063.567,00
Garantia Flutuante	92.895.040,00	66.659.798,00	8.170.474,00	6.971.548.246,00	7.139.273.558,00
Quirografárias	80.247.006.381,00	46.016.995.374,00	57.973.504.897,00	187.700.110.258,00	371.937.616.910,00
Total	82.762.531.006,00	49.890.913.365,00	63.366.233.557,00	207.613.276.107,00	403.632.954.035,00
Observação					
Demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os padrões internacionais (IFRS).					

3.9 - Outras informações relevantes

a) Método utilizado para calcular o índice Endividamento Líquido / (Endividamento Líquido + Patrimônio Líquido), conforme item 3.7 deste Formulário de Referência:

Informações do Sistema Petrobras (Consolidado)	R\$ milhões	
	2013	2012
Endividamento Curto Prazo ¹	18.782	15.320
Endividamento Longo Prazo ¹	249.038	180.994
Total	267.820	196.314
Disponibilidades	37.172	27.628
Títulos públicos federais (vencimento superior a 90 dias)	9.085	20.869
Disponibilidades ajustadas	46.257	48.497
Endividamento Líquido ²	221.563	147.817
Endividamento líquido/(endividamento líquido + patrimônio líquido)	39%	31%

1 - Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 38 milhões em 31.12.2013 e R\$ 37 milhões em 31.12.2012 - curto prazo e R\$ 171 milhões em 31.12.2013 e R\$ 176 milhões em 31.12.2012 - longo prazo)

2 - Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

Observação: O endividamento líquido não foi calculado segundo as normas internacionais de contabilidade - IFRS e não deve ser considerado isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas. A administração acredita que a dívida líquida é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar nossa liquidez e auxilia na gestão pela busca de melhorias na alavancagem.

Em 2013 entrou em vigor a revisão do IASB sobre a norma IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1), que eliminou a possibilidade do diferimento das perdas/ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor) e requer o cálculo dos juros líquidos com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano. Em decorrência desta alteração a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido, tendo como contrapartida uma redução do passivo fiscal diferido e do patrimônio líquido. Para efeito de comparação, as informações do exercício de 2012 foram ajustadas retroativamente a 01.01.2012, conforme apresentado na Nota Explicativa 2.3 integrante das demonstrações contábeis padronizadas (DFP) de 31 de dezembro de 2013.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Descrição dos fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. **À companhia:**

Exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas envolvem riscos.

A exploração e produção de petróleo envolvem riscos que são aumentados quando realizados em águas profundas e ultraprofundas. A maior parte de nossas atividades de exploração e produção é realizada em águas profundas e ultraprofundas, e a proporção de nossas atividades em águas profundas permanecerá constante ou aumentará devido à localização de nossos reservatórios do Pré-sal em águas profundas e ultraprofundas. Nossas atividades, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, apresentam vários riscos tais como o de derramamentos, explosões em plataformas e em operações de perfuração e desastres naturais. A ocorrência de quaisquer destes eventos ou outros incidentes poderia resultar em lesões pessoais, perda de vidas, graves danos ambientais com as despesas resultantes de contenção, limpeza e reparo, danos a equipamentos e responsabilidade em processos civis e administrativos.

Nossas apólices de seguro não cobrem todas as responsabilidades e o seguro pode não estar disponível para todos os riscos. Não há garantia que incidentes não ocorram no futuro, que o seguro cobrirá de modo adequado todo o escopo ou extensão de nossos possíveis prejuízos ou que não sejamos considerados responsáveis pelas reivindicações advindas destes e de outros possíveis eventos.

Nossa capacidade de cumprir nossas metas de crescimento de longo prazo para a produção de petróleo depende da nossa capacidade de desenvolver nossas reservas com sucesso.

Nossa capacidade de cumprir nossas metas de crescimento de longo prazo para a produção de petróleo, inclusive as previstas no nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 e Plano Estratégico 2030, depende em grande parte da nossa capacidade de desenvolver com sucesso nossas reservas atuais e, a longo prazo, da nossa capacidade de obter novas reservas. O desenvolvimento dos grandes reservatórios em águas profundas e ultra profundas, inclusive os reservatórios do Pré-sal que nos foram cedidos pelo governo federal, exigiu e continuará a exigir altos investimentos de capital. O primeiro desafio operacional, especialmente para os reservatórios do Pré-sal, será (i) garantir os recursos necessários para atender às nossas metas de produção, (ii) alocar nossos recursos para construir os equipamentos necessários e mobilizar estes equipamentos a grandes distâncias da costa e (iii) assegurar mão de obra capacitada e serviços petrolíferos offshore para desenvolver os reservatórios deste porte e magnitude em tempo hábil. Não podemos garantir que teremos ou que conseguiremos obter, no tempo previsto, os recursos necessários para explorar os reservatórios em águas profundas e ultra profundas que nos foram licenciados e cedidos, ou que nos podem ser licenciados no futuro, inclusive resultante da promulgação do novo marco regulatório do setor de petróleo e gás no Brasil.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossas atividades exploratórias também nos expõem a riscos inerentes à perfuração, inclusive o risco de que não descobriremos reservas de petróleo bruto ou gás natural que sejam comercialmente viáveis. Geralmente, os custos de perfuração de poços são incertos, e diversos fatores incontornáveis (como, por exemplo, condições de perfuração imprevistas, falhas de equipamentos ou incidentes, e faltas ou atrasos na disponibilidade de sondas de perfuração e na entrega de equipamentos) podem limitar, atrasar ou cancelar operações de perfuração. Além disso, o aumento da concorrência no setor de petróleo e gás no Brasil pode aumentar os custos de aquisição de outras áreas em rodadas de licitação para novas concessões. É possível que não consigamos alcançar nossas metas de crescimento de longo prazo quanto à produção petrolífera, a menos que nossas atividades de exploração e desenvolvimento em nossos grandes reservatórios sejam realizadas com sucesso e em tempo hábil.

Nossas estimativas quanto às reservas de petróleo e gás natural envolvem certo grau de incerteza, a qual pode afetar negativamente nossa capacidade de gerar receita.

Nossas reservas provadas de petróleo e gás natural definidas neste relatório anual são nossas quantidades estimadas de petróleo, gás natural e líquidos de gás natural cujos dados geológicos e de engenharia demonstram serem recuperáveis a partir de reservas conhecidas sob condições operacionais e econômicas existentes (isto é, os preços e custos das datas em que as estimativas foram feitas) em conformidade com regulamentos pertinentes. Nossas reservas provadas de petróleo e gás natural são reservas que esperamos recuperar através dos poços existentes, utilizando os equipamentos e métodos operacionais existentes. Há incerteza na estimativa de quantidades de reservas provadas em relação aos preços prevalentes do petróleo e gás natural aplicáveis a nossa produção, o que pode nos levar a fazer revisões em nossas estimativas de reservas. As revisões a menor em nossas estimativas de reservas podem nos levar a diminuir a produção futura, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e posição financeira.

Podemos ter prejuízos e perder tempo e dinheiro nos defendendo em possíveis processos judiciais e de arbitragem.

Nós atualmente somos parte integrante de uma grande quantidade de processos legais relacionados a ações civis, administrativas, ambientais, trabalhistas e fiscais movida contra nós. Essas ações envolvem quantias substanciais de dinheiro e outras reparações. Várias disputas individuais fazem parte do total de ações movidas contra nós. Ver Nota 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas de 2013 para obter uma descrição dos processos legais aos quais estamos sujeitos. Caso venhamos a perder os processos que envolvem valores significativos para os quais não temos recursos, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis terá impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. Podemos também estar sujeitos a processos contenciosos e administrativos em relação às nossas concessões e outras autorizações governamentais que podem resultar na revogação de tais comissões e autorizações governamentais. Além disso, nossa administração terá que direcionar seu tempo e atenção para a defesa destes processos, o que poderia desviar seu foco dos nossos negócios principais. Dependendo do resultado, certos processos contenciosos poderão resultar em restrições às nossas operações e terão impacto material em alguns de nossos negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Estamos suscetíveis ao aumento da dívida por conta da desvalorização do real em relação ao dólar dos EUA e a aumentos nas taxas de juros do mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, 80% das nossas obrigações financeiras eram denominadas em outras moedas que não o real. Grande parte do nosso endividamento é, e continuará sendo, denominado ou indexado ao dólar dos EUA e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real em relação a estas outras moedas aumentará a nossa dívida, já que a quantidade de reais necessários para pagar o principal e os juros sobre dívida em moeda estrangeira aumentará com a desvalorização.

Esta variação cambial terá impacto imediato sobre nosso resultado reportado, com exceção de uma parte de nossas obrigações denominadas em dólares dos EUA, que estão sujeitos a nossa política de contabilidade de *hedge*. Além disso, após uma desvalorização do real, algumas de nossas despesas operacionais, despesas de capital, investimentos e custos de importação aumentarão. Visto que a maioria da nossa receita é denominada em reais, a menos que haja um aumento nos preços de nossos produtos para refletir a desvalorização, a nossa geração de caixa em relação à nossa capacidade de custear dívidas poderá ser reduzida.

Em 31 de dezembro de 2013, 52% do nosso endividamento total consistia em dívida a taxas flutuantes. Além disso, temos vencimentos de dívida de US\$ 52,7 bilhões durante os próximos cinco anos, uma parte pode ser refinanciada com nova emissão de dívida. Na medida em que essas taxas flutuantes sobem, ou o custo da dívida de longo prazo aumenta quando refinanciamos obrigações vincendas, podemos incorrer em despesas adicionais. Conforme refinanciamos nossa dívida existente nos próximos anos, a matriz de nosso endividamento pode mudar, especificamente no que se refere à relação entre taxas de juros fixas e flutuantes, a relação entre dívida de curto prazo e longo prazo, e as moedas em que a nossa dívida está denominada ou indexada. Estas alterações podem aumentar nossas despesas financeiras.

Além disso, decidimos não celebrar contratos de derivativos com terceiros ou realizar outros acordos com terceiros para nos proteger contra o risco de um aumento nas taxas de juros. Assim, se as taxas de juros do mercado subirem, nossas despesas financeiras aumentarão, o que poderia afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Não temos seguros contra a paralisação dos negócios de nossas operações no Brasil, e a maioria de nossos ativos não está segura contra guerra ou sabotagem.

Não mantemos cobertura de seguro contra interrupção de negócios de qualquer tipo para nossas operações no Brasil, inclusive interrupções de negócios causadas por ações trabalhistas. Por exemplo, se nossos trabalhadores entrarem em greve, as paralisações de trabalho poderiam afetar negativamente a empresa. Além disso, a maioria de nossos ativos não tem seguro contra guerra ou sabotagem. Portanto, um ataque ou incidente operacional que cause a interrupção de nossos negócios poderia influenciar negativamente a nossa situação financeira ou resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Pode-se tornar difícil obter financiamento para nossos investimentos previstos, o que pode nos afetar negativamente.

O nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 prevê investimentos de US\$ 220,6 bilhões entre 2014 e 2018, sendo US\$ 206,8 bilhões para projetos em implementação ou em processo licitatório. O saldo de US\$ 13,8 bilhões será destinado para a carteira sob avaliação que contém projetos ainda na fase de planejamento do desenvolvimento e sujeito a aprovações posteriores pela nossa gestão. Além disso, aproximadamente 23,7% da nossa dívida atual (principal), ou US\$ 26,7 bilhões, vencerão nos próximos três anos.

A nossa dívida, líquida de caixa, equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários aumentou 31% para US\$ 94.483 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação a US\$ 72.012 milhões em 31 de dezembro de 2012, já que o nosso fluxo de caixa das operações foi inferior aos recursos necessários para financiar nossos investimentos e pagamento de dividendos. Isto é em parte porque não reajustamos completamente os preços de nossos produtos no Brasil a níveis internacionais.

Para implantar nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, inclusive desenvolver nossas atividades de exploração de petróleo e gás natural nas camadas do Pré-sal e pós-sal e ampliar nossa capacidade de refino para processar volumes de produção cada vez maiores, teremos que obter um volume significativo de capital de terceiros nos mercados financeiros e de capitais, bem como reajustar o preço dos nossos produtos a níveis internacionais. É possível que não consigamos financiamento necessário ou reajustar nossos preços para implantar nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018.

b. Ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

O Contrato de Cessão Onerosa celebrado com o governo federal é uma transação entre partes relacionadas sujeita a reajustes posteriores de preços.

A cessão dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás, relacionados a áreas específicas do Pré-sal, é regida pelo Contrato de Cessão Onerosa, que é um contrato entre o governo federal, nosso acionista controlador, e a Petrobras. A negociação do Contrato de Cessão Onerosa envolveu questões significativas, inclusive (1) área coberta pela cessão de direitos, consistindo em blocos exploratórios; (2) volume, em termos de barril de óleo equivalente, que podemos extrair desta área; (3) preço a ser pago pela cessão de direitos; (4) termos de qualquer revisão posterior do preço do contrato e do volume; e (5) termos da realocação de volumes entre os blocos exploratórios cedidos à Petrobras.

O Contrato de Cessão Onerosa dispõe em uma revisão posterior dos termos do contrato, inclusive o preço que pagamos pelos direitos adquiridos. A próxima negociação com o governo federal será realizada conforme os termos do Contrato de Cessão Onerosa e será baseada em uma série de fatores, inclusive premissas quanto à periodicidade de nossa produção de petróleo e gás, despesas operacionais e de investimento, bem como o valor do petróleo bruto no mercado internacional no

4.1 - Descrição dos fatores de risco

momento da declaração de comercialidade da área do Pré-sal. Quando o Contrato de Cessão Onerosa foi negociado, o preço inicial do contrato pago pela empresa foi baseado em um preço de petróleo bruto Brent presumido de aproximadamente US\$ 80 por barril. Após a conclusão do processo de revisão conforme os termos do Contrato de Cessão Onerosa, se o preço previsto do contrato for superior ao preço inicial do contrato, faremos pagamentos adicionais para o governo federal ou reduziremos a quantidade de barris de petróleo equivalente sujeita ao Contrato de Cessão Onerosa.

Em dezembro de 2013, iniciamos negociações para o processo de revisão do Contrato de Cessão Onerosa com o governo brasileiro. Durante o período de vigência do Contrato de Cessão Onerosa, novas questões poderão surgir no decorrer do processo de revisão e outras disposições que exigirão negociações posteriores.

O governo brasileiro, na qualidade de nosso acionista controlador, poderá nos exigir o alcance de certas metas macroeconômicas e sociais que poderão ter um impacto negativo nos nossos resultados operacionais e posição financeira.

Como nosso acionista controlador, o governo federal tem adotado, e poderá continuar adotando, certas políticas macroeconômicas e sociais por meio da empresa, conforme permitido por lei. A legislação brasileira exige que o governo federal detenha a maioria de nossas ações com direito a voto, e enquanto isso perdurar, o governo federal terá o poder de eleger a maioria dos integrantes do nosso conselho de administração e, por meio deles, a maioria dos diretores executivos que são responsáveis pela gestão geral. Consequentemente, podemos realizar atividades que priorizem políticas do governo federal, em vez dos nossos próprios objetivos econômicos e empresariais.

Assim, podemos fazer investimentos, incorrer em despesas e realizar vendas em termos que podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Especificamente, continuamos a cooperar com o governo federal para assegurar que a oferta e os preços de petróleo bruto e derivados de petróleo no Brasil atendam aos requisitos de consumo brasileiros. Antes de janeiro de 2002, os preços de petróleo bruto e derivados de petróleo eram regulados pelo governo federal, ocasionalmente fixados abaixo dos preços praticados no mercado internacional de petróleo. Não podemos garantir que o controle de preços não será reintroduzido no Brasil.

Nosso orçamento de investimento está sujeito à aprovação pelo governo federal, e a não aprovação dos nossos investimentos previstos pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O governo federal controla nosso orçamento de investimento e estabelece limites sobre nossos investimentos e dívida de longo prazo. Como empresa estatal, temos que apresentar nossa proposta orçamentária anual para o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério de Minas e Energia e ao Congresso brasileiro para aprovação. Nosso orçamento aprovado pode reduzir investimentos previstos e resultar na contratação de novas dívidas, e podemos não conseguir obter financiamento sem aprovação do governo federal. Consequentemente, é possível que não consigamos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

realizar todos os investimentos previstos, inclusive aqueles que concordamos implantar para ampliar e desenvolver nossos campos de petróleo bruto e gás natural, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

c. **Aos acionistas da companhia:**

O desenvolvimento e a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo nossas ações e recibos, e limitar nossa capacidade de financiar nossas operações.

O valor de mercado dos títulos das companhias brasileiras é afetado em diversos níveis pela condição econômica e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, outros países da América Latina e países emergentes. Apesar das condições econômicas desses países diferirem significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores nesses outros países poderão ter impacto negativo no valor de mercado dos títulos dos emissores brasileiros. As crises em outros países ou suas políticas econômicas podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive os nossos. Isto pode afetar negativamente nossas ações e pode limitar nossa capacidade de financiar nossas operações.

d. **Às controladas e coligadas:**

A Petrobras possui um grande número de empresas controladas e coligadas (conforme item 8.1), e muitas estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado similares aos da companhia, podendo ter efeitos adversos nos resultados consolidados.

Número expressivo de empresas controladas e coligadas da companhia está sujeita a riscos semelhantes aos riscos a que a companhia está sujeita, tais quais riscos de mercado e operacionais, que podem causar um efeito adverso e relevante em seus resultados individuais, podendo, inclusive, dificultar ou mesmo impedir a distribuição de dividendos à companhia. Além disso, eventuais efeitos adversos nos resultados de empresas controladas e coligadas podem prejudicar os resultados da companhia e, eventualmente, reduzir o montante que seria distribuído aos acionistas a título de dividendos ou mesmo prejudicá-lo.

e. **Aos fornecedores da companhia:**

A Petrobras tem inúmeros projetos em desenvolvimento e, portanto um grande número de encomendas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Devido ao perfil da indústria de óleo e gás natural, cuja quantidade de fornecedores para alguns equipamentos de alta tecnologia é limitada, talvez não possamos assegurar o recebimento desses equipamentos que necessitamos para nossos investimentos no tempo requerido, prejudicando as nossas metas de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás.

f. Aos clientes da companhia:

Conforme item 7.4.a, os maiores clientes da companhia fazem parte do Sistema Petrobras. Ainda assim, podem ocorrer situações adversas que afetem a capacidade de honrar as obrigações desses ou de outros clientes, impactando nossa receita e nossos resultados.

Os principais clientes da Petrobras são a Petrobras Distribuidora S.A. e a Raizen Combustíveis S.A. que tradicionalmente respondem por parcela significativa dos seus resultados. Em conjunto, foram responsáveis por 37% da receita operacional líquida da Petrobras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Não se pode garantir que os clientes da Petrobras, incluindo a Petrobras Distribuidora e a Raizen Combustíveis S.A ou outras empresas do Sistema Petrobras, honrarão as obrigações assumidas ou que vierem a assumir perante a Petrobras. Podem ocorrer, por exemplo, situações adversas na situação econômico-financeira de clientes que sejam, em conjunto ou isoladamente, representativos para a nossa companhia. Nesse caso, a receita e os resultados da Petrobras poderão ser adversamente afetados.

g. Aos setores da economia nos quais a Petrobras atua:

Os preços internacionais de petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural podem nos afetar de forma diferente do que nossos concorrentes e pode fazer com que nossos resultados sejam diferentes dos nossos concorrentes em períodos de preços internacionais mais elevados.

Os preços internacionais de petróleo e derivados de petróleo são voláteis e exercem grande influência sobre a empresa. Talvez não possamos reajustar os preços dos nossos produtos vendidos no Brasil quando os preços internacionais de petróleo bruto e derivados de petróleo aumentam, ou quando o real desvaloriza em relação ao dólar dos EUA, o que pode influenciar negativamente nossos resultados operacionais.

Grande parte da nossa receita é proveniente de vendas de petróleo bruto e derivados de petróleo no Brasil e, em menor escala, gás natural. Alterações nos preços de petróleo bruto geralmente resultam em alterações nos preços de derivados de petróleo e gás natural. Historicamente, os preços internacionais de petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural têm oscilado bastante devido a diversos fatores globais e regionais. A volatilidade e a incerteza nos preços internacionais de petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural podem persistir. Quedas significativas ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

prolongadas nos preços internacionais de petróleo bruto podem influenciar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira, bem como o valor de nossas reservas provadas.

A nossa política de preços no Brasil busca alinhar o preço do petróleo e derivados de petróleo aos preços internacionais a longo prazo, no entanto, não necessariamente reajustamos os nossos preços de diesel, gasolina e outros produtos para refletir a volatilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais ou as oscilações de curto prazo no valor do real. Com base nas decisões do governo federal, nosso acionista controlador, estamos passando, e talvez passaremos por períodos em que os preços dos nossos produtos não estarão alinhados aos preços internacionais (Vide Item b. "Fatores de Risco – Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle – O governo brasileiro, na qualidade de nosso acionista controlador, poderá nos exigir o alcance de certas metas macroeconômicas e sociais que poderão ter um impacto negativo nos nossos resultados operacionais e posição financeira”).

Assim, quando nos tornamos importadores líquidos por volume de petróleo e derivados de petróleo para suprir a demanda nacional, o aumento no preço do petróleo nos mercados internacionais pode influenciar negativamente o custo de produtos vendidos e as margens, já que o custo de aquisição do petróleo e derivados de petróleo pode ultrapassar o preço que podemos cobrar por estes produtos no Brasil. O mesmo ocorre quando o real se desvaloriza em relação ao dólar dos EUA, já que comercializamos petróleo e derivados de petróleo no Brasil em reais e os preços internacionais de petróleo bruto e derivados de petróleo são cotados em dólares dos EUA. A desvalorização do real aumenta o nosso custo de importação de petróleo e derivados de petróleo, sem o aumento correspondente de nossas receitas, a menos que possamos aumentar o preço de venda dos produtos no Brasil.

As condições políticas e econômicas brasileiras têm um impacto direto em nossos negócios e poderão ter um efeito adverso em nossas atividades.

As políticas econômicas do governo federal poderão ter efeitos importantes sobre as companhias brasileiras, inclusive sobre nós, e nas condições de mercado e preços dos títulos brasileiros. Nossa posição financeira e resultados operacionais podem ser impactados de modo desfavorável pelos seguintes fatores e resposta do governo federal a eles:

- desvalorizações e outras alterações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- financiamento do déficit da conta corrente do governo;
- instabilidade nos preços;
- taxas de juros;
- liquidez de capital interno e mercados de empréstimos;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- política fiscal;
- política regulatória para a indústria de petróleo e gás, incluindo a política de preços; e
- outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que venham a afetá-lo.

A incerteza sobre a possibilidade de o governo federal implantar estas ou outras mudanças na política ou regulamentações que possam afetar qualquer um dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro, poderá gerar incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiro e dos títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras, o que poderá ter um impacto negativo significativo sobre nossos resultados operacionais e posição financeira.

h. À regulação dos setores em que a Petrobras atua:

Não possuímos nenhum dos acúmulos no subsolo de petróleo e gás natural no Brasil.

De acordo com a legislação brasileira, o governo federal detém todos os acúmulos no subsolo de petróleo e gás natural no Brasil, e a concessionária fica com o que for produzido a partir desses acúmulos no subsolo de acordo com os acordos de concessão. Temos o direito exclusivo de explorar os volumes de petróleo e gás natural inclusos em nossas reservas em conformidade com os acordos de concessão a nós concedidos pelo governo brasileiro, e são nossos os hidrocarbonetos que produzimos em conformidade com tais acordos de concessão. O acesso a reservas de petróleo e gás natural é essencial para a produção sustentável e geração de renda de uma companhia de petróleo e gás e nossa capacidade de auferir renda seria impactada de modo negativo caso o governo federal nos restringisse ou proibisse de explorar estas reservas de petróleo e gás natural. Além disso, podemos estar sujeitos a multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e nossas concessões poderiam ser revogadas, caso não cumpríssemos com nossas obrigações de acordo com nossos contratos de concessões.

Nós estamos sujeitos a várias regulamentações ambientais, de saúde e segurança e a normas industriais que estão se tornando mais restritivas e que poderão resultar em elevação nas despesas de capital e operacionais e diminuição da produção.

Nossas atividades são sujeitas a uma grande variedade de leis, regulamentos e licenças federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção da saúde humana, segurança e meio ambiente, tanto no Brasil como em outras jurisdições nas quais operamos, como também às normas industriais e melhores práticas em evolução. Particularmente no Brasil, nosso negócio de petróleo e gás está sujeito a uma extensiva regulamentação por parte das agências governamentais, incluindo ANP, ANEEL, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A não observância dessas leis e regulamentos pode

4.1 - Descrição dos fatores de risco

resultar em penalidades que podem afetar adversamente nossas operações. No Brasil, por exemplo, nós estamos expostos a sanções criminais e administrativas, incluindo notificações, multas e ordens de execução por descumprimento a esses regulamentos ambientais, de saúde e segurança, os quais, entre outras coisas, limitam ou proíbem as emissões ou derramamentos de substâncias tóxicas produzidas em associação com nossas operações. Os regulamentos de eliminação de resíduos e de emissões podem também exigir a limpeza ou a adequação de nossas instalações a custo substancial que podem gerar obrigações substanciais. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a ANP realizam inspeções de rotina em nossas instalações, e podem impor multas, restrições nas operações, ou outras sanções associadas a essas inspeções, incluindo paradas temporárias não programadas, e atrasos resultando no decréscimo da produção. Além disso, nós estamos sujeitos a leis ambientais que nos exigem incorrer em custos significativos para cobrir dano que um projeto possa causar ao meio ambiente. Esses custos adicionais podem ter um impacto negativo no lucro dos projetos que pretendemos implantar ou poderão tornar esses projetos economicamente inviáveis.

À medida que as regulamentações ambientais, de saúde e segurança se tornam mais restritivas que envolvem as normas das indústrias, e que novas leis e regulamentos relacionados à mudança climática, incluindo controles de carbono, se tornam aplicáveis à nossa empresa, é provável que nossos gastos de capital e investimentos para atender essas leis e regulamentos e normas industriais aumentem substancialmente no futuro. Além disso, se a observância dessas leis, normas industriais resultarem em significativas paradas não planejadas, isso poderá ter um efeito material adverso em nossa produção. Nós também não podemos garantir que seremos capazes de manter ou renovar nossas licenças e alvarás caso sejam revogados, ou se os órgãos ambientais relevantes se opuserem ou atrasarem sua renovação ou emissão. Aumentos das despesas a fim de atender as regulamentações ambientais, de saúde e segurança, para mitigar o impacto ambiental de nossas operações ou para restaurar as características biológicas e geológicas das áreas nas quais operamos pode resultar em reduções em outros investimentos estratégicos. Qualquer aumento substancial das despesas a fim de atender as regulamentações ambientais, de saúde e segurança, ou a redução nos investimentos estratégicos e decréscimos significativos em nossa produção devido a paradas não programadas pode ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais ou condição financeira.

i. Aos países estrangeiros onde a companhia atua:

Estamos sujeitos a riscos significativos relativos às nossas operações internacionais.

Operamos em diversos países, particularmente da América do Sul e na África Ocidental, em áreas nas quais pode haver instabilidades políticas, econômicas e sociais. Os resultados operacionais e a posição financeira de nossas subsidiárias, nesses países, podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais relativas à economia, incluindo:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- a imposição de controle de preços;
- a imposição de restrições nas exportações de hidrocarbonetos;
- a oscilação das moedas locais frente ao real;
- a nacionalização de reservas de petróleo e gás;
- aumentos nas alíquotas do imposto de exportação e do imposto de renda para petróleo e derivados; e
- mudanças institucionais unilaterais (governamentais) e contratuais, incluindo controles sobre investimentos e limitações para novos projetos.

Caso um ou mais dos riscos acima descritos ocorrerem, poderemos perder parte ou todas as nossas reservas no país afetado, e talvez não consigamos alcançar nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, o que pode impactar de forma negativa em nossos resultados operacionais e posição financeira.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Os riscos apresentados no item anterior são constantemente monitorados pela Petrobras. Neste momento, a Companhia não possui expectativas de redução ou aumento dos riscos apresentados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL****4.3.01**

Processo n.º 2000.001.014653-1	
a. juízo	25ª Vara Cível - RJ
b. instância	STJ
c. data de instauração	Março/2000
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Federação de Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ) <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.397.683,38 (dez/2013)
f. principais fatos	<p><u>Objeto:</u> Reparação de danos. A Autora pleiteia, em nome de seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18.01.2000.</p> <p><u>Fase Processual:</u> Na 1ª instância, julgado procedente, em parte, o pedido. Na 2ª instância, negado provimento ao recurso da FEPERJ que postulava danos morais e provido, parcialmente, o da Cia., para excluir a Colônia Z-13 e aqueles que firmaram acordo com a Cia., limitando a liquidação aos comprovadamente filiados à Autora à época do acidente. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Cia., em 17.02.2003, que foram inadmitidos. A Cia. interpôs Agravos de Instrumento, em 26.06.2003, sendo ambos improvidos. Iniciada a execução, foi apresentado Laudo Pericial em dezembro/2005, já impugnado pela Cia. em 10.01.2006. Em 02.02.2007 foi publica da decisão acolhendo, parcialmente, o Laudo Pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos, que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207.176,00. A Cia., considerando que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio Tribunal de Justiça/RJ, recorreu</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>dessa decisão ao TJ/RJ. Em 29.06.2007 foi publicada decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Cia. e dando provimento ao recurso da FEPERJ, o que representou significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiados. Contra essa decisão foram interpostos Recursos Especiais pela Cia., os quais, em julgamento realizado no dia 19.11.2009, pela 4ª Turma do STJ, foram providos para anular o acórdão da 1ª Câmara Cível do TJ/RJ. A FEPERJ opôs Embargos de Declaração, que foram acolhidos, mas sem alteração do resultado do julgamento do Recurso Especial. Os autos retornaram ao TJ/RJ para julgamento dos recursos interpostos por ambas as partes contra a sentença de liquidação proferida em 02.02.2007. Em 22.05.2013, a 7ª Câmara Cível deu provimento, por maioria, ao recurso da Cia., para redução dos parâmetros da condenação. O acórdão foi publicado em 22.07.2013. Aguarda-se julgamento de Embargos Infringentes apresentados pela Feperj.</p>
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Após a decisão de 22/05/2013, a exposição da Petrobras caiu para o patamar dos valores aqui apresentados, embora ainda haja o risco de acolhimento do recurso da Feperj para aumentar o valor da condenação da Petrobras.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 80.397.683,38

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.02**

Processo n.º 1992.001.118840-4	
a. juízo	19ª Vara Cível - RJ
b. instância	STJ
c. data de instauração	Novembro/1992
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Porto Seguro Imóveis Ltda. <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.606.230.499,10 (dez/2013)
f. principais fatos	<p>Objeto: Ação Ordinária de perdas e danos decorrentes de privatizações de empresas controladas da PETROQUISA.</p> <p>Fase Processual: Na 1ª instância, o pedido foi julgado procedente, condenando a Cia. a pagar à PETROQUISA a importância de US\$ 3,406 bilhões de dólares, mais 5% a título de prêmio (art. 246, § 2º da Lei 6404/76) e 20% a título de honorários. Em julgamento havido no dia 11.02.2003, a 3ª Câmara Cível do TJ/RJ, por maioria, acolheu o recurso de Apelação Cível da Cia. e reformou a sentença, julgando improcedente o pedido indenizatório formulado, vencido o revisor, que dava parcial provimento ao apelo para reduzir o valor da indenização a US\$ 2,370 bilhões de dólares. Contra esse último julgamento, a Porto Seguro interpôs Embargos Infringentes, julgados, no dia 30.03.2004, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça/RJ, que, por unanimidade, deu-lhes provimento para, fazendo prevalecer o voto vencido, condenar a Cia. a indenizar à PETROQUISA a importância equivalente a US\$ 2,370 (dois bilhões, trezentos e setenta milhões de dólares), mais 5% de prêmio e 20% de honorários. A Cia. interpôs Recursos Especial e Extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	28.08.2012, por unanimidade, o STJ deu provimento ao Recurso Especial da Cia., julgando improcedente a ação. Aguarda-se julgamento do recurso da Porto Seguro no STF.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de possível impacto apenas financeiro, cuja possibilidade reduziu consideravelmente após o julgamento no STJ.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.03**

Processo n.º 0259040-67.2013.8.19.0001	
a. juízo	25ª Vara Cível - RJ
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	Agosto/2013
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.. <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 973.095.133,20 (dez/2013)
f. principais fatos	Objeto: Condenação da Cia. ao ressarcimento pelos danos causados a Manguinhos por uma suposta conduta anticoncorrencial. Fase Processual: Ainda sem decisão de primeira instância.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O valor acima se refere a um arbitramento feito pela Refinaria de Manguinhos para o período de 2002 a 2008. Não está incluído o período de 2009 em diante, que não teve valor apontado pela autora da ação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.04**

Processo n.º 0481524-29.2012.8.19.0001	
a. juízo	49ª Vara Cível - RJ
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	Dezembro/2012
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ. <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.418.444.124,19 (dez/2013)
f. principais fatos	Objeto: Condenação da Petrobras a pagamento de indenização aos pescadores por danos à sua atividade, decorrente do aumento do fluxo de embarcações na Baía de Guanabara. A Federação ajuizou ação em nome de 11.903 pescadores. Fase Processual: Ainda sem decisão de primeira instância.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**4.3.05**

Processo n.º 00028876520124025101	
a. juízo	29ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	2ª instância – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
c. data de instauração	02/03/2012
d. partes no processo	<u>Autor:</u> PETROBRAS <u>Réu:</u> UNIÃO FEDERAL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.521.328.599,34
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, relativo aos exercícios de 1999 a 2002, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis. <u>Fase Processual:</u> Foi interposta apelação, que ainda não foi julgada. A exigibilidade do crédito estava suspensa em razão de medida cautelar, cuja liminar foi deferida pelo STJ.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	<u>Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.</u>
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.06**

Processo n.º 18471.000278/2007-81	
a. juízo	Administrativo
b. instância	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	Março/2007
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.515.476.749,52
f. principais fatos	<p><u>Objeto:</u> Cobrança de CIDE-Combustíveis incidente, no período de março de 2002 a outubro de 2003, sobre vendas de derivados de petróleo efetuadas sem o recolhimento da CIDE, em obediência a ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis.</p> <p><u>Fase Processual:</u> Na 1ª instância julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário, ao qual se negou provimento. Interpostos embargos de declaração com o fim de sanar omissões e pré-questionar a matéria. Os embargos foram julgados. Foi interposto recurso especial, que foi recebido pela Receita apenas em relação aos juros e a multa, o que gerou desmembramento do lançamento, e necessidade de judicializar a questão quanto ao principal, por meio de ação anulatória. O recurso especial ainda não foi julgado e na anulatória obtivemos antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Foi interposto agravo da decisão que concedeu a suspensão da exigibilidade do crédito, que ainda não teve seu julgamento concluído.</p>
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.
--	----------------------------

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.07**

Processos n.º 16682.721161/2012-91 e 16682.721162/2012-35	
a. juízo	Administrativo
b. instância	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	06/12/2012
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.933.421.595,59
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e CIDE, relativo ao exercício de 2008, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis. Desconsiderou o afretamento e reputou se tratar de uma importação de serviços. <u>Fase Processual:</u> Na 1ª instância julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento no que tange ao imposto de renda. Já com relação a CIDE o recurso voluntário foi julgado improcedente e aguarda-se intimação da decisão para oferecimento de embargos de declaração.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.08**

Processos n.º 16682.721312/2013-91 e 16682.721545/2013-94	
a. juízo	Administrativo
b. instância	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	20/12/2013
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.886.517.659,11
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e CIDE, relativo ao exercício de 2009, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis. Desconsiderou o afretamento e reputou se tratar de uma importação de serviços. <u>Fase Processual:</u> Apresentou-se impugnação. Aguarda-se julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	<u>Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.</u>
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.09**

Processo n.º 16682.721.450/2013-71	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento
c. data de instauração	Janeiro/2014
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Réu:</u> PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.442.617.882,52
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> Cobrança de Contribuições previdenciárias a cargo da companhia incidentes sobre gratificação contingente e FAP. Contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviço (médicos, dentistas, etc.) pela AMS, relativamente às competências de 01/2009 a 12/20011. <u>Fase Processual:</u> Apresentada impugnação, aguarda-se julgamento.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.3.10

Processo n.º 2008.51.01.007040-8	
a. juízo	24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	Superior Tribunal de Justiça - STJ
c. data de instauração	08/05/2008
d. partes no processo	<u>Autor:</u> PETROBRAS <u>Réu:</u> UNIÃO FEDERAL

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 179.231.243,25
f. principais fatos	<p><u>Objeto:</u> IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, relativo aos períodos de 23.02.1998 a 31.12.2008, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis.</p> <p><u>Fase Processual:</u> A Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, que já foi juntado aos autos, e em relação ao qual foram oferecidos contrarrazões.</p>
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro somente, limitado ao valor máximo de exposição.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4.01

Processo n.º 0004577-30.2012.4.01.3300	
a. juízo	13ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	10/2/2012
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Romano Guido Nello Gaucho Allegro <u>Réu:</u> Petrobras e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Violação aos art. 147, § 3º, II, da Lei 6404/76 e 2º, IV, da Instrução CVM 367/2002
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> Ação popular em que o autor questiona a eleição de membros do Conselho de Administração da Petrobras ao argumento de suposto conflito de interesses. <u>Fase Processual:</u> Ação julgada e extinta sem exame do mérito, por "falta de interesse de agir (inadequação do meio ao fim)". Sentença publicada em 01 de julho de 2013. Autos arquivados em 26/07/2013.
g. chance de perda:	-----
h. análise do impacto em caso de perda do processo	-----
i. valor provisionado, se houver provisão	-----

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4.02

Processo n.º 0096770-91.2010.805.0001	
a. juízo	31ª VARA DOS FEITOS CÍVEIS E COMERCIAIS DE SALVADOR
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	28/10/2010
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Romano Guido Nello Gaucho Allegro e Marcos da Silva Carrilho Rosa <u>Réu:</u> Petrobras e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Lesão aos interesses da PETROBRAS pela não recompra das ações
f. principais fatos	<u>Objeto:</u> Ação popular em que o autor contesta a não recompra de ações da Petrobras pela própria companhia, dentro do programa de recompra de ações, autorizado pelo seu Conselho de Administração em 2006. <u>Fase Processual:</u> A Petrobras apresentou sua contestação em 21/6/2011 e argüiu a incompetência da Justiça Estadual para julgar a ação popular. Os autos encontram-se conclusos para despacho do juiz.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Indenização a ser definida em liquidação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.4.03

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Processo n.º 0427691-62.2013.8.19.0001	
a. juízo	5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	13/12/2013
d. partes no processo	<u>Autor:</u> Romano Guido Nello Gaucho Allegro <u>Réu:</u> Petrobras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>1. A ação em referência tem por objeto a anulação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2013.</p> <p>2. O autor afirma que o deferimento da medida cautelar se faz necessário em razão das “<i>manobras empreendidas para atender interesses alheios à finalidade da empresa</i>”. Neste diapasão, impugna o ato de incorporação das sociedades:</p> <p>a) Refinaria Abreu e Lima S.A (RNEST)</p> <p>b) Companhia de Recuperação Secundária (CRsec)</p> <p>c) PETROBRAS INTERNACIONAL FINANCE COMPAN (PIFCO)</p> <p>Aduz, no mérito, que a Ré pretende incorporar tais sociedades e, após, extingui-las com o fim de desaparecer todas as provas de eventuais irregularidades.</p>
f. principais fatos	<u>Fase Processual:</u> Liminar indeferida. Aguarda-se decisão de primeira instância.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual anulação da incorporação das empresas acima citadas.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

4.6.01

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 3.638.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Autos de infração que exigem o recolhimento da CIDE em operações de importação de Nafta revendida às centrais petroquímicas para uso petroquímico. A fiscalização vem entendendo que o benefício da alíquota zero só é válido para as centrais petroquímicas e que não haveria como rastrear a destinação efetiva da Nafta para a indústria petroquímica.
d. status	A questão vem sendo discutida pela Companhia no âmbito administrativo e judicial.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

Item 4.6.02

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 4.732.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Exigência de IRPJ/CSLL em autos de infração lavrados pela falta de adição ao lucro líquido, do período de 2005,2006,2007,2008 e 2009, na determinação do lucro real, de lucros auferidos no exterior através de filiais, sucursais, coligadas e controladas domiciliadas fora do País.
d. status	Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**4.6.03**

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 6.438.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Exigência de IRPJ/CSLL em autos de infração lavrados em razão de entendimento fiscal de que o aporte de recursos ao Plano Petros e o incentivo a repactuação ao plano Petros seriam indedutíveis da base de cálculo desses tributos.
d. status	Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.
e. chance de perda:	Remota
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.04

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 868.503.708,40
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Exigência de Contribuição previdenciária sobre abono salarial, repactuação, PL, Petros, gratificação contingente e prestadoras de serviço da AMS.
d. status	Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.
e. chance de perda:	Remota
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.05

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 5.709.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	IOF 2007, 2008 e 2009 - Crédito tributário lançado em função do não recolhimento do IOF-Crédito supostamente incidente sobre contratos de mútuo celebrados entre a

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	Petrobras e Controladas, no qual o mutuante é a Petrobras.
d. status	Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.06

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 4.034.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	IRRF – Autos de infração lavrados em razão da falta de recolhimento do imposto supostamente devido sobre remessas em pagamento à PIFCO pela importação de petróleo nos exercícios de 1998 a 2002, 2004/05 e 2008/2009, especificamente sobre parcela do preço que, na visão da fiscalização, seriam juros.
d. status	A questão envolve processos na esfera administrativa e judicial, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.07

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 4.246.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	PIS/COFINS/IRPJ – não homologação de compensações
d. status	A questão envolve processos na esfera administrativa e judicial, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.
e. chance de perda:	Possível

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado
---	---------------------------

4.6.08

a. Autor	Receita Federal do Brasil
b. valores envolvidos	R\$ 1.038.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	IRPJ e CSLL – Não homologação de compensação – IN 600
d. status	A questão envolve processos na esfera administrativa onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.
e. chance de perda:	Remota
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.09

a. Autor	Estado de São Paulo
b. valores envolvidos	R\$ 4.500.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo referente ao não recolhimento de ICMS na importação de navio-sonda admitido temporariamente no país por porto situado em Niterói/RJ, mas com recolhimento proporcional a São Paulo, assim como multa pelo descumprimento de obrigação acessória na movimentação desse bem.
d. status	A questão relativa à obrigação principal (ICMS) já está judicializada, com sentença favorável à Companhia reconhecendo a improcedência da exigência, a qual foi mantida no julgamento de apelação. Enquanto que a questão relativa à multa (obrigação acessória) ainda encontra-se em esfera administrativa, aguardando julgamento de recurso interposto pela Companhia.
e. chance de perda:	Possível

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado
---	---------------------------

4.6.10

a. Autor	Estados de Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.
b. valores envolvidos	R\$ 3.855.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	ICMS – Falta de recolhimento do imposto decorrente da apuração de diferenças na medição inicial e final dos estoques de produtos.
d. status	A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a companhia tem buscado assegurar os seus direitos.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.11

a. Autor	Estado do Rio de Janeiro
b. valores envolvidos	R\$ 3.200.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	ICMS e multa lançados em autos de infração em razão de operações de transferência de LGN de estabelecimento da Companhia situado em Cabiúnas - RJ para estabelecimento situado em Duque de Caxias – RJ (REDUC).
d. status	A questão envolve processos em fase administrativa, onde a companhia tem buscado assegurar o seu direito.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.12

a. Autor	Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
b. valores envolvidos	R\$ 2.042.889.400,78
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	ICMS lançado em autos de infração nos quais a fiscalização dos Estados entendeu a eles devido o imposto incidente na importação de gás natural da Bolívia, operação realizada pela Companhia através de seu estabelecimento em Mato Grosso do Sul.
d. status	A questão envolve processos em fase administrativa, onde a companhia tem buscado assegurar o seu direito.
e. chance de perda:	Remota
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.13

a. Autor	Estado do Rio de Janeiro
b. valores envolvidos	R\$ 1.808.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Exigência de ICMS lançado em decorrência de operações internas e de exportação de QAV do exercício de 2006 até junho de 2011, referente à diferença entre a alíquota utilizada quando das operações (4%) e a alíquota aplicável em função da decisão na ADIn 3674 (16%), a qual declarou inconstitucional legislação fluminense que reduziu, sem convênio CONFAZ, a alíquota da operação de venda do QAV.
d. status	A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a companhia tem buscado assegurar os seus direitos.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.14

a. Autor	Estados do Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia
b. valores envolvidos	R\$ 959.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Autos de infração que exigem o recolhimento de ICMS em razão de aproveitamento de créditos de bens tidos pela fiscalização como de “uso e consumo” (brocas e fluidos de perfuração).
d. status	A Companhia vem discutindo a questão em vários processos, tanto em fase administrativa mas sobretudo em fase judicial.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6.15

a. Autor	Municípios de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Maragogipe, Vila Velha e Vitória.
b. valores envolvidos	R\$ 2.163.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Autos de infração e execuções fiscais em decorrência do não recolhimento do ISSQN sobre os serviços prestados em águas marítimas para os municípios costeiros onde não estão estabelecidas as empresas prestadoras dos serviços. O imposto vem sendo recolhido, via de regra, ao município de Macaé, na forma do art. 3º, parágrafo 3º, da LC 116/03, uma vez que lá estão estabelecidas as prestadoras de serviços.
d. status	A Companhia vem discutindo a questão em vários processos, tanto em fase administrativa quanto judicial.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

PROCESSOS DE NATUREZA AMBIENTAL

4.6.16

a. Autor	AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná, MPF, MPE/PR e IBAMA <u>Réus:</u> PETROBRAS
b. valores envolvidos	R\$ 1.790.000.000,00
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	<u>Objeto(s):</u> Ações (três) objetivando a condenação em obrigação de fazer e indenização de reparação ambiental e dano moral decorrente do acidente ambiental com vazamento de 4 milhões de litros de óleo ocorrido em 16.07.2000 - Oleoduto São Paulo-Paraná, bem como procedimentos administrativos (três) para aplicação de multa em razão de cometimento de infração ambiental. <u>Observações:</u> Sentença prolatada em 25/06/2013, condenando a Petrobras em: i) R\$400.000.000,00 a título de danos morais coletivos; ii) R\$100.000.000,00 por danos à flora; iii) R\$100.000.000,00 por danos às águas subterrâneas; iv) R\$100.000.000,00 por danos à ictiofauna; v) US\$ 708.750,00 por poluição ao ar; vi) US\$ 66.825,00 por poluição do solo; incidindo sobre tais valores atualização monetária pelo INPC a partir da data da sentença e juros de 1% ao mês contados da data do evento danoso. No que toca as multas aplicadas, foi ajuizada ação anulatória e publicada sentença de improcedência em 07/2013.
d. status	Foi interposto recurso de apelação em todos os processos, aguardando-se julgamento.
e. chance de perda:	Possível
f. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL

4.6.17

a. Autor	Petróleo Brasileiro S.A.
b. valores envolvidos	R\$ 2.934.000.000,00 (dez/2013)
c. principais fatos/prática do emissor que causou tal contingência	Processo judicial que discute diferença de participação especial nos campos da bacia de Campos. Inclui, também, processo judicial que discute multa por descumprimento de programas exploratórios mínimos e processos administrativos que discutem multas por supostas irregularidades nos sistemas de medição em plataformas. Todos em face da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
d. valor provisionado, se houver provisão	Não há valor provisionado

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como: risco de mercado relacionado aos preços do petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, riscos de crédito e de liquidez.

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo é atender às necessidades operacionais da Companhia.

As operações com derivativos destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior, usualmente de curto prazo, acompanhando o preço das operações comerciais.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes:

Balço patrimonial	Consolidado				Vencimento
	Valor nominal (em mil bbl)*		Valor justo**		
	2013	2012	2013	2012	
Contratos Futuros	10.224	(3.380)	(48)	(36)	2014
Compromissos de compra	52.267	16.500	-	-	
Compromissos de venda	(42.043)	(19.880)	-	-	
Contratos de Opções	-	(2.050)	-	(3)	2014
Compra	-	(1.080)	-	(2)	
Posição titular	2.200	3.204	-	-	
Posição lançadora	(2.200)	(4.284)	-	-	
Venda	-	(970)	-	(1)	
Posição titular	1.869	2.029	-	-	
Posição lançadora	(1.869)	(2.999)	-	-	
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			(48)	(39)	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

Risco Cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas da Companhia.

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cuja principal exposição é o Real em relação ao Dólar norte-americano.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de câmbio vigentes.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Balço patrimonial	Consolidado			
	Valor Nominal (em milhões)		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
Cross Currency Swap (vencimento em 2016)			26	156
Posição ativa (JPY) - 2,15%a.a.	JPY 35.000	JPY 35.000	826	887
Posição passiva (US\$) - 5,69%a.a.	USD 298	USD 298	(800)	(731)
Dólar a termo			(2)	1
Posição vendida	USD 17	USD 1.077	(2)	1
Total registrado em outros ativos e passivos			24	157

A partir de meados de maio de 2013, a Companhia designou formalmente relações de hedge para contabilizar os efeitos da proteção natural que parte de suas obrigações em dólares produz contra o risco cambial ao qual parte das suas receitas futuras de exportações em dólares está exposta. O risco cambial em questão refere-se ao risco de variação das taxas de câmbio spot e as exportações protegidas são as tidas como altamente prováveis.

A tabela a seguir resume os ativos e passivos da Companhia sujeitos à variação cambial.

31.12.2013	
<i>Itens</i>	<i>R\$ Milhões</i>
Ativo	16.853
Passivo	(150.581)
Derivativos	741
Contabilidade de Hedge	95.443
Total	(37.544)

Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto de possíveis variações cambiais não compromete a liquidez da Companhia no curto prazo, uma vez que grande parcela da dívida vence no longo prazo.

Risco de Taxa de Juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é, principalmente, em função da LIBOR, para os financiamentos expressos em moeda estrangeira, e da taxa de juros de longo prazo (TJLP) para os financiamentos expressos em Reais. O aumento das taxas implica em acréscimo das despesas financeiras impactando negativamente a posição financeira da Petrobras.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de juros vigentes:

Balço patrimonial	Consolidado			
	Valor Nominal (em milhões)		Valor justo	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Swap (vencimento em 2020)				
Posição passiva	USD 440	USD 460	(47)	(85)
Swap (vencimento em 2015)			(1)	(2)
Posição ativa – Euribor	EUR 10	EUR 15	-	1
Posição passiva – Taxa fixa 4,19%	EUR 10	EUR 15	(1)	(3)
Total registrado em outros ativos e passivos			(48)	(87)

Risco de Crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

O gerenciamento de risco de liquidez adotado pela Companhia prevê a manutenção de prazo compatível de vencimento de suas dívidas com a expectativa de geração de caixa futuro, assim como a manutenção de um nível de caixa mínimo apropriado aos riscos de geração de caixa projetado e disponível de fontes de recurso.

A Petrobras financia o capital de giro através da centralização do caixa do sistema e assumindo dívidas de curto prazo que normalmente são relacionadas ao fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

A tabela a seguir representa o fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos a curto, médio e longo prazo para 31 de dezembro de 2013 (em milhões).

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Vencimento	Consolidado
2014	28.775
2015	30.448
2016	36.480
2017	29.396
2018	39.282
2019	43.467
2020 em diante	<u>155.665</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>363.513</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>278.056</u>

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A política de manter a exposição ao ciclo de preços é periodicamente revisada. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial ("hedge") deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Risco Cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los, considerando uma análise integrada de proteções naturais (hedges naturais), beneficiando-se das correlações entre suas receitas e despesas. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva.

Risco de Taxa de Juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, "swaps" e opções.

As operações são realizadas nas Bolsas *New York Mercantile Exchange* - NYMEX e – *Intercontinental Exchange* - ICE, bem como no mercado de balcão internacional.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são o Valor em Risco (*Value at Risk* - VaR) e "Stop Loss".

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

As operações com instrumentos derivativos são realizadas, exclusivamente, para compensar os efeitos da variação dos preços de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, sendo vedada a utilização de instrumentos derivativos com fins de alavancagem.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A PETROBRAS possui uma área responsável por mapear os riscos dos processos de gestão de Riscos de Mercado, TI e Governança, o controle é realizado aplicando uma matriz de controles de forma a mitigar esses riscos. Esta área é também dedicada à certificação de controles internos em atendimento a seção 404 da SOX, bem como a Instrução CVM 480 de 2009 e se reporta regularmente ao Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura da Companhia está adequada aos controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/10/1953
Forma de Constituição do Emissor	A Petrobras foi constituída pela União através da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, sob forma de sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

A Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. A Companhia começou suas operações em 1954 e durante aproximadamente quarenta anos conduziu com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente na regulamentação da indústria de petróleo e gás, o Congresso Brasileiro fez uma emenda na Constituição Federal do Brasil em 1995 a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa privada ou estatal para realizar atividades de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural e derivados. Em 6 de agosto de 1997, o governo promulgou a lei nº 9.478 (“Lei do Petróleo”) que estabeleceu um sistema regulamentar com base em concessões, cancelou o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, a Companhia está operando em um ambiente desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência reguladora independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANP, para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-sal, de elevado potencial e baixo risco, levou o Governo Brasileiro a promulgar em 2010 três leis que constituíram o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-sal: as leis nº 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.351/10 (Partilha de Produção) e 12.304/10 (Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA). As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos Contratos de Concessão já firmados, que cobrem aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-sal. Para mais detalhes sobre as três leis, ver item 7.5 deste Formulário de Referência.

As ações ordinárias e preferenciais da Companhia são negociadas no BM&FBOVESPA desde 1968. A Petrobras foi constituída como empresa estatal de acordo com a lei nº 2.004 (em vigor a partir de três de outubro de 1953) e a maioria do seu capital votante deve pertencer ao governo federal brasileiro. Em 31 de dezembro de 2013, o governo federal brasileiro possuía 28,67% de nosso capital social em circulação e 50,26% do capital votante. A Petrobras opera através de subsidiárias, joint ventures e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em muitos outros países.

Descrevemos a seguir os eventos históricos mais marcantes na história da Companhia desde a sua constituição:

1953

- A Petrobras é fundada no dia 3 de outubro pelo então presidente Getúlio Vargas com o objetivo de executar as atividades do setor petrolífero no Brasil em nome da União.

1954

- Em 10 de maio, a Companhia começa a operar seus primeiros ativos (duas refinarias, a de Mataripe - BA e a de Cubatão - SP), com uma produção de 2.663 barris, equivalentes a 1,7% do consumo nacional da época.

6.3 - Breve histórico

1956

- Em agosto, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras são listadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O primeiro negócio com ações da Companhia é realizado em dezembro de 1957.

1961

- Petrobras dá início à procura de petróleo na plataforma continental, em uma faixa que vai do Espírito Santo ao Maranhão. Neste mesmo ano, inaugura seu primeiro posto de abastecimento, em Brasília, e atinge a autossuficiência de produção dos principais derivados com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC).

1964

- A Petrobras passa a responder por todas as importações de petróleo bruto e derivados, estendendo o monopólio a essa atividade.

1967

- Início da história do setor petroquímico brasileiro, com a constituição da subsidiária Petrobras Química S.A. (Petroquisa).

1968

- As ações ordinárias e preferenciais da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

- É criado o Cenpes (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), com o objetivo de atender às demandas tecnológicas, que são base para a consolidação e a expansão da Petrobras no cenário de energia mundial. Após receber os maiores prêmios do setor petrolífero mundial, o Cenpes consolidou-se como o maior centro de pesquisas da América Latina.

- Ocorre a primeira descoberta no mar, em Sergipe, no campo de Guaricema, a 80 metros de profundidade, comprovando a existência de petróleo na plataforma continental. Deu-se início à tradição de batizar com nomes de animais aquáticos as descobertas em alto mar.

- Entra em operação a primeira plataforma de perfuração de petróleo construída no Brasil, nomeada como P-1.

1971

- Criação da subsidiária Petrobras Distribuidora, com o objetivo de comercializar, distribuir e industrializar derivados de petróleo e outros produtos para o país. Na época, a empresa era responsável por 21% do mercado.

- Aquisição da refinaria privada de Manaus - AM (Reman).

1972

- É criada a Petrobras Internacional – Braspetro S.A.

1973

- Em junho, a Petrobras lançou a linha de lubrificantes Lubrax, que contava com a tecnologia mais avançada do mundo.

- Aquisição da refinaria privada de Capuava (SP).

1974

- Descoberta da Bacia de Campos, maior província petrolífera do Brasil, com 100 mil km², situada na costa norte do estado do Rio de Janeiro e responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo.

6.3 - Breve histórico

1975

- A Petrobras Distribuidora se torna líder do segmento de distribuição de derivados de petróleo – posição sustentada até hoje.
- A exploração de petróleo no território nacional é aberta à iniciativa privada pelos contratos de risco.

1976

- Primeira perfuração realizada na Bacia de Campos, em lâmina d'água de 100 metros.
- Foram criadas duas subsidiárias: a Petrobras Fertilizantes S.A. – Petrofértil e a Petrobras Comércio Internacional S.A. – Interbrás.
- São lançados mais de cem produtos da Linha Lubrax com diversas aplicações na área automotiva, na indústria, na aviação, no setor ferroviário e marítimo.
- É criada a Engenharia Básica da Petrobras, integrada à área de pesquisa e Desenvolvimento, no Cenpes.

1977

- Início da exploração comercial da Bacia de Campos, no Campo de Anchova, com produção de 10 mil barris por dia em uma plataforma flutuante.
- Foi assinado o primeiro contrato de risco para exploração de petróleo, com a British Petroleum.
- Confirmada a descoberta, pela Braspetro, do campo gigante de Majinon, no Iraque
- Inaugurada a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR).

1978

- Descoberto o campo de gás de Juruá, primeira descoberta com possibilidades comerciais na Amazônia.
- Inaugurado o segundo pólo petroquímico do Brasil, em Camaçari (BA).
- Petrobras apresenta programas de controle de emissão de gás, reflorestamento em larga escala e treinamento de combate a emergências e, no mesmo ano, participa de um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que resultou na construção do primeiro Centro de Combate à Poluição do Mar no Brasil e na importação de equipamentos para o combate a poluição do mar por óleo.

1979

- Início da comercialização de álcool hidratado como combustível para automóveis.
- Petrobras começa a operar o primeiro supercomputador do Brasil, o IBM-3090 2VF.

1980

- Inaugurada a Refinaria Henrique Lage, em São José dos Campos (SP).

1981

- Instalados, na Bacia de Campos, os Sistemas de Produção Antecipada, tecnologia desenvolvida por técnicos da Companhia.

1982

- Inaugurado o terceiro pólo petroquímico do Brasil, em Triunfo (RS).
- Criado o prêmio Petrobras de qualidade, para estímulo aos fornecedores de serviços e materiais.

1983

6.3 - Breve histórico

- Petrobras investe em projetos voltados para a biodiversidade marinha, como o Tamar (tartarugas-marinhas), Baleia-Franca, Jubarte, Golfinho Rodador e Peixe-Boi.

1984

- Alcançada meta de produção de 500 mil bpd.
- Descoberta do Campo de Albacora, o primeiro gigante da Bacia de Campos. Essa descoberta marcou a história da Companhia em exploração em águas profundas, nunca antes exploradas.
- Inaugurado o primeiro Centro Modelo de Combate à Poluição no Mar por Óleo, em São Sebastião.

1985

- Descoberta do Campo de Marlim, o segundo gigante da Bacia de Campos (RJ), distante aproximadamente 110 km do litoral do Rio de Janeiro.
- Descoberta de gás natural pela Pecten, na Bacia de Santos, e de óleo pela empresa brasileira Azevedo Travassos, na parte terrestre da Bacia Potiguar, as únicas efetuadas pelas contratantes de risco.

1986

- Petrobras lança o Programa de Capacitação Tecnológica para produção em águas profundas e ultraprofundas (Procap).
- Entrada em operação do campo de Urucu, situado na Bacia do Rio Solimões, confirmando a existência de petróleo comercial na Amazônia.

1987

- Iniciada a produção no Campo de Albacora, a 420 metros de profundidade, um recorde mundial na época.
- Descoberto mais um campo de petróleo gigante na Bacia de Campos: Marlim Sul.

1988

- Entra em produção o Campo do Rio Urucu, no Alto Amazonas.

1989

- Retirada total do chumbo tetraetila da gasolina, com tecnologia própria da Petrobras.

1990

- Extintas as subsidiárias Interbrás e Petromisa.

1992

- Brasil e Bolívia assinam acordo para importação de gás e construção de um gasoduto.
- Petrobras ganha o *OTC Distinguished Achievement Award*, prêmio máximo conferido na *Offshore Technology Conference* (Houston, Estados Unidos) pela contribuição ao desenvolvimento tecnológico da indústria *offshore*.

1993

- Petrobras adota o símbolo BR, antes utilizado apenas nos postos.
- Começa a operar a primeira plataforma semi-submersível totalmente desenvolvida pelos técnicos da Empresa, no Campo de Marlim.

1996

- Descoberto o campo gigante de Roncador, na Bacia de Campos.

1997

6.3 - Breve histórico

- Superada a marca de produção de 1 milhão de barris diários.
- Iniciada a construção do gasoduto Bolívia–Brasil.
- Fim do monopólio estatal do petróleo, por meio da Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro. A Petrobras começa a operar num mercado competitivo e se torna uma das maiores empresas de petróleo do mundo.

1998

- Assinados os primeiros acordos de parceria entre a Petrobras e empresas privadas para exploração de petróleo.
- Petrobras obtém, da Agência Nacional do Petróleo, 397 concessões em blocos exploratórios.
- Petrobras Distribuidora inaugura primeiro posto na Argentina.
- Petrobras participa da primeira licitação para concessão de blocos exploratórios promovida pela ANP, vencendo em cinco das sete propostas apresentadas.
- Criada a Petrobras Transporte S.A. – Transpetro.
- Petrofértil tem razão social alterada para Petrobras Gás S.A.
- Início do fornecimento de gasolina para a equipe Willians de Fórmula 1.

1999

- Inaugurada a primeira etapa do gasoduto Bolívia–Brasil.
- Petrobras adquire duas refinarias na Bolívia.

2000

- Em agosto, as ações ordinárias da Petrobras começam a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) sob a forma de American Depositary Shares (“ADSs”), representadas por American Depositary Receipts (“ADRs”).
- Petrobras produz petróleo a 1.877 metros de profundidade no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, marcando novo recorde mundial.
- Produção supera a marca de 1,5 milhão de barris/dia.
- Petrobras compra diversas termelétricas, que transformam o gás em energia elétrica. A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), na Bahia, é a primeira usina com participação da Petrobras a entrar em operação.

2001

- Em fevereiro, as ações preferenciais da Petrobras começam a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) sob a forma de American Depositary Shares (“ADSs”), representadas por American Depositary Receipts (“ADRs”).
- Constituída a Refap S.A., como parte da troca de ativos com a Repsol–YPF.
- Petrobras ganha pela segunda vez o *OTC Distinguished Achievement Award*.
- Inaugurado o primeiro posto de serviços na Bolívia com bandeira da Petrobras.
- Cenpes inaugura laboratório hiperbárico, para pesquisa a 3 mil metros de profundidade d'água.
- Início do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso), criado para realizar estudos de impacto ambiental e desenvolver técnicas de prevenção de acidentes e de socorro imediato na indústria petrolífera.

6.3 - Breve histórico

2002

- Em julho, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras começam a ser negociadas no LATIBEX, mercado eletrônico da Bolsa de Valores de Madri onde se negociam títulos latino-americanos.
- Petrobras lança a gasolina Podium, a gasolina mais avançada do mundo e apropriada a qualquer veículo a gasolina.
- Fechado o capital da Petrobras Distribuidora.
- Inaugurado o primeiro posto na Argentina com bandeira Petrobras.
- Adquirido o controle acionário da Perez Companc, que se transforma em Petrobras Energía S.A.

2003

- Descoberta, na Bacia de Santos, da maior jazida de gás natural na plataforma continental brasileira.
- Descoberta de reservas de óleo leve no Espírito Santo e em Sergipe.
- Produção no Brasil e no exterior atinge 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia.
- Em 3 de outubro, a Petrobras completa 50 anos de existência.

2004

- Inaugurada a primeira usina eólica da Petrobras, em escala piloto, em Macau (RN).

2005

- A Petrobras bate o recorde brasileiro de profundidade de perfuração, com um poço inclinado que chegou a 6.915 metros além do fundo do mar. O poço foi perfurado na Bacia de Santos, localizado a 200 km da costa sul da cidade do Rio de Janeiro.
- Pela primeira vez, a Petrobras atinge o Grau de Investimento (*Investment Grade*) pela agência classificadora de risco Moody's.

2006

- Em abril, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras começam a ser negociadas na Bolsa de Comercio de Buenos Aires (BCBA).
- Autossuficiência sustentável do Brasil na produção de óleo e gás, com a entrada em operação das plataformas P-34 e P-50. Com a produção média diária de 1,9 milhão de barris por dia, o país passou a exportar mais petróleo do que importar.
- Desenvolvimento do H-Bio, um processo de refino que utiliza uma parcela de óleo vegetal na produção do diesel convencional.
- Em setembro, a Petrobras ingressou no grupo de empresas que compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), o mais importante índice mundial de sustentabilidade, usado como parâmetro para análise dos investidores social e ambientalmente responsáveis. Desde 2006, a Companhia vem renovando anualmente sua participação neste índice.

2007

- Em conjunto com o Grupo Ultra e o BNDES, a Petrobras desenvolveu um estudo para a implantação do Complexo Petroquímico, no município de Itaboraí, no Rio de Janeiro.
- Anúncio da descoberta da área de Tupi, na Bacia de Santos, com grande concentração de petróleo e gás em seções de Pré-sal.
- Entrada em operação da primeira planta piloto de bioetanol (etanol de lignocelulose) do Brasil pela via enzimática.

6.3 - Breve histórico

- Em 30 de novembro, Petrobras, Braskem, Petroquisa e Odebrecht S.A. (“Odebrecht”) celebram um acordo de investimentos com o objetivo de dar seguimento à etapa do processo de consolidação da indústria petroquímica nacional, por meio da integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e Petroquisa.
- A Petrobras atinge o Grau de Investimento (*Investment Grade*) pela agência classificadora de risco Fitch e Standard & Poor’s.

2008

- É criada a Petrobras Biocombustível (PBio), subsidiária responsável pelo desenvolvimento de projetos de produção e gestão de etanol e biodiesel.
- Fortalecimento da presença internacional com a conclusão da compra da Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), cujos principais ativos são uma refinaria e um terminal de produtos no Japão.
- Petrobras atinge o lucro de R\$ 33 bilhões.
- Fim do fornecimento de gasolina para a equipe Willians de Fórmula 1.

2009

- Início da produção no Pré-sal, em 1º de maio, com o Teste de Longa Duração (TLD) na área de Tupi na Bacia de Santos.
- Proposição pelo Governo brasileiro de um marco regulatório específico para a exploração e produção de óleo e gás natural na camada do Pré-sal e em outras áreas que venham a ser consideradas estratégicas.
- Em 30 de julho, a Petrobras celebrou, juntamente com suas subsidiárias Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) e Refinaria Abreu e Lima S/A (RNEST), um contrato de financiamento no valor de R\$ 25 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão recebidos sob a forma de títulos públicos federais e terão como finalidade financiar investimentos relacionados ao aumento da produção de óleo e gás, ampliação da capacidade de refino e à extensão da malha de gasodutos existente no Brasil.
- O teste de formação no poço 1-SPS-55, em águas ultraprofundas da Bacia de Santos, informalmente denominado de Guará, constatou uma altíssima produtividade dos reservatórios com óleo do Pré-sal nesta área.
- Pela primeira vez, a Petrobras publica seu Relatório de Sustentabilidade, uma fusão do Relatório Anual com o Balanço Social e Ambiental.
- As agências classificadoras de risco Fitch, Moody’s, e Standard & Poor’s mantêm Grau de Investimento (*Investment Grade*) da Petrobras.

2010

- Em junho, é aprovado sem alterações, no Senado Federal, o Projeto de Lei referente à Cessão Onerosa e Capitalização da Petrobras. O Projeto autoriza a adoção de um sistema de Cessão Onerosa que concede à Petrobras o direito de exercer atividade de exploração e produção em determinadas áreas do Pré-sal, até o limite de 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural.
- Petrobras realiza a maior oferta de ações da história, que resultou na emissão de 2.369.106.798 ações ordinárias e 1.901.313.392 ações preferenciais, totalizando R\$ 120,2 bilhões, dos quais R\$ 45,5 bilhões foram para o caixa e R\$ 74,8 bilhões destinaram-se ao pagamento da Cessão Onerosa.

6.3 - Breve histórico

- Em outubro, entrada em operação do primeiro sistema definitivo do pólo Pré-sal, denominado Sistema Piloto de Lula (antigo Tupi), com o navio plataforma Cidade de Angra dos Reis.
- É declarada a comercialidade das áreas de Tupi e Iracema, com volume recuperável total de 8,3 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). As denominações sugeridas para estas acumulações foram Campo de Lula e Campo de Cernambi, respectivamente. O Campo de Lula é o primeiro campo supergigante do Brasil, com volume recuperável acima de 5 bilhões de boe.
- Início do Teste de Longa Duração da Descoberta de Guará, no Pré-sal da Bacia de Santos.
- Petrobras e Tereos Participações Ltda. anunciam uma parceria estratégica para investirem conjuntamente na Açúcar Guarani S.A., subsidiária do Grupo Tereos, com o objetivo de acelerar seu crescimento na indústria brasileira de etanol, açúcar e bioenergia.
- Produção de 2.004 mil barris de petróleo por dia (bpd) no Brasil.
- As reservas provadas de óleo e gás natural da companhia, segundo o critério ANP/SPE, alcançam 15,986 bilhões de boe. O Índice de Reposição de Reservas (IRR) ficou em 229% e a relação reserva-produção em 18,4 anos.
- Lucro líquido atinge R\$ 35,19 bilhões e geração operacional de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 59,39 bilhões.
- Petrobras anuncia nova parceria estratégica da subsidiária integral, Petrobras Biocombustíveis (PBio), envolvendo as subsidiárias integrais do grupo São Martinho Usina Boa Vista S.A. e a SMBJ Agroindustrial S.A., para o crescimento da produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás.
- Petrobras é eleita a terceira maior companhia de energia do mundo, com base no valor de mercado, segundo o ranking da consultoria PFC Energy.
- A Companhia se mantém pelo quinto ano consecutivo no Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

2011

- Divulgação do novo Plano de Negócios 2011-2015, com investimentos totalizando US\$ 224,7 bilhões (R\$ 389 bilhões). Maior enfoque em E&P, principalmente no Pré-sal;
- Início da operação de cinco projetos de produção de óleo: a plataforma P-56 (módulo 3 do campo de Marlim Sul) e quatro novos Testes de Longa Duração (TLDs) nas Bacias de Campos e Santos;
- Projeto Piloto de Lula comprovou alta produtividade do Pré-sal: maior volume de produção de um poço da Companhia, atingindo média de 36.322 boed em maio;
- Foi declarada a comercialidade da área de Guará (atual Campo de Sapinhoá) em dezembro, com volume recuperável total estimado em 2,1 bilhões de boe;
- No Brasil, as reservas provadas atingiram 15,706 bilhões de boe (barris de óleo equivalente) pelo critério SPE/ANP. O Índice de Reposição de Reservas (IRR) ficou em 152% e a relação reserva-produção em 19,2 anos. Pelo vigésimo ano consecutivo, a Companhia mantém um IRR no Brasil acima de 100%;
- A produção consolidada de petróleo e gás natural alcançou a média diária recorde de 2.622 mil de boe. No Brasil, a média da produção de óleo e LGN (líquido de gás natural) foi de 2.022 mil bpd (barris por dia), 1% superior à média de 2010;
- Agência de classificação de risco Moody's reconhece a melhora de risco da Petrobras em moeda estrangeira, e eleva a nota (rating) da Companhia de Baa1 para A3;
- A Companhia, pelo sexto ano consecutivo, foi selecionada para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o mais importante índice mundial de sustentabilidade.

6.3 - Breve histórico

2012

- Divulgação do novo Plano de Negócios 2012-2016, com investimentos totalizando US\$ 236,5 bilhões (R\$ 416,5 bilhões). Maior enfoque em E&P, principalmente no Pré-sal;
- O lucro líquido foi de R\$ 21,2 bilhões, 36% inferior ao apurado em 2011, refletindo os efeitos da depreciação cambial, maior participação de derivados importados no volume de vendas e aumento das despesas operacionais com maiores baixas de poços secos e subcomerciais;
- A meta de produção estabelecida para o ano foi alcançada, totalizando 1 milhão 980 mil bpd de óleo e LGN no Brasil. A produção total de petróleo e gás natural da Petrobras foi de 2 milhões 598 mil barris de óleo equivalente por dia (boed);
- A entrada em operação do FPSO Cidade de Anchieta, no campo de Baleia Azul, no Pré-sal da Bacia de Campos e o início do Programa de Aumento da Eficiência Operacional na Bacia de Campos (PROEF) elevaram a eficiência operacional da UO-BC de 67%, em abril de 2012, para 78%, em dezembro de 2012;
- As reservas provadas totais atingiram 16,44 bilhões de boe pelo critério SPE/ANP. O Índice de Reposição de Reservas (IRR) no Brasil ficou em 103% e a relação reserva-produção em 19,3 anos. Pelo 21º ano consecutivo, a Companhia mantém um IRR no Brasil acima de 100%;
- A produção no Pré-sal em 2012 atingiu recorde diário de 214 mil barris em 27 de dezembro. Este montante representou 7% da produção de petróleo no Brasil, na média do ano;
- Recorde de processamento de petróleo entre 9 e 12 de agosto (2 milhões 101 mil barris/dia). No ano, produção de derivados foi de 1 milhão 997 mil barris/dia e as vendas no mercado brasileiro de 2 milhões 285 mil barris/dia;
- A Companhia, pelo sexto ano consecutivo, foi selecionada para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o mais importante índice mundial de sustentabilidade.

2013

- Divulgação do novo Plano de Negócios e Gestão 2013-2017, com investimentos totalizando US\$ 236,7 bilhões. Maior enfoque continua em E&P, principalmente no Pré-sal;
- Lucro líquido foi de R\$ 23 bilhões 570 milhões;
- O lucro líquido foi 11% superior ao de 2012 em função dos reajustes nos preços do diesel (20%) e da gasolina (11%) em 2013, do aumento da produção de derivados, da otimização de custos, dos ganhos com venda de ativos, das menores baixas de poços secos e do menor impacto cambial devido à contabilidade de hedge. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 62 bilhões 967 milhões, 18% maior que o de 2012;
- A produção de petróleo e gás natural totalizou 2 milhões 539 mil barris de óleo equivalente por dia em 2013, 2% inferior à de 2012, principalmente em consequência de postergações no início da produção dos novos sistemas, do declínio natural dos campos e da venda de ativos no exterior;
- Cinco novas plataformas entraram em operação e outros quatro sistemas foram encaminhados para a locação definitiva. O Pré-sal atingiu recorde diário de produção de 371 mil bpd em 24 de dezembro;
- As reservas provadas totais alcançaram 16,565 bilhões de barris de óleo equivalente pelo critério SPE/ANP, crescimento de 0,8% em relação à 2012, com Índice de Reposição de Reservas acima de 100% pelo 22º ano consecutivo;

6.3 - Breve histórico

- A produção média de derivados refinados no país totalizou 2 milhões 124 mil bpd em 2013, 6% superior à de 2012, reduzindo a necessidade de importação de diesel e gasolina;
- O PROEF (aumento da eficiência operacional da Bacia de Campos) contribuiu com uma produção adicional de petróleo de 63 mil bpd. A eficiência operacional chegou a 75% na UO-BC e a 92% na UO-RIO;
- O PRODESIN (desinvestimentos) totalizou R\$ 8,5 bilhões de contribuição ao caixa no ano de 2013;
- O PROCOP (otimização de custos operacionais) alcançou uma economia de R\$ 6,6 bilhões em 2013, superando a meta de R\$ 3,9 bilhões estabelecida para o ano.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

I) INVESTIMENTOS NO BRASIL

Operações com fertilizantes

Aquisição da Araucária Nitrogenados S.A.

Em 1º de junho de 2013, a Petrobras assumiu o controle da Araucária Nitrogenados S.A. (FAFEN-PR), cujo contrato para aquisição da totalidade das ações da empresa foi assinado com a Vale S.A. em 18 de dezembro de 2012. A operação foi aprovada pelo CADE em 15 de maio de 2013.

O valor da operação foi de US\$ 234 milhões e o pagamento à Vale será feito com a receita proveniente de arrendamento dos direitos minerários de titularidade da Petrobras em Sergipe. Está em andamento o processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos, que será concluído em até 12 meses após a assunção do controle da empresa. Na avaliação preliminar o valor justo dos ativos e passivos líquidos totalizou R\$ 671 milhões, sendo apurado um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 172 milhões. Este ganho foi registrado no resultado do exercício, no grupo de resultado de participações em investimentos e está sujeito a alteração até a conclusão do processo de avaliação pela compra.

Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás

Alienação da participação acionária na Companhia Energética Potiguar

Em 16 de agosto de 2013, a Petrobras celebrou com Global Participações Energia S.A. contrato de compra e venda para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia Energética Potiguar, equivalente a 20% do capital votante, pelo valor total de R\$ 23 milhões já considerando os ajustes de preço previstos no contrato.

A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE foi ratificada em setembro de 2013 e o fechamento da operação ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Aprovação da alienação da participação acionária na Brasil PCH S.A.

Em 14 de junho de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda com a Cemig Geração e Transmissão S.A., que posteriormente cedeu contrato à Chipley SP Participações, para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Brasil PCH S.A., equivalente a 49% do capital votante, pelo valor total de R\$ 650 milhões sem considerar os ajustes de preço previstos no contrato.

Em 14 de fevereiro de 2014, após atendidas todas as condições precedentes previstas em contrato, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor total de R\$ 711 milhões, considerando os ajustes de preço.

Em decorrência da existência de condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de controle na Termoçu S.A.

Em 14 de maio de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra de ações com a Neoenergia, referente a 23,13% de participação acionária na Termoçu.

A Petrobras passou a deter 100% do capital da investida após o fechamento da operação ocorrido com o cumprimento das condições precedentes: aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, efetivada em 14 de junho de 2013, anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concedida em 17 de julho de 2013 e homologação do contrato de compra e venda de ações pelo Tribunal Arbitral, com a consequente extinção da Arbitragem efetivada em 14 de agosto de 2013. O valor total da operação, considerando ajustes de preço, foi de R\$ 149 milhões.

Aumento de participação na Breitener Energética S.A.

Em 26 de setembro de 2012, a Petrobras aumentou o capital na Breitener Energética S.A., passando a deter participação de 93,66% no capital social (65% em 2011). Esta operação resultou em uma redução de R\$ 4 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Aquisição da Energética Camaçari Muricy I S.A.

Em 23 de janeiro de 2012, a Petrobras exerceu o direito de subscrever a totalidade das ações emitidas pela termelétrica Energética Camaçari Muricy I S.A. por R\$ 31 milhões passando a deter participação de 49% no capital social, devido ao sócio MDC I Fundo de Investimento em Participações ter renunciado ao direito de subscrição.

No primeiro trimestre de 2012 a Petrobras aportou R\$ 11 milhões passando a deter 59,91% e, em julho de 2012, aportou a parcela remanescente de R\$ 20 milhões, alcançando 71,6% do capital total integralizado na termoeletrica. A operação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 28 de fevereiro de 2012.

Em 24 de janeiro de 2013, a Petrobras encerrou Instrumento de Transação Extrajudicial - TEJ com o Grupo Bertin, com a celebração dos seguintes acordos:

- Encerramento da arbitragem referente ao direito de preferência das ações da empresa Energética Suape II, não integralizadas pelo Grupo Bertin, com manutenção do percentual de participação de 20% pela Petrobras, que recebeu reembolso de R\$ 54,9 milhões (R\$ 49 milhões atualizados monetariamente desde a data do depósito, em 31 de maio de 2011).
- Transferência de 28,4% de ações da empresa Energética Camacary Muricy, no valor de R\$ 19 milhões, de propriedade do Grupo Bertin à Petrobras, que passou a deter 100% das ações na controlada.
- Encerramento do contrato de compra e venda de gás, vinculado a Termoeletrica José de Alencar, com pagamento de indenização no valor R\$ 31,1 milhões pelo Grupo Bertin à Petrobras.

Aquisição da Arembepe Energia S.A.

Em 24 de janeiro de 2012, a Petrobras exerceu o direito de subscrever a totalidade das ações emitidas pela termelétrica Arembepe Energia S.A. por R\$ 62 milhões, devido ao sócio Nova Cibe

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Energia S.A. ter renunciado ao direito de subscrição. Adicionalmente, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações remanescentes de propriedade de seu sócio por R\$ 63 mil, conforme previsto no Contrato de Contribuição de Capital, passando a deter 100% do capital total (30% em 2011) da termelétrica em 6 de março de 2012.

A operação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 28 de fevereiro de 2012.

Cia Energética Suape II

A Petrobras possui 20% de participação na Energética Suape II S.A, cujo objetivo é a construção de usina termoeletrica no município de Cabo de Santo Agostinho - PE, com potência de 380 MW. O restante da participação (80%) pertence a Nova Cibe Energia S.A.

Em 31 de maio de 2011, a Petrobras efetuou o depósito de R\$ 48,4 milhões referente às ações não subscritas pela Nova Cibe, cujo exercício da opção de compra ocorreu em 5 de maio de 2011, conforme previsto no Acordo de Acionistas de Suape II. Até 31 de dezembro de 2012, a Petrobras manteve esse depósito como direito sobre aquisição de participação acionária, no grupo de investimentos.

Em 24 de janeiro de 2013, ocorreu o encerramento do Instrumento de Transação Extrajudicial (TEJ), onde a Petrobras renunciou ao direito de preferência das ações da Suape II, permanecendo com a participação original de 20% em Suape II. O valor do adiantamento retornou para Petrobras no montante de R\$ 55 milhões, atualizado monetariamente, através do depósito em conta corrente efetuado por Suape II.

Aquisição da Gás Brasileiro Distribuidora S.A. (GBD)

A Petrobras S.A., através da sua subsidiária Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”), assinou, em 26 de maio de 2010, com a Enti Nazionale Idrocarburi S.p.A. – ENI, contrato de aquisição de 100% das ações da Gás Brasileiro Distribuidora S.A. (“GBD”), pelo valor aproximado de US\$ 250 milhões, sujeito a ajustes em função do valor do capital de giro da empresa na data da liquidação da operação.

Em 29 de julho de 2011, a Petrobras Gás S.A.- Gaspetro adquiriu 100% das ações da Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – GBD por R\$ 425 milhões (equivalente a US\$ 271 milhões). A avaliação a valor justo dos ativos adquiridos e passivos foi concluída em junho de 2012. Esta avaliação resultou na alocação do preço de compra de R\$ 444 milhões (equivalentes a US\$ 280 milhões) composto por ativos intangíveis de R\$ 332 milhões e em outros ativos e passivos líquidos de R\$ 112 milhões, portanto, não houve reconhecimento de goodwill.

A operação de aquisição foi autorizada pela agência reguladora de São Paulo em abril de 2011 e o aditivo ao contrato de concessão da GBD foi assinado em julho de 2011, atendendo as condições previstas no contrato celebrado com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. - ENI em 2010.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo, em uma área que abrange 375 municípios onde atende a demanda industrial, comercial, residencial e veicular da região. Em 2010, a rede de distribuição alcançou 750 km e o volume de vendas foi de aproximadamente 650 mil metros cúbicos de gás natural por dia. O contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Acordo de Investimentos para parceria na Gás Brasileiro Distribuidora GBD

Em 8 de fevereiro de 2012, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que previa o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig.

A implementação desse acordo não foi adiante em 2013, mantendo a GBD 100% controlada pela Gaspetro.

Operações com setor petroquímico

Reorganização do portfólio de participações petroquímicas

Foi aprovada a reorganização do portfólio de participações petroquímicas da companhia. A operação incluiu a cisão parcial da sociedade BRK Investimentos Petroquímicos S.A., com incorporação das parcelas cindidas pela Petrobras e Petrobras Química S.A. – Petroquisa, bem como, a incorporação da Petroquisa pela Petrobras. Esta reorganização levou à redução de custos de gestão, maior agilidade e alinhamento nas decisões de negócio e simplificação na aprovação dos investimentos.

Com a incorporação da Petroquisa, as seguintes empresas passaram a ser controladas, controladas em conjunto ou coligadas da Petrobras (participação em 31 de dezembro de 2012):

- Braskem S.A. (36,20%) – tem como principais produtos eteno, polietileno, polipropileno e PVC;
- Deten Química S.A. (27,88%) – produz LAB e LAS, matérias-primas para detergentes;
- Metanor S.A. (34,54%) – Holding da Copenor S.A., que produz metanol, formol e hexamina;
- Fábrica Carioca de Catalisadores (50%) – produz catalisadores e aditivos;
- Petrocoque S.A. (50%) – produz coque calcinado de petróleo;
- Companhia Petroquímica de Pernambuco (100%) – Projeto em implantação para produção de Ácido Tereftálico Purificado (PTA);
- Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (100%) – Projeto em implantação para produção de filamentos de poliéster (POY) e politereftalato de etileno (PET);
- Coquepar – Companhia de Coque Calcinado de Petróleo (45%) – Projeto em implantação para produção coque calcinado de petróleo.

Aquisição e aprovação da alienação de participação na Innova S.A.

Em 31 de março de 2011, a Petrobras passou a deter diretamente 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica localizada no Polo de Triunfo (RS), que era indiretamente controlada pela Petrobras Argentina (Pesa). O valor da operação foi de US\$ 332 milhões (equivalentes a R\$ 551 milhões), sendo US\$ 228 milhões pagos em 2011 e US\$ 104 milhões pagos em 2013. Essa transação resultou numa redução de R\$ 90 milhões no patrimônio atribuível aos acionistas da Petrobras, como resultado da redução da participação de não controladores neste empreendimento.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Com a participação integral neste ativo petroquímico, a Petrobras passou a ter autonomia e para alinhar a atuação desta empresa aos seus negócios atuais e futuros no Brasil. Ao mesmo tempo, a operação permitiu a Pesa concentrar suas atividades na Argentina.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A transação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 30 de setembro de 2013 e sua conclusão está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em decorrência das condições precedentes acima elencadas, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Aquisição da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A – CDPU

Em 23 de dezembro de 2011, a Petrobras adquiriu 80% da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A – CDPU por R\$ 20 milhões. Com essa transação a Companhia passa a deter 100% da CDPU.

A CDPU é uma central de utilidades que concentra as unidades de geração de energia elétrica e vapor, tratamento de água e de efluentes industriais para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

Em 28 de junho de 2013, a Petrobras aportou no Comperj Participações S.A. – COMPERJPAR suas ações detidas na CDPU, com aumento no capital social da COMPERJPAR. Nesta mesma data, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A – CDPU pela Comperj Participações S.A. – COMPERJPAR.

Cisão parcial da Downstream

Em 29 de junho de 2012, a Petrobras passou a deter diretamente 100% das ações da Alberto Pasqualini S.A. – REFAP, após cisão parcial de sua controlada Downstream Participações Ltda. que detinha este investimento. Esta reestruturação não afetou o patrimônio líquido da Companhia.

Distribuição

Cisão parcial da BR Distribuidora

A Petrobras na qualidade de controladora direta da BR e de controladora indireta da Liquigás, deliberou ser estratégico para o Sistema Petrobras a alteração do modelo de governança a fim de segregar a atividade de distribuição de GLP da atividade de distribuição dos demais derivados de petróleo, com a cisão parcial da BR e incorporação da parcela cindida na Liquigás.

Após aprovação por parte da Assembleia Geral Extraordinária da BR e da Liquigás realizadas em 30 de novembro de 2012, a Petrobras passou a deter diretamente a totalidade das ações da Liquigás, exercendo de forma objetiva e direta sua gestão societária na referida companhia e, conseqüentemente, no negócio de distribuição de GLP, trazendo benefícios mútuos, de ordem administrativa e financeira.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Biocombustíveis

BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 01 de julho de 2011, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% da empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. por R\$ 145 milhões, sendo R\$ 57 milhões por meio de aporte com emissão de novas ações representativas de 19% do capital social e R\$ 88 milhões pela aquisição direta de ações de terceiros, representando 31% restantes. Na negociação, acordou-se uma reorganização societária, onde a BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. incorporou como subsidiária integral a empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel S.A., cuja participação acionária era 50% PBIO e 50% BSBIOS, passando a PBIO a ter controle indireto sobre a mesma. A avaliação dos ativos líquidos a valor justo da BSBIOS foi concluída, conforme a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	145
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(92)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill	53

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e estoques no montante de R\$ 12 milhões que está classificada no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 53 milhões.

Bambuí Bioenergia S.A..

Em 2009, a Petrobras Biocombustível S.A. celebrou um acordo de investimento para integralização de capital na Total Agroindústria Canavieira S.A. Como resultado deste acordo, a Companhia adquiriu uma participação de 43,58% na Total com aportes de R\$ 155 milhões até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo da Total foi concluída, conforme a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	155
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(89)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill	66

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado de R\$ 2 milhões que está classificada no grupo de investimentos em coligadas, assim como o goodwill de R\$ 66 milhões.

Em 29 de janeiro de 2013 a Denominação Social da Companhia foi alterada, passando a ser denominada "Bambuí Bioenergia S.A.", conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Acordo de Investimento entre Petrobras Biocombustível e Guarani

Em 2010, a Petrobras Biocombustível S.A. celebrou um acordo de investimento com Tereos Internacional ingressando no capital social da Guarani S.A. Como resultado deste acordo, a Companhia adquiriu uma participação de 31,44% na Guarani com aportes totais efetuados de R\$ 878 milhões até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo da Guarani foi concluída, conforme a seguir:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Contraprestação transferida pela compra	878
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(799)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill	79

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e estoques no montante de R\$ 91 milhões que está classificada no grupo de investimentos em coligadas, assim como o goodwill de R\$ 79 milhões.

Dando sequência ao acordo de investimentos, em outubro de 2012 e outubro de 2013 a Petrobras Biocombustível efetuou novos aportes nos montantes de R\$ 212 milhões e R\$ 225 milhões, respectivamente, aumentando sua participação de 31,44% para 39,56%. Do montante pago nesses dois aportes, R\$ 96 milhões representam mais valia e goodwill que serão segregados por ocasião da avaliação ao valor justo, relativa a essa operação.

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em 2010, a PBIO celebrou Acordo de Investimentos com o Grupo São Martinho S.A., estabelecendo uma parceria estratégica para o crescimento da produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil.

Foi constituída uma nova sociedade, denominada Nova Fronteira Bioenergia S.A., onde o percentual de participação da PBIO ao final do exercício de 2011 montava em 49% com aportes totais no montante de R\$ 432 milhões, na mesma data, detalhado conforme a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	432
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(425)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill	7

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de terrenos, imobilizado, estoques e empréstimos no montante de R\$ 32 milhões, classificados no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 7 milhões.

Bioóleo Industrial e Comercial S.A.

Em agosto de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou o montante de R\$ 15 milhões no capital social da Bioóleo Industrial e Comercial S.A., através de compra e venda de ações, passando a deter 50% do capital social.

Adicionalmente, foram realizados aportes de R\$ 6 milhões para melhorias operacionais e de SMS (Segurança, Meio ambiente e Saúde), desembolsados também em agosto de 2010, em partes iguais pelos sócios. Em 31/12/2011 a Petrobras Biocombustível já havia aportado o montante total de R\$ 18 milhões, detalhado conforme a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	18
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(16)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	2

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de terrenos e imobilizado no montante de R\$ 10 milhões que está classificada no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 2 milhões.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Belem Bioenergia Brasil S.A.

Em 18 de janeiro de 2013, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% da empresa Belem Bioenergia Brasil S.A. pela quantia de R\$ 50 milhões, passando a operar em conjunto com a Galp Bioenergy B.V. o empreendimento para a produção de óleo de palma como matéria-prima para a produção de green diesel em Portugal, o qual estava sob gestão da Belem Bioenergy B.V. Foram subscritas e integralizadas novas ações em maio de 2013 (R\$ 23 milhões), em setembro de 2013 (R\$ 58 milhões) e em dezembro de 2013 (R\$ 17 milhões), para cada sócio, mantendo-se o compartilhamento do controle da investida.

O empreendimento, em fase de instalação, envolve o plantio de 60 mil hectares de palma para a produção de 335 mil toneladas de óleo de palma.

Logística

Logum Logística S.A

Em 01 de março de 2011, a razão social da PMCC Soluções Logística de Etanol S.A. foi alterada para Logum Logística S.A., conforme acordo de acionistas, cuja composição acionária é a seguinte: Petrobras - 20%; Copersucar S.A.- 20%; Raízen Energia S.A. - 20%; Odebrecht Transport Participações S.A.- 20%; Camargo Correa Óleo e Gás S.A.- 10%; e Uniduto Logística S.A.- 10%.

A Logum é responsável pela construção de um sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol, desenvolvimento e operação do sistema que envolverá polduto, hidrovias, rodovias e cabotagem.

Opção de compra de Sociedades de Propósitos Específicos -SPE

A Companhia exerceu opção de compra das SPE durante o exercício de 2011, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados com os acionistas das SPE. Durante o exercício de 2012 e 2013, a Companhia não exerceu opção de compra de SPE.

Estas operações resultaram em um aumento de R\$ 83 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital, conforme quadro abaixo:

Data da opção	Razão social da SPE	% das ações	Valor da opção	R\$ milhões		
				Contribuição adicional de capital		
				2011	2012	2013
12/01/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB	100%	-	112	-	-
11/11/2011	Transportadora Gasene S.A. - Gasene	100%	-	789	-	-
09/12/2011	Companhia de Recuperação Secundária - CRSec	100%	-	9	-	-
			-	910	-	-

A Gasene Participações Ltda., antiga controladora da Transportadora Gasene, deixou de ser consolidada na Petrobras a partir de 11 de novembro de 2011.

Em 6 de maio de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra dos ativos de produção de petróleo da SPE Albacora Japão Petróleo Ltda. pelo valor de R\$ 10 mil. A partir desta opção de

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

compra, a SPE deixou de ser consolidada na Petrobras, em função do cumprimento das obrigações contratuais relacionadas.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG

Em 31 de julho de 2012, a Alberto Pasqualini S.A. - REFAP passou a denominar-se Empresa de Logística de E&P S.A., após a transferência dos seus ativos de refino para a Petrobras, tendo como novo objetivo a prestação de serviços de logística para operações de exploração e produção de petróleo no Brasil e cujas atividades operacionais não foram iniciadas. Em 1º de novembro de 2012 a Empresa de Logística de E&P S.A passou a se chamar Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG. A Companhia não teve seu patrimônio líquido afetado em função da transferência dos ativos.

Bloco BC-10 - Parque das Conchas

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação da participação total no projeto offshore Parque das Conchas (Bloco BC-10), equivalente a 35% do consórcio e da participação na Tambá BV, fornecedora de equipamentos, pelo valor de US\$ 1,54 bilhão.

O contrato firmado com o Grupo Sinochem estabelecia algumas condições precedentes para a efetivação da venda, entre elas o exercício de direito de preferência dos sócios e a obtenção da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Em 17 de setembro de 2013, a Shell e a ONGC Videsh exerceram seus direitos de preferência para a aquisição de 23% e 12% de participação, respectivamente.

Após a aprovação da ANP e do CADE, a venda para os sócios foi concluída em 30 de dezembro de 2013. O resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 1.016 milhões.

Incorporação de Subsidiárias

Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Petrobras aprovaram a incorporação de subsidiárias ao seu patrimônio, sem aumento de capital, conforme a seguir:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

<u>Data da AGE</u>	<u>Razão social</u>
31/01/2011	Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e Comperj PET S.A.
04/04/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB
19/12/2011	Termorio S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. e Fafen Energia S.A.
27/01/2012	Petrobras Química S.A. - Petroquisa
30/09/2013	Comperj Participações S.A.
30/09/2013	Comperj Estirênicos S.A.
30/09/2013	Comperj MEG S.A.
30/09/2013	Comperj Poliolefinas S.A.
30/09/2013	Sociedade Fluminense de Energia Ltda. (SFE)
16/12/2013	Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST)
16/12/2013	Companhia de Recuperação Secundária (CRSec)
16/12/2013	Petrobras International Finance Company (PifCo) - parcela cindida

No exercício de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação de subsidiárias ao seu patrimônio, sem aumento de capital, conforme a seguir:

<u>Data da AGE</u>	<u>Razão social</u>
02/04/2014	Termoçu S.A.
02/04/2014	Termo Ceará Ltda.
02/04/2014	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP)

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária, minimizar custos e representa a forma mais eficiente de extinção da sociedade e de absorção dos seus ativos.

II) INVESTIMENTOS NO EXTERIOR**Cisao parcial da Petrobras International Finance Company S.A. – PifCo**

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembléia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a cisão parcial da Petrobras International Finance Company S.A. – PifCo, com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento de capital social.

Em 12 de fevereiro de 2014, a Petrobras Global Finance B.V. (PGF), controlada indireta, adquiriu da Petrobras as ações remanescentes da PifCo, pelo montante de US\$ 224 milhões (valor contábil em 31 de janeiro de 2014).

Estes eventos não causaram efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

No continente Africano

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Formação de joint venture para atuação na área de exploração e produção (E&P) no continente africano

Em 14 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o acordo celebrado entre a Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), controlada da Petrobras, e a BTG Pactual E&P B.V., empresa controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., para a formação de uma joint venture para atuar na exploração e produção de óleo e gás na África, envolvendo ativos em Angola, Benin, Gabão, Namíbia, Nigéria e Tanzânia.

Para constituição da joint venture, a BTG Pactual E&P B.V. adquiriu 50% das ações da Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), detidas pela PIBBV, pelo valor total de R\$ 3.364 milhões, incluindo o adiantamento de R\$ 78 milhões pela aquisição dos ativos de Angola e Tanzânia. Com a efetivação desta operação em 28 de junho de 2013, o resultado líquido antes dos impostos auferido pela Companhia foi de R\$ 1.906 milhões, sendo classificado na demonstração de resultado em outras receitas (despesas) operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Valor da venda	3.286
Valor contábil	(1.732)
Resultado com alienação dos ativos (*)	1.554
Remensuração ao valor justo dos ativos remanescentes	1.554
	3.108
Perda no valor recuperável em ativos de Angola e Tanzânia (**)	(1.202)
	<u>1.906</u>

(*) Resultado com alienação, exceto ativos de Angola e Tanzânia.

(**) Decorrente do ajuste ao valor justo líquido de despesas de venda.

Em decorrência da necessidade de aprovação da operação pelos governos de Angola e Tanzânia, em relação aos respectivos ativos situados nestes países, os saldos destes ativos foram classificados como mantido para venda até que as condições precedentes sejam atendidas e a operação seja efetivada.

Considerando a estrutura societária e os termos do acordo de acionistas desta parceria, firmado em 28 de junho de 2013, o investimento da Petrobras na PO&G passou a ser classificado como empreendimento controlado em conjunto, deixando de ser consolidado.

Na Argentina:

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 02 de maio de 2011, a Companhia vendeu ativos de refino e distribuição na Argentina à Oil Combustibles S.A. por US\$ 102 milhões, conforme acordo assinado em 04 de maio de 2010. A operação, que está sujeita a aprovação do órgão regulador argentino, compreendeu uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma planta fluvial, rede de comercialização de combustíveis vinculada à refinaria (aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados), bem como os estoques de petróleo e derivados.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

No Uruguai:

Blocos de Exploracao - Uruguai

Em 04 de outubro de 2013, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a venda para a Shell, por R\$ 40 milhões, da participação acionária de 40% que a Petrobras Uruguay Servicios y Operaciones S.A. (PUSO), controlada da Petrobras Uruguay S.A. de Inversión, possuía nas empresas Bizoy S.A. e Civeny S.A., detentoras respectivamente dos blocos exploratórios 3 e 4, localizados na Bacia de Punta Del Este, no Uruguai.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes, principalmente, a aprovação da operação pela Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland (ANCAP).

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Na Colombia:

Petrobras Colombia Limited (PEC)

Em 13 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited (PEC), controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), para a Perenco Colombia Limited, pelo valor de R\$ 847 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Hidrocarburos – ANH.

Em decorrência das condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

No Peru:

Petrobras Energia Peru S.A.

Em 13 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras de Valores Internacional de España S.L. (PVIE) e Petrobras Internacional Braspetro BV (PIB BV), de 100% das ações da Petrobras Energia Peru S.A. para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de R\$ 6.201 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos governos chinês e peruano, bem como à observância dos procedimentos previstos nos respectivos Joint Operating Agreement (JOA), quando aplicável.

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

No Japão:

Opção de venda da refinaria Nansei Sekiyu

Em 1º de abril de 2010 a Sumitomo Corporation informou à PIB B.V., subsidiária integral da Petrobras, o interesse de exercer o direito de venda de 12,5% das ações do capital social da refinaria Nansei Sekiyu K.K. (Nansei), como parte do rearranjo de sua participação no setor de derivados de petróleo.

O restante do capital acionário é de propriedade da PIB B.V. desde 2008.

Em 29 de setembro de 2010, o acordo de compra e venda das ações foi assinado e, em 20 de outubro de 2010, o pagamento foi realizado no montante equivalente a R\$ 49 milhões (JPY 2.365 milhões) mediante a entrega das ações.

A Nansei possui uma refinaria localizada na província japonesa de Okinawa, com capacidade de processar 100 mil barris de petróleo leve por dia, e produz derivados de alta qualidade e nos padrões do mercado japonês.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 18 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Nos EUA:

Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão preliminar proferida em 24 de outubro de 2008, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. (PAI) e outras e a Astra Oil Trading NV e outras, que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi considerado válido o exercício da opção de venda (put option) exercido pela Astra Oil Trading NV e outras em relação à Petrobras America Inc. e outras dos 50% remanescentes das ações da Astra Oil Trading NV na Pasadena Refinery Systems Inc., companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

No exercício de 2008 foi registrada a baixa total do ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado na aquisição da Pasadena Refinery Systems Inc, no montante equivalente a R\$ 384 milhões, tendo em vista mudanças na expectativa de rentabilidade devido a diminuição constante e substancial do preço do petróleo bruto e os derivados nos últimos doze meses, redução do processamento de refino em função da queda da demanda dos produtos refinados e da margem praticada no mercado.

Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341 milhões (US\$ 147 milhões), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

Em decisão proferida em 10 de abril de 2009, foi confirmado como válido o exercício da put option pela ASTRA, para a PAI e subsidiárias, dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refining System Inc. ("PRSI") e na PRSI Trading Company LP, pelo valor de US\$ 466 milhões.

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do Banco BNP Paribas à ASTRA vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, esses valores correspondiam a

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

US\$ 513 milhões e US\$ 185 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

Em decisão arbitral perante a Corte Estadual do Texas, em dezembro de 2010, foi proferida sentença confirmando o Laudo Arbitral. A PAI e suas subsidiárias interpuseram recurso de apelação contra a sentença da Corte Estadual do Texas. Para tanto, as demandadas apresentaram garantia ao juízo.

Em 2010, a transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 520 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Em 29 de junho de 2012, a Companhia assinou um acordo extrajudicial que prevê o término de todas as ações judiciais existentes entre as empresas do grupo Petrobras e as empresas do grupo belga Transcor/Astra, controlador da Astra Oil Trading NV (Astra), inclusive aquelas relacionadas ao processo arbitral que reconheceu em abril de 2009 o exercício da opção de venda de ações da Astra para a Petrobras America S.A. - PAI, de sua participação acionária (50%) na Pasadena Refining System Inc - PRSI e Trading Company.

O valor fixado no acordo de US\$ 820,5 milhões já estava quase todo provisionado para pagamento, restando o complemento de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 140), reconhecido no resultado do 2º trimestre de 2012. Com a assinatura do acordo e o pagamento do respectivo valor, que ocorreu na mesma data da assinatura do acordo, as partes dão ampla e geral quitação recíproca em relação a todos os processos judiciais em que litigavam.

Campo de Coulomb – EUA

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras America Inc, controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), de sua participação de 33% no campo de Coulomb, localizado no bloco Mississippi Canyon 613 (MC 613), pelo valor de R\$ 418 milhões. A Shell Offshore Inc., operadora e detentora de 67% de participação no campo, exerceu seu direito de preferência na aquisição.

Com a efetivação desta transação em 27 de setembro de 2013, o resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 277 milhões, após as deduções do ajuste de preço, conforme farm-out agreement, e os custos relacionados ao ativo.

No Chile:

Aquisição de negócios de logística e distribuição de combustíveis e lubrificantes no Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 463 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.

Em 2010, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, alocando R\$ 163 milhões no imobilizado e R\$ 27 milhões no intangível, além do reconhecimento de um ágio (goodwill) de R\$ 81 milhões.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Essa aquisição consolida a presença da Companhia no segmento de distribuição de combustíveis e lubrificantes na América Latina, onde, além do Brasil, a empresa já opera na Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e no Uruguai, através de uma rede de cerca de mais de 1200 postos de serviços.

Obs: O quadro societário relativo aos três últimos exercícios sociais encontra-se na seção 8.1, item c.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não Aplicável.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma empresa integrada de petróleo e gás, que é a maior empresa do Brasil e uma das maiores da América Latina em termos de receita. Nossas operações são responsáveis pela maioria da produção de petróleo e gás no Brasil e possuímos uma grande base de reservas provadas e uma infraestrutura operacional plenamente desenvolvida. Em 2013, nossa produção diária de petróleo nacional média foi de 1.931,4 mbb/d, uma estimativa de 90,9% do petróleo total do Brasil. Mais de 67,1% (8.419,4 mboe) de nossas reservas domésticas provadas estão em campos grandes, contíguos e altamente produtivos na Bacia de Campos *offshore*, o que nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção. Em 45 anos de desenvolvimento de bacias *offshore* no Brasil, desenvolvemos conhecimentos especializados em exploração e produção em águas profundas, no Brasil e em outras áreas de petróleo *offshore*.

Nossas atividades estão organizadas em seis segmentos de negócio:

- **Exploração e Produção:** exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, LGN e gás natural no Brasil;
- **Refino, Transporte e Comercialização:** inclui o refino, logística, transporte, operações comerciais, as exportações e importações de derivados de petróleo e de petróleo bruto e investimentos petroquímicos no Brasil;
- **Distribuição:** distribuição de derivados de petróleo, etanol e gás natural veicular para atacadistas e através da Petrobras Distribuidora S.A. (Petrobras Distribuidora) - nossa rede de varejo no Brasil;
- **Gás e Energia:** transporte e comercialização de gás natural e GNL, produzido no Brasil ou importado, bem como a geração e comercialização de energia elétrica e do negócio de fertilizantes;
- **Biocombustíveis:** produção de biodiesel e seus coprodutos e atividades relacionadas com o etanol, como investimentos de capital, a produção e comercialização de etanol, açúcar e o excesso de eletricidade gerada a partir do bagaço de cana; e
- **Internacional:** exploração e produção de petróleo e gás, seu refino, transporte e comercialização, distribuição, além de operações de gás e energia fora do Brasil.

Além disso, possuímos um segmento Corporativo, que tem atividades que não são atribuídas a outros segmentos, especialmente os relacionados com a gestão das empresas financeiras, o *overhead* corporativo e outras despesas, inclusive as atuariais referentes a fundos de pensão e benefícios médicos aos aposentados e seus dependentes.

As atividades de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil são o componente mais expressivo do nosso portfólio. Temos aumentado gradualmente a produção ao longo das últimas quatro décadas, partindo de 164 mbb/d de petróleo, condensado e LGN no Brasil em 1970, para 1.931,4 mbb/d em 2013. Nosso objetivo é aumentar as reservas e a produção de petróleo e gás de forma sustentável e ser reconhecida pela excelência em operações de exploração e produção.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nossos esforços de exploração e produção de petróleo e gás internos estão focados principalmente em quatro grandes bacias *offshore* no Brasil: Campos, Santos, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas.

Bacia de Campos: cobre cerca de 115.000 km² e é a bacia de petróleo e gás mais prolífica no Brasil em termos de produção e reservas, produzindo a média de 1.531,1 mbb/d de petróleo e 14,7 mmm³/d de gás natural associado de 47 campos de produção. Em 2013, 75% da nossa produção nacional total veio desta bacia. Em 2013, as reservas de petróleo bruto e gás natural provadas na Bacia de Campos representaram 71,7% e 41,3% do total de nossas reservas provadas de petróleo bruto e gás natural no Brasil, respectivamente. Enquanto a maior parte da nossa produção na Bacia de Campos é de reservatórios do pós-sal, os reservatórios do Pré-sal na bacia são uma fonte crescente de produção. Durante o ano de 2013, esta unidade produziu uma média de quase 90 mil bbl/d. Até o final de 2013, a área do Pré-sal da Bacia de Campos produzia 165,2 mbb/d, o que representa um aumento de quase 100% em relação a 2012.

Bacia de Santos: abrange cerca de 348.900 km² e é uma das áreas de exploração e produção *offshore* mais promissoras do mundo. Em 31 de dezembro de 2013, 20,7% e 34,9% do total de nossas reservas provadas de petróleo bruto e gás natural no Brasil, respectivamente, estavam na Bacia de Santos. A principal fonte do nosso crescimento de produção esperado futuro será a partir do Pré-sal desta bacia. Atualmente temos, em construção até 2018, 19 grandes projetos que serão instalados na área. Desses, seis estão na área do Contrato de Cessão Onerosa.

Bacia do Espírito Santo: Entre 2000 a 2007 fizemos importantes descobertas nos campos de Golfinho, Camurupim e Camurupim Norte. Em 2013, fizemos duas descobertas na área de pós-sal, conhecidas como São Bernardo e Arjuna. Em 31 de dezembro de 2013, detínhamos os direitos de exploração de 16 blocos (10 em terra e seis *offshore*) e 10 planos de exploração *offshore*, perfazendo um total de 9.910 km². As reservas de petróleo bruto e gás natural provadas na Bacia do Espírito Santo representaram 0,6% e 3,7% do total de nossas reservas provadas de petróleo bruto e gás natural no Brasil, respectivamente, em 2013.

Bacia de Sergipe-Alagoas: é uma das nossas novas fronteiras em regiões *offshore*. No ano de 2013, as reservas provadas de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Sergipe-Alagoas representaram 1,7% e 2,3% do total de nossas reservas provadas de petróleo bruto e gás natural no Brasil, respectivamente. O nosso nível de produção agregada foi de 46,9 mbb/d de petróleo e 1,9 mmm³/d de gás natural. Durante 2013, continuamos a confirmar a existência de recursos de petróleo e gás através de nossos planos de exploração, e fizemos novas descobertas nas áreas informalmente denominadas Muriú, Moita Bonita, Farfan, Cumbe e Barra-1.

Outras Bacias: produzimos hidrocarbonetos e mantemos áreas de exploração em 20 outras bacias no Brasil. O potencial mais importante para o sucesso exploratório dentro de nossas outras bacias está na margem equatorial e sul da Bahia.

Reservatórios do Pré-sal. O Pré-sal é uma região com aproximadamente 800 km de extensão e 200 km de largura, que se estende desde a Bacia de Campos até a Bacia de Santos. A Petrobras detém direitos de exploração e produção em aproximadamente 22,2% das áreas do Pré-sal, incluindo a área atribuída a nós nos Contratos de Concessão e no Contrato de Cessão

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Onerosa. Também fazemos parte do consórcio que recebeu uma concessão que abrange cerca de 1.547,8 km² do campo de Libra, no âmbito do Acordo de Partilha de Produção. Em 27 de fevereiro de 2014, nossa produção total do Pré-sal alcançou o recorde de 412 mboe/d.

Em 2013, a nossa produção média de petróleo e gás do Brasil foi de 2.165,7 mboe/d. Nossas reservas provadas no Brasil, segundo o critério ANP/SPE, alcançaram 15,973 bilhões de barris de óleo equivalente, um crescimento de 2% em relação ao ano anterior.

Implementamos uma série de programas destinados a aumentar a recuperação de petróleo de campos existentes, reduzir o declínio natural dos campos de produção e também reduzir os custos operacionais. Durante o ano de 2013, continuamos a implementar importantes programas: Proef, que visa aumentar a eficiência operacional na Bacia de Campos, retornando a eficiência da produção aos níveis históricos, e o Procop, para otimizar os custos de operação e produtividade. Além disso, em 2013 foram implantados os programas RPC Poço e PRC-Sub, com foco tanto no crescimento da produção e redução de custos quanto no tempo necessário para implementar os projetos.

Informações adicionais sobre Reservas e Produção

A produção de petróleo e gás natural no Brasil é dividida entre a produção *onshore* e *offshore*, correspondendo a 11% e 89% do total da produção no Brasil, respectivamente. A Bacia de Campos é uma das maiores e mais produtivas bacias *offshore* de gás e petróleo, com mais de 60 campos de hidrocarbonetos descobertos, oito grandes campos de petróleo e uma área total de aproximadamente 115.000 km². Em 2013, a Bacia de Campos produziu a média de 1.531,1 mbbbl/d de petróleo e 14,7 mmm³/d de gás natural associado durante o ano, referente a 75% de nossa produção total no Brasil. Nós também realizamos operações limitadas de mineração de xisto betuminoso em São Mateus do Sul, na bacia do Paraná, no Brasil, e usamos o xisto betuminoso desses depósitos para produzir óleo e gás sintéticos. Nossa unidade de negócios de industrialização do xisto betuminoso não utiliza o método de fracionamento ou o método de fraturamento hidráulico para fins de produção de petróleo, já que eles não são adequados para este fim. Nós esmagamos e, posteriormente, aquecemos em temperaturas elevadas todo o xisto que produzimos obtendo uma segregação adequada dos produtos derivados de tal processo. Não injetamos água ou qualquer produto químico no solo, em conexão com as nossas operações de mineração de xisto betuminoso.

Em 31 de dezembro de 2013, as nossas estimativas de reservas provadas de petróleo, condensado e gás natural no Brasil totalizaram 12,5 bilhões de barris de óleo equivalente pelo critério SEC, incluindo 10,7 bilhões de barris de petróleo e condensado e 299,2 bnm³ (11,3 tcf) de gás natural. Em 31 de dezembro de 2013, as nossas reservas provadas nacionais desenvolvidas de petróleo e condensado representaram 61% de nossas reservas provadas totais de petróleo e condensado no Brasil e nossas reservas provadas nacionais desenvolvidas de gás natural representaram 58% de nossas reservas provadas totais de gás natural no Brasil. O total de reservas provadas nacionais de petróleo e condensado aumentou à taxa média anual de 4% nos últimos cinco anos. As reservas provadas totais de gás natural aumentaram à taxa média anual de 4% no mesmo período.

Nós calculamos as reservas com base nas previsões da produção no campo, que depende de parâmetros técnicos, como interpretação sísmica, mapas geológicos, testes de poço, estudos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de engenharia dos reservatórios e dados econômicos. Todas as estimativas de reservas envolvem incertezas. Essas incertezas dependem principalmente da amostra dos dados geológicos e de engenharia disponíveis no momento da estimativa e da interpretação de tais dados. As nossas estimativas são feitas usando os dados mais confiáveis no momento da estimativa, de acordo com as boas práticas na indústria do petróleo e gás e dos regulamentos promulgados pela Securities and Exchange Commission (SEC).

Controles Internos sobre Reservas Provadas

O processo de estimativa de reservas começa com uma avaliação inicial dos nossos ativos por geofísicos, geólogos e engenheiros. Os Coordenadores de Reservas Corporativas, ou CRCs, protegem a integridade e a objetividade de nossas reservas estimadas supervisionando e fornecendo suporte técnico aos Coordenadores de Reservas Regionais, ou CRRs, responsáveis pela preparação das estimativas de reservas. Nossos CRRs e CRCs são graduados em geofísica, geologia, engenharia de petróleo, contabilidade e economia e são treinados internamente e no exterior em seminários sobre estimativa de reservas internacionais. Os CRCs são responsáveis pelo cumprimento das regras e regulamentações da CVM, consolidando e auditando o processo de estimativa de reservas. O principal responsável técnico por fiscalizar a preparação das nossas reservas locais é membro da Sociedade de Engenheiros de Petróleo (SPE) e possui 24 anos de experiência nesse campo, além de atuar na Petrobras há 30 anos. O principal responsável técnico por fiscalizar a preparação de nossas reservas internacionais tem oito anos de experiência nesse campo, é doutor em engenharia de reservatórios e atua na Petrobras há 34 anos. Nossas estimativas de reserva são apresentadas à nossa Diretoria e submetidas à aprovação final do Conselho de Administração.

DeGolyer and MacNaughton (D&M) usaram nossas estimativas de reserva para realizar uma auditoria de reservas de 96% das reservas líquidas provadas de petróleo bruto, condensado e gás natural em 31 de dezembro de 2013, a partir de certas propriedades que possuímos no Brasil. A D&M usou suas próprias estimativas das nossas reservas para conduzir uma avaliação de reservas de 100% das reservas líquidas provadas de petróleo bruto, condensado, LGN e gás natural a partir de 31 de dezembro de 2013, das propriedades que operamos na Argentina. Além disso, a D&M usou nossas estimativas de reserva para realizar uma avaliação de reservas de 100% das reservas líquidas provadas de petróleo bruto, condensado e gás natural em 31 de dezembro de 2013 em certas propriedades que operam nos Estados Unidos. As estimativas de reservas foram elaboradas de acordo com as definições de reservas da Regra 4-10 (a) do Regulamento S-X da SEC.

Mudanças nas Reservas Provadas (SEC)

Em 2013, nós adicionamos 1.217,5 mmboc às nossas reservas provadas, excluindo óleo sintético e gás sintético, enquanto vendemos algumas de nossas participações em campos com reservas provadas no valor de 118,1 mmboc, incluindo (i) todas as participações que tivemos nos campos de Abalone, Argonauta, Náutilus e Ostra, no Brasil, (ii) todas as participações que tivemos nos campos de Coulomb e Stones, nos Estados Unidos e (iii) a metade de nossas participações nos campos de Agbami, Akpo e Egina na Nigéria. Uma vez que não controlamos diretamente as nossas operações nas empresas nigerianas, as reservas nigerianas não estão incluídas em nossas reservas consolidadas. Como resultado dessas incorporações e vendas, nossas reservas provadas aumentaram em 1.099,4 mmboc em 2013.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Considerando uma produção de 861,1 mmbœ em 2013, nosso aumento líquido de reservas provadas foi de 238,3 mmbœ. Este volume de produção não considera a produção de Teste de Longa Duração em blocos exploratórios no Brasil, a produção de óleo sintético e gás sintético e a produção na Bolívia, pois a Constituição Boliviana proíbe a divulgação e registro das suas reservas.

No final do ano 2013, em comparação a 2012, acrescentamos um total líquido de 204,8 mmbœ às nossas reservas provadas não desenvolvidas em toda a empresa. Assim, tivemos um total de 5.267,0 mmbœ de reservas provadas não desenvolvidas em toda a empresa em 31 de dezembro de 2013, em comparação aos 5.062,2 mmbœ de reservas provadas não desenvolvidas em 31 de dezembro de 2012.

No Brasil, o aumento líquido das nossas reservas provadas não desenvolvidas em 2013, em comparação com 2012, é derivado de 836,1 mmbœ de extensões e descobertas, principalmente nas áreas do Pré-sal das Bacias de Santos e Campos, o aumento de 322,5 mmbœ de revisões técnicas das estimativas prévias e o aumento de 117,5 mmbœ de recuperação aperfeiçoada. Este aumento líquido das nossas reservas provadas não desenvolvidas no Brasil foi parcialmente compensado pela redução de 83,3 mmbœ das revisões econômicas das estimativas anteriores e da redução de 28,4 mmbœ das vendas de mineral *in situ*. Além disso, convertimos um total líquido de 960,6 mmbœ das nossas reservas provadas não desenvolvidas no Brasil em 2013, principalmente através da perfuração de vários poços nos campos de produção existentes e do início da operação de unidades de produção nas bacias de Santos e Campos.

Todos os volumes de reservas descritos acima são “líquidos”, pois eles somente incluem a participação proporcional da Petrobras nos volumes das reservas e excluem reservas atribuídas aos nossos parceiros.

Em 2013, investimos um total de US\$ 18,2 bilhões em projetos de desenvolvimento, dos quais aproximadamente 92% (US\$16,7 bilhões) foram investidos no Brasil e convertimos um total de 1.021,6 mmbœ de reservas provadas não desenvolvidas em reservas provadas desenvolvidas, dos quais aproximadamente 94% (960,6 mmbœ) foram reservas brasileiras.

A maioria dos nossos investimentos está relacionada a projetos de desenvolvimento de longo prazo, os quais são desenvolvidos em fases, devido aos grandes volumes e extensões envolvidos e à complexidade dos recursos de infraestrutura e produção em águas profundas e ultraprofundas. Nestes casos, o desenvolvimento completo das reservas relacionadas a estes investimentos poderá ultrapassar cinco anos.

Tivemos um total de 5.267,0 mmbœ de reservas provadas não desenvolvidas em toda a empresa ao final do ano de 2013, dos quais aproximadamente 3% (142,2 mmbœ) permaneceram não desenvolvidos por cinco anos ou mais em consequência de diversos fatores que afetam o desenvolvimento e a produção, incluindo a complexidade inerente a projetos de desenvolvimento em águas ultraprofundas, particularmente no Brasil, e as limitações de capacidade da nossa infraestrutura existente.

A maioria dos 142,2 mmbœ das nossas reservas provadas não desenvolvidas, que permaneceram sem desenvolvimento por cinco anos ou mais, consiste de reservas nas Bacias

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de Santos e Campos, onde estamos fazendo investimentos para desenvolver a infraestrutura necessária.

Obrigações de Retirada de Ativos e Recuperações Ambientais

Em diversos contratos, permissões e regulamentos, temos obrigações materiais legais de remoção de equipamentos e restauração de terra ou fundo do mar ao final das operações em áreas de produção. Nossas obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações *offshore* de poços de petróleo e gás e instalações de produção em todo o mundo. Provisionamos os custos de decomissionamento descontados, estimados para a desmontagem e remoção destas instalações no momento da instalação dos ativos. Também estimamos os custos de futuras limpezas ambientais e recuperações com base nas informações atuais sobre custos e planos esperados para recuperação. A estimativa dos custos para retirada e remoção de ativos e de recuperação ambiental exige a realização de cálculos complexos que necessariamente envolvem um julgamento significativo, uma vez que nossas obrigações ocorrerão daqui a muitos anos, os contratos e regulamentações possuem descrições vagas das práticas de remoção e restauração e critérios terão que ser atendidos quando os casos de remoção e recuperação realmente ocorrerem e as tecnologias e custos de remoção de ativos constantemente mudam, juntamente com as considerações políticas, ambientais, de segurança e relações públicas. Conseqüentemente, o tempo e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Em 2013, nossa provisão para custos de decomissionamento sofreu uma redução de US\$ 2,30 bilhões devido à revisão anual e pagamentos de decomissionamento realizados.

Analisamos e revisamos nossos custos estimados associados ao abandono e desmobilização de áreas de produção de petróleo e gás. Portanto, para 2013 houve uma redução de US\$ 0,9 bilhão nos valores relativos à revisão da provisão, devido a:

- a) uma redução de US\$ 1,63 bilhões atribuível ao aumento em nossa taxa de desconto ajustada para o risco (de 2,31% a.a. em 31 de dezembro de 2012 para 3,03% a.a. em 31 de dezembro de 2013) utilizada para desconto de obrigações futuras a valor presente; e
- b) uma redução de US\$ 0,7 bilhão atribuível às estimativas de abandono revisadas, que incorporam tecnologias e procedimentos recentes da indústria, incluindo a adoção da técnica de *light workover* para o abandono de parte dos poços *offshore*.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de US\$ 1,21 bilhão atribuível à desvalorização do real frente ao dólar americano (de R\$2,0435 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013).

A Petrobras está constantemente conduzindo estudos para incorporar as tecnologias e procedimentos mais recentes de modo a otimizar as operações de abandono de áreas, considerando as melhores práticas da indústria e as experiências prévias com relação aos custos incorridos.

Para mais informações sobre as alterações anuais nas provisões de decomissionamento, por favor, consulte a nota 20 de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas Auditadas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Refino, Transporte e Comercialização

A Petrobras possui 12 refinarias no Brasil. Em 31 de dezembro de 2013 operamos quase toda a capacidade de refino do Brasil. A maioria de nossas refinarias está localizada próxima de nossos dutos de petróleo, instalações de armazenamento, dutos de produtos refinados e principais instalações petroquímicas, facilitando o acesso às fontes de petróleo bruto e usuários finais. A capacidade nacional de refino da Petrobras, de 2.102 mbbl/dia, está equilibrada com sua produção média de 2.074 mbbl/dia.

A tabela a seguir mostra a capacidade instalada de nossas refinarias brasileiras em 31 de dezembro de 2013, e as médias diárias de produção de nossas refinarias no Brasil, em 2013, 2012 e 2011.

Capacidade e Rendimento Médio das Refinarias

Nome (nome alternativo)	Localização	Capacidade de destilação bruta em 31 de dezembro de 2013 (mbbl/d)	Rendimento médio*		
			2013	2012	2011
LUBNOR.....	Fortaleza (CE)	8	8	8	7
RECAP (Capuava).....	Capuava (SP)	53	53	53	43
REDUC (Duque de Caxias).....	Rio de Janeiro (RJ)	239	282	263	254
REFAP (Alberto Pasqualini).....	Canoas (RS)	201	197	154	148
REGAP (Gabriel Passos).....	Betim (MG)	157	150	145	129
REMAN (Isaac Sabbá).....	Manaus (AM)	46	42	38	42
REPAR (Presidente Getúlio Vargas).....	Araucária (PR)	208	194	199	193
REPLAN (Paulínia).....	Paulínia (SP)	415	421	387	373
REVAP (Henrique Lage).....	São José dos Campos (SP)	252	234	248	240
RLAM (Landolpho Alves).....	Mataripe (BA)	306	279	239	233
RPBC (Presidente Bernardes).....	Cubatão (SP)	178	177	172	166
RPCC (Potiguar Clara Camarão).....	Guamaré (RN)	38	37	37	34
Rendimento Médio de Petróleo Bruto.....		2.102	2.029	1.898	1.815
Rendimento Médio de LGN.....		-	45	46	47
Rendimento médio.....		-	2.074	1.944	1.862

*Considere o processamento de petróleo e LGN (matéria-prima fresca)

Nossas operações petroquímicas fornecem uma saída para nossos crescentes volumes de produção de gás e de outros produtos refinados, que aumentam o seu valor e fornecem um substituto para os produtos que são de outra maneira importados. A nossa estratégia é operar de forma integrada aos nossos demais negócios, de preferência por meio de parcerias com outras empresas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Gás e Energia

Nossa estratégia na área de Gás e Energia é monetizar o gás das bacias sedimentares do Brasil. O aumento da produção de gás contribuirá para a expansão das nossas fabricas de fertilizantes e usinas termelétricas e para o atendimento da demanda da área de Abastecimento e dos contratos com as companhias distribuidoras de gás natural.

A oferta de gás natural para atendimento ao mercado em 2013 superou a do ano anterior em 15%, atingindo 85,9 milhões de m³ por dia. A principal razão foi o aumento da demanda das termelétricas a gás natural, acionadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em função dos baixos níveis dos reservatórios hidrelétricos, inferiores às médias históricas. Desse total, considerando a produção própria e a de parceiros, a oferta domestica foi de 40,8 milhões de m³ por dia.

Geramos 3.983 megawatts (MW) médios de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 18 usinas termelétricas próprias e alugadas, que compõem nosso parque gerador, com capacidade instalada de 6.235,2 MW. Incluindo os projetos nos quais detemos participação minoritária a capacidade totaliza 6.885,5 MW.

Internacional

Na área internacional, atuamos em 17 países e mantemos acordos de cooperação para desenvolvimento de tecnologia e negócios com diversos parceiros. Nossas áreas de atuação no exterior estão descritas na tabela abaixo:

Países	Atividades			
	Exploração & Produção	Gás & Energia	Refino / Petroquímica	Distribuição / Comercialização
Continentes Americano				
Argentina	√	√	√	√
Bolívia	√	√		
Chile				√
Colômbia	√			√
Estados Unidos	√		√	
México	√			
Paraguai				√
Peru	√			
Uruguai	√	√		√
Venezuela	√			
Continentes Africano				
Angola	√			
Benin	√			
Namíbia	√			
Nigéria	√			
Gabão	√			
Tanzânia	√			
Continentes Asiático				
Japão			√	

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Subsidiárias

Nossas principais subsidiárias são: a **Petrobras Distribuidora**, maior distribuidora de combustíveis do Brasil, que atua na distribuição, comercialização e industrialização de produtos de petróleo e derivados, e também em atividades de importação e exportação, além de possuir uma rede de 7.710 postos de serviços; a **Transpetro**, nossa subsidiária para o segmento de transporte e armazenamento de petróleo, derivados, biocombustível e gás natural, opera 48 terminais (21 terrestres e 27 aquaviários), 53 navios, 7.517 km de oleodutos e 7.152 km de gasodutos; a **Petrobras Biocombustível**, que é responsável pela produção e gestão de etanol e biodiesel e opera com três usinas próprias de biodiesel; e a **Gaspetro**, que se relaciona diretamente com a ampliação da oferta do gás natural em todo o país.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

	Segmento
E&P	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural (UPGN), atuando, também, de forma associada com outras empresas em parcerias.
ABASTECIMENTO	Contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
G&E	Engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
BIOCOMBUSTÍVEIS	Contempla as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica, gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.
DISTRIBUIÇÃO	Responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada principalmente pelas operações da Petrobras Distribuidora.
INTERNACIONAL	Abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.
CORPORATIVO	No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

R\$ Milhões

Segmento	2011*		2012*		2013*	
E&P	124.028	28%	145.573	28%	147.281	27%
ABASTECIMENTO	198.516	45%	227.643	44%	239.363	44%
G&E	16.295	4%	23.209	5%	30.011	6%
BIOCOMBUSTÍVEIS	535	0%	895	0%	832	0%
DISTRIBUIÇÃO	73.633	17%	79.601	16%	89.081	16%
INTERNACIONAL	28.374	6%	34.985	7%	35.062	7%
ELIMINAÇÕES	(197.205)	-	(230.527)	-	(236.740)	-
CONSOLIDADO	244.176	100%	281.379	100%	304.890	100%

*Os percentuais estão considerados sobre o agregado da receita dos Segmentos (não considerando as Eliminações)

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

R\$ Milhões

Segmento	2011*		2012*		2013*	
E&P	40.594	122%	45.446	215%	42.213	179%
ABASTECIMENTO	(9.955)	(30)%	(22.931)	(108)	(17.764)	(75)%
G&E	3.109	9%	1.638	8%	1.256	5%
BIOCOMBUSTÍVEIS	(157)	(1)%	(218)	(2)%	(254)	(1)%
DISTRIBUIÇÃO	1.175	4%	1.793	8%	1.843	8%
INTERNACIONAL	1.949	6%	1.305	6%	3.648	15%
CORPORATIVO	(1.237)	(4)%	(4.936)	(23)%	(7.157)	(30)%
ELIMINAÇÕES	(2.165)	(6)%	(915)	(4)%	(215)	(1)%
CONSOLIDADO	33.313	100%	21.182	100%	23.570	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

As atividades da **exploração e produção** de petróleo e gás no Brasil são o maior elemento da nossa carteira. Essas atividades normalmente começam com pesquisas geológicas e trabalhos sísmicos, seguidos por perfuração exploratória. Quando resultados positivos são obtidos, prosseguimos com testes de longa duração, perfurações de desenvolvimento e produção-piloto, que usualmente compreendem investimentos substanciais. Normalmente são necessários até sete anos para que uma atividade de exploração bem sucedida seja refletida no aumento das reservas e da produção.

Trabalhamos de maneira sustentável para aumentar a produção e as reservas de petróleo e de gás. Buscamos ampliar a atuação em áreas com grande potencial para exploração e produção, em que a capacitação operacional, técnica e tecnológica represente diferencial competitivo. Atingir profundidades cada vez maiores nos tornou uma empresa reconhecida internacionalmente pela excelência no desenvolvimento da produção em águas profundas e ultraprofundas.

Em 2013, a produção marítima representou 89% da produção total (Brasil e internacional) e a produção em águas profundas foi responsável por 77% da produção no Brasil.

Os custos da exploração, desenvolvimento e produção marítima são geralmente mais altos do que aqueles em terra, mas conseguimos compensar estes custos maiores com melhores índices de sucesso de descobertas e volumes de produção maiores. Historicamente, tivemos sucesso na descoberta e desenvolvimento de importantes jazidas petrolíferas marítimas, o que permitiu atingir economias de escala ao distribuir os custos totais de exploração, desenvolvimento e produção sobre uma base de produção elevada. Ao focar nas oportunidades próximas da infra-estrutura de produção existente, reduzimos suas necessidades de capital, e pudemos acelerar o desenvolvimento de novos campos.

Buscamos constantemente o aumento da produtividade e, em conjunto com parceiros e fornecedores, desenvolvemos novas tecnologias, analisamos nossos processos e implementamos programas com foco no incremento da produção, na redução de custos e na revisão do portfólio de ativos. Entre esses programas, destacam-se: Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop), Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef) das Unidades Operacionais da Bacia de Campos e do Rio de Janeiro, Programa de Desinvestimentos (Prodesin), Programa de Redução de Custos de Poços (PRC-Poço) e Programa de Redução de Custos Submarinos (PRC-Sub).

Abastecimento: temos participação dominante no mercado nacional de refino, transporte e comercialização de petróleo e derivados, possuindo e operando 12 refinarias no Brasil, com um total de capacidade de destilação de 2.102 mbbbl/d.

O petróleo bruto produzido atualmente no Brasil é relativamente pesado ou intermediário, enquanto as refinarias foram originalmente projetadas para processar petróleo bruto importado leve. Importamos petróleo bruto mais leve para equilibrar a mistura para as refinarias e estamos investindo para maximizar a capacidade para processar o petróleo bruto nacional mais pesado. Esses investimentos darão flexibilidade para ajustar a mistura entre petróleos brutos pesados e leves para tirar vantagem dos preços de mercado e combinar a produção das refinarias às demandas de derivados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos últimos anos, fizemos investimentos substanciais em nosso sistema de refino, com os seguintes objetivos:

- Melhorar a qualidade da gasolina e do diesel para cumprir regulamentos ambientais mais rígidos;
- Aumentar a flexibilidade do *mix* de óleos crus utilizados no refino, visando processar mais óleo cru brasileiro, aproveitando os diferenciais de preço dos óleos cru leve/pesado;
- Aumentar a conversão de resíduo; e
- Reduzir os impactos ambientais de nossas operações de refino.

O segmento de Abastecimento também inclui operações petroquímicas que agregam valor aos hidrocarbonetos produzidos e fornecem insumos benéficos para a economia brasileira. As operações de petroquímicos propiciam um mercado crescente para o petróleo bruto e outros hidrocarbonetos produzidos e proporcionam fornecimento nacional de produtos que, de outra forma, teriam que ser importados. O objetivo é ampliar a produção de petroquímicos e de biopolímeros, preferencialmente por meio de participações societárias no Brasil e no exterior.

No passado, a indústria petroquímica brasileira era pulverizada em um grande número de pequenas empresas, muitas não competitivas internacionalmente. Participamos da consolidação e reestruturação da indústria petroquímica brasileira por meio de uma série de fusões e subscrições de capital, criando assim a maior indústria petroquímica do Brasil – a Braskem S.A. (Braskem) uma empresa de capital aberto na qual detém uma participação de 36,20%. A Braskem opera fábricas petroquímicas, produz petroquímicos básicos e plásticos e conduz operações de processamento de resíduos e de distribuição.

Teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos de Refino

Valor em uso é o método utilizado no teste de recuperabilidade do custo de nossos ativos de refino, que estão incluídos em uma única unidade geradora de caixa (“UGC”) contendo todas as nossas refinarias e ativos, terminais e dutos associados operados pela Transpetro. Esta UGC foi identificada baseada no conceito de otimização integrada e gestão do desempenho, que focam no desempenho global da UGC, permitindo uma mudança de margens de uma refinaria a outra. Todas as decisões relacionadas à UGC (operação, investimentos, e estratégia de mercado) buscam maximizar o valor do sistema como um todo e não melhorar os resultados de cada parte constituinte. Os dutos e terminais também são uma parcela interdependente dos ativos de refino, a fim de abastecer o mercado.

A avaliação do valor em uso de um ativo envolve a utilização de estimativas com premissas incertas, tais como curvas futuras de produção, preços futuros de mercadorias, crescimento da receita de vendas, margens operacionais, taxas de desconto, taxas cambiais, taxas de inflação e investimentos necessários para realizar projetos. Nenhuma perda por redução ao valor recuperável dos ativos foi reconhecida em 2013.

As principais premissas nas quais baseamos nossas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da nossa UGC de refino foram derivadas de nosso plano de negócios e gestão e estão descritas a seguir:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- estimativa de taxa de câmbio média de R\$2,23 a U.S.\$1,00 em 2014 (convergindo para R\$1,87 vs. U.S.\$1,00 a longo prazo);
- preço de petróleo cru Brent de U.S.\$105 para 2014, caindo para U.S.\$95 a longo prazo;
- crescimento do volume de vendas internas baseado no crescimento projetado do PIB brasileiro e no do mundo;
- aumentos na margem EBITDA, com a convergência dos preços de diesel e gasolina no Brasil a níveis internacionais; e
- taxa de desconto pré-imposto derivada de nosso custo de capital médio ponderado (revisado anualmente).

Estas premissas estão sujeitas a alterações e as referidas alterações poderiam afetar os valores contábeis de ativos, e eventualmente causar perdas por redução ao valor recuperável dos ativos e estornos, que afetarão o resultado da companhia.

As premissas de preços futuros não consideram aumentos ou diminuições de curto prazo em preços como sendo indicativos de alterações em tendências de longo prazo e portanto tendem a ser estáveis. Contudo, os referidos preços estão sujeitos a alterações.

Para mais informações detalhadas sobre nossas políticas de perda de valor, favor consultar as Notas 3.11, 4.2 e 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 31 de dezembro de 2013.

Nossa área de **Gás Natural e Energia** é responsável pelo transporte, distribuição e comercialização de gás natural, pela geração e comercialização de energia elétrica e pela produção e comercialização de fertilizantes.

Nossa estratégia é monetizar o gás das bacias sedimentares do Brasil. O aumento da produção de gás contribuirá para a expansão das nossas fábricas de fertilizantes e usinas termelétricas e para o atendimento da demanda da área de Abastecimento e dos contratos com as companhias distribuidoras de gás natural.

Durante muitos anos, desenvolvemos simultaneamente os mercados, a infra-estrutura e as reservas de gás natural do Brasil. Desenvolvemos reservas de gás na costa do Brasil e na Bolívia, aumentando o suprimento efetivo de gás natural de cerca de 11 mmm³/dia em 1999 para 85,9 mmm³/dia em 2013.

O foco do nosso segmento de Gás e Energia é:

- Agregar valor por monetizar os recursos de gás natural da Petrobras;
- Garantir flexibilidade e confiabilidade no fornecimento de gás natural;
- Consolidar o nosso negócio de energia elétrica, explorando sinergias entre a nossa oferta de gás natural e capacidades de geração de energia, juntamente com a expansão de nossas atividades de comercialização de energia elétrica; e

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Agregar valor ao gás natural, processando quimicamente tais recursos, priorizando fertilizantes nitrogenados e outros produtos de valor agregado.

Como resultado de nossos esforços para desenvolver o mercado, o gás natural em 2013 atendeu a 11,5% do total da demanda de energia do Brasil, em comparação com 3,7% em 1998, e se projeta que forneça 16% das demandas totais de energia do Brasil até 2022, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao da MME.

O aumento da produção de fertilizantes tem como finalidade atender às crescentes necessidades da agricultura brasileira, substituir as importações, e expandir o mercado para a produção crescente de nosso gás natural associado.

Biocombustíveis: criamos a subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. em 2008 para produzir biocombustíveis de forma segura e rentável, com sustentabilidade social e ambiental, contribuindo assim para a redução das emissões de gases de efeito estufa. A Petrobras Biocombustível pretende continuar crescendo de forma integrada, priorizando a produção de etanol e incorporando novas tecnologias.

No segmento de biocombustíveis, buscamos:

- Aumentar a produção de etanol e biodiesel, participando da cadeia produtiva e do desenvolvimento tecnológico de combustíveis renováveis;
- Compensar a perda dos mercados de gasolina e de diesel para etanol e biodiesel pela produção dos nossos biocombustíveis;
- Acelerar o domínio do conhecimento tecnológico, priorizando o desenvolvimento do etanol 2G, do bioQAV e de suprimento agrícola competitivo.

O etanol da cana-de-açúcar é amplamente usado como substituto da gasolina no Brasil. A Petrobras pretende expandir sua participação neste negócio através de parcerias na produção de etanol e na logística de transporte e exportação.

A Petrobras compra óleos vegetais de fazendeiros familiares e produtores industriais a fim de suprir suas plantas de biodiesel. A Petrobras Biocombustível possui três usinas próprias de produção de biodiesel, localizadas em Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG); e duas usinas por meio de parceria em empresa controlada em conjunto com a BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. (BSBIOS Sul Brasil), em Passo Fundo (RS) e Marialva (PR). Em 2013, a capacidade total de produção de biodiesel das cinco unidades foi ampliada de 765 mil m³/ano para 821 mil m³ /ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Por meio da Bambuí, da Nova Fronteira e da Guarani, empresas controladas em conjunto, a Petrobras Biocombustível tem participação em nove usinas de etanol em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e uma usina em Moçambique, na África. As três empresas encerraram a safra 2013/2014 com uma moagem total de 25 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produção de 1,06 milhão de m³ de etanol e 1,58 milhão de toneladas de açúcar. A comercialização de energia excedente deve atingir 954,6 gigawatts-hora (GWh) ao final da safra.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O segmento de negócio **internacional** engloba as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, de abastecimento, de comercialização de gás, de energia, e de distribuição fora do Brasil.

b. Características do processo de distribuição

O segmento de **Distribuição** vende derivados de petróleo que são produzidos, principalmente, pela área de Abastecimento, e trabalha para expandir sua fatia de mercado. Suprimos e operamos a Petrobras Distribuidora S.A., que responde por 37,5% do total do mercado (*market share*) de distribuição brasileiro. A Petrobras Distribuidora distribui derivados de petróleo, etanol, biodiesel, e gás natural veicular para o varejo, e possui clientes comerciais e industriais.

A Petrobras Distribuidora também liderou o mercado de varejo em 2013, com seus postos de serviço próprios e franqueados respondendo por 37,5% das vendas de diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular e lubrificantes, de acordo com a ANP. A maioria dos postos (7.710 em dezembro de 2013) pertence a franqueados que utilizam a marca Petrobras sob licença e compram exclusivamente de nós.

O mercado de varejo para combustíveis no Brasil é altamente competitivo e esperamos que os preços estejam sujeitos a uma pressão contínua. Buscamos aumentar a nossa participação no mercado e a fidelidade do cliente ao fortalecer a imagem de nossa marca, fornecer produtos e serviços de qualidade superior, pela reforma dos postos de serviço e inclusão de centros de lubrificação e lojas de conveniência.

Também são distribuídos derivados de petróleo e biocombustíveis sob a bandeira Petrobras para clientes comerciais e industriais, incluindo empresas de aviação, transporte e indústria em geral, bem como empresas de serviços públicos e entidades governamentais, as quais geram uma demanda relativamente estável. São vendidos, ainda, derivados de petróleo produzidos pela área de Abastecimento para outros varejistas e atacadistas.

A distribuidora de GLP do Sistema Petrobras, a Liquegás Distribuidora, detém uma participação de mercado de 22,7% e estava em segundo lugar em vendas de GLP no Brasil em 2013, de acordo com a ANP.

Além disso, operamos uma grande e complexa infraestrutura de dutos e terminais e uma frota de navios para transporte de derivados de petróleo e petróleo bruto para os mercados nacionais e de exportação, devidamente autorizada pela ANTAQ e ANP. A maioria das refinarias está localizada próxima de dutos de petróleo bruto, instalações de armazenamento, dutos de produtos refinados e instalações petroquímicas, facilitando o gerenciamento da logística de transporte de nossos produtos.

Antes da promulgação da Lei do Petróleo em 1997, possuíamos o monopólio sobre o transporte por dutos de petróleo e gás natural, assim como da importação e exportação de petróleo e seus derivados. A Lei do Petróleo proporcionou a concorrência aberta na construção e operação de instalações de dutos e concedeu à ANP o poder para autorizar outras entidades a transportar petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural. Para atender a essa nova norma, transferimos nossa rede de transporte e armazenamento e a frota de navios para uma subsidiária integral, a Petrobras Transporte S.A.—Transpetro. A transferência foi exigida pela Lei do Petróleo e facilita o acesso à nossa capacidade excedente por terceiros, sem

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

discriminação. Detemos o acesso preferencial à rede da Transpetro, com base nos níveis históricos de utilização. Na prática, terceiros fazem uso muito limitado desta rede.

Também importamos e exportamos petróleo e derivados. Importamos alguns derivados, especialmente o diesel, pois a demanda brasileira excede os limites da capacidade de refino. Esperamos que a demanda por importação diminua no futuro com o aumento da capacidade de refino e modernização das refinarias, a fim de facilitar o processamento do petróleo produzido internamente.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Possuímos uma posição dominante de mercado na produção de petróleo e gás natural de 90,9%, operamos quase toda a capacidade de refino e detemos 37,5% da distribuição de derivados no Brasil. Nossa experiência como única exploradora de petróleo e seus derivados no período anterior a desregulamentação do mercado possibilitou a criação de uma extensa rede de operações e grande reserva de petróleo e gás. Nossa longa história, vultosos recursos e o estabelecimento de diversas bases no Brasil nos garantem vantagens competitivas frente aos demais participantes do setor de petróleo e gás natural.

Detemos participações em 19 companhias distribuidoras de gás natural e controlamos integralmente a Gás Brasileiro (SP) e a Petrobras Distribuidora (ES). Nas demais, as participações variam de 23,5% a 83%, na maioria dos casos com atuação na gestão das áreas técnica e comercial.

Essas 21 distribuidoras comercializaram 33,2 milhões de m³ diariamente, o equivalente a 53% do mercado de distribuição de gás natural do País. O volume comercializado por essas companhias aumentou 19% em relação a 2012.

Geramos 3.983 megawatts (MW) médios de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 18 usinas termelétricas próprias e alugadas, que compõem nosso parque gerador, com capacidade instalada de 6.235,2 MW.

No segmento Petroquímico participamos da produção doméstica de petroquímicos básicos e das atividades de segunda geração através de investimentos em empresas do setor.

No segmento de biocombustíveis, nossa participação na produção de etanol se dá através da participação minoritária em empresas produtoras. Nossas principais participações são na Total Agroindústria Canaveira S.A., na Nova Fronteira Bioenergia S.A. e na Guarani S.A..

ii. condições de competição nos mercados

Como conseqüência da gradual abertura do setor de petróleo e gás natural no Brasil, enfrentamos competição em todos os segmentos de nossas operações.

No segmento de exploração e produção, os procedimentos licitatórios realizados pelo Governo Federal para exploração de novas áreas permitiram que diversas empresas regionais e multinacionais iniciassem a exploração de petróleo no Brasil. Caso esses competidores venham a descobrir quantidades economicamente viáveis de petróleo e se tornem capazes de processá-lo no país, o mercado brasileiro tenderá a uma competição mais acirrada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No segmento de abastecimento, ainda temos enfrentado forte concorrência desde o fim do monopólio estatal. No entanto, com a desregulamentação do setor, outras empresas passaram a poder refinar, transportar e comercializar produtos derivados de petróleo no Brasil. Conseqüentemente, com a possibilidade de importação de produtos refinados por estas empresas, os derivados de petróleo produzidos nas refinarias nacionais podem sofrer maior competição no acesso ao mercado. Precisamos competir com as importações globais, a preços internacionais. Esta concorrência influencia os preços cobrados por nossos produtos no país.

Esperamos crescimento na concorrência enfrentada no segmento de distribuição. Dentre todos os segmentos de operação, este é o que atualmente enfrenta a maior concorrência, pois o mercado de distribuição brasileiro está passando por um processo de consolidação que já redundou em algumas fusões e incorporações, e que também envolve a entrada de novos competidores com experiência no negócio de distribuição.

No segmento de gás natural, esperamos um aumento da competição em função do estabelecimento do novo marco regulatório, a Lei do Gás, que estimula a entrada de novos atores e/ou investimentos no setor, além do aumento da oferta de gás natural produzido por terceiros no País. Pretendemos expandir nossa participação no segmento de energia elétrica, mesmo atuando num ambiente de competição com outras fontes energéticas, como a geração hidrelétrica, o carvão e a biomassa. Essa expansão se dará principalmente através da construção ou ampliação de usinas termelétricas a gás natural ou óleo combustível.

A indústria petroquímica brasileira era fragmentada, possuindo um grande número de pequenas empresas, muitas das quais não eram competitivas internacionalmente. A partir de 2008, participamos da consolidação e reestruturação da indústria petroquímica brasileira, que hoje é notadamente mais competitiva. Com a consolidação do setor, as companhias ganharam uma maior capacidade de competir em nível internacional, inclusive substituindo importações. Participamos desse mercado, principalmente, através de associações minoritárias, ainda que relevantes, com outras companhias.

O mercado de Biocombustíveis, especialmente o de etanol e biodiesel, ou seja, os que possuímos maior interesse, é pulverizado e de forte concorrência. O país tem clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar e plantações para a produção de óleos vegetais, que são insumos para o etanol e o biodiesel. Assim, o país continua atraindo entrantes nesse mercado, que buscam não apenas o mercado interno, mas também a produção para exportação.

Atuamos no mercado de fertilizantes produzindo amônia e uréia. Esse mercado é muito dependente de importações, e, por isso, vemos grande oportunidade em aproveitar o crescimento da economia brasileira e a substituição de importação para ampliar nossa participação de mercado. A integração dos nossos negócios, aproveitando nossa produção de hidrocarbonetos, nos garante uma vantagem competitiva.

No segmento internacional, esperamos continuar enfrentando concorrência em regiões nas quais já atuamos, incluindo o Golfo do México, África e Cone Sul. Especificamente no segmento de distribuição, onde a competição é mais presente, enfrentamos forte posicionamento dos concorrentes nos mercados da Argentina e Colômbia, estando melhor posicionados no Paraguai e Uruguai. Em razão das peculiaridades encontradas em cada mercado (legais, concorrências e geográficas), a característica de ser uma empresa integrada pode representar vantagem competitiva, pela possibilidade de aproveitamento de sinergias.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. Eventual sazonalidade

Existe certo nível de sazonalidade na indústria de petróleo e gás, que pode afetar o equilíbrio entre oferta e demanda dos nossos produtos produzidos e comercializados. Estamos sujeitos à sazonalidade no mercado interno e no exterior, que pode influenciar a demanda por derivados de petróleo e energia elétrica, tais como sazonalidade agrícola e as estações de inverno e verão no hemisfério norte.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em nosso relacionamento com fornecedores temos como diretriz priorizar as empresas nacionais de bens e serviços sempre que estas se mostrarem competitivas. Para estimular o desenvolvimento de novas empresas fornecedoras de materiais e serviços, estabelecemos parcerias para cooperação tecnológica e convênios envolvendo fornecedores, universidades e outros centros de pesquisa.

Procurando fortalecer as empresas de pequeno porte, mantemos um convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que incentiva a inserção competitiva e sustentável na cadeia produtiva de óleo e gás. Utilizamos o Portal Petronect, o portal de compras eletrônicas da Petrobras, que inclui fornecedores do Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, entre outros.

Além disso, mantemos um cadastro corporativo de fornecedores de bens e serviços, que contempla requisitos técnicos, econômicos, legais e gerenciais, além de requisitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), específicos para fornecedores de serviços. O cadastro serve de base para a seleção de fornecedores em licitações e contratações. As exigências para cadastramento ficam disponíveis em nosso site.

Para o fornecimento de bens, estão em vigor as Condições de Fornecimento de Materiais (CFM-2005), estabelecidas a partir da interação com associações de classe. Os padrões de contratação e as diretrizes contratuais da Petrobras constam do Manual de Procedimentos Contratuais (MPC). Os documentos também estão disponíveis em nosso site.

Nossas contratações são regidas pelo Decreto 2.745/98 – Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A..

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência relevante de poucos fornecedores ainda que, em alguns nichos intensivos em capital, o fornecimento de serviços ou equipamentos seja feito por um número reduzido de companhias.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

iii. eventual volatilidade em seus preços

Grande parte dos custos da indústria de óleo e gás é relacionado aos preços internacionais desses produtos, portanto as alterações nos preços do petróleo podem implicar em alterações nos nossos custos.

No caso de recursos críticos para a atividade de exploração e produção, buscamos firmar contratos de longo prazo para garantir estabilidade de preços e evitar volatilidade. Por exemplo, planejamos cuidadosamente as futuras necessidades de sondas de perfuração. Utilizando uma combinação de sondas próprias e unidades contratadas por períodos de cinco anos ou mais, temos historicamente garantido a disponibilidade das unidades de perfuração para atender as necessidades de nosso plano de negócios.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do cliente**

Razão Social do Cliente	2013	
	Receita Líquida (R\$)	Participação %
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	63.117.043.258,19	27%
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	24.712.503.764,18	10%
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	23.610.914.932,49	10%
	111.440.461.954,86	47%

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Cliente	2013	
	Receita Líquida (R\$)	
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	63.117.043.258,19	
Abastecimento	62.408.020.867,20	
E&P	3.598.145,53	
Gás e Energia	705.424.245,46	
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	24.712.503.764,18	
Abastecimento	24.712.437.425,85	
Gás e Energia	66.338,33	
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	23.610.914.932,49	
Abastecimento	23.610.914.932,49	

Obs.: Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Item 7.5

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

- Atividades de Exploração e Produção

O Governo Federal iniciou em 1995 uma ampla reforma do marco regulatório para as atividades do setor de petróleo e gás. Em 9 de novembro de 1995, a Constituição Federal brasileira foi modificada, através da Emenda Constitucional (EC) 09/95, para autorizar a contratação, pelo Governo Federal, de empresas estatais ou privadas para a realização das atividades previstas nos incisos I a IV do artigo 177 da CF, dentre as quais aquelas referentes aos segmentos de exploração e produção e de abastecimento da indústria brasileira de petróleo e gás. Com o advento da Lei 9.478/97, de 06 de agosto de 1997 (Lei das Concessões), foi revogada a Lei 2004/53 e a Petrobras deixou de ser a única executora do monopólio da União sobre as atividades de exploração e produção. A Lei das Concessões instituiu a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e estabeleceu, diante da modificação constitucional, que a Petrobras desenvolveria as suas atividades em caráter de livre competição. Segundo a Lei das Concessões, por ocasião da sua promulgação, a Petrobras teria ratificados seus direitos sobre cada um dos campos que se encontravam em efetiva produção e teria o direito a prosseguir nas atividades de exploração ou desenvolvimento da produção em áreas onde a Companhia comprovasse a capacidade de investimento, inclusive por meio de financiamentos. Em ambas as situações o prosseguimento das atividades de exploração e produção se deu efetivamente mediante a celebração, com a ANP, de Contratos de Concessão, dispensada a licitação. Tais contratos se tornaram conhecidos como “Contratos de Concessão da Rodada Zero”.

A condução das atividades de exploração, desenvolvimento e produção no Brasil é realizada através de Contratos de Concessão, precedidos de licitações realizadas pela ANP. Algumas das atuais concessões da Companhia foram outorgadas pela ANP diretamente à Companhia, em 1998, na chamada “Rodada Zero”, em conformidade com a Lei das Concessões. Desde aquela época, à exceção dos Contratos de Concessão da Rodada Zero, todos os demais Contratos de Concessão firmados entre a Petrobras e a ANP foram oriundos da participação vencedora da Companhia nas rodadas de licitação promovidas pela Agência.

Além disso, nos termos do artigo 29 da referida Lei, é permitida a transferência do Contrato de Concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP e, mediante sua prévia e expressa aprovação. Trata-se da cessão de direitos e obrigações, prevista também nos Contratos de Concessão.

- Novo Marco Regulatório

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-sal, de elevado potencial e baixo risco, levou o Governo Brasileiro a promulgar as Leis nºs 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.304/10

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA) e 12.351/10 (Partilha de Produção), que constituem o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas do Pré-sal.

As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos Contratos de Concessão já firmados para aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-sal.

Dentre as Leis promulgadas, destaca-se a Lei nº 12.351/10 que criou o regime de partilha de produção para as áreas do Pré-sal e áreas que venham a ser consideradas estratégicas pelo Governo Federal. Nos termos da Lei, a Petrobras será a operadora única, com um percentual mínimo de 30% de participação nos projetos. Com isso, a Companhia fica responsável pela condução das atividades de exploração e produção no regime de partilha de produção e, como consequência da sua qualidade de operador único, responsável por providenciar os recursos críticos para o cumprimento desses objetivos.

No regime de partilha de produção, os Contratos poderão ser celebrados diretamente com a Petrobras, dispensada a licitação ou, mediante licitação na modalidade leilão. Na segunda hipótese, o julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa segundo o critério da oferta de maior excedente em óleo para a União, respeitado o percentual mínimo proposto definido pelo CNPE. O excedente em óleo, ou também chamado de "lucro em óleo", é o resultado da diferença entre o volume total da produção de um determinado campo e as parcelas relativas aos royalties devidos, ao "custo em óleo", que são os custos relacionados à produção do petróleo e, quando exigível, a participação do proprietário da terra.

A Lei nº 12.351/10 criou também o Fundo Social, a ser constituído com recursos obtidos (i) de parcela do valor do bônus de assinatura relativos aos Contratos de Partilha de Produção; (ii) de parcela dos royalties que cabe à União; (iii) da receita advinda da comercialização de petróleo e gás natural da União; (iv) dos royalties e da participação especial das áreas localizadas no Pré-sal contratadas sob o regime de concessão destinados à administração da União; (v) dos resultados de aplicações financeiras e, (vi) de outros recursos destinados ao Fundo por Lei.

Além da Lei nº 12.351/10, que estabeleceu o regime de partilha de produção e o Fundo Social, o Governo Brasileiro promulgou a Lei nº 12.276/10, que autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos até o limite de 5 bilhões de boe. Esta Lei autorizou ainda a capitalização da Companhia.

O Contrato de Cessão Onerosa foi firmado entre Petrobras e União, por intermédio do MME, do MF e da PGFN, na data de 03 de setembro de 2010, sendo o valor total inicial do Contrato de R\$ 74.807.616.407,00, sujeito a revisão. A ANP figura como interveniente anuente neste Contrato. A Companhia pagou pelo valor inicial da Cessão Onerosa com recursos da oferta pública, cujo pedido de registro foi protocolado junto a CVM em 03 de setembro de 2010. (A íntegra do Contrato de Cessão Onerosa poderá ser encontrada na nossa página da rede mundial de computadores www.petrobras.com.br/ri)

Por fim, foi promulgada a Lei nº 12.304/10, que autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S. A – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), à qual competirá, dentre outros, praticar atos necessários à gestão dos Contratos de Partilha de Produção.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Diante do novo marco regulatório, pode-se afirmar que a indústria convive com três regimes distintos de exploração e produção de petróleo e gás natural: concessão, partilha de produção e cessão onerosa.

- Contratação de Bens e Serviços relacionados à Exploração e Produção

Relacionamento com as Agências Nacional de Transporte Aquaviários – ANTAQ, Nacional de Aviação Civil – ANAC e Nacional de Transportes Terrestre – ANTT.

Com a finalidade de desempenhar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção das suas áreas de concessão, a Petrobras contrata no mercado fornecedor da cadeia de óleo e gás, bens e serviços que servem de insumos para a execução de sua atividade.

Para tanto, observa o regramento jurídico incidente na espécie conforme o tipo de área aonde vai ser alocado determinado bem ou serviço tomado. Nas áreas de concessão 100% Petrobras, segue o regramento contido no Regulamento anexo ao Decreto n. 2.745/98. Nas áreas de consórcio onde atua na qualidade de operadora, segue o regramento incidente conforme o tipo de consorciamento existente.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que algumas dessas atividades contratadas no mercado necessitam de autorizações governamentais, demandando, dos prestadores de bens e serviços, ou ainda da própria Petrobras a depender do caso concreto, um relacionamento com determinada Agência Reguladora.

Um exemplo desses é o afretamento de embarcações utilizadas no transporte de cargas e de passageiros, cuja atividade é regulamentada pela Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

No caso de afretamento “por tempo” de embarcação de apoio marítimo, detentora de bandeira estrangeira, que pode ser citado a título de exemplo, a Petrobras, conforme Resolução ANTAQ 2.919, de 4 de junho de 2013, tem que realizar procedimento prévio junto à ANTAQ denominado circularização, onde informa ao mercado o tipo de embarcação desejada, a modalidade de afretamento, o período de mobilização e o prazo de duração do contrato, a descrição dos serviços que serão desempenhados pela embarcação, buscando a certificação que inexistente embarcação de bandeira brasileira apta para atendimento da referida demanda existente na Companhia. Caso exista embarcação de bandeira nacional disponível, esta poderá oferecer bloqueio, que, se aceito pela ANTAQ, importará na contratação obrigatória da embarcação de bandeira nacional. Ocorre, assim, uma regulamentação especial sobre os afretamentos de embarcações que dão apoio às Unidades Marítimas da Companhia.

Vale ressaltar que, para que seja possível para a PETROBRAS celebrar contratos de afretamento por tempo para a navegação de apoio marítimo deve ela obter autorização da ANTAQ para realizar a respectiva navegação na condição de Empresa Brasileira de Navegação (EBN) necessitando, para tanto, comprovar junto à Agência reguladora todas as exigências da legislação destinadas às EBN's, tal como a detenção da gestão náutica (armação e tripulação pela própria Companhia - EBN) de pelo menos uma embarcação própria ou afretada a casco nu por período maior que um ano.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Em suma, a Petrobras como possuidora de autorização para ser Empresa Brasileira de Navegação (EBN) no segmento de apoio marítimo, segue as regras constantes na Resolução 2.510 de 29 de junho de 2012, submetendo-se diretamente à fiscalização da ANTAQ, para manter sua condição de EBN.

Em 5 de junho de 2013, foi publicada a Lei 12.815/13 (“Nova Lei dos Portos”), regulamentada pelo Decreto 8.033/13, de 27 de junho de 2013, que revogou a Lei 8.630/93. Assim, as atividades portuárias deverão ser ajustadas ao novo regime aplicável aos portos e instalações portuárias.

A ANTAQ está adequando as suas Resoluções ao novo regime jurídico, já tendo submetido à Audiência Pública uma série de propostas de Resolução, algumas, inclusive, já foram aprovadas e estão em vigor.

Para as atividades portuárias desempenhadas pela Petrobras, a ANTAQ concede autorizações específicas, conforme previsto na Lei 12.815/13 e em Resoluções da citada Agência Reguladora, como, por exemplo, a Resolução n.º 1.695, de 10 de maio de 2010, e a Resolução 3.290, de 14 de fevereiro de 2014.

Algumas contratações também demandam que a Petrobras se relacione com a Marinha do Brasil. Conforme NORMAM 01/DPC/2005 e NORMAM 04/DPC/2003, a Petrobras deve solicitar autorizações específicas para exercer atividades de prospecção e extração de petróleo e minerais quando utilizar unidades marítimas e embarcações nacionais e estrangeiras. Para renovar as referenciadas autorizações, a Petrobras submete-se, periodicamente, à fiscalização da Marinha, conforme as regras contidas na NORMAM 07. Para executar atividades portuárias a Petrobras, também necessita de aval da Marinha, que, inclusive, realiza fiscalizações nas instalações portuárias utilizadas pela Companhia.

Já quando a Petrobras busca constituir subsidiária integral e qualificá-la como Operadora de Transporte Multimodal de Cargas (OTM), como fez no ano de 2012 ao criar sua subsidiária Petrobras Logística S.A., com fundamento na Lei n.º 9.611/98, passou a ter uma relação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres em razão das funções fiscalizadoras definidas em lei que se encontram a cargo da ANTT, independentemente do tipo de modal utilizado no transporte multimodal contratado, se aéreo, marítimo ou terrestre. Ocorre que, a despeito de tal fato, a Petrobras não restou inserida na figura de transportadora terrestre de cargas, uma vez que a Companhia na execução de seu objeto social não realiza transporte terrestre ou ferroviário de cargas para terceiros, mas, tão somente, toma serviços de transportadores autorizados, tal como ocorrerá com a Petrobras Logística S.A., cujas atividades sociais estarão diretamente submetidas à regulação da ANTT, uma vez concluída sua habilitação na figura de OTM.

Por fim, a Petrobras realiza os afretamentos de aeronaves de asa fixa (aviões) e rotativas (helicópteros) com empresas de táxi aéreo que se encontram submetidas às regras contidas na Lei n.º 7.565 de 19 de dezembro de 1986, mas não necessita solicitar, junto à ANAC, autorizações para realizar estes afretamentos.

Todas as autorizações para operação são obtidas diretamente pelas empresas de táxi aéreo que disponibilizam as aeronaves à Petrobras, visto que tais empresas mantêm contato direto e sofrem fiscalização da ANAC em razão da qualidade e da natureza da atividade que desempenham, não possuindo a Petrobras, em nenhum aspecto, qualquer condição ou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

qualidade que a qualifique, até a presente data, como em condição para operar diretamente uma aeronave em espaço aéreo brasileiro.

- Aproveitamento de substâncias minerais

A PETROBRAS MINERAÇÃO S.A (PETROMISA) foi extinta por decreto governamental, fundado no art. 4º da Lei 8.029/90, bem como no art. 5º, II da CF/88 e, conforme regulado na mencionada Lei, coube à Petrobras, em decorrência do controle acionário da PETROMISA, a sucessão dos ativos e direitos remanescentes desta sociedade, na forma estabelecida pelo Decreto 244/91 em consonância com a Lei 8.029/90 que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.

Entre outros direitos e ativos remanescentes, foi outorgado à PETROBRAS o de concessão para pesquisa e lavra da silvinita, carnalita, salgema e taquiditra em relação a algumas áreas situadas no Estado de Sergipe listadas no Decreto 78.716/76, que pertenciam à PETROMISA.

Nesse contexto, a PETROBRAS, como titular da concessão de lavra outorgada pelo Decreto 78.716 firmou em 28/10/1991 Contrato de Arrendamento com a VALE para pesquisa e lavra mineral com interveniência do Ministério da Infra-Estrutura, pelo prazo de 25 (vinte cinco) anos, o qual se encontra averbado no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Em 23 de abril de 2012, com a finalidade de melhor regular a relação já existente entre as partes, foi firmado novo Contrato de Arrendamento, com o mesmo objeto contratual, cujo prazo de duração é de 30 (trinta) anos.

Nesse cenário, a PETROBRAS, em relação a sua atividade minerária, deverá observar o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67), diplomas legais complementares e Portarias do DNPM e sujeita-se a regulação e fiscalização da referida autarquia.

Destaque-se que consoante dispõe o Código de Mineração regulado por Portaria do DNPM, os atos de cessão ou transferência de direitos minerários deverão ser submetidos à anuência prévia e averbação do DNPM, sem o que não terão validade.

- Atividades de Gás e Energia

No que concerne à regulação da indústria do gás natural, de acordo com a Lei nº 11.909/2009 (Lei do Gás), há a necessidade de autorizações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") para a exploração do monopólio estatal da União, referentes às atividades insculpidas no artigo 177, incisos III e IV, da CF (autorização para transporte de gás envolvendo acordo internacional), e autorizações para o desenvolvimento de atividades econômicas não monopolizadas (autorizações para construção e operação dos Terminais de GNL, Unidades de Liquefação e Regaseificação, Instalações de Tratamento e Processamento, gasodutos de transferência e escoamento da produção, bem como para o exercício das atividades de acondicionamento e estocagem e de comercialização de gás natural). Cumpre destacar que, para o exercício da atividade de importação ou exportação de gás natural, a Lei do Gás requer autorização do Ministério de Minas e Energia ("MME"). Além disso, a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo) previu o regime de concessão para a exploração e produção de gás natural e a Lei do Gás determinou regime similar para a exploração da atividade de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

transporte de gás natural por meio de gasodutos de transporte considerados de interesse geral. Ademais, em dezembro de 2010, foi publicado o Decreto nº 7.382/2010 que regulamentou os Capítulos I a VI e VIII da Lei do Gás, dispendo sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o artigo 177 da CF, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Assim sendo, desde a publicação do Decreto em referência foram publicadas resoluções e portarias do MME e da ANP com o objetivo de regulamentar inúmeros aspectos atinentes à Lei do Gás e ao citado Decreto.

- Regulação das Atividades no Setor Elétrico

No que se refere à regulação das atividades da Petrobras no setor elétrico, são exigidas, conforme determinação dos artigos 4º, 6º e 7º da Lei nº 9.074/1995 e artigos 3º e 4º do Decreto nº 2.003/1996, autorizações (geração, autoprodução e comercialização de energia elétrica), permissões (geração e distribuição de energia elétrica) ou concessões (geração, autoprodução, transmissão e distribuição de energia elétrica) outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), nos termos do Decreto nº 2.335/1997, que regulamentou a Lei nº 9.427/1996 (Lei que instituiu a ANEEL) ou pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos dos artigos 60 e 61 do Decreto nº 5.163/2004. Quanto à autorização ou concessão para a geração de energia elétrica, há dois tipos: uma para o Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE") (artigo 11 da Lei nº 9.074/1995), que se enquadra no caso das Usinas Termelétricas ("UTE's") e Usinas Eólicas, e outra para o Autoprodutor de Energia Elétrica ("APE") (artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 2.003/1996), que se enquadra no caso das Refinarias.

- Atividades de Produção de Fertilizantes

Quanto às vendas da área de fertilizantes da Petrobras, para as atividades de produção de todos os produtos são necessários:

- Alvará de Funcionamento na unidade, documento emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado e válido para todos os produtos;
- Autorização do Órgão de meio ambiente, relacionado a todas as atividades e produtos da unidade.

Especificamente para a produção e comercialização de fertilizantes, notadamente a ureia, exigem-se o Registro de Estabelecimento Produtor de fertilizante e Registro de cada produto, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"). Já para a linha de produtos para alimentação animal, notadamente o Reforce N, é necessário registro de estabelecimento produtor na área de alimentação animal junto ao MAPA, como também registros específico do produto na área de alimentação animal.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Para a Amônia Anidra e o Ácido Nítrico, exige-se documento emitido pela Polícia Federal que atesta a autorização para exercer atividades com produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências;

Para o Ácido Nítrico, exige-se documento emitido pelo Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, relacionado à aquisição, armazenamento, comércio, exportação, fabricação e utilização industrial e laboratorial.

Já para o estabelecimento produtor de alimentação animal é exigido registro junto ao Ministério da Agricultura, sendo que, para o produto Reforce N, em todos os seus tipos de embalagens é exigido Registro de Produto para Alimentação Animal, junto ao Ministério da Agricultura.

A Petrobras produz, desde outubro de 2011, o ARLA 32 (Aditivo Redutor Líquido Automotivo), visando cumprir as exigências da Resolução CONAMA n.º 403, de 11 de novembro de 2008. O ARLA 32 é uma solução de uréia de alta pureza, diluída a 32% em água desmineralizada, utilizada em motores do ciclo diesel destinados a veículos pesados para abatimento de emissões de NOx. A Petrobras possui os Certificados de conformidade 13A-0003 e 13A-0007, conforme portaria do INMETRO n.º 139, de 21 de março de 2011, fornecidos pela empresa IQA ("Instituto de Qualidade Automotiva") e registrados no INMETRO sob os n.º 000527/2011 e n.º 000350/000351/000352/000353/000354/000355/2014, respectivamente.

- Atividades de Abastecimento

As atividades incluídas no Abastecimento da Petrobras são essencialmente reguladas, exceto a atividade petroquímica. Nessa linha, por força dos artigos 8º, V, XV e XVI; 53; 56 e 60 da Lei 9.478/1997 e do artigo 1º, § 1º, da Lei 9.847/99, todas as atividades de refino, transporte marítimo e dutoviário de petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis, comercialização, importação e exportação de petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis e a construção de dutos e terminais dependem de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A resolução ANP n.º 16/10 traz as regras para a regulação da atividade de refino de petróleo, que abrange a construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de Refinaria de Petróleo, e condicionou tais atividades à prévia e expressa autorização da ANP.

Conforme artigo 27, XXII, da Lei 10.233/2001, as atividades de construção e exploração de terminais portuários de uso privativo, bem como o afretamento de navios, demandam autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. A ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres regulamenta o transporte de cargas perigosas em modal rodoviário. A área de Abastecimento da Companhia também desenvolve atividades sujeitas ao controle preventivo e repressivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Por fim, ressaltamos a inexistência de regulamentação específica para a atividade petroquímica.

Em dezembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 595, convertida na Lei 12.815/13 que, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto 8.033/13, inaugurando um novo regime jurídico para a construção e exploração de portos públicos e terminais privados. Além da autorização para a exploração de terminais privados, a licitação para o arrendamento de áreas e instalações portuárias localizadas em portos públicos passa a ser atribuição da ANTAQ – e não mais das autoridades portuárias. Algumas alterações foram introduzidas no regime jurídico

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

aplicável aos portos e terminais, dentre as quais se podem destacar: (i) a vinculação da ANTAQ à Secretaria de Portos da Presidência da República; (ii) ausência de previsão de exploração de novos terminais de uso privativo (TUP) dentro da área do porto organizado, sendo assegurada a continuidade das atividades dos terminais existentes, bem como deferidos os pedidos de exploração protocolados na Agência até dezembro de 2012; (iii) a exploração das instalações portuárias situadas fora do porto organizado ocorrerá mediante autorização precedida de processo seletivo público (chamada ou anúncio público, a depender do caso); e (iv) fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros, nos terminais de uso privativo, o que força uma adaptação dos TUP atuais de modo a permitir uma eventual prestação de serviços a terceiros.

No que concerne ao relacionamento da Petrobras com os órgãos de controle governamentais, esclarecemos que existe uma gerência específica na estrutura da área de Abastecimento da Companhia criada essencialmente para se relacionar com órgãos de controle governamentais. Sendo assim, devido a este canal de relacionamento, o histórico recente não demonstra dificuldades com a administração pública na obtenção de tais autorizações.

b. Política ambiental da companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As instalações da Petrobras no Brasil estão sujeitas a uma ampla variedade de leis, regulamentos e exigências de licenciamento, nos níveis federal, estadual e municipal, com relação à proteção da saúde humana e do meio ambiente, atuando cada ente federativo em sua esfera de competência, conforme disposto na LC 140/2011. No nível federal, as atividades marítimas e aquelas que envolvem mais de um Estado-membro no Brasil estão sujeitas à autoridade administrativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que emite licenças operacionais e de perfuração. A companhia é obrigada a apresentar relatórios, incluindo os relatórios de monitoramento de segurança e poluição (IOPP) ao IBAMA a fim de manter suas licenças. A PETROBRAS está sujeita, também, dentre outras, à autoridade reguladora do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como dos órgãos seccionais e locais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

Os empreendimentos e as atividades da companhia estão submetidos, em sua maioria, ao licenciamento nas esferas federal ou estadual, a depender do critério de localização e desenvolvimento ou espécie/tipologia do empreendimento/atividade.

Importa salientar que existe previsão legislativa no âmbito federal, estadual e, por vezes, no municipal que dispõem sobre responsabilização rigorosa por danos ambientais, mecanismos para a aplicação de normas ambientais e exigências de licenciamento para a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. As pessoas físicas ou jurídicas cuja conduta ou atividade provoque danos ao meio ambiente estão sujeitas à responsabilização nas esferas civil, criminal e administrativa. As agências governamentais de proteção ambiental também

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

poderão impor sanções administrativas por não cumprimento de leis e regulamentos ambientais, incluindo:

- suspensão de registro, licença ou autorização;
- cancelamento de registro, licença ou autorização;
- perda ou restrição de incentivos ou benefícios fiscais;
- proibição de contratar com a administração Pública;
- perda ou suspensão da participação em linhas de crédito fornecidas por entidades oficiais de crédito;
- advertência;
- multa simples e diária;
- embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- demolição de obra;
- suspensão parcial ou total das atividades.

Importante mencionar que a Lei Complementar 140/2011, que entrou em vigor em 09/12/2011, trouxe bases mais seguras nas questões de competência em sede de licenciamento ambiental e de fiscalização ambiental.

Em 2013, a Petrobras investiu cerca de R\$ 3,3 bilhões em projetos ambientais. Esses investimentos foram direcionados principalmente à redução de emissões e resíduos resultantes de processos industriais, gestão de efluentes e do uso da água, recuperação de áreas impactadas, implementação de novas tecnologias ambientais, modernização dos dutos e o aperfeiçoamento da capacidade de responder a situações de emergência.

A Petrobras possui um Comitê Ambiental, formado por três membros de seu Conselho de Administração. As responsabilidades deste comitê são: (i) supervisionar e administrar questões ambientais e de segurança ocupacional; (ii) estabelecer metas ambientais mensuráveis e assegurar seu cumprimento; e (iii) recomendar mudanças na política ambiental, de saúde e segurança, se necessário, para o Conselho de Administração.

As ações da Companhia para tratar das questões de meio ambiente e assegurar o cumprimento dos regulamentos ambientais incluem:

- Política e diretrizes corporativas de SMS, focadas nos princípios de desenvolvimento sustentável, cumprimento da legislação e indicadores de desempenho ambiental;
- Dez centros de proteção ambiental e treze bases avançadas para a prevenção, controle e resposta de derramamentos de óleo, planos de contingência local e regional, terrestres e marítimos, para derramamentos de óleo, envolvendo os serviços públicos e as comunidades, três embarcações dedicadas à recuperação de derramamentos de óleo (OSRVs) totalmente equipadas para o controle de derramamentos de óleo e combate a incêndios;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Todo o petróleo refinado no País foi processado em unidades certificadas segundo as normas ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança). A Frota Nacional de Petroleiros foi totalmente certificada com o Código de Gestão Internacional IMO para Operação Segura de Navios e Prevenção de Poluição (Código ISM) desde dezembro de 1997;
- Compromisso regular e ativo com o Ministério das Minas e Energia do Brasil e IBAMA, incluindo a negociação de novos regulamentos de compensação ambiental e a discussão de questões ambientais com relação a novos gasodutos, projetos de produção de petróleo e gás e outros aspectos de nossas operações;
- Um novo objetivo estratégico que busca maximizar a eficiência energética e reduzir a intensidade de emissão dos gases de efeito estufa foi aprovado pela Diretora em novembro de 2010 em conjunto com um grupo de indicadores de desempenho e metas para monitorar o progresso desse novo desafio. Nosso objetivo é atingir níveis de excelência na indústria de óleo e gás e contribuir para a sustentabilidade do negócio;
- O projeto SMS e Eficiência Energética nos Investimentos, iniciado em 2011, objetiva identificar oportunidades, riscos bem como assegurar a integração entre aspectos de segurança, meio ambiente, saúde e eficiência energética (SMES) por todo o ciclo de vida de novos projetos de investimento. Dado o alto volume de investimentos planejado para os próximos anos o projeto traz a oportunidade de aumentar o desempenho em SMES com custos marginais mais baixos, contribuindo para a redução de perdas, a continuidade operacional e uma menor exposição a multas e passivos.

Além disso, a companhia realiza estudos ambientais para todos os novos projetos, conforme exigido pela legislação ambiental brasileira. A gerência de SMS verifica a conformidade dos projetos com todas as exigências de SMS e a adoção das melhores práticas durante o ciclo de vida do projeto.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Petrobras é uma companhia comprometida com a pesquisa e o desenvolvimento, fundamentais para que se possa estender a busca por novas fronteiras de produção e alcançar melhorias contínuas nas operações. A companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, incluindo os meios de perfuração, conclusão e produção de poços em águas profundas. Além disso, é uma das maiores investidoras em pesquisa e desenvolvimento dentre as grandes companhias de petróleo do mundo. O Estatuto Social da Companhia exige que pelo menos 0,5% do capital social integralizado seja reservado para despesas com pesquisa e desenvolvimento.

Nos últimos três anos (2011, 2012 e 2013), a companhia teve concedidas 97 patentes no Brasil e 143 no exterior, decorrentes de suas atividades em pesquisa e desenvolvimento. Contudo, a Petrobras não tem dependência significativa de patentes, de licenciamento de patentes e de contratos correlatos para o desenvolvimento de suas atividades.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No que se refere ao portfólio de marcas da Petrobras, a crescente internacionalização da companhia tornou as suas marcas de produtos e serviços potencialmente globais, transformando-as em ativos estratégicos. Dessa forma, o desenvolvimento de marcas e o estabelecimento de cláusulas de proteção passaram a considerar sua possível utilização em diversos mercados do mundo. Hoje são 4.161 marcas depositadas/concedidas no Brasil e no exterior; sendo 1.177 processos no Brasil e 2.984 processos no exterior.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Petrobras e sua participação na receita líquida total da Companhia**

País Sede do Emissor	2013	
	Receita Líquida (R\$)	Participação %
Brasil	204.703.985.575,85	86%

Obs.: Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Países Estrangeiros	2013	
	Receita Líquida (R\$)	Participação %
Países Baixos	13.887.834.612,89	6%
Cingapura	7.128.071.525,39	3%
Hong Kong	5.420.646.562,25	2%
Estados Unidos	656.709.396,62	0%
Chile	230.295.711,82	0%
Irlanda	97.023.960,07	0%
Outros	5.280.024.230,08	2%
	32.700.605.999,12	13%

Obs.: Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Total Países Estrangeiros	2013	
	Receita Líquida (R\$)	Participação %
	32.700.605.999,12	13%

Obs.: Participação calculada com base na Receita Líquida da Petrobras Controladora.

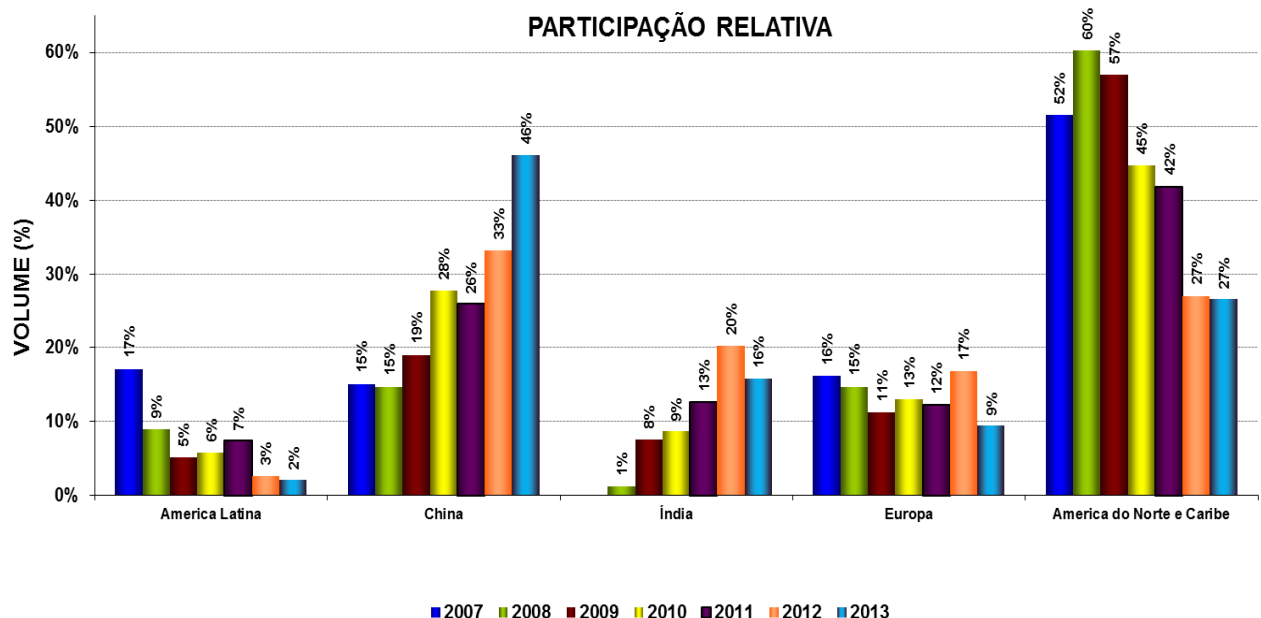
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Atualmente, a comercialização de petróleos nacionais é realizada através de contratos de longo prazo e vendas no mercado “spot”. A maioria dos contratos de longo prazo envolvem compromissos de fornecimento de petróleo no período de um ano, mas também temos volume contratado no horizonte dos próximos 6 anos, tendo em vista o aumento de produção de petróleo projetado para os próximos anos. Dentro deste cenário, consideramos estratégico termos parte deste volume comprometido em contratos de longo prazo. Cabe ressaltar que os contratos estão distribuídos pelos diversos mercados consumidores de petróleo, evitando-se a concentração em uma única localização geográfica.

No mercado de commodity, como o de petróleo por exemplo, o cliente, aquele para quem se vende a produção, tem pouca relevância. Como a demanda é mundial, se nosso petróleo não conseguir ser colocado em um determinado mercado (cliente), haverá demanda em outros mercados. A prova de que a demanda por petróleo e derivados é mundial é a existência de um preço mundial de referência para o petróleo (assim como para os derivados) que é a cotação do petróleo tipo BRENT, dentre outras de menor importância.

Em termos de destino das exportações de petróleo nacional, atualmente a Petrobras possui uma carteira de mais de 30 clientes, distribuídos pelas Américas, Europa e Ásia. São refinadores que regularmente já processaram ou processam petróleos brasileiros e teriam potencial para absorver cerca de 750 mil bpd. No entanto, o volume a ser exportado em 2014 está abaixo deste patamar.

O gráfico adiante mostra que o petróleo exportado pela Petrobras encontra-se distribuído nos diversos mercados, com destaque para o robusto crescimento de nossas vendas para o mercado do Extremo Oriente nos últimos anos – tendência que deverá permanecer para os próximos anos.



7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Petrobras publica anualmente em seu website o Relatório de Sustentabilidade, contendo informações e resultados relacionados às dimensões social, ambiental, de governança corporativa e econômico-financeira da Companhia.

Para consulta e/ou download do Relatório, acessar o website (<http://www.petrobras.com.br>), na seção Meio Ambiente e Sociedade -> Relatório de Sustentabilidade.

7.9 - Outras informações relevantes

Item 7.9 – Outras informações relevantes

Responsabilidade Social e Ambiental

O crescimento da nossa companhia está diretamente relacionado ao respeito pelo meio ambiente e ao compromisso com a sociedade. A Petrobras pauta todas as suas atividades e operações na Responsabilidade Social e Ambiental e busca sempre integrar a sustentabilidade ao seu negócio.

Responsabilidade Social

Em 2013, definimos o desafio de assegurar o alinhamento e a integração da responsabilidade social nos processos decisórios e na gestão do negócio. Para alcançá-lo, construímos direcionadores de responsabilidade social em quatro temas (cultura corporativa, gestão de riscos e impactos, direitos humanos e relacionamento comunitário), que ao longo de 2014 serão desdobrados em objetivos de longo prazo para as áreas corporativas e de negócios.

Projeto de Integração das dimensões de Responsabilidade Social nos projetos de investimento

O principal marco da gestão de riscos e impactos sociais, em 2013, foi o início da elaboração do Projeto de Integração das dimensões de Responsabilidade Social nos projetos de investimento. O objetivo é permitir a identificação e o tratamento de possíveis riscos sociais e ambientais associados aos projetos em avaliação e implementação, que compõem o PNG 2013-2017. A implantação do projeto está prevista para o segundo semestre de 2014.

Investimentos Sociais

Investimos, em 2013, R\$ 519,5 milhões em 830 projetos sociais, ambientais e de esporte educacional.

Lançamos o Programa Petrobras Socioambiental, que prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão, entre 2014 e 2018, em projetos sociais, ambientais e socioesportivos. O novo programa, que reuniu as experiências do ciclo anterior do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania e do Petrobras Ambiental, foi elaborado com base em diretrizes globais referenciadas pelo Pacto Global da ONU e pelos princípios da norma internacional ISO 26000.

A verba de patrocínio para futuros projetos será distribuída por sete linhas de atuação: produção inclusiva e sustentável, biodiversidade e sociodiversidade, direitos da criança e do adolescente, florestas e clima, educação, água e esporte. As iniciativas devem contemplar também equidade de gênero e de raça e inclusão de pessoas com deficiência.

7.9 - Outras informações relevantes

Serão destinados R\$ 51 milhões, em dois anos, para projetos sociais desenvolvidos no entorno de nossas unidades em mais de 15 estados brasileiros. O investimento faz parte da ampliação do Programa Integração Petrobras Comunidades.

Dow Jones Sustainability Index World e Dow Jones Sustainability Emerging Markets

Pelo oitavo ano consecutivo, integramos o Dow Jones Sustainability Index World. Obtivemos nota máxima nos critérios “Liberações ao Meio Ambiente”, que engloba vazamentos de petróleo/produtos químicos e emissões de gás *flaring*, e, pela sétima vez, em “Transparência”. Fomos destaques nos critérios: “Impacto Social nas Comunidades”, “Políticas e Sistemas de Gestão Ambiental” e “Gerenciamento de Risco e Crise”.

Além disso, renovamos nossa participação no Dow Jones Sustainability Emerging Markets, índice regional que engloba 81 empresas de 20 países em desenvolvimento. A presença nesses índices reflete nosso empenho constante em alinhar o crescimento ao desenvolvimento sustentável, mitigando o impacto de nossas atividades no meio ambiente.

Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

A Petrobras aplicou R\$ 5,7 bilhões em suas operações e projetos de investimento ligados à gestão integrada de segurança, meio ambiente e saúde. Para aperfeiçoar o desempenho de SMES, a companhia desenvolveu iniciativas para atender à legislação e incorporar práticas para a operação segura e rentável de suas unidades, procurando sempre minimizar os impactos de suas atividades operacionais e de seus produtos sobre o meio ambiente com vistas a reduzir os potenciais efeitos e o consumo de recursos naturais.

A aplicação de R\$ 47,1 milhões em projetos na área de eficiência energética, os investimentos em otimização, confiabilidade, e as mudanças em procedimentos operacionais proporcionaram economia de cerca de 3,4 mil boed. Destacam-se o aproveitamento da energia renovável e o desenvolvimento de ações visando ao aumento da eficiência energética.

Todo o petróleo refinado no País foi processado em unidades certificadas segundo as normas ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança).

7.9 - Outras informações relevantes

Comissões Internas de Apuração

Nós eventualmente criamos comissões internas de apuração para avaliar nosso atendimento às regulamentações aplicáveis. O escopo de cada comissão é determinado pelos nossos administradores. Após o encerramento de cada comissão, as conclusões relevantes serão divulgadas e os resultados utilizados para aprimorar nossos processos.

Em 31 de março de 2014, a Comissão Interna de Apuração constituída para avaliar denúncias de supostos pagamentos de suborno pela SBM Offshore concluiu que não foram encontradas evidências que suportem tais alegações.

Atualmente, temos algumas comissões internas que foram criadas para avaliar transações mencionadas na imprensa, incluindo (i) uma comissão formada em 24 de março de 2014 para apurar processos de compra da refinaria de Pasadena; (ii) uma comissão criada em 11 de abril de 2014 para avaliar a existência de não conformidades nos processos de contratação com a empresa EcoGlobal; (iii) uma comissão criada em 14 de abril de 2014 para avaliar a existência de não conformidades nos processos de contratação com a empresa Astro Marítima Navegação S.A.; e (iv) duas comissões formadas em 25 de abril de 2014 para apurar procedimentos de contratação para implantação da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Comperj. Essas comissões tem o prazo de 30 a 60 dias para completarem os trabalhos. Baseado nas informações que temos disponível, a Companhia não acredita que as conclusões desses assuntos gerem algum impacto material nas demonstrações financeiras.

Pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

Atualmente oferecemos benefícios pós-aposentadoria a nossos empregados principalmente pelos planos de pensão Petros e Petros 2 e plano de saúde AMS, bem como por outros planos patrocinados por nossas subsidiárias brasileiras e internacionais, conforme descrito na nota 22 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas.

7.9 - Outras informações relevantes

As alterações nas premissas atuariais, incluindo alterações na taxa de desconto utilizada, podem impactar significativamente nossas obrigações pensionárias. Nossas obrigações pensionárias e médicas caíram de U.S.\$47.909 milhões em 31 de dezembro de 2012 para U.S.\$35.308 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente devido a um impacto de U.S.\$10,6 bilhões na remedição das premissas financeiras (oriundo principalmente de um aumento em nossa taxa de desconto nominal).

As nossas taxas de desconto nominais (antes da correção monetária) para os nossos planos de pensão Petros e Petros 2 e para o nosso plano de saúde (AMS) são determinadas baseadas em uma média ponderada dos títulos indexados à inflação da dívida pública (NTN-B), pela vigência de nossas obrigações de benefícios pós-aposentadoria. As taxas de juros de longo prazo do NTN-B subiram da faixa de 2,58% - 4,06% em 2012 para faixa de 5,96% - 6,73% em 2013, proveniente de um aumento da taxa básica de juros (SELIC), que afeta fortemente os NTN-Bs.

O aumento de nossas taxas de desconto nominais de 9,35%, 9,35% e 9,42% em 2012 para 12,88%, 12,97% e 12,90% em 2013, respectivamente para cada plano de pensão e de saúde, seguiu um aumento nas taxas de juros internas mencionadas, bem como um aumento nas projeções de inflação de curto prazo de 5,42% em 2012 para 5,93% em 2013, baseado em uma inflação acima do previsto no Brasil.

Vide a nota 22.5(c) de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para uma análise de sensibilidade do impacto de uma alteração de 100 pontos-base nas premissas atuariais sobre as nossas obrigações de benefícios pós-aposentadoria.

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)

A Petrobras encerrou no dia 31 de março o prazo de inscrição para o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), divulgado em comunicado ao mercado no dia 17 de janeiro.

As inscrições validadas no PIDV totalizaram 8.298 empregados, o que representa 12,4% do efetivo total da Companhia. A previsão é de que 55% dos desligamentos ocorram ainda em 2014.

A redução de custos é expressiva e deverá alcançar de forma conservadora R\$ 13,0 bilhões no horizonte 2014-2018.

7.9 - Outras informações relevantes

O valor estimado dos incentivos financeiros a serem pagos aos empregados que aderiram ao Plano será provisionado nas Demonstrações Contábeis do primeiro trimestre de 2014, totalizando R\$ 2,4 bilhões, com efeito de R\$ 1,6 bilhão no resultado, líquido dos impostos diferidos de R\$ 815 milhões.

Estimamos também que o custo do referido incentivo seja compensado em um tempo médio de 9 meses após a saída de cada um de nossos profissionais.

O Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário foi desenvolvido de forma a adequar o efetivo da Companhia aos desafios do Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 e às metas do PROCOP - Programa de Otimização dos Custos Operacionais, conciliando a necessária retenção do conhecimento, indispensável ao crescimento e à continuidade operacional, segura e sustentável da Companhia. Além do que este PIDV veio ao encontro das expectativas de milhares de empregados da Companhia.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos

A Petrobras é controlada pela União Federal.

b. Controladas e coligadas

As subsidiárias, controladas, negócios em conjunto e coligadas da companhia estão listadas na letra "c" deste item.

c. Participações da Petrobras em sociedades do grupo

Subsidiárias e controladas	Participação no capital - % Capital Subscrito e Integralizado		
	2013	2012	2011
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	100,00%	99,99%	99,99%
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras International Finance Company - PifCo	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Biocombustível S.A.	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras International Braspetro - PIB BV	88,12%	88,12%	88,12%
Termomacaé Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
Termo Ceará Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	99,91%	99,91%	99,91%
Baixada Santista Energia S.A.	100,00%	100,00%	100,00%
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	100,00%	100,00%
5283 Participações Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00%	99,00%	99,00%
Termobahia S.A.	98,85%	98,85%	98,85%
Cordoba Financial Services GmbH	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	99,95%	99,95%	99,95%
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	100,00%	100,00%	100,00%
Downstream Participações Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%
Termoaçu S.A. (j)	100,00%	76,87%	76,87%
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	100,00%	100,00%	100,00%
Breitener Energética S.A. (a)	93,66%	93,66%	65,00%
INNOVA S.A.	100,00%	100,00%	100,00%
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG (c) (d)	100,00%	100,00%	-
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE (c)	100,00%	100,00%	-
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PETROQUÍMICA SUAPE (c)	100,00%	100,00%	-
Liquigás Distribuidora S.A. (c)	100,00%	100,00%	-
Arembepe Energia S.A. (b)	100,00%	100,00%	-
Energética Camaçari Muriçy I Ltda. (b)	100,00%	71,60%	-
Araucária Nitrogenado S.A. (e)	100,00%	-	-
Refinaria Abreu e Lima S.A. (f)	-	100,00%	99,99%
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE (f)	-	99,99%	99,99%
Comperj Participações S.A. (f)	-	100,00%	100,00%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Comperj Poliolefinas S.A. (f)	-	100,00%	100,00%
Comperj Estirênicos S.A. (f)	-	100,00%	100,00%
Comperj MEG S.A. (f)	-	100,00%	100,00%
Cayman Cabiunas Investment Co. (i)	-	100,00%	100,00%
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU (f)	-	80,00%	80,00%
Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC (f)	-	100,00%	100,00%
Braspetro Oil Company - BOC (g)	-	99,99%	99,99%
Petrobras Química S.A. - Petroquisa (f)	-	-	100,00%
Termorio S.A. (f)	-	-	100,00%
FAFEN Energia S.A. (f)	-	-	100,00%
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (f)	-	-	100,00%

Operações em conjunto

Fábrica Carioca de Catalizadores S.A. - FCC (c)	50,00%	50,00%	-
Ibiritermo S.A.	50,00%	50,00%	50,00%

Empreendimento em conjunto

Logum Logística S.A.	20,00%	20,00%	20,00%
Brasil PCH S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
Cia Energética Manauara S.A.	40,00%	40,00%	40,00%
Brasympe Energia S.A.	20,00%	20,00%	20,00%
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	50,00%	50,00%	50,00%
Brentech Energia S.A.	30,00%	30,00%	30,00%
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	33,20%	33,20%	33,20%
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	51,00%	51,00%	51,00%
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
GNL do Nordeste Ltda. (g)	50,00%	50,00%	50,00%
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio (c)	50,00%	50,00%	-
METANOR S.A. - Metanol do Nordeste (c)	34,54%	34,54%	-
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - COQUEPAR (c)	45,00%	45,00%	-

Coligadas

Braskem S.A.	36,20%	36,20%	2,15%
Bioenergética Britarumã S.A.	30,00%	30,00%	30,00%
UEG Araucária Ltda.	20,00%	20,00%	20,00%
Energética SUAPE II S.A.	20,00%	20,00%	20,00%
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	20,00%	20,00%	20,00%
UTE Norte Fluminense S.A.	10,00%	10,00%	10,00%
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	4,59%	5,00%	5,03%
Sete Brasil Participações S.A.	5,00%	5,00%	5,00%
Deten Química S.A. (c)	27,88%	27,88%	-
Nitroclor Produtos Químicos Ltda. (c)	38,80%	38,80%	-
Companhia Energética Potiguar S.A. (i)	-	20,00%	20,00%
BRK - Investimentos Petroquímicos (h)	-	-	24,29%

Entidades Estruturadas Consolidadas

Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais Charter Development LLC.
Nova Transportadora do Nordeste S.A.
Nova Transportadora do Sudeste S.A.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Pdet Offshore S.A.

b) Concluídos com o exercício da opção de compra

Data da conclusão

Companhia Mexilhão do Brasil	1T-2011
Albacora Japão Petróleo LTDA.	2T-2011
Transportadora Gasene (anteriormente controlada da Gasene Participações Ltda)	4T-2011
Companhia de Recuperação Secundária	4T-2011

OBS: Não houve alteração, inclusão ou exclusão entre 2012 e 2013 na relação das Entidades Estruturadas Consolidadas que integram o quadro societário da Petrobras.

LEGENDA:

(a) Aquisição de controle a partir de 2010.

(b) Aquisição de controle em 2012 decorrente de combinação de negócios.

(c) Participação direta em 2013 e 2012 (indireta em 2011), decorrente de reorganizações societárias em controladas.

(d) Alteração de nome durante 2012: de Alberto Pasqualini S.A. (REFAP) para Empresa de Logística de E&P S.A., e depois para Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG.

(e) Aquisição de controle a partir de 2013 decorrente de combinação de negócios.

(f) Empresas incorporadas pela Petróleo Brasileiro S.A. .

(g) Empresas em processo de liquidação. e/ou liquidada

(h) Cisão parcial da BRK em 2012 com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

(i) Empresa alienada em 2013.

(j) Participação direta em 2013 (indireta em 2012 e 2011), decorrente de reorganizações societárias em controladas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

d. Participações de sociedades do grupo na Petrobras

As sociedades do grupo não possuem participação na companhia.

e. Sociedades sob controle comum

A companhia é controlada pela União Federal e mantém diversas transações com o acionista controlador e entidades governamentais no curso normal de suas operações.

Segue abaixo relação das principais entidades que são controladas pelo Governo Federal:

- Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
- Amazonas Distribuidora de Energia – AMAZONAS ENERGIA
- Banco da Amazônia – BASA
- Banco do Brasil - BB
- Banco do Nordeste do Brasil- BNB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- Caixa Econômica Federal – CAIXA
- Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS
- Centrais Elétricas de Rondônia – CERON
- Centrais Elétricas do Norte – ELETRONORTE
- Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE
- Companhia Energética de Roraima – CER
- Secretaria do Tesouro Nacional – TESOURO NACIONAL

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma do grupo econômico da Petrobras em 31 de dezembro de 2013:

PETROBRAS	
BRASIL	NO EXTERIOR
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Petrobras International Braspetro - PIB BV
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Petrobras International Finance Company - PifCo
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	Braspetro Oil Services Company - Brasoil
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - Citepe	Cordoba Financial Services GmbH
Petrobras Biocombustível S.A. - P BIO	
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PetroquímicaSuape	
Liquigás Distribuidora S.A.	
Araucária Nitrogenados S.A.	
Termomacaé Ltda.	
Termoaçu S.A.	
INNOVA S.A. (*)	
5283 Participações Ltda.	
Breitener Energética S.A.	
Termobahia S.A.	
Termo Ceará Ltda.	
Arembepe Energia S.A.	
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	
Baixada Santista Energia S.A.	
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	
Energética Camaçari Muricy I Ltda.	
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	
Downstream Participações Ltda.	

(*) Investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2013, conforme nota explicativa 10 de nossas demonstrações contábeis auditadas anuais.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	02/04/2014
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 02 de abril de 2014, a AGE da Petrobras aprovou as incorporações das companhias Termoçu S.A., Termoçarã Ltda. e Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. A incorporação dessas empresas visa simplificar estrutura societária da companhia, minimizar custos e capturar sinergias, conforme detalhado no item 6.5 - Incorporação de Subsidiárias.
Data da operação	16/12/2013
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 16 de dezembro de 2013, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação das companhias Refinaria Abreu e Lima S.A ("RNEST"), Companhia de Recuperação Secundária ("CRSec") e Petrobras International Finance Company S.A. - PifCo - parcela cindida ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. A incorporação dessas empresas visa simplificar estrutura societária da companhia, minimizar custos e capturar sinergias, conforme detalhado no item 6.5 - Incorporação de Subsidiárias.
Data da operação	16/12/2013
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a cisão parcial da Petrobras International Finance Company S.A. - PifCo, com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, conforme detalhado no item 6.5 - Investimentos no exterior (Cisão parcial da Petrobras International Finance Company S.A. - PifCo).
Data da operação	13/11/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aprovação da alienação da Petrobras Energia Peru
Descrição da operação	Em 13 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras de Valores Internacional de España S.L. (PVIE) e Petrobras Internacional Braspetro BV (PIB BV), de 100% das ações da Petrobras Energia Peru S.A. para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de R\$ 6.201 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação, conforme detalhado no item 6.5 - Investimentos no exterior (Petrobras Energia Peru S.A.).
Data da operação	28/10/2013
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Investimento na Guarani S.A. Em 28 de outubro de 2013 a P BIO efetuou novo aporte no valor de R\$ 225 milhões na Guarani S.A., passando a deter 39,56% das ações da empresa, conforme detalhado no item 6.5 - Biocombustíveis - (Acordo de Investimentos entre Petrobras Biocombustível e Guarani).
Data da operação	04/10/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aprovação da alienação dos Blocos de Exploração

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 04 de outubro de 2013, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a venda para a Shell, pelo valor de R\$ 40 milhões, da participação acionária de 40% que a Petrobras Uruguay Servicios y Operaciones S.A. (PUSO), controlada da Petrobras Uruguay S.A. de Inversión, possuía nas empresas Bizoy S.A. e Civeny S.A., detentoras respectivamente dos blocos exploratórios 3 e 4, localizados na Bacia de Punta Del Este, no Uruguai. O fechamento da operação está sujeito a determinadas condições precedentes, conforme detalhado no item 6.5 – Investimentos no exterior (Blocos de Exploração - Uruguai).
Data da operação	30/09/2013
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 30 de setembro de 2013, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação das companhias Comperj Participações S.A., Comperj Estirênicos S.A., Comperj Meg S.A., Comperj Poliolefinas S.A. e SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda. ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. A incorporação dessas empresas visa simplificar estrutura societária da companhia, minimizar custos e capturar sinergias, conforme detalhado no item 6.5 - Incorporação de Subsidiárias.
Data da operação	13/09/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aprovação da alienação da Petrobras Colombia Limit
Descrição da operação	Em 13 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited (PEC), controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), para a Perenco Colombia Limited, pelo valor de R\$ 847 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação, conforme detalhado no item 6.5 – Investimentos no exterior (Petrobras Colombia Limited - PEC).
Data da operação	16/08/2013
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras America Inc, controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), de sua participação de 33% no campo de Coulomb, localizado no bloco Mississippi Canyon 613 (MC 613), pelo valor de R\$ 418 milhões. A Shell Offshore Inc., operadora e detentora de 67% de participação no campo, exerceu seu direito de preferência na aquisição. Com a efetivação desta transação em 27 de setembro de 2013, o resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 277 milhões, após as deduções do ajuste de preço, conforme farm-out agreement, e os custos relacionados ao ativo.
Data da operação	16/08/2013
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação da participação total no projeto offshore Parque das Conchas (Bloco BC-10), equivalente a 35% do consórcio e da participação na Tambá BV, fornecedora de equipamentos, pelo valor de US\$ 1,54 bilhão, conforme detalhado no item 6.5 – Bloco BC-10 – Parque das Conchas.
Data da operação	16/08/2013
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 16 de agosto de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia Energética Potiguar, equivalente a 20% do capital votante, pelo valor total de R\$ 23 milhões, conforme detalhado no item 6.5 – Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás (Alienação da participação acionária na Companhia Energética Potiguar).
Data da operação	14/06/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Acordo de investimentos
Descrição da operação	Em 14 de junho de 2013, Petrobras aprovou o acordo celebrado entre a Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), controlada da Petrobras, e a BTG Pactual E&P B.V., empresa controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., para a formação de uma joint venture para atuar na exploração e produção de óleo e gás na África. Para constituição da joint venture, a BTG Pactual E&P B.V. adquiriu 50% das ações da Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), detidas pela PIBBV, pelo valor total de R\$ 3.364 milhões, conforme detalhado no item 6.5 – Investimentos no exterior (Formação de joint venture para atuação na área de exploração e produção (E&P) no continente africano).
Data da operação	14/06/2013
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 14 de junho de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Brasil PCH S.A., equivalente a 49% do capital votante, pelo valor total de R\$ 650 milhões. Em 14 de fevereiro de 2014, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor total de R\$ 711 milhões, conforme detalhado no item 6.5 – Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás (Aprovação da alienação acionária na Brasil PCH S.A.).
Data da operação	01/06/2013
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 01 de junho de 2013, a Petrobras adquiriu 100% da Araucária Nitrogenados S.A. (FAFEN-PR) por US\$ 234 milhões, conforme detalhado no item 6.5 – Operações com fertilizantes (Aquisição da Araucária Nitrogenados S.A.).
Data da operação	14/05/2013
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 14 de maio de 2013, a Petrobras passou a deter participação de 100% do capital da Termoçu S.A., conforme detalhado no item 6.5 – Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás (Aquisição de controle na Termoçu S.A.).
Data da operação	29/01/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Acordo de investimentos
Descrição da operação	Em 29 de janeiro de 2013 a Denominação Social da Total Agroindústria Canavieira S.A. foi alterada, passando a ser denominada “Bambuí Bioenergia S.A.”, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, conforme detalhado no item 6.5 - Biocombustíveis – (Bambuí Bioenergia S.A.).
Data da operação	18/01/2013
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Em 18 de janeiro de 2013, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% da empresa Belem Bioenergia Brasil S.A. pela quantia de R\$ 50 milhões, passando a operar em conjunto com a Galp Bioenergy B.V. o empreendimento para a produção de óleo de palma como matéria-prima para a produção de green diesel em Portugal, o qual estava sob gestão da Belem Bioenergy B.V. Foram subscritas e integralizadas novas ações em maio de 2013 (R\$ 23 milhões), em setembro de 2013 (R\$ 58 milhões) e em dezembro de 2013 (R\$ 17 milhões), para cada sócio, mantendo-se o compartilhamento do controle da investida.</p> <p>O empreendimento, em fase de instalação, envolve o plantio de 60 mil hectares de palma para a produção de 335 mil toneladas de óleo de palma.</p>
Data da operação	30/11/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Cisão parcial da BR Distribuidora
Descrição da operação	Em 30 de novembro de 2012, a Petrobras passou a deter diretamente a totalidade das ações da Liquigás, após aprovação da AGE referente a cisão parcial da BR e da Liquigás, conforme detalhado no item 6.5 – Distribuição (Cisão parcial da BR Distribuidora).
Data da operação	29/10/2012
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Investimento na Guarani S.A. Em 29 de outubro de 2012 a P BIO efetuou novo aporte no valor de R\$ 212 milhões na Guarani S.A., passando a deter 35,76% das ações da empresa, conforme detalhado no item 6.5 - Biocombustíveis – (Acordo de Investimentos entre Petrobras Biocombustível e Guarani).
Data da operação	26/09/2012
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 26 de setembro de 2012, a Petrobras aumentou sua participação de 65% para 93,66% no capital da Breitener Energética S.A., conforme detalhado no item 6.5 - Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás – (Aumento de participação na Breitener Energética S.A.).
Data da operação	31/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de ativos da PB-LOG para Petrobras
Descrição da operação	Em 31 de julho de 2012, a Alberto Pasqualini S.A. - REFAP passou a denominar-se Empresa de Logística de E&P S.A., após a transferência dos seus ativos de refino para a Petrobras. Em 1º de novembro de 2012 a Empresa de Logística de E&P S.A passou a se chamar Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG. A Companhia não teve seu patrimônio líquido afetado em função da transferência dos ativos.
Data da operação	29/06/2012
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 29 de junho de 2012, a companhia assinou um acordo extrajudicial que prevê o término de todas as ações judiciais existentes entre as empresas do grupo Petrobras e as empresas do grupo belga Transcor/Astra, controlador da Astra Oil Trading NV (Astra), inclusive aquelas relacionadas ao processo arbitral que reconheceu em abril de 2009 o exercício da opção de venda de ações da Astra para a Petrobras America S.A. - PAI, de sua participação acionária (50%) na Pasadena Refining System Inc - PRSI e Trading Company, conforme detalhado no item 6.5 – Aquisição da totalidade da Refinaria Pasadena.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	29/06/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Cisão parcial da Downstream
Descrição da operação	Em 29 de junho de 2012, a Petrobras passou a deter diretamente 100% das ações da Alberto Pasqualini S.A. – REFAP, após cisão parcial de sua controlada Downstream Participações Ltda. que detinha este investimento. Esta reestruturação não afetou o patrimônio líquido da companhia.
Data da operação	28/02/2012
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Aumento de participação na Energética Camaçari Muricy S.A. Em 28 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou a Petrobras a exercer o direito de subscrever a totalidade das ações emitidas pela termelétrica Energética Camaçari Muricy I S.A. por R\$ 31 milhões. No primeiro trimestre de 2012 a Petrobras aportou R\$ 11 milhões passando a deter 59,91% e, em julho de 2012, aportou a parcela remanescente de R\$ 20 milhões, alcançando 71,6% do capital total integralizado na termelétrica. Em 24 de janeiro de 2013, a Petrobras celebrou acordo com o Grupo Bertin e passou a deter 100% das ações da termelétrica conforme detalhado no item 6.5 - Operações com termelétricas e distribuidoras de gás – (Aquisição da Energética Camaçari Muricy S.A.).
Data da operação	28/02/2012
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 28 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou o aumento de capital na Arembepe Energia S.A. pela Petrobras, passando a deter participação de 100% no capital, conforme detalhado no item 6.5 - Operações com termelétricas e distribuidoras de gás – (Aquisição da Arembepe Energia S.A.).
Data da operação	08/02/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Acordo de investimentos
Descrição da operação	Em 8 de fevereiro de 2012, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que previa o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig. Atualmente a GBD é 100% controlada pela Gaspetro.
Data da operação	27/01/2012
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. - Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. - BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social. Essa reorganização das participações petroquímicas encontra-se detalhado no item 6.5 – Operações com setor petroquímico – Reorganização do portfólio de participações petroquímicas.
Data da operação	23/12/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Aquisição da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU. Em 23 de dezembro de 2011, a Petrobras adquiriu 80% da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A – CDPU por R\$ 20 milhões. Em 28 de junho de 2013, a Petrobras aportou no Comperj Participações S.A. – COMPERJPAR suas ações detidas na CDPU, com aumento no capital social da COMPERJPAR. Nesta mesma data, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A – CDPU pelo Comperj Participações S.A. – COMPERJPAR, conforme detalhado no item 6.5 – Operações com setor petroquímico (Aquisição da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU).
Data da operação	19/12/2011
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 19 de dezembro de 2011, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação das companhias Termorio S.A. (TERMORIO), Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (UTE JUIZ DE FORA) e Fafen Energia S.A. (FAFEN ENERGIA) ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. A incorporação dessas empresas visa simplificar estrutura societária da companhia, minimizar custos e capturar sinergias, conforme detalhado no item 6.5 - Incorporação de Subsidiárias.
Data da operação	09/12/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Opção de compra de SPE - Companhia de Recuperação Secundária - CRSec. Em 09 de dezembro de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra de 100% da Companhia de Recuperação Secundária - CRSec, conforme detalhado no item 6.5 - Opção de compra de Sociedade de Propósito Específico.
Data da operação	11/11/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 11 de novembro de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra de 100% das ações da Transportadora Gasene S.A, subsidiária da Gasene Participações S.A, conforme detalhado no item 6.5 - Opção de compra de SPE (Transportadora Gasene S.A.).
Data da operação	29/07/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 29 de julho de 2011, o processo de aquisição de 100% das ações da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (GBD) foi concluído com o pagamento de R\$ 425 milhões (equivalentes a US\$ 271 milhões) realizado pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro à Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. – ENI, conforme detalhado no item 6.5 - Operações com termoelétricas e distribuidoras de gás – (Aquisição da Gás Brasileiro Distribuidora S.A.).
Data da operação	01/07/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 01 de julho de 2011, a Petrobras através de sua subsidiária integral Petrobras Biocombustível S.A., adquiriu 50% do capital social da empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. por R\$ 145 milhões, conforme detalhado no item 6.5 – Biocombustível - (BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.).
Data da operação	02/05/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina. Em 02 de maio de 2011, a Companhia vendeu ativos de refino e distribuição na Argentina à Oil Combustibles S.A. por US\$ 102 milhões, conforme acordo assinado em 04 de maio de 2010. A operação, que está sujeita a aprovação do órgão regulador argentino, compreendeu uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma planta fluvial, rede de comercialização de combustíveis vinculada à refinaria (aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados), bem como os estoques de petróleo e derivados.
Data da operação	04/04/2011
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 04 de abril de 2011, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação da Companhia Mexilhão do Brasil - CMB ao seu patrimônio, por esta representar a forma mais eficiente de extinção da sociedade e de absorção dos seus ativos.
Data da operação	01/04/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Aquisição de participação na Innova S.A. Em 31 de março de 2011, a Petrobras passou a deter diretamente 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica localizada no Polo de Triunfo (RS), que era indiretamente controlada pela Petrobras Argentina (Pesa). O valor da operação foi de US\$ 332 milhões (equivalentes a R\$ 551 milhões). Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação, conforme detalhado no item 6.5 – Operações com setor petroquímico (Aquisição e aprovação da alienação da participação na Innova S.A.).
Data da operação	01/03/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Logum Logística S.A
Descrição da operação	Em 01 de março de 2011, a razão social da PMCC Soluções Logística de Etanol S.A. foi alterada para Logum Logística S.A., conforme detalhado no item 6.5 – Biocombustíveis – (Logum Logística S.A.).
Data da operação	31/01/2011
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 31 de janeiro de 2011, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação da Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e da Comperj PET S.A. ao seu patrimônio, sem aumento do capital social.
Data da operação	12/01/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 12 de janeiro de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra de 100% da Companhia Mexilhão do Brasil - CMB, conforme detalhado no item 6.5 - Opção de compra de SPE (Projeto Mexilhão).

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Todos os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão descritos nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
P-56: Stationary Production Unit (semi-submersible platform)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Marlim Sul	Arrendada
Terminal GNL BGB	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
U-4283 Unid Hidrotratamento Diesel-REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
P-53: Floating Production Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Marlim Leste	Arrendada
UTE Euzébio Rocha	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Unid Hidrodessulfurização-REPAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
Unid Tratamento-REPAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
CAB- VITÓRIA/GASCAV	Brasil	RJ	Cabiúnas	Arrendada
COARI-MANAUS/GASCOM	Brasil	AM	Coari	Arrendada
GASBEL II	Brasil	MG	Betim	Arrendada
GASDUC-III	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Arrendada
URUCU-COARI/GARSOL	Brasil	AM	Urucu	Arrendada
P55 -Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Roncador	Arrendada
P58 - Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	ES	Bacia Espirito Santo-Jubarte - Cachalote	Arrendada
P62 - Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Roncador	Arrendada
P63 - Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	SP	Bacia de Campos - Papa Terra	Arrendada
P61 - Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	SP	Bacia de Campos - Papa Terra	Arrendada
P60 - Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Alb. Leste	Arrendada
Unidade Tratamento de Gás de Caraguatatuba	Brasil	SP	Caraguatatuba	Própria
Unidade de Coqueamento - REPAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
Unidade de Gasolina - REGAP	Brasil	MG	Betim	Própria
UTE Governador Leonel Brizola	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Unidade de Coqueamento - REDUC	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Plataforma de Mexilhão	Brasil	SP	Santos	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade de hidrotreatamento QAV/Diesel - RECAP	Brasil	SP	Mauá	Própria
Unidade de hidrotreatamento QAV/Diesel - REPAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
Unidade de Processo - REVAP	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Unidade de hidrotreatamento QAV/Diesel - RLAM	Brasil	BA	Mataripe	Própria
Unidade de Processo - REDUC	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Unidade de Processo - REPLAN	Brasil	SP	Paulina	Própria
Unidade Reforma Catalítica - REVAP	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Unidade de Gasolina - REFAP	Brasil	RS	Canoas	Própria
Plataforma de bombeamento - PRA-1	Brasil	RJ	Macaé	Arrendada
Gasoduto Catu x Itaporanga	Brasil	BA	Itaporanga	Arrendada
Gasoduto Carmópolis x Pilar	Brasil	SE	Pilar	Arrendada
Campinas-Rio trecho: Paulínea x Taubaté	Brasil	SP	Taubaté	Arrendada
Hidrotreatamento Nafta de Coque-cdmpi	Brasil	SP	São José dos Campos	Arrendada
P-50 : Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Alb. Leste	Arrendada
P-57: Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Jubarte	Arrendada
P-51: Stationary Production Unit (semi-submersible platform)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Marlim Sul	Arrendada
P-52: Semi-Submersible Production Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Roncador	Arrendada
P-54: Floating Production, Storage and Offloading Unit (Plataforma)	Brasil	RJ	Bacia de Campos - Roncador	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO DE CARGAS MISTAS DE HIDROCARBONETOS DE DIFERENTES ORIGENS	ESTADOS UNIDOS	17/12/2027	-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.
Patentes	PROCESSO PARA A REDUÇÃO DA ACIDEZ NAFTÊNICA DE PETRÓLEOS OU SUAS FRAÇÕES	MÉXICO	26/7/2025	-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO E DISPOSITIVO PARA ALTERAR A DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO	ESTADOS UNIDOS	12/3/2027	<p data-bbox="1155 325 1637 507">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 539 1637 627">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 659 1637 810">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 842 1637 906">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

Patentes	PROCESSO PARA REMOÇÃO DE DANO PARAFÍNICO COM AUXÍLIO DE ESPUMA GERADA IN SITU EM FORMAÇÕES	Brasil	09/04/2022	"Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável"	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.
				"Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo	

Patentes	PROCESSO PARA REMOÇÃO DE DANO PARAFÍNICO COM AUXÍLIO DE ESPUMA GERADA IN SITU	Brasil	09/04/2022	judicial. Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compu	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicue sua propriedade intelectual.
Patentes	ARRANJO DE ELEMENTO COMPENSADOR SUSPENSOR.	MÉXICO	28/2/2025	-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicue sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	TRANSDUTOR ÓPTICO PARA MEDIDA SIMULTÂNEA DE PRESSÃO E TEMPERATURA EM POÇOS DE PETRÓLEO	ESTADOS UNIDOS	30/11/2025	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	SISTEMA SUBMARINO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, MÉTODO DE INSTALAÇÃO E USO DO MESMO	ESTADOS UNIDOS	17/08/2025	<p data-bbox="1155 320 1630 504">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 536 1630 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 655 1630 807">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 839 1630 903">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ADITIVO MULTIFUNCIONAL PARA MAX. DE PROPRIEDADES RELEVANTES A UM PROCESSO DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO	ESTADOS UNIDOS	08/02/2027	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA A HIDROCONVERSÃO DE ÓLEOS VEGETAIS	ALEMANHA	07/10/2025	<p data-bbox="1155 325 1632 507">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 539 1632 628">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 660 1632 813">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 845 1632 906">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável"</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA REDUÇÃO DE ACIDEZ DE MISTURAS DE HIDROCARBONETOS	ESTADOS UNIDOS	10/03/2027	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BOIA DE SUB-SUPERFÍCIE, SISTEMA DE AMARRAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DINÂMICA E MÉTODO DE INSTALAÇÃO DE BOIA	REINO UNIDO	6/3/2025	<p data-bbox="1155 320 1630 504">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 536 1630 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 655 1630 807">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 839 1630 906">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	MÓDULO E SISTEMA PARA BOMBEIO SUBMARINO DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS COM FRAÇÃO DE GÁS ASSOCIADO	NIGÉRIA	19/03/2030	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável-</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO E REATOR PARA PIRÓLISE DE CARGAS RESIDUAIS	BRASIL	19/12/2021	<p data-bbox="1155 320 1630 504">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 536 1630 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 655 1630 807">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 839 1630 904">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	GABARITO INTERNO ROBOTIZADO COM INCIDÊNCIA NORMAL AO OLEODUTO	NORUEGA	13/2/2022	<p data-bbox="1155 320 1630 501">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 539 1630 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 662 1630 810">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 849 1630 903">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA CRAQUEAMENTO CATALÍTICO DE FLUIDO DE CARGAS DE HIDROCARBONETOS COM TEORES DE NITROGENIO	HOLANDA	29/10/2023	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável-</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE PRODUÇÃO DE ETANOL A PARTIR DO HIDROLISADO DA FRAÇÃO HEMICELULÓSICA DO BAGAÇO DE CANA	DINAMARCA	3/7/2027	<p data-bbox="1155 320 1608 504">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 536 1608 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 655 1608 807">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 839 1608 903">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	FPSO EM FORMA DE MONO-COLONA	ESTADOS UNIDOS	24/04/2028	<p data-bbox="1155 320 1630 504">-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p data-bbox="1155 536 1630 624">Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p data-bbox="1155 655 1630 807">Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p data-bbox="1155 839 1630 903">Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA A PRODUÇÃO DE ETANOL A PARTIR DE MATERIAIS LIGNOCELULÓSICOS POR VIA ENZIMÁTICA	ESTADOS UNIDOS	16/8/2030	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE HIDRODESSULFURIZAÇÃO SELETIVA DE CORRENTES OLEFÍNICAS.	ESTADOS UNIDOS	12/10/2024	<p>-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.-</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.
Patentes	PROCESSO DE REDUÇÃO DE ACIDEZ NAFTÊNICA EM PETRÓLEO	ESTADOS UNIDOS	31/08/2026	<p>-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE PRODUÇÃO DE COMPOSIÇÕES DE ASFALTO BORRACHA ESTOCÁVEL, COMPOSIÇÕES ASSIM OBTIDAS.	Brasil	02/04/2023	<p>"Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável"</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.
Patentes	APARELHAGEM E MÉTODO PARA PRÉ-INSTALAÇÃO, POR QUEDA LIVRE, DE CABEÇA DE POÇO SUBMARINA	ESTADOS UNIDOS	11/10/2025	<p>-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ADITIVO PARA AUMENTO DO NÚMERO DE CETANO DE COMBUSTÍVEL DIESEL E PROCESSO DE OBTENÇÃO	BRASIL	25/10/2025	<p>"Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável"</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicasse sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE HIDROTRATAMENTO DE ÓLEO DE BIOMASSA DILUÍDO EM CORRENTE DE REFINO DE PETRÓLEO	ESTADOS UNIDOS	10/06/2032	<p>"Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente.</p> <p>Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial.</p> <p>Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões.</p> <p>Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável"</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.
Patentes	APARELHAGEM PARA ANCORAGEM RÁPIDA E MÉTODO DE OPERAÇÃO	ESTADOS UNIDOS	17/7/2023	<p>-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ESTRUTURA FLUTUANTE	MÉXICO	10/12/2024	<p>-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicue sua propriedade intelectual.
Patentes	APARELHO E PROCESSO PARA O CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO EM REATOR DESCENDENTE	CHINA	10/2/2024	<p>-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.</p>	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindicue sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	APARATO RETIFICADOR E PROCESSO PARA CRAQUEAMENT O CATALÍTICO FLUIDO	ESTADOS UNIDOS	20/3/2025	-Pedido de nulidade administrativa: Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. -Pedido de nulidade jurídica: Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. - Caducidade: Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. - Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.
Patentes	PROCESSO PARA A OXIDAÇÃO EXTRATIVA DE CONTAMINANTE S DE CORRENTES BRUTAS DE HIDROCARBONE TOS	ESTADOS UNIDOS	6/5/2023	-Pedido de nulidade administrativa - Após a concessão da patente, terceiros podem contestar a patente por processo administrativo, junto ao órgão responsável, a qualquer tempo durante a vigência da patente. Pedido de nulidade jurídica – Uma patente pode ser quebrada por processo judicial. Caducidade - Após quatro anos do depósito e após três anos da concessão, qualquer pessoa pode apelar judicialmente para obter licença compulsória por diferentes razões. Falta de pagamento da anuidade ao órgão responsável.	A perda dos direitos destas patentes resultaria no fim da exclusividade do uso da tecnologia envolvida e comprometeria a liberdade de aplicar a tecnologia em questão sem que nenhum outro competidor reivindique sua propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
5283 Participações Ltda	03.538.572/0001-17	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.	100,000000
Exercício social		Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
		350,970000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	517.194.000,00		
		111,490000	0,000000	0,00				
		162,120000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Araucária Nitrogenado S.A.	60.886.413/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Engarrafar, comercializar e distribuir GLP e correlatos.	100,000000
		100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	788.594.000,00		
		0,000000	0,000000	0,00				
		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Arembepe Energia S.A.	08.627.559/0001-58	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	Tem por objetivo específico a implantação da UTE Camaçari Polo de Apoio I, termelétrica de 148 MW para geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.	100,000000
		40,780000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	313.817.000,00		
		6912,300000	0,000000	0,00				
		-75,610000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Baixada Santista Energia Ltda.	03.059.729/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Cubatão	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	24,480000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	270.396.000,00		
31/12/2012	-9,890000	0,000000	0,00					
31/12/2011	-3,300000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Bioenergética Britarumã S.A	33.000.167/0001-01	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Tem por objetivo específico a implantação da UTE Utarumã, termelétrica de 60 MW para a geração e comercialização de energia elétrica e vapor, na forma de produtor independente de energia elétrica.	30,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	33.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios. 09271008782								
Brasil PCH S.A.	07.314.233/0001-08	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	8.320.000,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	21.982.000,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	5.495.000,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação da totalidade da participação acionária detida na Brail PCH, equivalente a 49%. Essa participação acionária foi reclassificada para ativos mantidos para venda, aguardando a conclusão das condições precedentes desta operação.								
Braskem S.A.	42.150.391/0001-70	482-0	Coligada	Brasil	BA	Camaçari	Produção de petroquímicos básicos como eteno, propeno e benzeno, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas, produzem polietileno, polipropileno e PVC.	36,200000
				Valor mercado	31/12/2013	5.096.689.000,00		
31/12/2013	-6,610000	69,380000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	5.157.875.000,00		
31/12/2012	-11,290000	-13,340000	174.397.000,00					
31/12/2011	-4,140000	-39,520000	5.384.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Braspetro Oil Company - BOC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa extinta no exercício de 2013.								
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	28,210000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-467.853.000,00		
31/12/2012	208,880000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	7,760000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Brasympe Energia S.A.	04.831.696/0001-59	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo específico a geração e a comercialização de energia elétrica na forma de produtor independente de energia elétrica.	20,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	5,320000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	16.640.000,00		
31/12/2012	0,750000	0,000000	351.000,00					
31/12/2011	9,770000	0,000000	163.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Breitener Energética S.A.	04.816.991/0001-36	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Tem como objeto social a produção de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), par suprimimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida.	93,660000
				Valor mercado				
31/12/2013	-0,220000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	475.153.000,00		
31/12/2012	1480,390000	0,000000	0,00					
31/12/2011	-62,530000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Brentech Energia S.A.	07.921.085/0001-90	-	Coligada	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Tem por objetivo específico a implementação da Usina Termelétrica Goiânia II, de 140 MW, a diesel, para geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia.	30,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2013	22,570000	0,000000	1.359.000,00	Valor contábil	31/12/2013	14.799.000,00			
31/12/2012	14,070000	0,000000	0,00						
31/12/2011	1,220000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
BRK Investimentos Petroquímicos S.A	11.395.617/0001-70	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Holding criada para deter participação societária representativa do controle da Braskem.	0,000000	
Valor mercado									
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	32.030.000,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
No exercício de 2012, ocorreu a cisão parcial da BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.									
Cayman Cabiunas Investment CO	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman		Grand Cayman	Empresa com Propósito Específico de captar recursos, juntos a instituições financeiras inernacionais, necessários à construção de Ativos e tornar proprietárias dos mesmo, tudo de forma a arrendá-los para à Petrobras.	100,000000	
Valor mercado									
31/12/2013	0,000000	0,000000	23.494.000,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Empresa extinta no exercício de 2013.									
Cia Energética Manauara S.A.	07.303.379/0001-58	-	Coligada	Brasil	AM	Manaus	Tem como objeto social a implantação de uma usina termelétrica para fornecer energia elétrica para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AME).	40,000000	
Valor mercado									
31/12/2013	-2,340000	0,000000	10.000.000,00	Valor contábil	31/12/2013	60.580.000,00			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	8,710000	0,000000	8.108.000,00					
31/12/2011	2,910000	0,000000	8.508.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - COQUEPAR	08.782.537/0001-62	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Coquepar , foi constituída em 21 de março de 2007, tem por objeto social: (i) a produção, transformação, compra, venda, importação, exportação, por conta própria ou através de terceiros, de coque de petróleo calcinado e produtos correlatos; (ii) a produção e venda de energia recuperada de seu processo industrial; (iii) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (iv) a prestação de serviços técnicos relacionados com a aludida indústria.	45,000000
--	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	---	-----------

Valor mercado

31/12/2013	0,900000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	20.610.000,00
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU	11.996.987/0001-62	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objetivo principal a análise, adequação e consolidação e/ou ajustes do projeto básico para a implementação da Central de Utilidades do COMPERJ, assim como a negociação dos contratos e de um pacote de financiamento para a implementação da Central de Utilidades e condução de outras atividades necessárias relacionadas à implementação da Central de Utilidades do COMPERJ.	0,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	----------

Valor mercado

31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.

Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC	04.652.792/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Macaé	Tem como objeto social a locação de bens à PETROBRAS destinados à complementação do desenvolvimento dos campos Pargo, Carapeba, Garoupa, Cherne e Congro. Também, efetuar a compra e importação de equipamentos em geral e prestação de serviços relacionados à produção de petróleo.	0,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	-------	---	----------

Valor mercado

31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	0,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.

Companhia Energética Potiguar S.A.	04.853.028/0001-22	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Tem por objeto social principal a produção, geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, bem como exercer outras atividade que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, serem vinculadas ao seu propósito específico.	0,000000
------------------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	----------	--	----------

Valor mercado

31/12/2013	0,000000	0,000000	20.701.000,00	Valor contábil 31/12/2013	0,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação societária nesta empresa foi alienada durante o exercício de 2013.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE	08.220.101/0001-80	-	Controlada	Brasil	PE	Ipojuca	A Companhia tem por objeto, observados os preceitos legais, a produção, distribuição e comercialização de Polímeros e Filamentos Conínuos de Poliéster e de produtos correlatos, de sua fabricação ou de terceiros, inclusive importação e exportação dos mesmos, no Brasil e no exterior, além de outras atividades correlatas ou afins, podendo ter participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	39,050000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	2.503.765.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	05.911.239/0001-37	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cuja finalidade é a locação de ativos para exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo a prestação e a contratação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	1,850000	0,000000	37.067.000,00	Valor contábil	31/12/2013	1.530.246.000,00		
31/12/2012	1,990000	0,000000	479.000,00					
31/12/2011	0,020000	0,000000	-2.999.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PETROQUIMICASUAP E	07.986.997/0001-40	-	Controlada	Brasil	PE	Ipojuca	A Companhia tem por objeto observados os preçitos legais, a produção, distribuição, transporte e comercialização de ácido tereftálico e de produtos correlatos, de sua fabricação ou de terceiros, inclusive e exportação deles, no Brasil e e no exterior, além de outras atividades correlatas ou afins, podendo ter participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	6,740000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	1.498.808.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Comperj Estirênicos S.A.	10.686.006/0001-18	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	40.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								
Comperj MEG S.A.	10.693.983/0001-42	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2011	0,000000	0,000000	66.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								
Comperj Participações S.A.	10.693.351/0001-89	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								
Comperj PET S.A.	10.685.986/0001-34	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	62.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2011.								
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	10.693.579/0001-79	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2011.								
Comperj Poliolefinas S.A.	10.686.018/0001-42	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.	0,000000
Valor mercado								
31/12/2013	0,000000	0,000000	136.000,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	34.000,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	190.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								
Cordoba Financial Services GmbH - CFS	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Áustria			Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, com sede em Viena, Áustria, que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades na Áustria e no exterior. Cordoba é a única acionista do World Fund Financial Services (WFFS), Companhia estabelecida sob as leis das Ilhas Cayman, que tem como objeto atuar em operações bancárias e financeiras fora das Ilhas Cayman.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2013	16,830000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	53.675.000,00		
31/12/2012	10,180000	0,000000	0,00					
31/12/2011	11,590000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Energética Suape II S.A.	09.373.678/0001-94	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo principal a construção da Usina Termelétrica (UTE) Suape II, localizada no município de Cabo de Santo agostinho - Pernambuco, no complexo industrial portuário de Suape.	20,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	116,660000	0,000000	1.592.000,00	Valor contábil	31/12/2013	43.127.000,00		
31/12/2012	78,300000	0,000000	0,00					
31/12/2011	262,470000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	11.643.458/0001-85	-	Coligada	Brasil	RN	Natal	Construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina de Mangue Seco 1, com capacidade instalada de 26MW. Tem como finalidade, também, comercializar a energia elétrica gerada pela usina.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	10,750000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	18.711.000,00		
31/12/2012	2,200000	0,000000	0,00					
31/12/2011	377,090000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	11.643.504/0001-46	-	Coligada	Brasil	RN	Natal	Construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina de Mangue Seco 2, com capacidade instalada de 26MW. Tem como finalidade, também, comercializar a energia elétrica gerada pela usina.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	4,470000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	18.491.000,00		
31/12/2012	-8,270000	0,000000	0,00					
31/12/2011	461,230000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	11.643.567/0001-00	-	Coligada	Brasil	RN	Natal	Construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina de Mangue Seco 3, com capacidade instalada de 26MW. Tem como finalidade, também, comercializar a energia elétrica gerada pela usina.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	2,370000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	19.188.000,00		
31/12/2012	-5,820000	0,000000	0,00					
31/12/2011	267,530000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	11.643.647/0001-58	-	Coligada	Brasil	RN	Natal	Construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina de Mangue Seco 4, com capacidade instalada de 26MW. Tem como finalidade, também, comercializar a energia elétrica gerada pela usina.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	2,340000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	21.209.000,00		
31/12/2012	1,820000	0,000000	0,00					
31/12/2011	479,910000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. - FCC	28.944.734/0001-48	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	a) Desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. b) Participar em outras sociedades e empreendimentos.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	7,980000	0,000000	12.500.000,00	Valor contábil	31/12/2013	152.318.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	100,000000	0,000000	11.000.000,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
FAFEN Energia S.A.	04.298.015/0001-39	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	0,000000
Valor mercado								
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	31/12/2013	0,00			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2012.								
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	12.396.426/0001-95	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Tem como objetivo principal a aquisição de ações de emissão da companhia Sete Brasil Participações S.A.	5,000000
Valor mercado								
31/12/2013	98,880000	0,000000	0,00	31/12/2013	190.913.000,00			
31/12/2012	647,450000	0,000000	0,00					
31/12/2011	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	03.855.441/0001-63	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.	99,000000
Valor mercado								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2013	403,450000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	246.048.000,00			
31/12/2012	-841,910000	0,000000	0,00						
31/12/2011	259,150000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
GNL do Nordeste Ltda.	03.663.998/0001-00	-	Coligada	Brasil	PE	Recife	Tem como objetivo a construção e operação de um terminal de gas natural liquefeito (GNL) no porto de Suape, incluindo o recebimento, estocagem e regaseificação.	50,000000	
Valor mercado									
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
Ibiritermo S.A.	04.552.973/0001-94	-	Controlada	Brasil	MG	Ibirité	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	50,000000	
Valor mercado									
31/12/2013	18,380000	0,000000	10.500.000,00	Valor contábil	31/12/2013	66.023.000,00			
31/12/2012	17,510000	0,000000	12.500.000,00						
31/12/2011	-1,180000	0,000000	18.087.000,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.									
INNOVA S.A.	01.999.166/0001-26	-	Controlada	Brasil	RS	Triunfo	Tem como objeto social a produção e comercialização de insumos petroquímicos.	100,000000	
Valor mercado									

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2013	0,000000	0,000000	6.427.000,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	11.976.000,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Em 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da INNOVA S.A.. Essa participação acionária foi reclassificada para ativos mantidos para venda, aguardando a conclusão das condições precedentes desta operação.

Liquigás S.A.	60.886.413/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	SP	Engarrafar, comercializar e distribuir GLP e correlatos.	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2013	1,370000	0,000000	22.038.000,00	Valor contábil	31/12/2013	859.483.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

LOGUM Logística S.A.	09.584.935/0001-37	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Tem como objeto a realização de estudos que permitam reavaliar a oportunidade de estender a futura construção e operação de uma rede de dutos entre os trechos do Terminal de Senador Canedo e o Terminal de Buriiti Alegre, para transportar álcool ao mercado nacional e internacional.	20,000000
							Valor mercado	
31/12/2013	33,250000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	56.553.000,00		
31/12/2012	-19,630000	0,000000	0,00					
31/12/2011	552,740000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Marlim Participações S.A.	03.301.811/0001-10	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, criada exclusivamente para participar do capital social da Companhia Petrolífera Marlim (CPM). A CPM, por sua vez, é uma sociedade de propósito específico criada exclusivamente para participar do Consórcio formado com a Petrobras tendo por objeto a conjugação de esforços e recursos das partes com o fim específico de complementar o desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2010.								
METANOR S.A. - Metanol do Nordeste	16.234.171/0001-15	-	Coligada	Brasil	BA	Camaçari	A Metanor é controladora direta da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A.. Atualmente, a Metanor opera como uma holding.	34,540000
				Valor mercado				
31/12/2013	9,420000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	17.071.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Nitroclor Produtos Químicos Ltda.	13.185.459/0001-59	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	EMPRESA SEM QUALQUER OPERAÇÃO - DESATIVADA.	38,800000
				Valor mercado				
31/12/2013	13,260000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	338.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS	10.174.263/0001-70	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto a participação em complexos bioenergéticos, na qualidade de acionista, ou em qualquer outra sociedade ou empreendimento no Brasil, especialmente para o investimento em sociedades constituídas para o desenvolvimento de bioenergia, sujeito ao prévio e expresso consentimento mútuo dos acionistas.	50,000000
--	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	-----------

				Valor mercado		
31/12/2013	-0,180000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	30.937.000,00
31/12/2012	-0,590000	0,000000	0,00			
31/12/2011	-1,690000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras Biocombustível S.A.	10.144.628/0001-14	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem como objeto desenvolver a produção de etanol, biodiesel e de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades, bem como promover a integração de diversas áreas da empresa em torno do tema biocombustíveis.	100,000000
-------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	---	------------

				Valor mercado		
31/12/2013	10,700000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	2.120.980.000,00
31/12/2012	29,760000	0,000000	0,00			
31/12/2011	23,700000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	05.195.759/0001-90	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A comercializadora centraliza a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsável pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.	99,910000
				Valor mercado				
31/12/2013	17,210000	0,000000	24.565.000,00	Valor contábil	31/12/2013	301.135.000,00		
31/12/2012	-4,800000	0,000000	44.402.000,00					
31/12/2011	-27,150000	0,000000	145.405.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	34.274.233/0001-02	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	15,080000	0,000000	555.143.000,00	Valor contábil	31/12/2013	11.766.365.000,00		
31/12/2012	2,650000	0,000000	560.609.000,00					
31/12/2011	9,260000	0,000000	427.402.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	42.520.171/0001-91	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2013	3,020000	0,000000	994.679.000,00	Valor contábil	31/12/2013	10.633.475.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	-2,380000	0,000000	1.846.998.000,00					
31/12/2011	39,970000	0,000000	235.920.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.	88,120000
---	--------------------	---	------------	---------	--	--	---	-----------

Valor mercado

31/12/2013	349,960000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	3.836.957.000,00
31/12/2012	113,330000	0,000000	0,00			
31/12/2011	159,690000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Petrobras International Finance Company - PifCo	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Luxemburgo			Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.	100,000000
--	--------------------	---	------------	------------	--	--	---	------------

Valor mercado

31/12/2013	43,050000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-1.853.831.000,00
31/12/2012	-59,060000	0,000000	0,00			
31/12/2011	-67,490000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Em 2013, a Assembléia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a cisão parcial desta empresa, com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento de capital social.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	04.207.640/0001-28	-	Controlada	Brasil	RS	Canoas	A Sociedade tem por objeto prover serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	-2,450000	0,000000	242.584.000,00	31/12/2013	3.351.001.000,00			
31/12/2012	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	05.070.908/0001-95	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.	99,950000
				Valor mercado				
31/12/2013	7,590000	0,000000	0,00	31/12/2013	30.045.000,00			
31/12/2012	0,700000	0,000000	502.000,00					
31/12/2011	8,210000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2013	44,460000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	29.631.045.000,00		
31/12/2012	49,290000	0,000000	0,00					
31/12/2011	59,780000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	33.795.055/0001-94	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comercialização, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.	0,000000
Valor mercado								
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	109.025.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2012.								
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	02.709.449/0001-59	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2013	23,850000	0,000000	49.947.000,00	Valor contábil	31/12/2013	4.665.774.000,00		
31/12/2012	19,730000	0,000000	429.803.000,00					
31/12/2011	22,530000	0,000000	455.517.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	43.218.296/0001-24	-	Coligada	Brasil	SP	Cubatão	A Petrocoque foi constituída em 28 de fevereiro de 1972, tendo atualmente por objetivo principal a industrialização e a comercialização de coque de petróleo calcinado, produto destinado, para abastecer indústrias produtoras de alumínio primário e a venda de energia térmica recuperada de seu processo industrial.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	15,890000	0,000000	8.742.000,00	Valor contábil	31/12/2013	61.381.000,00		
31/12/2012	100,000000	0,000000	1.727.000,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Refinaria Abreu e Lima S.A.	09.474.270/0001-09	-	Controlada	Brasil	PE	Ipojuca	Sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo em Ipojuca - PE, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	94.845.674/0001-30	-	Coligada	Brasil	RS	Rio Grande	Tem por objeto a exploração industrial e comercial da destilaria de petróleo na cidade de Rio Grande, de depósitos de armazenamento de combustíveis e indústrias complementares; importação, exportação e comercialização de produtos de petróleo refinado de matérias primas necessárias à indústria e a exploração da indústria de produtos químicos em geral, excetuados os farmacêuticos.	33,200000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2013	-9,370000	0,000000	2.303.000,00	Valor contábil	31/12/2013	17.042.000,00		
31/12/2012	8,310000	0,000000	1.688.000,00					
31/12/2011	9,670000	0,000000	2.811.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Sete Brasil Participações S.A.	13.127.015/0001-67	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista, com o objetivo de adquirir, alienar, construir, operar ou fretar sondas de perfuração e outros ativos de exploração e produção de petróleo e gás.	5,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	37,480000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	128.698.000,00		
31/12/2012	784,070000	0,000000	0,00					
31/12/2011	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	02.754.200/0002-46	-	Controlada	Brasil	RJ	Seropédica	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	89.708.000,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	191.593.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2013.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Termoauçu S.A.	03.783.964/0001-41	-	Controlada	Brasil	RN	Alto do Rodrigues	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	76,870000
				Valor mercado				
31/12/2013	17,140000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	666.264.000,00		
31/12/2012	1,970000	0,000000	0,00					
31/12/2011	2,080000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termobahia S.A.	02.707.630/0001-26	-	Controlada	Brasil	BA	São Francisco do Conde	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	98,850000
				Valor mercado				
31/12/2013	608,750000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	429.156.000,00		
31/12/2012	49,780000	0,000000	0,00					
31/12/2011	19,470000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termo Ceará Ltda.	04.605.162/0001-04	-	Controlada	Brasil	CE	Caucáia	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	-2,640000	0,000000	76.095.000,00	Valor contábil	31/12/2013	333.863.000,00		
31/12/2012	7,590000	0,000000	24.557.000,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	14,700000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termoelétrica Potiguar S.A - TEP	04.853.028/0001-22	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Tem por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica sob a forma de produtor independente de energia elétrica, bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional.	20,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,160000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	16.749.000,00		
31/12/2012	-9,260000	0,000000	0,00					
31/12/2011	198,330000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termomacacé Comercializadora de Energia Ltda.	02.290.789/0001-98	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, intermediação, importação, exportação e venda de energia elétrica a outros comercializadores, ou a consumidores que tenham livre escolha de fornecedor, podendo ainda participar de outras sociedades, ou ainda participar de consórcios.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	-37,290000	0,000000	20.143.000,00	Valor contábil	31/12/2013	91.870.000,00		
31/12/2012	27,610000	0,000000	48.153.000,00					
31/12/2011	102,360000	0,000000	11.589.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Termomacacé Ltda.	02.290.787/0001-07	-	Controlada	Brasil	RJ	Macaé	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2013	-6,090000	0,000000	184.668.000,00	Valor contábil	31/12/2013	747.026.000,00		
31/12/2012	7,080000	0,000000	92.873.000,00					
31/12/2011	1,220000	0,000000	168.421.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.								
Termorio S.A.	03.526.800/0001-39	-	Controlada	Brasil	RJ	Duque de Caxias	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	145.068.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2012.								
UEG Araucária LTDA	02.743.574/0001-85	-	Coligada	Brasil	PR	Araucária	Tem como objeto social a exploração de serviço de geração de energia, na qualidade de produtor independente.	20,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	5,330000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	140.351.000,00		
31/12/2012	4,450000	0,000000	0,00					
31/12/2011	-2,460000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	04.166.097/0001-68	-	Controlada	Brasil	MG	Juiz de fora	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	0,000000
---	--------------------	---	------------	--------	----	--------------	--	----------

				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	17.690.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. no exercício de 2012.

Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	03.258.983/0001-59	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A empresa faz parte do conjunto de sociedades do Sistema Petrobras que tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.	10,000000
--	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	-----------

				Valor mercado		
31/12/2013	-2,720000	0,000000	18.764.000,00	Valor contábil	31/12/2013	90.933.000,00
31/12/2012	-7,300000	0,000000	22.948.000,00			
31/12/2011	54,490000	0,000000	18.899.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária está integrada à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, entre 25% e 35%, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. O desenvolvimento de novos projetos na indústria de petróleo e gás natural envolve prazos de maturação longos e utilização intensiva de recursos financeiros. Dessa forma, a companhia pode conviver temporariamente com indicadores acima dos limites estabelecidos em períodos em que os investimentos realizados ainda não estejam gerando caixa.

Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) passou de 40% em 2011 e 47% em 2012 para 51% em 2013. A alavancagem líquida [Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido)], por sua vez, passou de 24% em 2011 e 31% em 2012 para 39% em 2013.

i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2011, 2012 e 2013, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente e por meio de dívidas de curto e de longo. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando o mercado de dívidas, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2011, 2012 e 2013, financiamos nosso capital de giro através de dívidas normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais internacionais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 2013, registramos o maior volume de recursos já captados, tanto no mercado de capitais (com uma captação equivalente a US\$ 11,2 bilhões), quanto no mercado bancário (US\$ 19,6 bilhões). Os financiamentos com ECAs alcançaram US\$ 1,6 bilhão. Captamos US\$ 32,5 bilhões no total.

O endividamento total do Sistema Petrobras em Reais aumentou 36% em relação a 31.12.2012, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 14,6%.

Informações sumarizadas sobre os financiamentos:

Vencimento em	Consolidado							Valor justo
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante	Total (*)	
Financiamentos em Reais (R\$):	2.612	3.259	6.840	5.050	5.433	30.271	53.465	53.204
Indexados a taxas flutuantes	1.740	2.304	6.022	4.221	4.675	26.198	45.160	
Indexados a taxas fixas	872	955	818	829	758	4.073	8.305	
Taxa média dos Financiamentos em Reais	7,4%	7,8%	9,2%	8,7%	8,9%	8,8%	8,7%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	13.661	13.199	20.940	13.405	26.306	83.367	170.878	172.387
Indexados a taxas flutuantes	11.119	9.953	10.009	8.501	20.757	31.802	92.141	
Indexados a taxas fixas	2.542	3.246	10.931	4.904	5.549	51.565	78.737	
Taxa média dos Financiamentos em Dólares	3,1%	3,3%	3,1%	3,0%	3,1%	4,3%	3,7%	
Financiamentos em Reais indexados ao Dólar:	562	243	871	1.597	1.597	15.824	20.694	21.121
Indexados a taxas flutuantes	-	-	-	-	-	12	12	
Indexados a taxas fixas	562	243	871	1.597	1.597	15.812	20.682	
Taxa média dos Financiamentos em Reais indexados ao Dólar	5,2%	4,9%	6,7%	7,0%	7,0%	7,3%	7,1%	
Financiamentos em Libras (£)	31	-	-	-	-	4.354	4.385	4.461
Indexados a taxas fixas	31	-	-	-	-	4.354	4.385	
Taxa média dos Financiamentos em Libras	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	5,9%	
Financiamentos em Ienes	1.361	276	1.046	254	231	-	3.168	3.217
Indexados a taxas flutuantes	230	230	230	230	230	-	1.150	
Indexados a taxas fixas	1.131	46	816	24	1	-	2.018	
Taxa média dos Financiamentos em Ienes	0,9%	0,9%	1,8%	0,8%	0,8%	0,0%	1,2%	
Financiamentos em Euro	500	32	25	25	4.031	10.374	14.987	15.533
Indexados a taxas fixas	500	32	25	25	4.031	10.374	14.987	
Taxa média dos Financiamentos em Euro	4,4%	1,4%	1,4%	1,4%	4,9%	4,2%	4,4%	
Financiamentos Outras Moedas	17	8	9	-	-	-	34	33
Indexados a taxas fixas	17	8	9	-	-	-	34	
Taxa média dos Financiamentos em outras moedas	12,5%	15,3%	15,3%	0,0%	0,0%	0,0%	14,0%	
Total em 31 de dezembro de 2013	18.744	17.017	29.731	20.331	37.598	144.190	267.611	269.956
Taxa média dos financiamentos	3,6%	4,2%	4,6%	4,7%	4,3%	5,6%	5,0%	
Total em 31 de dezembro de 2012	15.283	8.535	14.560	27.924	19.186	110.613	196.101	209.431

(*) Em 31 de dezembro de 2013, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,1 anos.

Outras informações sobre Financiamentos estão disponíveis na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

As instituições financeiras requerem garantias à Petrobras quando emprestam recursos às subsidiárias da Companhia. Alguns financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Petrobras mantém a gestão das Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, que foram criadas com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento no contrato realizado com o BNDES em julho de 2009, que restringe que a relação entre a Dívida Líquida em reais e o EBITDA ultrapasse 5,5.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Demonstrações Consolidadas do Resultado – R\$ Milhões**

	2013	2012	Variação	%
Receita de vendas	304.890	281.379	23.511	8
Custo dos produtos e serviços vendidos	(233.726)	(210.472)	(23.254)	11
Lucro bruto	71.164	70.907	257	-
Vendas	(10.601)	(9.604)	(997)	10
Gerais e administrativas	(10.751)	(9.842)	(909)	9
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(6.445)	(7.871)	1.426	(18)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(2.428)	(2.238)	(190)	8
Tributárias	(1.721)	(760)	(961)	126
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.854)	(8.195)	3.341	(41)
	(36.800)	(38.510)	1.710	(4)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	34.364	32.397	1.967	6
Receitas financeiras	3.911	7.241	(3.330)	(46)
Despesas financeiras	(5.795)	(3.950)	(1.845)	47
Var. monetárias e cambiais	(4.318)	(7.014)	2.696	(38)
Resultado financeiro líquido	(6.202)	(3.723)	(2.479)	67
Resultado de participações em investimentos	1.095	84	1.011	1.204
Participação nos lucros ou resultados	(1.102)	(1.005)	(97)	10
Lucro antes dos impostos	28.155	27.753	402	1
Imposto de renda e contribuição social	(5.148)	(6.794)	1.646	(24)
Lucro Líquido	23.007	20.959	2.048	10
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	23.570	21.182	2.388	11
Acionistas não controladores	(563)	(223)	(340)	152
	23.007	20.959	2.048	10

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado – 2013:

A Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 23.570 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, 11% superior ao exercício de 2012 (R\$ 21.182 milhões), refletindo principalmente os seguintes fatores:

Receita de Vendas

Receita de vendas de R\$ 304.890 milhões, 8% superior ao exercício de 2012, em função de:

- Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de gasolina e diesel, aos maiores preços de energia e aos impactos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- Aumento da demanda de derivados no mercado interno (4%), principalmente de diesel (5%), gasolina (4%) e óleo combustível (17%), compensado pelo menor volume de petróleo exportado (43%), em função da menor produção e maior carga processada.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos de R\$ 233.726 milhões, 11% superior ao exercício de 2012, retratando:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Aumento de 4% no volume de vendas de derivados no mercado interno, suportado pelo aumento do refino nacional;
- Maiores volumes de importações de gás natural, para atendimento à demanda térmica, e de petróleo, devido ao maior processamento nas refinarias, combinado com o impacto da depreciação cambial de 10% sobre seus custos;
- Maiores gastos com produção de óleo, decorrentes do maior número de intervenções em poços e da entrada em operação de novas instalações, as quais ainda não produziram a totalidade de sua capacidade.

Lucro Bruto

Lucro bruto estável em relação a 2012.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais apresentaram redução de R\$ 1.710 milhões, destacando-se principalmente:

- Vendas: aumento de R\$ 997 milhões, refletindo principalmente os maiores gastos com pessoal, decorrentes do ACT 2012 e 2013 e do processo de avanço de nível e promoção, e fretes, em função do maior volume de vendas no mercado interno;
- Gerais e Administrativas: aumento de R\$ 909 milhões, refletindo principalmente os maiores gastos com pessoal, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho 2012 e 2013;
- Custos exploratórios: redução de R\$ 1.426 milhões, devido a menores baixas de poços secos e subcomerciais;
- Outras despesas operacionais: redução de R\$ 3.341 milhões, especialmente por ganho apurado na venda de ativos.

Resultado Financeiro Líquido

Despesa financeira líquida de R\$ 6.202 milhões, superior em R\$ 2.479 milhões em relação a 2012, decorrente:

- Redução nas receitas financeiras, que em 2012 contemplaram o ganho na venda das NTN-B e rendimentos reconhecidos sobre depósitos judiciais (R\$ 2.635 milhões);
- Aumento das despesas financeiras devido ao maior endividamento, bem como adesão ao REFIS;
- Menores perdas monetárias e cambiais (R\$ 2.696 milhões), em função da adoção da contabilidade de hedge para proteção de exportações futuras, reduzindo em R\$ 12.691 milhões os impactos cambiais no resultado financeiro.

Lucro Líquido

Lucro Líquido R\$ 2.388 milhões superior ao exercício de 2012, refletindo menores despesas com impostos, aumento no lucro operacional e ganhos com participações em investimentos, compensados parcialmente pelo menor resultado financeiro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do Ativo Consolidado – 2013

Caixa e equivalentes a caixa

Aumento de R\$ 9.544 milhões, como resultado de:

- Acréscimo de 4% na geração operacional de caixa, motivada pelo efeito positivo dos reajustes no preço de diesel e gasolina ao longo de 2013 e do crescimento de 6% na produção de derivados, permitindo um recuo no volume de importações dos mesmos. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real sobre os custos de importações, além do menor volume de exportações de petróleo.
- Volume de captações realizadas em 2013, líquidas de amortizações, no montante de R\$ 33.176 milhões, representando um incremento de R\$ 15.860 milhões em relação a 2012. Destaque para a emissão em dólares de aproximadamente US\$ 11 bilhões de bonds em maio de 2013 no mercado de capitais, além de captações junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior.
- Obtenção de R\$ 8.383 milhões ao longo de 2013 como resultado da venda de ativos. Tais recursos são referentes a vendas realizadas no escopo do Programa de Desinvestimentos (PRODESIN), com destaque para as vendas de 50% da participação em ativos na África (através da formação de uma joint venture e venda parcial dos ativos) e da participação detida no bloco BC-10, no Brasil.

Os principais usos do caixa foram relacionados a investimentos nos negócios da Companhia, totalizando R\$ 98.038 milhões, comparativamente a R\$ 79.832 milhões em 2012. Destaque para o incremento nos investimentos em E&P, de R\$ 16.547 milhões, incluindo R\$ 6 bilhões relacionados à aquisição dos direitos sobre o bloco de Libra no Pré-Sal.

Título de Valores Mobiliários – Circulante

A redução de R\$ 12.215 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 decorre da diminuição de aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação e com finalidade de venda no curto prazo, conforme descrito na nota explicativa 7 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estoques

O aumento do saldo em estoque, no montante de R\$ 3.588 milhões, retrata o crescimento dos custos unitários, influenciado principalmente pelo comportamento das cotações internacionais e pela apreciação do dólar frente ao real, assim como pelos maiores custos de produção. O efeito dos maiores custos foi parcialmente compensado pela redução do volume de derivados importados, devido à elevação da produção nas refinarias.

Ativos classificados como mantidos para venda

A elevação de R\$ 290 milhões em 2012 para R\$ 5.638 milhões em 2013 reflete, principalmente,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

operações de vendas que no final do exercício de 2013 encontravam-se sujeitas a condições precedentes e, portanto, reconhecidas e classificadas como “mantidos para venda”, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado						
						2013	2012
	E&P (*)	Abasteci- mento	Gás & Energia	Internacio- nal	Outros	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda							
Imobilizado	116	293	-	3.759	1	4.169	290
Contas a receber	-	243	-	75	-	318	-
Estoques	-	182	-	101	-	283	-
Investimentos	-	36	65	25	-	126	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	9	-	274	-	283	-
Outros	-	35	-	424	-	459	-
	116	798	65	4.658	1	5.638	290
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda							
Fornecedores	-	(60)	-	(323)	-	(383)	-
Provisão para desmantelamento de área	-	-	-	(70)	-	(70)	-
Financiamentos	-	(36)	-	(1.398)	-	(1.434)	-
Outros	-	(53)	-	(574)	-	(627)	-
	-	(149)	-	(2.365)	-	(2.514)	-

(*) Contempla perda no valor recuperável de ativos, conforme nota explicativa 14.3 das demonstrações contábeis do exercício de 2013..

Informações adicionais estão descritas na nota explicativa 10.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Contas a receber, líquidas – Não circulante

Aumento de R\$ 1.541 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 resulta principalmente da reclassificação para o ativo não circulante de recebíveis do setor elétrico, refletindo sua expectativa de realização, conforme descrito na nota explicativa 19.6 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Impostos e contribuições – Ativo Não Circulante

O aumento de R\$ 1.930 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2012, decorreu principalmente de maiores créditos de impostos diferidos incidentes sobre as aquisições de imobilização em função do nível de investimentos da companhia.

Imobilizado

O aumento do imobilizado em R\$ 115.164 milhões deve-se aos investimentos direcionados ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos e à construção e ampliação de unidades industriais e, ainda, ao montante de R\$ 50.389 reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (Franco e Sul de Tupi), conforme descrito na nota explicativa 13 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, a movimentação do imobilizado, em R\$ milhões:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	418.716
Adições	83.582
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	(1.431)
Juros capitalizados	8.474
Combinação de negócios	145
Baixas	(5.610)
Transferências	48.018
Depreciação, amortização e depleção	(27.999)
Impairment - constituição	(232)
Impairment - reversão	277
Ajuste acumulado de conversão	9.940
Saldo em 31 de dezembro de 2013	533.880

Intangível

A redução de R\$ 45.086 milhões (56%) deve-se à declaração de comercialidade das áreas de Franco e Sul de Tupi, localizadas no pré-sal da Bacia de Santos, apresentada pela Petrobras em 19 de dezembro de 2013 à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com a declaração de comercialidade, os valores pagos à União na aquisição das áreas de Franco e Sul de Tupi, nos montantes de R\$ 48.621 e R\$ 1.768, respectivamente, foram reclassificados do Ativo Intangível para o Imobilizado, conforme prática descrita na nota explicativa 3.9 das demonstrações contábeis do exercício de 2013. Esses valores serão objeto da revisão do Contrato de Cessão Onerosa, conforme descrito na nota explicativa 13.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Análise do Passivo Consolidado – 2013:**Financiamentos**

O endividamento total em 31.12.2013 apresentou um crescimento de 36% em relação a 31.12.2012 em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 14,6%. Comentários sobre principais captações estão apresentadas no item 10.1,f,i deste formulário e informações complementares estão disponíveis na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Dividendos propostos

O saldo da provisão no encerramento do exercício é superior em R\$ 3.147 milhões devido especialmente ao adiantamento realizado pela controladora em 2012, no montante de R\$ 2.609 milhões, com pagamento em 31 de maio de 2012, na forma de juros sobre o capital próprio.

Planos de pensão e saúde

A redução observada nos passivos atuariais da companhia, no montante de R\$ 12.175 milhões, decorre principalmente das variações ocorridas nas premissas financeiras, em especial o aumento nas taxas de desconto utilizadas para apuração do valor presente da obrigação (movimento inverso

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ao ocorrido em 2012), conforme tabela de comparativo de taxas de desconto abaixo:

Plano	2011	2012	2013
Plano Petros do Sistema Petrobras	5,58%	3,75%	6,56%
Plano Petros-2	5,58%	3,75%	6,65%
AMS	5,59%	3,81%	6,58%

Ressalte-se que essas taxas têm por base a remuneração dos títulos públicos de maior longevidade, as NTN-Bs – que sofreram aumento como reflexo das mudanças ocorridas em 2013 na taxa básica da economia.

Em relação à AMS, o efeito mais significativo decorreu da atualização das tabelas com as estimativas de consumo, cujo acréscimo no passivo anulou o ganho decorrente do aumento da taxa de juros.

Outras informações estão disponíveis na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Provisão para desmantelamento de áreas

A redução de R\$ 2.583 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 reflete a movimentação apresentada a seguir:

Passivo não circulante	2013	2012
Saldo inicial	19.292	8.839
Revisão de provisão	(2.051)	10.754
Utilização por pagamentos	(1.092)	(571)
Atualização de juros	426	258
Outros	134	12
Saldo final	<u>16.709</u>	<u>19.292</u>

As principais causas que justificaram a redução à revisão da estimativa em 2013 foram as variações na taxa livre de risco, taxa de câmbio e também o esforço contínuo da Petrobras no desenvolvimento e aplicação de tecnologias mais eficientes, essenciais na viabilização e implementação de seus projetos.

Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda

O saldo de R\$ 2.514 milhões representa passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda conforme descrito anteriormente no item sobre “ativos classificados como mantidos para venda”

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- vendas locais, que consistem de vendas de derivados de petróleo (tais como: óleo diesel, gasolina, combustível para aeronaves, nafta, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo), gás natural, biocombustíveis, energia elétrica e produtos petroquímicos;
- vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados;
- vendas internacionais (excluindo vendas para exportação), que consistem de vendas de petróleo, gás natural e derivados que são comprados, produzidos e refinados no exterior; e
- outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que aferiram materialmente o resultado operacional consolidado na comparação 2013 x 2012 foram:

- Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de gasolina e diesel, aos maiores preços de energia e aos impactos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- Aumento da demanda de derivados no mercado interno (4%), principalmente de diesel (5%), gasolina (4%) e óleo combustível (17%), compensado pelo menor volume de petróleo exportado (43%), em função da menor produção e maior carga processada.
- Maiores volumes de importações de gás natural, para atendimento à demanda térmica, e de petróleo, devido ao maior processamento nas refinarias, combinado com o impacto da depreciação cambial de 10% sobre seus custos;
- Maiores gastos com produção de óleo, decorrentes do maior número de intervenções em poços e da entrada em operação de novas instalações, as quais ainda não produziram a totalidade de sua capacidade.
- Menores baixas de poços secos e subcomerciais;
- Maiores ganhos na venda de ativos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo.

	2013	2012	2013 x 2012 (%)
Cotações			
Petróleo Brent (US\$/bbl)	108,66	111,58	(3)
Dólar médio de venda (R\$)	2,16	1,96	10
Dólar final de venda (R\$)	2,34	2,04	15
Selic- taxa média (%)	8,19	8,54	-
Indicadores de preços médios			
Preço derivados básicos merc. interno (R\$/bbl)	209,17	186,55	12
Preço de venda - Brasil			
. Petróleo (US\$/bbl) *	98,19	104,60	(6)
. Gás natural (US\$/bbl)	47,43	48,45	(2)
Preço de venda - Internacional			
. Petróleo (US\$/bbl)	89,86	94,37	(5)
. Gás natural (US\$/bbl)	21,08	17,99	17

*Média das exportações e preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.

Variações do Volume de Vendas em Mil Barris/Dia:

	2013	2012	2013 x 2012 (%)
Diesel	984	937	5
Gasolina	590	570	4
Óleo combustível	98	84	17
Nafta	171	165	4
GLP	231	224	3
QAV	106	106	-
Outros	203	199	2
Total de derivados	2.383	2.285	4
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	91	83	10
Gás natural	409	357	15
Total mercado interno	2.883	2.725	6
Exportação	395	554	(29)
Vendas internacionais	514	506	2
Total mercado externo	909	1.060	(14)
Total geral	3.792	3.785	-

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise 2013 x 2012

Resultado Operacional

Os principais impactos no resultado operacional, nas variáveis citadas, foram:

Produtos: maiores preços praticados nas vendas de derivados no mercado interno, devido aos reajustes de gasolina e diesel e efeitos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;

Insumos: efeito das depreciação cambial sobre as importações de petróleo e derivados, operações de trading e participações governamentais.

Resultado Financeiro: Menores perdas monetárias e cambiais (R\$ 2.696 milhões), decorrente da redução da exposição cambial pela extensão da contabilidade de hedge para proteção de exportações futuras, reduzindo em R\$ 12.691 milhões os impactos cambiais no resultado financeiro.

	Consolidado		
	2013	2012	2013 X 2012
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido (*)	(3.648)	(6.585)	2.937
Despesa com endividamentos	(11.878)	(10.067)	(1.811)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	2.784	3.322	(538)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(12.742)	(13.330)	588
Encargos financeiros capitalizados	8.500	7.430	1.070
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(408)	(89)	(319)
Resultado com títulos e valores mobiliários	(217)	1.862	(2.079)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(732)	834	(1.566)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(603)	(430)	(173)
Resultado financeiro líquido	(6.202)	(3.723)	(2.479)
Receitas	3.911	7.241	(3.330)
Despesas	(5.795)	(3.950)	(1.845)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(4.318)	(7.014)	2.696

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Sem alteração em relação a 2012.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Aquisições

Araucária Nitrogenados S.A.

Em 1º de junho de 2013, a Petrobras assumiu o controle da Araucária Nitrogenados S.A. (FAFEN-PR), cujo contrato para aquisição da totalidade das ações da empresa foi assinado com a Vale S.A. em 18 de dezembro de 2012. A operação foi aprovada pelo CADE em 15 de maio de 2013.

O valor da operação foi de US\$ 234 milhões e o pagamento à Vale será feito com a receita proveniente de arrendamento dos direitos minerários de titularidade da Petrobras em Sergipe. Está em andamento o processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos, que será concluído em até 12 meses após a assunção do controle da empresa. Na avaliação preliminar o valor justo dos ativos e passivos líquidos totalizou R\$ 671 milhões, sendo apurado um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 172 milhões. Este ganho foi registrado no resultado do exercício, no grupo de resultado de participações em investimentos e está sujeito a alteração até a conclusão do processo de avaliação pela compra.

Termoaçu

Em 14 de maio de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra de ações com a Neoenergia, referente a 23,13% de participação acionária na Termoaçu.

A Petrobras passou a deter 100% do capital da investida após o fechamento da operação ocorrido com o cumprimento das condições precedentes: aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, efetivada em 14 de junho de 2013, anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concedida em 17 de julho de 2013 e homologação do contrato de compra e venda de ações pelo Tribunal Arbitral, com a consequente extinção da Arbitragem, efetivada em 14 de agosto de 2013. O valor total da operação, considerando ajustes de preço, foi de R\$ 149 milhões.

ii. Alienações

Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda com a Cemig Geração e Transmissão S.A., que posteriormente cedeu esse contrato à Chipley SP Participações, para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Brasil PCH S.A., equivalente a 49% do capital votante, pelo valor de R\$ 650 milhões, sem considerar os ajustes previstos no contrato.

Em 14 de fevereiro de 2014, após atendidas todas as condições precedentes previstas em contrato, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor total de R\$ 711 milhões, considerando os ajustes ao preço.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em decorrência da existência de condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Formação de joint venture para atuação na área de exploração e produção (E&P) no continente africano

Em 14 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o acordo celebrado entre a Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), controlada da Petrobras, e a BTG Pactual E&P B.V., empresa controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., para a formação de uma joint venture para atuar na exploração e produção de óleo e gás na África, envolvendo ativos em Angola, Benin, Gabão, Namíbia, Nigéria e Tanzânia.

Para constituição da joint venture, a BTG Pactual E&P B.V. adquiriu 50% das ações da Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), detidas pela PIBBV, pelo valor total de R\$ 3.364 milhões, incluindo o adiantamento de R\$ 78 milhões pela aquisição dos ativos de Angola e Tanzânia. Com a efetivação desta operação em 28 de junho de 2013, o resultado líquido antes dos impostos auferido pela Companhia foi de R\$ 1.906 milhões, sendo classificado na demonstração de resultado em outras receitas (despesas) operacionais.

Em decorrência da necessidade de aprovação da operação pelos governos de Angola e Tanzânia, em relação aos respectivos ativos situados nestes países, os saldos destes ativos foram classificados como mantido para venda até que as condições precedentes sejam atendidas e a operação seja efetivada.

Considerando a estrutura societária e os termos do acordo de acionistas desta parceria, firmado em 28 de junho de 2013, o investimento da Petrobras na PO&G passou a ser classificado como empreendimento controlado em conjunto, deixando de ser consolidado.

Companhia Energética Potiguar

Em 16 de agosto de 2013, a Petrobras celebrou com Global Participações Energia S.A. contrato de compra e venda para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia Energética Potiguar, equivalente a 20% do capital votante, pelo valor total de R\$ 23 milhões já considerando os ajustes de preço previstos no contrato.

A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi ratificada em 25 de setembro de 2013 e o fechamento da operação ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Campo de Coulomb - EUA

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras America Inc, controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), de sua participação de 33% no campo de Coulomb, localizado no bloco Mississippi Canyon 613 (MC 613), pelo valor de R\$ 418 milhões. A Shell Offshore Inc., operadora e detentora de 67% de participação no campo, exerceu seu direito de preferência na aquisição.

Com a efetivação desta transação em 27 de setembro de 2013, o resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 277 milhões, após as deduções do ajuste de preço, conforme farm-out agreement, e os custos relacionados ao ativo.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Innova S.A.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A transação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 30 de setembro de 2013 e sua conclusão está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em decorrência das condições precedentes acima elencadas, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Bloco BC-10 - Parque das Conchas

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação da participação total no projeto offshore Parque das Conchas (Bloco BC-10), equivalente a 35% do consórcio e da participação na Tambá BV, fornecedora de equipamentos, pelo valor de US\$ 1,54 bilhão.

O contrato firmado com o Grupo Sinochem estabelecia algumas condições precedentes para a efetivação da venda, entre elas o exercício de direito de preferência dos sócios e a obtenção da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Em 17 de setembro de 2013, a Shell e a ONGC Videsh exerceram seus direitos de preferência para a aquisição de 23% e 12% de participação, respectivamente.

Após a aprovação da ANP e do CADE, a venda para os sócios foi concluída em 30 de dezembro de 2013. O resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 1.016 milhões.

Petrobras Colombia Limited (PEC)

Em 13 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited (PEC), controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), para a Perenco Colombia Limited, pelo valor de R\$ 847 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Hidrocarburos – ANH.

Em decorrência das condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Blocos de Exploração - Uruguai

Em 04 de outubro de 2013, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a venda para a Shell, por R\$ 40 milhões, da participação acionária de 40% que a Petrobras Uruguay Servicios y Operaciones S.A. (PUSO), controlada da Petrobras Uruguay S.A. de Inversión, possuía nas empresas Bizoy S.A. e Civeny S.A., detentoras respectivamente dos blocos exploratórios 3 e 4, localizados na Bacia de Punta Del Este, no Uruguai.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes,

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

principalmente, a aprovação da operação pela Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland (ANCAP).

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Petrobras Energia Peru S.A.

Em 13 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras de Valores Internacional de España S.L. (PVIE) e Petrobras Internacional Braspetro BV (PIB BV), de 100% das ações da Petrobras Energia Peru S.A. para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de R\$ 6.201 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos governos chinês e peruano, bem como à observância dos procedimentos previstos nos respectivos Joint Operating Agreement (JOA), quando aplicável.

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Revisão do IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1)

Em 2013 entrou em vigor a revisão do IASB sobre a norma IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1), que eliminou a possibilidade do diferimento das perdas/ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor) e requer o cálculo dos juros líquidos com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano.

Compensação do imposto de renda e contribuição social, diferidos

A companhia passou a apresentar o imposto de renda e contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Revisão do IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1)

Em decorrência desta alteração a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 20.764 milhões (R\$ 11.590 milhões em 1º de janeiro de 2012), tendo como contrapartida uma redução do passivo fiscal diferido de R\$ 6.105 milhões (R\$ 3.108 milhões em 1º de janeiro de 2012) e do patrimônio líquido de R\$ 14.659 milhões (R\$ 8.482 milhões em 1º de janeiro de 2012).

Compensação do imposto de renda e contribuição social, diferidos

Redução de R\$ 8.978 milhões no ativo e no passivo consolidados (redução de R\$ 6.714 milhões em 1º de janeiro de 2012).

A seguir são apresentados os efeitos das reclassificações para comparabilidade:

Balanço patrimonial consolidado (em milhões de reais)

	31.12.2012				01.01.2012			
	Divulgado (*)	Efeito da Revisão do IAS 19 (a)	IR e CSLL diferidos, líquidos (b)	Reapresentado	Divulgado (*)	Efeito da Revisão do IAS 19 (a)	IR e CSLL diferidos, líquidos (b)	Reapresentado
Ativo								
Ativo Circulante	118.102	-	-	118.102	121.164	-	-	121.164
Ativo Realizável a longo prazo	47.214	293	(8.978)	38.529	42.134	147	(6.714)	35.567
Investimentos	12.477	-	-	12.477	12.248	-	-	12.248
Imobilizado	418.716	-	-	418.716	343.117	-	-	343.117
Intangível	81.207	-	-	81.207	81.434	-	-	81.434
	677.716	293	(8.978)	669.031	600.097	147	(6.714)	593.530
Passivo								
Passivo circulante	69.620	-	-	69.620	68.212	-	-	68.212
Passivo não circulante	262.663	14.951	(8.978)	268.636	199.661	8.629	(6.714)	201.576
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	343.079	(14.658)	-	328.421	329.839	(8.482)	-	321.357
Participação dos acionistas não controladores	2.354	-	-	2.354	2.385	-	-	2.385
	677.716	293	(8.978)	669.031	600.097	147	(6.714)	593.530

(*) Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Estas alterações não geraram impactos materiais aos resultados e aos fluxos de caixa da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Reservas de petróleo e gás natural

As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço, dados de pressão e dados de amostras de fluidos de perfuração, que são utilizadas para o cálculo das taxas de depreciação no método de unidades produzidas e teste de recuperabilidade dos ativos (impairment).

A apuração dos volumes de reserva exige a aplicação de julgamentos e está sujeita a revisões anuais, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção, reservatórios e geologia, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou da capacidade de produção de equipamentos e instalações.

As reservas de petróleo e gás natural incluem tanto as provadas como as não provadas. De acordo com as definições prescritas pela Securities and Exchange Commission (SEC), reservas provadas são as quantidades estimadas cujos dados de engenharia e geológicos demonstram, com razoável certeza, ser recuperáveis no futuro, a partir de reservatórios conhecidos e sob condições operacionais e econômicas existentes (preços e custos na data em que a estimativa é realizada). As reservas provadas são subdivididas em desenvolvidas e não desenvolvidas.

Reservas provadas desenvolvidas podem ser recuperadas através dos poços existentes, com os equipamentos e métodos presentes e representaram 59,9% do total de reservas provadas da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Embora a Companhia entenda que as reservas provadas serão produzidas, as quantidades e os prazos de recuperação podem ser afetados por diversos fatores, que incluem a conclusão de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e alterações significativas nos níveis de preço de petróleo e gás natural no longo prazo.

a) Impacto das reservas de petróleo e gás natural na depreciação, amortização e exaustão

Depreciação, amortização e exaustão são mensuradas com base em estimativas de reservas elaboradas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela SEC. Revisões das reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas impactam de forma prospectiva os valores da depreciação e depleção reconhecidos nos resultados e os valores contábeis dos ativos de petróleo e gás natural.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, uma redução na estimativa de reservas provadas aumentaria, prospectivamente, o valor de despesas com depreciação, enquanto um incremento das reservas resultaria em redução da depreciação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Outras informações sobre depreciação e depleção são apresentadas nas notas explicativas 3.8 e 12.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

b) Impacto das reservas de petróleo e gás natural e preços no teste de *impairment*

Para avaliar a recuperabilidade dos ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural, a Companhia utiliza o valor em uso, conforme nota explicativa 3.11. Em geral, as análises baseiam-se em reservas provadas e reservas prováveis. O percentual de reservas prováveis incluídos nos fluxos de caixa não excede os índices históricos de sucesso no desenvolvimento das reservas prováveis.

A gestão da Companhia realiza avaliações contínuas dos ativos, analisando sua recuperabilidade, para as quais utiliza a estimativa dos volumes de reservas de petróleo e gás natural, além de preços estimados futuros de petróleo e gás natural.

A Companhia não considera a volatilidade de curto prazo nos preços de petróleo como indicativo de mudança no valor recuperável dos ativos de petróleo e gás natural. Os mercados de petróleo e gás natural têm um histórico de volatilidade de preços significativa e, embora, ocasionalmente, possam haver quedas expressivas, os preços, a longo prazo, tendem a continuar sendo ditados pela oferta de mercado e fundamentos de demanda. Assim, os testes de recuperabilidade dos ativos *impairment* utilizam os preços de longo prazo previstos no planejamento, orçamento e nas decisões de investimento de capital da Companhia, os quais são considerados estimativas razoáveis em relação aos indicadores de mercado e às experiências passadas.

Reduções nos preços futuros de petróleo e gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas, na curva de produção esperada, nos custos de extração ou nas taxas de desconto podem ser indícios da necessidade de realização de teste de *impairment*.

Outras informações sobre ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural são apresentadas nas notas explicativas 3.8 e 12 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperabilidade de ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas apresentadas a seguir foram utilizadas de forma consistente pela companhia:

UGC's da área de Exploração e Produção: campo ou pólo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área.

UGC's da área de Abastecimento: i) UGC Refino: conjunto de ativos que compõem as refinarias, terminais e dutos, bem como os ativos logísticos operados pela Transpetro. A definição da UGC Refino é baseada no conceito de integração e otimização do resultado, podendo as indicações do planejamento e as operações dos ativos privilegiar uma determinada refinaria em detrimento de outra, buscando maximizar o desempenho global da UGC, sendo os dutos e terminais partes complementares e interdependentes dos ativos de refino, com o objetivo comum de atendimento ao mercado; ii) UGC Petroquímica: ativos das plantas petroquímicas das empresas PetroquímicaSuape e Citepe; iii) UGC Transporte: a

10.5 - Políticas contábeis críticas

unidade geradora de caixa desse segmento é definida pelos ativos da frota de navios da Transpetro.

- UGC's da área de Gás e Energia: i) UGC Gás Natural: conjunto de ativos que compõem a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais); e ii) UGC Energia: conjunto de ativos que compõem o portfólio de usinas termoelétricas (UTE).
- UGC da área de Distribuição: conjunto de ativos de distribuição, relacionados principalmente às atividades operacionais da Petrobras Distribuidora S.A. e da Liquigás Distribuidora S.A..
- UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; ii) UGC Etanol: representadas por investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto do setor de etanol.
- UGC da Internacional: i) UGC Exploração e Produção Internacional: campo ou pólo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área; e ii) Demais atividades da área internacional: definida ao menor nível de ativos para os quais exista fluxo de caixa identificável.

Os investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio por rentabilidade futura (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 3.11 e 14 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro.
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares – premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Petrobras, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 31 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A Companhia possui obrigações legais e/ou não formalizadas de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção. As obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações offshore de produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que as obrigações ocorrerão no longo prazo; que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as questões políticas, ambientais, de segurança e de relações públicas.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas nas notas explicativas 3.14 e 20 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo exige julgamento da existência ou não de ativos idênticos ou similares cotados em mercado ativo e, na sua ausência, do uso de metodologias alternativas de valoração que podem ser complexas e envolvem estimativas de preços futuros, taxas de juros de longo prazo e índices de inflação.

Outras informações sobre instrumentos financeiros derivativos são apresentadas nas notas explicativas 3.3.5 e 34 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Contabilidade de hedge

A identificação de relações de hedge entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e da efetividade das mesmas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ademais, a Companhia avalia continuamente o alinhamento entre as relações de hedge identificadas e os objetivos e estratégia de sua política de gestão de risco.

Outras informações sobre contabilidade de hedge são apresentadas nas notas explicativas 3.3.6 e 34 das demonstrações contábeis do exercício de 2013

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e subsidiárias ("a companhia") é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Também as futuras avaliações da eficácia dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, os controles internos da companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Comunicaram à administração da Companhia a identificação de deficiência significativa nos controles sobre os acessos críticos a sistemas de informação, mas que não impactou a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e divulgar dados financeiros. A administração apresentou controles compensatórios que se mostraram eficazes e, portanto, seriam suficientes para identificar qualquer atividade executada indevidamente e, por consequência, a administração teria conhecimento e trataria tempestivamente. Além disso, a administração já está desenvolvendo melhorias nas atividades de controle e ferramentas utilizadas nos acessos aos sistemas de informação de modo a melhor suportar os objetivos de controle definidos e ampliar a conformidade com os requisitos do framework COBIT, padrão internacional adotado como referência para os seus controles de tecnologia da informação.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia realizou, em 2010, uma oferta global de distribuição primária de ações no montante de R\$ 120,2 bilhões (US\$ 69,9 bilhões), incluindo o Lote Suplementar e o Lote Adicional. Os recursos líquidos, incluindo os títulos públicos federais - LFT, estão sendo utilizados (1) em contrapartida à Cessão Onerosa e (2) para continuar desenvolvendo todos os nossos segmentos de negócio. Especificamente, planejamos alocar esses recursos líquidos da seguinte forma:

- aproximadamente 62,2% em contrapartida à Cessão Onerosa, nos termos da Lei 12.276; e
- aproximadamente 37,8% vem sendo utilizado para financiar os nossos investimentos, que, de acordo com o nosso Plano de Negócios para 2014-2018, são da ordem de US\$ 220,6 bilhões, assim como para manter uma estrutura de capital e índices de alavancagem adequados.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2013:

	Total	2014	2015-2018	2019 em diante
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial: *				
Obrigações de dívida	274.915	26.048	104.676	144.191
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	209	12	44	152
Total dos itens do balanço patrimonial	275.124	26.060	104.720	144.343
Outros compromissos contratuais				
Gás natural ship or pay	7.460	1.267	4.939	1.254
Serviços contratados	132.140	58.888	61.051	12.201
Compromisso de compra de GN	28.243	5.292	18.889	4.062
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	122.027	34.396	56.664	30.967
Compromissos de compra	46.334	17.645	26.370	2.319
Total de outros compromissos	336.204	117.488	167.913	50.803
Total	611.328	143.548	272.633	195.146

* Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 nas Demonstrações Contábeis.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados que não estejam no item anterior.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e o registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

- b. natureza e o propósito da operação

“Vide item a”

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

“Vide item a”

10.10 - Plano de negócios

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 25/02/2014 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras o Plano Estratégico 2030 (PE 2030) e o Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 (PGN 2014-2018).

Mantendo seu posicionamento de ser uma Empresa Integrada de Energia, o Plano Estratégico Petrobras 2030 define as Grandes Escolhas de suas Áreas de Negócio como sendo:

- **Exploração e Produção:** Produzir em média 4,0 milhões de bpd no período 2020-2030, sob titularidade da Petrobras no Brasil e no exterior, adquirindo direitos de exploração de áreas que viabilizem este objetivo;
- **Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica:** Suprir o mercado brasileiro de derivados, alcançando uma capacidade de refino de 3,9 milhões de bpd, em sintonia com o comportamento do mercado doméstico;
- **Distribuição:** Manter a liderança no mercado doméstico de combustíveis, ampliando a agregação de valor e a preferência pela marca Petrobras;
- **Gás, Energia e Gás-Química:** Agregar valor aos negócios da cadeia de gás natural, garantindo a monetização do gás do Pré-sal e das bacias interiores do Brasil;
- **Biocombustíveis:** Manter o crescimento em biocombustíveis, etanol e biodiesel, em linha com o mercado doméstico de gasolina e diesel; e
- **Internacional:** Atuar em E&P, com ênfase na exploração de óleo e gás na América Latina, África e EUA.

A Visão 2030 da Petrobras é: “Ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo(1) e a preferida dos seus públicos de interesse”.

(1) Métrica: uma das cinco maiores produtoras de petróleo, dentre todas as empresas, com ou sem ações em bolsa.

O Plano Estratégico Petrobras 2030 reafirma a **Missão** da Petrobras: “Atuar na indústria de petróleo e gás de forma ética, segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, fornecendo produtos adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua.”

O Plano Estratégico estabelece também os Direcionadores Corporativos, que orientam todas as atividades e negócios da Petrobras: **Rentabilidade, Responsabilidade Social e Ambiental e Crescimento Integrado.**

A proposta do PNG 2014-2018 está alinhada à proposta do PE 2030, que busca dar seguimento às metas de crescimento e sustentabilidade da produção de petróleo e de aumento da capacidade de refino no País, alinhado ao mercado brasileiro de derivados. Com foco no curto e médio prazo, o PNG 2014-2018 totaliza investimentos de US\$ 220,6 bilhões.

10.10 - Plano de negócios**Plano de Negócios 2014-2018 (em US\$ bilhões)**

Segmentos	Investimentos	%
E&P	153,9	70%
Abastecimento	38,7	18%
Gás & Energia	10,1	5%
Internacional	9,7	4%
Petrobras Biocombustíveis (PBio)	2,3	1%
BR Distribuidora	2,7	1%
Engenharia, Tecnologia e Materiais	2,2	1%
Demais Áreas *	1,0	0,5%
Total	220,6	100%

* Área Financeira, Estratégica e Corporativo-Serviços

O PNG 2014-2018 mantém o princípio da gestão de projetos dos Planos anteriores, passando a ser estruturado em três carteiras de projetos: Carteira em Implantação, Carteira em Processo de Licitação e Carteira em Avaliação. A Carteira em Implantação contempla todos os projetos em Execução (Obras) e projetos já licitados de todas as Áreas, além dos recursos necessários para os estudos dos projetos da Carteira em Avaliação. Na Carteira em Processo de Licitação estão incluídos os projetos de E&P no Brasil que ainda passarão pelo processo de contratação de suas unidades e os projetos das refinarias Premium I e Premium II que terão seus processos licitatórios conduzidos em 2014. Juntas, as duas Carteiras, em Implantação e em Processo de Licitação, somam US\$ 206,8 bilhões, a serem investidos pela Petrobras.

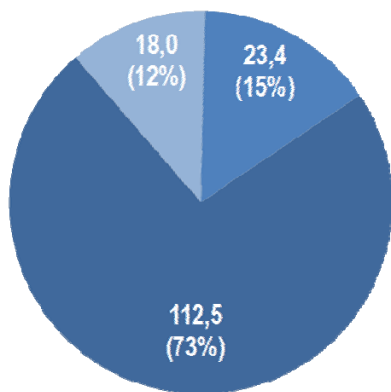
A Carteira em Avaliação, com US\$ 13,8 bilhões, engloba, exceto E&P no Brasil, projetos que atualmente se encontram em Fase I (identificação de oportunidade), Fase II (projeto conceitual) e Fase III (projeto básico). Seus projetos possuem menor maturidade e não causam impacto nas curvas de produção de petróleo e de processamento de derivados no Brasil, até 2020.

Todos os projetos do PNG 2014-2018 incorporam o acompanhamento das Curvas S (gráfico que representa a evolução física e financeira do projeto) e as projeções futuras são feitas a partir da análise da execução destas curvas, que são acompanhadas pela Diretoria Executiva e que irão suportar o alcance das metas do Plano.

A área de Exploração e Produção (E&P) no Brasil investirá US\$ 153,9 bilhões, crescimento de 4,3% (US\$ 6,4 bilhões) em relação ao PNG 2013-2017, principalmente pela inclusão dos investimentos do ano de 2018 em níveis compatíveis com a aceleração da produção planejada até 2020. Do total de investimentos em E&P, 73% serão alocados para desenvolvimento da produção, 15% para exploração e 12% para infraestrutura. Dos US\$ 135,9 bilhões a serem investidos nas atividades de desenvolvimento da produção e de exploração, 60% serão destinados ao Pré-sal e 40% ao Pós-sal.

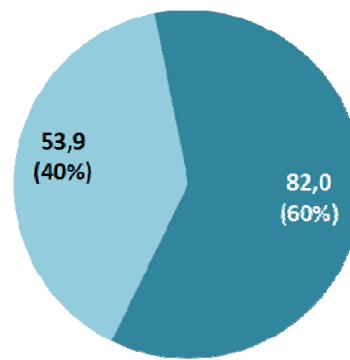
10.10 - Plano de negócios

Total de Investimento em E&P Brasil
US\$ 153,9 bilhões



■ Infraestrutura e Suporte
■ Exploração
■ Desenvolvimento da Produção

Desenvolvimento da Produção + Exploração
US\$ 135,9 bilhões



■ Pós-Sal
■ Pré-Sal {
Pré-Sal (Concessão)
Cessão Onerosa
Partilha (Libra)

Os investimentos previstos na área de Abastecimento somam US\$ 38,7 bilhões. Os destaques da Carteira em Implantação são os projetos da Refinaria Abreu e Lima, o primeiro trem de refino do Comperj e a construção de 45 navios de transporte de óleo e derivados (Promef). Já a Carteira em Processo de Licitação desta área é composta pelas refinarias Premium I e Premium II.

A área de Gás e Energia tem alocados US\$ 10,1 bilhões no PNG 2014-2018, com destaque para a Unidade de Fertilizantes de Três Lagoas, a Unidade de Fertilizantes de Uberaba, os gasodutos de escoamento de gás do Pré-Sal (Rota 2 e Rota 3) e suas respectivas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), todos em implantação.

Na área Internacional serão investidos US\$ 9,7 bilhões com ênfase no segmento de E&P que representa 92% destes investimentos.

A área de Biocombustíveis prevê investimento de US\$ 2,3 bilhões distribuídos entre projetos de biodiesel e etanol.

O segmento de Distribuição possui investimentos de US\$ 2,7 bilhões, visando à manutenção da liderança no mercado de derivados de petróleo com crescimento de participação no segmento automotivo.

O PNG 2014-2018 dá continuidade às ações estruturantes representadas pelos programas que sustentam o Plano e que, desde 2012, contribuem para os resultados da Companhia:

- (a) Programa de Aumento da Eficiência Operacional da Bacia de Campos (Proef)
- (b) Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop)
- (c) Programa de Otimização de Infraestrutura Logística (InfraLog)
- (d) Programa de Redução de Custos de Poços (PRC-Poço)
- (e) Programa de Redução de Custos de Instalações Submarinas (PRC-Sub)

O PNG 2014-2018 incorpora ganhos de eficiência operacional proporcionados pelo Procop com

10.10 - Plano de negócios

potencial de economia potencial de R\$ 37,5 bilhões (valores nominais) no período de 2013 a 2016. Destaque para as reduções no Custo de Extração, no Custo de Logística do Abastecimento e no Custo de Refino.

Segurança, respeito ao Meio Ambiente, eficiência energética e saúde permanecem como valores de base para todas as operações da Petrobras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os pressupostos da financiabilidade considerados para o PNG 2014-2018 foram os seguintes:

- Manutenção do grau de investimento:
 - Retorno dos indicadores de endividamento e alavancagem aos limites em até 24 meses(*);
 - Alavancagem menor que 35%;
 - Dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x.
- Não há emissão de novas ações;
- Convergência dos preços de diesel e gasolina no Brasil com as referências internacionais(*);
- Parcerias e reestruturações nos modelos de negócio.

(* Fato Relevante de 29 de novembro de 2013

A análise das condições de financiabilidade considera as Carteiras em Implantação e em Processo de Licitação, totalizando US\$ 206,8 bilhões. Os recursos necessários para o financiamento dos projetos em Implantação mais os projetos em Processo de Licitação serão provenientes da geração operacional de caixa e desinvestimentos (US\$ 182,2 bilhões), uso de caixa excedente (US\$ 9,1 bilhões), reestruturações nos modelos de negócio (US\$ 9,9 bilhões) e captações (US\$ 60,5 bilhões bruta e US\$ 5,6 bilhões líquida).

A análise da financiabilidade demonstra exequibilidade fundamentada nos seguintes pontos:

- A geração operacional de caixa do período 2014-2018 indica Fluxo Caixa Livre antes de dividendos, a partir de 2015, em decorrência do crescimento da produção de petróleo e LGN, da menor dependência de importações de derivados pela expansão do parque de refino e das reestruturações nos modelos de negócio, que reduzem a necessidade de caixa no horizonte do Plano;
- A alavancagem financeira será decrescente, dentro do limite máximo de 35% a partir de 2015 e o indicador dívida líquida/EBITDA retornará, a partir de 2015, ao limite definido pela Companhia de até 2,5x.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A companhia considera a realização de desinvestimentos como forma de otimizar seu portfólio de ativos e de servir como uma das fontes dos recursos necessários para o financiamento dos projetos em Implantação mais os projetos em Processo de Licitação.

No âmbito do Programa de Desinvestimentos (Prodesin) foram concluídas 21 operações de desinvestimentos desde outubro/12, totalizando US\$ 10,7 bilhões, sendo US\$ 3,4 bilhões em 2012 e US\$ 7,3 bilhões em 2013.

10.10 - Plano de negócios

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2013, alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, foram efetivadas as seguinte aquisições:

- Aquisição, integralmente ou em parceria, de 49 blocos ofertados na 12ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dentre os blocos arrematados, 22 foram em parceria, sendo 16 operados pela Petrobras e 6 operados por parceiros.
- Aquisição de direitos e obrigações referentes ao bloco de Libra, através de consórcio formado por Petrobras (10%), Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%). O bloco foi ofertado na 1ª Rodada de Licitação do Pré-Sal, realizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e tem contrato de exploração e produção na modalidade de partilha de produção.

Aquisição, integralmente ou em parceria, de 34 blocos, em áreas terrestres e marítimas, leiloados na 11ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

- c. Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Petrobras está profundamente comprometida na área de pesquisa e desenvolvimento como uma forma de ampliar a busca por novas fronteiras de produção e alcançar melhorias contínuas em suas operações. A companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, incluindo os meios de perfuração, completação e produção de poços em águas profundas. A Petrobras é um dos maiores investidores em pesquisa e desenvolvimento dentre as grandes companhias de petróleo do mundo e aplica uma parcela considerável de suas receitas em pesquisa e desenvolvimento. Os contratos brasileiros de concessão de petróleo e gás exigem que se faça investimentos de pelo menos 1% da receita bruta da concessão oriunda dos campos de petróleo com alta produtividade em pesquisa e desenvolvimento. Destes recursos, até metade pode ser investida em instalações de pesquisa próprias no Brasil e o restante deve ser investido em pesquisa e desenvolvimento em universidades e instituições brasileiras registradas junto à ANP para esta finalidade.

10.10 - Plano de negócios

Os principais resultados em pesquisa e desenvolvimento obtidos em 2013 pela Petrobras foram:

- Estudos da interação da rocha e fluidos de injeção do pré-sal permitem adoção de metalurgia menos nobre para poços, risers, equipamentos e sistemas submarinos e de superfície que terão de lidar com a água produzida.
- Identificação de quatro intervalos de rochas geradoras na área do pré-sal da Bacia de Santos através do uso integrado de dados de geoquímica, geologia e geofísica.
- Sistematização do monitoramento automatizado do desempenho de sondas de perfuração, contribuindo para o aumento de 12% na eficiência da perfuração de poços.
- Operação otimizada do turbo expansor na Refinaria Landulfo Alves (RLAM), na Bahia, dobrando a potência gerada.
- O Programa de Produção de Médios e Gasolina (PROMEGA), criado em 2013, contribuiu com o aumento da utilização da capacidade das Refinarias em 177 mil barris por dia, dos quais 41 mil barris de gasolina por dia e 81 mil barris de óleo diesel por dia, reduzindo a importação de derivados
- Aumento no processamento do Resíduo Atmosférico de petróleo pesado nacional na Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão (RBPC), por meio do uso do aditivo Spike
- Aplicação de nova ferramenta eletro-hidráulica de desconexão de fundo de poço (Wet Disconnection Tool - WDT) no Campo de Carapeba

A Petrobras opera um centro de pesquisas e desenvolvimento dedicado às suas atividades, no Rio de Janeiro, Brasil, desde 1966. Em 2010, a companhia concluiu a sua expansão, dobrando a capacidade de seus laboratórios e projetando-o como o maior complexo de pesquisas no hemisfério sul, com laboratórios especialmente dedicados às tecnologias do pré-sal. Em 31 de dezembro de 2013, esse centro possuía 1959 funcionários, 1788 dos quais são exclusivamente dedicados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia básica.

A Petrobras também tem vários protótipos em escala semi-industrial em todo o Brasil, localizados próximos às suas instalações industriais e que visam a desenvolver novas tecnologias a custos reduzidos. Em 2013 a companhia conduziu pesquisas e desenvolvimento através de projetos de pesquisa com mais de 100 universidades e centros de pesquisas no Brasil e no exterior. Participou de intercâmbios de ciência e tecnologia com outras empresas de serviço de petróleo e gás, empresas de tecnologia e outros operadores.

10.10 - Plano de negócios

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Despesas em P&D (R\$ bilhões)		
2011	2012	2013
2,4	2,2	2,4

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Ver item 10.10.c.i

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Ver item 10.10.c.ii

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Produção de Petróleo e LGN no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 em milhões de barris de óleo por dia (bpd).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil para 2014 leva em consideração a entrada em operação de 5 novas unidades de produção (UEPs) em 2014: Norte do Parque das Baleias (P-58) no 1º trimestre, Roncador IV (P-62) e Papa-Terra (P-61 + TAD) no 2º trimestre, Sapinhoá Norte (Cidade de Ilhabela) no 3º trimestre e Iracema Sul (Cidade de Mangaratiba) no 4º trimestre.

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil para 2018 leva em consideração a entrada em operação de mais 23 novas unidades de produção (UEPs) entre 2015 e 2018: Iracema Norte (Cidade de Itaguaí) no 3º trimestre de 2015; Lula Alto, Lula Central, Lula Sul (P-66), Búzios I (P-74), Lapa, Lula Norte (P-67) e Búzios II (P-75) em 2016; Lula Extremo Sul e Cessão Onerosa de Sul de Lula (P-68), Lula Oeste (P-69), Búzios III (P-76), Iara Horst (P-70), Tartaruga Verde e Mestiça e Búzios IV (P-77) em 2017; Nordeste de Tupi (P-72), Espírito Santo Águas Profundas, Iara Noroeste (P-71), Revitalização de Marlim I, Sergipe Águas Profundas I, Sul do Parque das Baleias, Maromba I, Carcará e Entorno de Iara (P-73) em 2018.

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil para 2020 leva em consideração a entrada em operação de mais 7 novas unidades de produção (UEPs) entre 2019 e 2020: Júpiter e Búzios V em 2019; Espadarte III, Sergipe Águas Profundas II, Revitalização de Marlim II, Libra e Florim em 2020.

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil prevista para 2014 é de um crescimento de 7,5% em relação à produção realizada em 2013 (1,93 milhões de bpd), podendo variar em 1 ponto percentual para mais ou para menos.

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil prevista para 2018 é 3,2 milhões de bpd.

A meta de produção de petróleo e LGN no Brasil prevista para 2020 é 4,2 milhões de bpd.

A meta de produção média de petróleo e LGN no Brasil prevista para o período 2020-2030 é 3,7 milhões de bpd.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2018 e 2020 em milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de petróleo, LGN e gás natural no Brasil para 2018 leva em consideração a entrada em operação de 28 novas unidades de produção (UEPs) entre 2014 e 2018: Norte do Parque das Baleias (P-58) no 1º trimestre, Roncador IV (P-62) e Papa-Terra (P-61 + TAD) no 2º trimestre, Sapinhoá Norte (Cidade de Ilhabela) no 3º trimestre e Iracema Sul (Cidade de Mangaratiba) no 4º trimestre, Iracema Norte (Cidade de Itaguaí) no 3º trimestre de 2015; Lula Alto, Lula Central, Lula Sul (P-66), Búzios I (P-74), Lapa, Lula Norte (P-67) e Búzios II (P-75) em 2016; Lula Extremo Sul e Cessão Onerosa de Sul de Lula (P-68), Lula Oeste (P-69), Búzios III (P-76), Iara Horst (P-70), Tartaruga Verde e Mestiça e Búzios IV (P-77) em 2017; Nordeste de Tupi (P-72), Espírito Santo Águas Profundas, Iara Noroeste (P-71), Revitalização de Marlim I, Sergipe Águas Profundas I, Sul do Parque das Baleias, Maromba I, Carcará e Entorno de Iara (P-73) em 2018.

A meta de produção de petróleo, LGN e Gás Natural no Brasil para 2020 leva em consideração a entrada em operação de mais 7 novas unidades de produção (UEPs) entre 2019 e 2020: Júpiter e Búzios V em 2019; Espadarte III, Sergipe Águas Profundas II, Revitalização de Marlim II, Libra e Florim em 2020.

Atrasos na entrega de equipamentos para a produção, assim como de equipamentos e serviços dedicados ao desenvolvimento da produção, como, por exemplo, serviços de perfuração de poços, podem levar a Companhia a não alcançar as metas estimadas.

O desempenho de produção também pode diferir daquele inicialmente projetado devido às características dos reservatórios de hidrocarbonetos que, geralmente, não são totalmente conhecidas à época da estimativa de produção de um determinado projeto.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de produção de óleo, LGN e gás natural no Brasil prevista para 2018 é de 3,9 milhões de boed.

A meta de produção de óleo, LGN e gás natural no Brasil prevista para 2020 é de 5,2 milhões de boed.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Produção de Derivados no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Média de 2014 em milhões de barris por dia (bbl/dia).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de Derivados no Brasil para 2014 leva em consideração a entrada em operação do Trem 1 da Refinaria do Nordeste no 4º trimestre de 2014.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de produção de Derivados no Brasil prevista para 2014 é 2,1 milhões de bbl/dia.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Oferta de Gás Natural no Brasil

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 em milhões de metros cúbicos por dia (m³/d).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de oferta de Gás Natural no Brasil para 2014, 2018, 2020 e para o período de 2020 a 2030 leva em consideração a oferta de Gás Natural produzida no país (incluindo parceiros e terceiros), somada à importação da Bolívia e à produção dos Terminais de Regaseificação de GNL Baía de Guanabara, Pecém e Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBA).

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de oferta de Gás Natural no Brasil prevista para 2014 é de 118 milhões m³/d.

A meta de oferta de Gás Natural no Brasil prevista para 2018 é de 146 milhões m³/d.

A meta de oferta de Gás Natural no Brasil prevista para 2020 é de 157 milhões m³/d.

A meta de oferta de Gás Natural no Brasil prevista para o período de 2020-2030 é de 168 milhões m³/d.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Produção de Petróleo no Exterior.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 em mil barris de óleo equivalente por dia (boed).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de petróleo no exterior para 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 leva em consideração o crescimento da produção por meio de participações em oportunidades exploratórias na América Latina, na África e nos EUA e atuação minoritária em não convencionais na Argentina e EUA.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de produção de petróleo no exterior prevista para 2014 é de 92 mil boed.

A meta de produção de petróleo no exterior prevista para 2018 é de 140 mil boed.

A meta de produção de petróleo no exterior prevista para 2020 é de 152 mil boed.

A meta de produção média de petróleo no exterior prevista para o período 2020-2030 é de 267 mil boed.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Médias de 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 em mil barris de óleo equivalente por dia (boed).

As projeções são válidas até a revisão do Plano de Negócios e Gestão.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A meta de produção de petróleo e gás natural no exterior para 2014, 2018, 2020 e do período 2020-2030 leva em consideração o crescimento da produção por meio de participações em oportunidades exploratórias na América Latina, na África e nos EUA e atuação minoritária em não convencionais na Argentina e EUA.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A meta de produção de petróleo e gás natural no exterior prevista para 2014 é de 177 mil boed.

A meta de produção de petróleo e gás natural no exterior prevista para 2018 é de 253 mil boed.

A meta de produção de petróleo e gás natural no exterior prevista para 2020 é de 294 mil boed.

A meta de produção média de petróleo e gás natural no exterior prevista para o período 2020-2030 é de 479 mil boed.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Projeções sobre a evolução de indicadores que estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no Formulário e quais delas estão sendo repetidas:

Produção de Óleo e LGN – Brasil

2020 – Mantida

2014, 2018 e média do período 2020-2030 – Incluídas

2013, 2016 e 2017 - Excluídas

Produção de Óleo e Gás Natural – Brasil

2020 – Mantida

2018 - Incluída

2013, 2016 e 2017 – Excluídas

Produção de Óleo – Exterior

2014, 2018, 2020 e média do período 2020-2030- Incluídas

Produção de Óleo e Gás Natural – Exterior

2014, 2018, 2020 e média do período 2020-2030 - Incluídas

Produção de Derivados – Brasil

2014 - Incluídas

2013, 2016 e 2020 - Excluídas

Oferta de Gás Natural – Brasil

2020 – Mantida

2014, 2018 e média do período 2020-2030 – Incluídas

2013 e 2017 – Excluídas

Não foram apresentadas projeções relativas a períodos já transcorridos.

As projeções indicadas nos itens anteriores permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência, não tendo, nenhuma delas, sido abandonada ou substituída.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

A estrutura de governança corporativa é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Comitê de Negócios.

1) Conselho de Administração:

É um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. É composto por, no mínimo, cinco membros até dez membros eleitos, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a 1 (um) ano, admitida a reeleição.

São atribuições do Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia;

IV - avaliar resultados de desempenho;

V - aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII do art. 33 do Estatuto Social da Petrobras, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

VI - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VII - fixar as políticas globais da companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos;

VIII - aprovar a transferência da titularidade de ativos da companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva.

IX - aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados.

A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Atribuições privativas do Conselho de Administração:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

I – deliberar sobre o Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores, por proposta do Presidente, dos encargos correspondentes às áreas de contato definidas no referido plano;

II - autorização para aquisição de ações de emissão da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, observadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

III - aprovação da permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV - eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V - constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VI - convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VII - aprovação de um Código de Boas Práticas e do seu Regimento Interno, o qual deverá prever a indicação de Relator e a constituição de Comitês do Conselho compostos por alguns de seus membros, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VIII - aprovação das Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

IX - escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

X - relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XI - criação do Comitê de Negócios e aprovação das atribuições e regras de funcionamento desse Comitê, consistentes com o Plano Básico de Organização, as quais devem ser divulgadas ao mercado, resumidamente, quando da publicação das demonstrações financeiras da companhia, ou quando de sua alteração;

XII - assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;

O Comitê de Negócios de que trata o inciso XI submeterá à Diretoria Executiva seu parecer sobre as matérias corporativas que envolvam mais de uma área de negócios, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

2) Diretoria Executiva:

É composta por um Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e sete Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Entre os membros da Diretoria Executiva, apenas o presidente é membro do Conselho de Administração sem, no entanto, presidir o órgão.

Exerce a gestão dos negócios da companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

3) Conselho Fiscal:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Constituído de forma permanente, é independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades Anônimas. É composto por cinco membros, com mandato de um ano, permitida reeleição, sendo um representante dos acionistas minoritários, um representante dos acionistas titulares de ações preferenciais e três representantes da União, sendo um indicado pelo ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

O Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições conferidas por disposição legal ou determinação de Assembleia Geral, tem as atribuições de:

- fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual e as contas da Diretoria;
- opinar as propostas dos administradores a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal ocorrem, no mínimo, a cada 30 dias, e os assuntos tratados, os pareceres e as deliberações tomadas se baseiam, em sua maior parte, nos atos praticados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, nas informações fornecidas pelos acionistas, mercado e imprensa, ou em proposições individuais dos próprios conselheiros. As atas e pareceres do Conselho Fiscal são encaminhados à Administração da companhia, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

4) Comitês:

4.1) Comitês do Conselho de Administração

A companhia possui três comitês do Conselho de Administração: Auditoria; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e Remuneração e Sucessão. São compostos exclusivamente por membros do Conselho e têm por objetivo assessorar o órgão no cumprimento das suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação.

Atribuições do Comitê de Auditoria:

- assessorar o Conselho de Administração na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS) e expressas na moeda norte-americana, quanto a sua conformidade às exigências legais e regulatórias e à adequada representação da situação econômico-financeira da companhia;
- analisar e propor ao Conselho de Administração a resolução de conflitos entre os administradores e os auditores independentes, relacionados à divulgação de informes econômico-financeiros;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Para tanto o Comitê pode avaliar e discutir, com os auditores independentes, quaisquer problemas ou dificuldades encontrados pelos auditores decorrentes do processo de auditoria e preparação dos informes econômico-financeiros, bem como qualquer carta para a gerência da companhia emitida pelos auditores independentes e a resposta da companhia a tal carta. A avaliação deve abordar as dificuldades encontradas durante a auditoria, incluindo quaisquer restrições ao escopo das atividades ou acesso as informações necessárias, quaisquer desacordos com os administradores sobre princípios contábeis e assuntos relacionados, e ajustes nas demonstrações financeiras recomendados pelos auditores independentes.

- estabelecer o procedimento para recebimento, retenção e processamento de denúncias sobre questões contábeis, de controles internos ou de auditoria, incluindo a submissão, de forma confidencial e anônima, por empregados, de denúncias e questionamentos sobre tais matérias;
- assessorar o Conselho de Administração e os administradores da companhia na avaliação da adequação e da eficácia dos controles internos, com o apoio da Auditoria Interna e da auditoria independente, assim como das unidades envolvidas no gerenciamento de riscos e de controles internos da companhia;
- assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e gerenciamento de riscos;
- receber e analisar informações do Presidente, do Diretor Financeiro e da auditoria independente sobre as deficiências nos controles internos, divulgação de informações financeiras e fraudes que envolvam administradores ou empregados, recomendando as medidas cabíveis;
- analisar o relatório de recomendações elaborado pela auditoria independente, bem como os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, legais e éticos, elaborados pela Auditoria Interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações destes controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios;
- avaliar e discutir relatórios preparados pelos auditores independentes sobre: (1) políticas críticas de contabilidade e práticas a serem adotadas; (2) tratamentos alternativos para os informes econômico-financeiros da companhia, as ramificações do uso desses tratamentos alternativos, e o tratamento preferido pelos auditores independentes e as razões pelo favorecimento de tal tratamento; e (3) outras comunicações relevantes entre os auditores independentes e a administração da companhia;
- analisar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAAAI) a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e avaliar seu cumprimento, acompanhando as atividades exercidas e os relatórios emitidos pela Auditoria Interna, encaminhando àquele Colegiado as recomendações pertinentes;
- acompanhar e analisar o processo de contratação da auditoria independente, observando as normas e a legislação vigente, considerando ainda a capacitação técnica, independência, eficiência, experiência e custos; e recomendar ao Conselho de Administração a nomeação, remuneração e eventual substituição dos auditores independentes e supervisionar os trabalhos da auditoria independente nos termos especificados nas atribuições do Comitê de Auditoria;
- avaliar e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a indicação da auditoria independente para a prestação de outros serviços, quando permitidos na forma da legislação vigente, observando o Estatuto Social da Petrobras S.A.;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- analisar a atuação e o desempenho da auditoria independente, considerando as relações existentes entre ela e as empresas do Sistema Petrobras;
- receber e analisar informações da auditoria independente sobre políticas e práticas relevantes de contabilidade, recomendando as medidas cabíveis;
- revisar, ao menos uma vez por ano, o sumário das transações com partes relacionadas da Petrobras envolvendo seus Diretores, Conselheiros e companhias que empreguem quaisquer de seus Diretores e Conselheiros, bem como qualquer outra relação com partes relacionadas que seja relevante, conforme definido pela SEC;
- avaliar e propor, quando pertinente, que as recomendações decorrentes do exercício de suas atribuições sejam estendidas às sociedades subsidiárias e controladas da companhia, observando as competências estabelecidas em seu Estatuto Social, bem como a legislação aplicável;
- propor ao Conselho de Administração a divulgação, nos relatórios anuais da companhia, das atividades desempenhadas por este Comitê, quando julgar pertinente;
- estabelecer critérios e avaliar anualmente o desempenho de suas atividades;
- propor ao Conselho de Administração, sempre que julgar necessária, a revisão do Regimento Interno desse Comitê, observando o Estatuto Social da Petróleo Brasileiro S.A. e demais documentos aprovados pelo Conselho de Administração, bem como a legislação aplicável.

Atribuições do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde:

- assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relacionadas à gestão estratégica de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) no âmbito do Sistema Petrobras;
- apoiar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e objetivos estratégicos da companhia, referentes a questões de SMS;
- auxiliar o Conselho de Administração na avaliação da aderência do Plano Estratégico da Petrobras às políticas globais e diretrizes de SMS aprovadas;
- manifestar-se sobre matérias correlatas a questões de SMS , quando necessário ao exame e apreciação pelo Conselho de Administração;
- assessorar o Conselho de Administração na avaliação dos resultados de desempenho relacionados a questões de SMS, propondo ações preventivas e corretivas, quando necessário;
- auxiliar o Conselho de Administração na avaliação de questões de SMS relativas às sociedades do Sistema Petrobras, que impliquem riscos de qualquer ordem à Petróleo Brasileiro S.A.;
- propor ao Conselho de Administração a divulgação, nos relatórios anuais da companhia, das atividades desempenhadas por este Comitê, quando julgar pertinente;
- estabelecer critérios e avaliar anualmente o desempenho de suas atividades;
- propor ao Conselho de Administração, sempre que julgar necessária, a revisão do Regimento Interno desse Comitê, observando o Estatuto Social da Petróleo Brasileiro S.A. e demais documentos aprovados pelo Conselho de Administração, bem como a legislação aplicável.

Atribuições do Comitê de Remuneração e Sucessão:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- propor ao Conselho de Administração a estrutura de compensação dos membros da Direção Superior, observadas as estratégias da companhia e referenciais de mercado;
- assessorar o Conselho de Administração quanto ao processo sucessório da Diretoria Executiva, para atendimento ao artigo 20 do Estatuto Social da Petróleo Brasileiro S.A., analisando e submetendo ao Conselho de Administração propostas com relação à designação de novos membros da Diretoria Executiva;
- apresentar ao Conselho de Administração propostas de políticas e mecanismos de remuneração dos membros da Administração Superior da companhia, observadas as estratégias da companhia e referenciais de mercado;
- propor ao Conselho de Administração políticas e mecanismos de sucessão da Administração Superior, de modo a suportar o Plano Estratégico e garantir a continuidade operacional da companhia, preservando os conhecimentos empresariais, avaliando a eficácia do processo de retenção de seus ocupantes;
- propor ao Conselho de Administração indicadores oriundos do Plano de Negócios para acompanhamento do desempenho da Diretoria Executiva;
- acompanhar as políticas e mecanismos de remuneração dos membros das Diretorias das empresas em que a Petrobras tenha controle acionário;
- acompanhar as políticas e mecanismos de sucessão da Alta Administração das empresas em que a Petrobras tenha controle acionário;
- propor ao Conselho de Administração a divulgação, nos relatórios anuais da companhia, das atividades desempenhadas por este Comitê, quando julgar pertinente;
- estabelecer critérios e avaliar anualmente o desempenho de suas atividades;
- propor ao Conselho de Administração, sempre que julgar necessária, a revisão do Regimento Interno desse Comitê, observando o Estatuto Social da Petróleo Brasileiro S.A. e demais documentos aprovados pelo Conselho de Administração, bem como a legislação aplicável.

4.2) Comitê de Negócios

O Comitê de Negócios funciona como fórum de integração dos assuntos relevantes e estratégicos, visando promover o alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da companhia e as diretrizes do Plano Estratégico da Petrobras.

Este Comitê suporta o processo decisório referente às matérias que envolvam mais de um Segmento ou Área de Negócio, bem como a temas de caráter corporativo, cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

5) Auditorias

A Auditoria Interna tem por atribuição planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria interna e atender as solicitações da Alta Administração e de órgãos externos de controle.

A Petrobras conta também com auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria. É obrigatório a cada cinco anos o rodízio entre empresas de auditoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal é permanente e foi instalado em 17 de fevereiro de 1956.

O Comitê de Negócios foi criado em 22 de março de 2002, enquanto que os comitês do Conselho de Administração foram criados em 28 de junho de 2002.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conselho de Administração

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e foi incluída no Regimento Interno desse Colegiado. A formalização da Sistemática, que detalha os procedimentos de avaliação, será objeto de aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

Diretoria Executiva

A avaliação de desempenho da Diretoria Executiva está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e foi incluída no Regimento Interno desse Colegiado. A formalização da Sistemática, que detalha os procedimentos de avaliação, será objeto de aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

Conselho Fiscal

O Regimento Interno do Conselho Fiscal estabelece atribuições, deveres e responsabilidades deste colegiado. Entretanto, não faz referência a mecanismos de avaliação de desempenho.

Comitês

Comitês do Conselho de Administração:

Comitê de Auditoria - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Remuneração e Sucessão - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Negócios: Em seu Regimento Interno, está prevista a avaliação semestral da relevância dos temas discutidos em suas configurações específicas, bem como da eficácia de suas reuniões.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Estrutura Geral da Petrobras é composta por unidades organizacionais diretamente subordinadas à Diretoria Executiva. Conforme preceitua o Estatuto Social da Petrobras, no sentido de dar maior agilidade à administração da Companhia, por definição do Conselho de Administração, as unidades organizacionais são agrupadas em áreas de contato vinculadas a cada membro da Diretoria Executiva.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

As unidades de Ouvidoria Geral da Petrobras e de Auditoria Interna são subordinadas diretamente ao Conselho de Administração reportando-se, exclusivamente no âmbito administrativo, ao Presidente da Companhia.

A seguir, listamos cada área de contato vinculada aos diretores da Petrobras e suas principais atribuições:

Área Estratégica – Presidente da Petrobras

• Ouvidoria Geral da Petrobras

Planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas.

• Auditoria Interna

Planejar e executar atividades de auditoria interna, atender às solicitações da alta administração e de órgãos externos de controle, assim como planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades de controle e conformidade, incluindo mitigação de riscos de fraude e de corrupção, no âmbito do Sistema Petrobras.

• Secretaria-Geral da Petrobras

Organizar e formalizar atos e processos decisórios de assembleias de acionistas e reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

• Gabinete do Presidente

Apoiar a Presidente, exercendo sua representação política quando por ela requerida, bem como gerenciar o atendimento das demandas externas e internas a ela dirigidas.

• Estratégia Corporativa

Orientar, coordenar, avaliar e sistematizar o processo de planejamento corporativo plurianual do Sistema Petrobras, gerenciando os processos de gestão da estratégia e acompanhamento de sua implantação e dos resultados de longo prazo, de elaboração dos planos de negócio e de elaboração da carteira de projetos de investimento corporativos, realizando estudos econômicos e análises competitivas, bem como realizar o planejamento anual, coordenando a elaboração do orçamento, analisando a aderência estratégica e a economicidade.

• Desempenho Empresarial

Orientar, coordenar, avaliar e sistematizar os processos de desempenho empresarial, de controle corporativo e de gestão de projetos de investimento corporativos, verificando a conformidade da execução de processos do Sistema Petrobras, avaliando de forma integrada, o desempenho empresarial e dos investimentos, com foco em antecipar subsídios para tomada de decisão, controlando os resultados táticos, corporativos e dos segmentos de negócio, no curto e médio prazos.

• Novos Negócios

Propor estratégias, políticas e diretrizes para o desenvolvimento de novos negócios e parcerias, coordenar e avaliar o desenvolvimento de novos negócios, parcerias e desinvestimentos do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Sistema Petrobras que permeiem mais de uma de suas Áreas de Negócio e coordenar a condução dos processos de fusões e aquisições de empresas.

• Comunicação Institucional

Orientar e avaliar as atividades relativas à comunicação empresarial e ao gerenciamento de marcas, coordenando ou executando ações de interesse corporativo.

• Jurídico

Orientar e avaliar os processos normativos, consultivos e contenciosos de natureza jurídica, coordenando ou executando ações de interesse corporativo e prestando serviços às demais unidades organizacionais da companhia.

Área Corporativa e de Serviços - Diretor Corporativo e de Serviços

• Organização, Gestão e Governança

Orientar, avaliar e integrar as atividades relativas à organização, à governança e à gestão da companhia, coordenando ou executando ações de aprimoramento organizacional, de governança e de gestão de interesse corporativo.

• Recursos Humanos

Orientar e avaliar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, coordenando ou executando, em nível estratégico, ações de interesse corporativo.

• Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

Orientar, avaliar e integrar as atividades relativas à segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde, monitorando e comunicando continuamente seu desempenho, bem como prestar suporte às atividades relacionadas a programas governamentais de racionalização do uso dos derivados do petróleo e do gás natural.

• Serviços Compartilhados

Prestar serviços administrativos e de suporte às unidades organizacionais da companhia, de forma pactuada, incluindo as atividades de aquisição de bens e serviços, inspeção de fabricação, despacho aduaneiro, agenciamento marítimo, assistência médica supletiva, pessoal, biblioteca, logística, viagens, segurança patrimonial, administração e obras prediais, segurança do trabalho, saúde ocupacional, serviço social e outras atividades, conforme conveniências da companhia.

• Responsabilidade Social

Orientar e avaliar as atividades relativas à responsabilidade social, incluindo a coordenação e execução de ações de projetos sociais e ambientais.

Área Financeira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

• Financeiro Corporativo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Coordenar a certificação dos controles internos e o alinhamento financeiro e societário do Sistema Petrobras, abrangendo os processos da Área Financeira relativos a fusões, cisões e aquisições, bem como planejar, orientar, avaliar e executar as atividades corporativas da Área Financeira.

• Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos

Orientar, controlar e avaliar o planejamento financeiro e a gestão de risco, executar a análise financeira de planos de benefícios, avaliar o portfólio de ativos existentes e contratar seguros para o Sistema Petrobras, bem como elaborar o planejamento financeiro e a análise de crédito na companhia.

• Finanças

Orientar a gestão do caixa, o relacionamento bancário, a captação de recursos, a concessão e obtenção de garantias e operações com derivativos financeiros no Sistema Petrobras, bem como gerir essas atividades e demais operações de tesouraria no âmbito da companhia e empresas do Sistema cuja gestão é realizada pela Petrobras.

• Contabilidade

Planejar, orientar, controlar, avaliar e consolidar os processos contábeis no Sistema Petrobras, relacionando-se com entes normativos e executando as atividades contábeis na companhia e em empresas do Sistema cuja gestão é realizada pela Petrobras.

• Tributário

Orientar, controlar e avaliar os processos tributários no Sistema Petrobras, efetuando o planejamento tributário entre empresas, relacionando-se com entes tributantes, planejando e executando as atividades tributárias na companhia e em empresas do Sistema cuja gestão é realizada pela Petrobras.

• Relacionamento com Investidores

Orientar, controlar e avaliar o relacionamento com o mercado, órgãos reguladores afins e outros públicos de interesse do Sistema Petrobras na sua área de atuação, planejando e executando essas atividades na companhia e em empresas do Sistema cuja gestão é realizada pela Petrobras, bem como administrar o sistema de ações da companhia.

Área de Engenharia, Tecnologia e Materiais – Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais

• Engenharia, Tecnologia e Materiais Corporativo

Planejar, executar e avaliar as atividades e serviços Corporativos de Engenharia, Tecnologia e Materiais, compreendendo o planejamento, a avaliação de desempenho e a gestão integrada do portfólio, consolidando o conhecimento de gestão de empreendimentos acumulado na companhia.

• Materiais

Orientar e avaliar as atividades relativas ao suprimento de materiais, responsabilizando-se pelas atividades de compras, dependendo da natureza dos itens, e atuando de forma descentralizada.

• Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Orientar e avaliar as atividades relativas a pesquisa e desenvolvimento, executando projetos tecnológicos e realizando atividades de engenharia básica, em condições pactuadas com as Áreas de Negócio.

- **Engenharia para Empreendimentos de E&P**

Implementar empreendimentos e prestar serviços de engenharia para a Área de Negócio de Exploração e Produção, cumprindo prazos e custos estabelecidos.

- **Engenharia para Empreendimentos de Abastecimento**

Implementar empreendimentos e prestar serviços de engenharia para a Área de Negócio de Abastecimento, cumprindo prazos e custos estabelecidos.

- **Engenharia para Empreendimentos de Gás e Energia**

Implementar empreendimentos e prestar serviços de engenharia para a Área de Negócio de Gás e Energia, cumprindo prazos e custos estabelecidos.

- **Engenharia para Empreendimentos Submarinos**

Implementar empreendimentos de projetos submarinos e prestar serviços de engenharia para as Áreas de Negócio da Companhia, cumprindo prazos e custos estabelecidos.

- **Tecnologia da Informação e Telecomunicações**

Orientar e avaliar as atividades relativas às tecnologias da informação e de telecomunicações, gerenciando os seus recursos e atuando como prestador de serviços, de forma integrada, compartilhada e segura.

Área de Negócio de Exploração e Produção – Diretor de Exploração e Produção

- **E&P Corporativo**

Planejar, executar e avaliar as atividades corporativas de E&P, compreendendo a gestão integrada do portfólio de E&P no País, o planejamento, o controle e a avaliação de desempenho, a gestão das competências técnicas e do desenvolvimento tecnológico da Área de Exploração e Produção.

- **E&P Avaliação Exploratória, Desenvolvimento da Produção e Gestão dos Investimentos de Libra**

Delimitar, conceber, gerir os investimentos e implantar os Projetos de Desenvolvimento da Produção da área de Libra, sob regime da Partilha da Produção, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos.

- **E&P Projetos de Desenvolvimento da Produção**

Elaborar e implantar projetos estratégicos de desenvolvimento da produção de E&P.

- **E&P Construção de Poços Marítimos**

Elaborar projetos de poços, bem como construir poços de desenvolvimento da produção, envolvendo as etapas de perfuração e completação.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

• E&P Serviços

Prestar serviços especializados em exploração e produção.

• E&P Exploração

Planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de exploração, com ênfase nos aspectos de desenvolvimento e preservação de tecnologias.

• E&P Pré-Sal

Gerir atividades de exploração e produção relacionadas à camada pré-sal, articulando-se, para sua condução, com as demais gerências executivas da Área de Negócio de Exploração e Produção, bem como atuando para alinhamento das diversas frentes da companhia associadas ao pré-sal.

• E&P Norte-Nordeste

Executar as atividades de exploração e produção, responsabilizando-se pelos resultados e pelo desempenho das atividades de exploração e produção da sua área de atuação e pelo cumprimento das metas definidas junto à Diretoria.

• E&P Sul-Sudeste

Executar as atividades de exploração e produção, responsabilizando-se pelos resultados e pelo desempenho das atividades de exploração e produção da sua área de atuação e pelo cumprimento das metas definidas junto à Diretoria.

• E&P Programas de Gestão de Investimentos em Sondas e Unidades Estacionárias de Produção

Planejar, coordenar, acompanhar, avaliar, fiscalizar sistematicamente as etapas de construção de FPSOs, Instalações terrestres, Sondas e Dutos para implantação dos projetos de investimento da Área de Negócio de E&P.

Área de Negócio de Abastecimento – Diretor de Abastecimento

• Abastecimento Corporativo

Planejar, executar e avaliar as atividades e serviços corporativos de Abastecimento, compreendendo o planejamento, a avaliação de desempenho e a gestão integrada do portfólio.

• Abastecimento Programas de Investimento

Planejar, coordenar e avaliar os projetos de investimento para novas plantas industriais da Área de Negócio de Abastecimento.

• Abastecimento Logística

Planejar, executar e avaliar os sistemas de fluxo de petróleo e seus derivados.

• Abastecimento Refino

Planejar, executar e avaliar as atividades de refino.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

• Abastecimento Marketing e Comercialização

Planejar, executar e avaliar as atividades de comercialização de petróleo e seus derivados, administrando o marketing de produtos e serviços.

• Abastecimento Petroquímica

Planejar, executar e avaliar as atividades de petroquímica.

Área de Negócio de Gás e Energia – Diretor de Gás e Energia

• Gás e Energia Corporativo

Planejar, executar e avaliar as atividades corporativas e de serviços da Área de Negócio de Gás e Energia, compreendendo o direcionamento estratégico, o planejamento, a avaliação de desempenho e a gestão integrada de portfólio e a gestão de riscos.

• Gás e Energia Programas de Investimento

Planejar, coordenar e avaliar sistematicamente a implantação dos projetos de investimento da Área de Negócio de Gás e Energia.

• Gás e Energia Marketing e Comercialização

Executar as atividades de estudos, de suporte à precificação, de planejamento de mercado, seu acompanhamento e desenvolvimento, e de comercialização de gás e energia, administrando o marketing de produtos e serviços.

• Gás e Energia Logística e Participações em Gás Natural

Programar e operar a logística, administrar o portfólio de ativos próprios, gerir as participações da Petrobras, de suas subsidiárias e de suas controladas em empresas do setor de gás.

• Gás e Energia Operações e Participações em Energia

Gerir a operação, administrar o portfólio de ativos próprios e gerir as participações da Petrobras, de suas subsidiárias e de suas controladas em empresas do setor de energia.

• Gás e Energia Gás Química

Planejar, executar e avaliar as atividades de transformação química de gás natural.

Área de Negócio Internacional – Diretor da Área Internacional

• Internacional Corporativo

Orientar as empresas no exterior quanto ao processo de planejamento estratégico e tático, conduzir a avaliação do desempenho empresarial e prestar serviços de apoio às demais unidades organizacionais e às empresas no exterior da Área de Negócio Internacional.

• Internacional Suporte Técnico

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Prestar serviços técnicos às demais unidades organizacionais e às empresas no exterior da Área de Negócio Internacional, apoiando o desenvolvimento dos negócios e aportando conhecimento técnico para avaliação de novas oportunidades.

• Internacional América Latina

Coordenar e integrar os negócios internacionais em sua área de atuação, avaliando os resultados globais dos projetos e das empresas na região a seu encargo.

• Internacional América, África e Eurásia

Coordenar e integrar os negócios internacionais em sua área de atuação, avaliando os resultados globais dos projetos e das empresas nas regiões a seu encargo.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Conselho de Administração

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e foi incluída no Regimento Interno desse Colegiado. A formalização da Sistemática, que detalha os procedimentos de avaliação, será objeto de aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

Diretoria Executiva

A avaliação de desempenho da Diretoria Executiva está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e foi incluída no Regimento Interno desse Colegiado. A formalização da Sistemática, que detalha os procedimentos de avaliação, será objeto de aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

Comitês

Comitês do Conselho de Administração:

Comitê de Auditoria - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Remuneração e Sucessão - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - a avaliação de desempenho está prevista em seu Regimento Interno.

Comitê de Negócios: Em seu Regimento Interno, está prevista a avaliação semestral da relevância dos temas discutidos em suas configurações específicas, bem como da eficácia de suas reuniões.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Petrobras atende a lei nº 6.404 - Art. 124 - § 1º - inciso II

A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

b. competências

Conforme Estatuto Social da Companhia:

Art. 39º A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40º A Assembléia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I - reforma do Estatuto;

II - aumento do limite do capital autorizado;

III - aumento do capital social, ressalvado o disposto no § 1º e no § 2º do art. 4º deste Estatuto;

IV - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

V - redução do capital social;

VI - emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

VII - incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VIII - participação da Companhia em grupo de sociedades;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

IX - alienação do controle do capital social de subsidiárias da Companhia;

X - destituição de membros do Conselho de Administração;

XI - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;

XII - fixação da remuneração dos administradores;

XIII - cancelamento do registro de Companhia aberta;

XIV - escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou do desenquadramento às regras de padrão de governança societária, definidas por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, visando o cumprimento das regras estabelecidas na competente regulamentação de práticas diferenciadas de governança corporativa editada por tais entidades, e de acordo com os termos dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com essas mesmas entidades;

XV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas.

§ 1º A deliberação da matéria prevista no inciso XIV deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§ 2º Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 41º A Assembléia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

As documentações pertinentes às matérias que serão deliberadas nas Assembléias Gerais ficam à disposição dos acionistas no Edifício-Sede da Companhia, Av. República do Chile, 65, Rio de Janeiro/RJ, Centro, CEP 20031-912, na sala 1002 (Atendimento ao Acionista) e nas páginas da Companhia

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(<http://www.petrobras.com.br/ri>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Além de atender o art. 115 § 1º da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Petrobras dispõe de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. As Diretrizes de Governança Corporativa, documento aprovado pelo Conselho de Administração, define que o Conselho tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores.

O Código de Ética da Companhia, que abrange os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do Sistema Petrobras, determina que os mesmos não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses.

O Código de Boas Práticas, por sua vez, estabelece que:

- É necessário que tanto os administradores quanto os funcionários da Petrobras pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesse ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia (Inciso V das Considerações Preambulares);
- Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem, em consequência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam, de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações (Art. 18);
- Os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras, principalmente aqueles que, em decorrência de suas funções, mantêm contato com clientes, fornecedores e concorrentes, deverão, no cumprimento desta Política, abster-se de receber, para si ou qualquer membro de sua família ou pessoa que resida em sua casa, presentes ou entretenimentos que, independentemente de valor, possam dar margem a conflito de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Conforme estabelece o art. 13º do Estatuto Social da Petrobras: O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), exibindo, no ato, ou depositando,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§ 1º A representação da União nas Assembléias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§ 2º Na Assembléia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei no 6.404, de 1976, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembléia.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, a Petrobras exige as formalidades estabelecidas em lei que comprovam a regularidade dos poderes de representação. A Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, por intermédio da plataforma Assembléias Online, através do endereço www.assembleiasonline.com.br, nos termos da Instrução CVM Nº 481 de 17 de dezembro de 2009.

Nas Assembleias da Petrobras realizadas no exercício social de 2013, o acionista que desejasse ser representado teve de exibir os seguintes documentos:

- i) Documento de identidade do representante;
- ii) Procuração com poderes especiais do representado com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);
- iii) Cópia do contrato/estatuto social do representado ou do regulamento do fundo, se aplicável;
- iv) Cópia do termo de posse ou de documento equivalente que comprove os poderes do outorgante da procuração, se aplicável.

A Petrobras solicita que os acionistas representados por procuradores depositem na companhia, com antecedência mínima de dois dias úteis, os documentos acima elencados.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não há

- h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Não há

- i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

A Companhia não dispõe de mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	24/03/2014	
		Valor Econômico - SP	24/03/2014	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	06/03/2014	
			07/03/2014	
			10/03/2014	
		Valor Econômico - SP	28/02/2014	
			06/03/2014	
			07/03/2014	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/05/2014	
		Valor Econômico - SP	08/05/2014	
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	08/03/2013	
		Valor Econômico - SP	08/03/2013	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	26/03/2013	
			27/03/2013	
			01/04/2013	
		Valor Econômico - SP	26/03/2013	
			27/03/2013	
			28/03/2013	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	05/06/2013	
		Valor Econômico - SP	05/06/2013	
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial da União - DF	02/03/2012	
		Diário Oficial do Estado - RJ	02/03/2012	
		Jornal do Commercio - RJ	02/03/2012	
		Valor Econômico - SP	02/03/2012	
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial da União - DF	15/02/2012	
			16/02/2012	
			17/02/2012	
		Diário Oficial do Estado - RJ	15/02/2012	
			16/02/2012	
			17/02/2012	
		Jornal do Commercio - RJ	15/02/2012	
			16/02/2012	
			17/02/2012	
		Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial da União - DF	15/02/2012
				16/02/2012
				17/02/2012
	Diário Oficial do Estado - RJ		15/02/2012	
			16/02/2012	
			17/02/2012	
	Jornal do Commercio - RJ		15/02/2012	
			16/02/2012	
			17/02/2012	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	19/04/2012	
Jornal do Comércio - RJ		19/04/2012		

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

Conforme o Estatuto Social da Petrobras:

Art. 31º O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Além de atender o art. 115 § 1º da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Petrobras dispõe de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. As Diretrizes de Governança Corporativa, documento aprovado pelo Conselho de Administração, define que o Conselho tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores.

O Código de Ética da Companhia, que abrange os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do Sistema Petrobras, determina que os mesmos não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses.

O Código de Boas Práticas, por sua vez, estabelece que:

- É necessário que tanto os administradores quanto os funcionários da Petrobras pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesse ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia (Inciso V das Considerações Preambulares);
- Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem, em consequência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam, de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações (Art. 18);
- Os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras, principalmente aqueles que, em decorrência de suas funções, mantêm contato com clientes, fornecedores e concorrentes, deverão, no cumprimento desta Política, abster-se de receber, para si ou qualquer membro de sua família ou pessoa que resida em sua casa, presentes ou entretenimentos que, independentemente de valor, possam dar margem a conflito de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Art. 58º do Estatuto Social da Petrobras: Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. As deliberações da União, através de voto em Assembleia Geral, que visem à orientação de seus negócios, nos termos do art. 238 da Lei nº 6.404, de 1976, são considerados formas de exercício de direitos indisponíveis e não estarão sujeitas ao procedimento arbitral previsto no caput deste artigo.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS	59	Pertence apenas à Diretoria	09/02/2012	março/2017
892.522.258-20	Engenheiro Civil	Diretor de Gás e Energia	14/02/2012	Não
JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO	58	Pertence apenas à Diretoria	15/05/2012	março/2017
507.172.357-34	Engenheiro Eletrônico	Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais	16/05/2012	Não
JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA	57	Pertence apenas à Diretoria	29/02/2012	março/2017
347.586.406-10	Geólogo	Diretor Corporativo e de Serviços	01/03/2012	Não
Almir Guilherme Barbassa	67	Pertence apenas à Diretoria	22/07/2005	março/2017
012.113.586-15	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	22/07/2005	Não
Diretor Financeiro da Petrobras				
JOSE CARLOS COSENZA	63	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2012	março/2017
222.066.200-49	Engenheiro Químico	Diretor de Abastecimento	27/04/2012	Não
JOSE MIRANDA FORMIGLI FILHO	54	Pertence apenas à Diretoria	09/02/2012	março/2017
553.031.707-30	Engenheiro Civil	Diretor de Exploração e Produção	14/02/2012	Não
MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA	41	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
004.275.077-66	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Não
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE	76	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
351.786.808-63	Militar	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Sim
JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
447.507.658-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Não
GUIDO MANTEGA	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
676.840.768-68	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/04/2014	Sim
SILVIO SINEDINO PINHEIRO	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
198.557.027-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Não
LUCIANO GALVAO COUTINHO	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
636.831.808-20	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Sim
MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
262.465.030-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Sim
SERGIO FRANKLIN QUINTELLA	78	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
003.212.497-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Sim
MIRIAM APARECIDA BELCHIOR	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2014	1 ano
056.024.938-16	Engenheira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2014	Sim
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/02/2012	março/2017
694.772.727-87	Engenheira Química	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	13/02/2012	Sim
ROBERTO LAMB	65	Conselho Fiscal	02/04/2014	1 ano
009.352.630-04	Professor	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	03/04/2014	Não
REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE	55	Conselho Fiscal	02/04/2014	1 ano
003.662.408-03	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	03/04/2014	Não
CESAR ACOSTA RECH	46	Conselho Fiscal	02/04/2014	1 ano
579.471.710-68	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	03/04/2014	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
EDISON FREITAS DE OLIVEIRA 003.143.238-72	76 Administrador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Sim
MARCUS PEREIRA AUCÉLIO 393.486.601-87	47 Engenheiro	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Sim
MÁRIO CORDEIRO FILHO 033.547.388-12	52 Economista e contador	Conselho Fiscal 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Não
RICARDO DE PAULA MONTEIRO 117.579.576-34	69 Analista de Sistema	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Sim
MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA 409.905.160-91	59 Contadora	Conselho Fiscal 40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Sim
PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA 494.424.306-53	51 Administrador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Sim
WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI 147.427.468-48	45 Advogado	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	02/04/2014 03/04/2014	1 ano Não
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS - 892.522.258-20				

José Alcides Santoro Martins é nosso Diretor de Gás e Energia, cargo que assumiu em fevereiro de 2012. É também, desde março de 2012, Presidente da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro. Engenheiro Civil formado pela Universidade de São Paulo - USP, com experiência de 34 anos na companhia, José Alcides assumiu diversos cargos gerenciais, entre os quais o de Gerente Executivo de Operações e Participações em Energia, de novembro de 2008 a fevereiro de 2012, além de ser membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da companhia.

Foi também Diretor de Tecnologias do Centro de Tecnologias do Gás e Energia Renováveis – CTGAS-ER de fevereiro de 2004 a maio de 2005 e Diretor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética – EPE no período entre maio de 2005 e junho de 2006.

José Alcides não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO - 507.172.357-34

José Antonio de Figueiredo é o nosso Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais desde 16 de maio de 2012. Anteriormente, ocupava o cargo de Gerente Executivo de E&P-Serviços, na área de Exploração & Produção da Petrobras. Com experiência de 35 anos na companhia, já assumiu diversos cargos gerenciais nas Diretorias de Engenharia e Exploração & Produção. José Antonio de Figueiredo é formado em engenharia eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

José Antonio de Figueiredo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA - 347.586.406-10

José Eduardo de Barros Dutra é o nosso Diretor Corporativo e de Serviços, cargo que assumiu em 1º de março de 2012. Presidiu a Petrobras no período entre janeiro de 2003 e julho de 2005, integrando também o Conselho de Administração da Companhia e da Petrobras Distribuidora S.A. - BR. Foi Presidente da Petrobras Distribuidora entre setembro de 2007 e agosto de 2009. Atuou ainda como geólogo na Petrobras Mineração S.A. – Petromisa entre 1983 e 1990 e na Companhia Vale do Rio Doce entre 1990 e 1994. José Eduardo Dutra ocupou ainda os cargos de presidente dos Conselhos de Administração da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Petrobras Química S.A. – Petroquisa, Petrobras Energia S.A. – Pesa e da Liquigás Distribuidora S.A.. Além disso, foi senador pelo Estado de Sergipe, entre 1995 e 2003. José Eduardo Dutra é geólogo, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1979.

José Eduardo Dutra não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Almir Guilherme Barbassa - 012.113.586-15

Almir Guilherme Barbassa é nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores desde 22 de julho de 2005. Ele foi admitido no Grupo Petrobras em 1974 e trabalhou em diversos cargos financeiros e de planejamento, tanto no Brasil quanto no exterior. Almir Barbassa atuou como gerente de tesouraria e financeiro corporativo da Petrobras e, também, atuou diversas vezes como gerente financeiro e presidente de subsidiárias da Petrobras que conduzem atividades financeiras internacionais. Almir Barbassa é também membro do Conselho de Administração da Braskem S.A. Além disso, foi professor de economia na Universidade Católica de Petrópolis e das Faculdades Integradas Bennett de 1973 a 1979. Almir Barbassa possui título de mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Almir Barbassa não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOSE CARLOS COSENZA - 222.066.200-49

José Carlos Cosenza é o nosso Diretor de Abastecimento desde 27 de abril de 2012. Anteriormente, ocupava a função de Gerente Executivo de Refino na Companhia. Possui 38 anos de experiência na Petrobras e já ocupou diversas posições gerenciais relacionadas às áreas de Abastecimento e Internacional. José Carlos Cosenza é formado em engenharia química.

José Carlos Cosenza não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOSE MIRANDA FORMIGLI FILHO - 553.031.707-30

Jose Formigli é nosso Diretor de Exploração e Produção, cargo que assumiu em fevereiro de 2012. Com experiência de 31 anos na Companhia, já ocupou diversas posições gerenciais, todas relacionadas à área de Exploração e Produção. Tornou-se Gerente Executivo da área de Serviços em 2003, e Gerente Executivo da área de Exploração e Produção em 2004. Em 2008, José Formigli foi nomeado Gerente Executivo da área criada para o planejamento e desenvolvimento das descobertas do pré-sal, ficando responsável pela gestão de todo o programa de desenvolvimento da produção dessas áreas. Permaneceu neste cargo até assumir a Diretoria Executiva da Petrobras, em fevereiro de 2012. Neste mesmo mês, foi eleito membro do Conselho de Administração da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e, em seguida, se tornou membro do Conselho de Administração do IBP -Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele é Engenheiro civil formado pelo Instituto Militar de Engenharia – IME, pós-graduado em análise matricial de estruturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead).

Jose Formigli não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - 004.275.077-66

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - Brasileiro, separado judicialmente, consultor, RG 404.399 MM, CPF 004.275.077-66, com escritório a Rua Joaquim Floriano 1120/101, São Paulo, SP. Presidente da Amec – Associação de Investidores no Mercado de Capitais – desde abril de 2012. Anteriormente, foi responsável, desde 2010, pela área de renda variável da Opus Gestão de Recursos, empresa que administra aproximadamente R\$ 2 bilhões em fundos de investimento no país. Antes disso, foi sócio sênior da Mauá Investimentos, também com responsabilidade sobre os fundos de renda variável (2007-2010). Foi Diretor de Investimentos da Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda, e de sua antecessora, a Bradesco Templeton Asset Management (BTAM), desde Agosto de 2001. A BTAM era uma joint venture entre o Banco Bradesco – maior instituição financeira privada da América Latina – e a Franklin Templeton - uma das maiores gestoras de recursos dos Estados Unidos, tendo sido absorvida por esta última em julho de 2006. A BTAM especializou-se na administração de fundos ativos em governança corporativa, tendo atingido R\$ 800 milhões em ativos administrados. Antes de se juntar à BTAM, o Sr. Cunha era sócio da empresa Investidor Profissional, e membro do Comitê de Investimento do principal fundo daquela instituição, o IP-Participações. Ele também registra passagens pela Morgan Stanley Asset Management, Deutsche Morgan Grenfell, Bank of America Latin American Private Equity e Banco Pactual. Atuou como Presidente do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa de 2008 a 2010. Participou do conselho daquela Instituição por sete anos. Além disso, tem participado ativamente de discussões sobre governança corporativa e reforma do mercado de capitais no Brasil, e participou de conselhos de administração e fiscal de diversas empresas de capital aberto. Detém a designação CFA desde 1997, além de um MBA pela Universidade de Chicago. Ele se formou em Economia pela PUC-RJ.

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE - 351.786.808-63

Francisco Roberto de Albuquerque - O Sr. Albuquerque é membro do Conselho de Administração da Petrobras desde abril de 2007, e também membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.. É membro dos comitês de Auditoria e de Remuneração e Sucessão do Conselho de Administração da Petrobras desde abril de 2007 e outubro de 2007, respectivamente. O Sr. Albuquerque é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras e possui mestrado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Ph.D. pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em ciências militares. É graduado em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Álvares Penteado.

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE - 447.507.658-72

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE, brasileiro, casado, economista. Seu histórico profissional tem seu foco principal em atividades no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, doméstico e internacional, tendo desenvolvido e gerido áreas de negócios em instituições de nível nacional e global. Dentre essas experiências as mais relevantes destacam-se: No Grupo Banespa - 1972 a 1979, responsável pela estruturação da área de Gestão de Fundos de Investimento, evoluindo em seguida para ser o gestor da Joint Venture entre a Banespa Corretora e a Merrill Lynch, para iniciar no Brasil a disseminação da prática de hedge em commodities. A experiência seguinte foi no Banco Comercial do Grupo Banespa, onde atuou como gerente adjunto da agência de Londres e ajudou a re-estruturar as atividades, desenvolvendo um padrão de planejamento anual que passou a ser utilizado por todas as agências internacionais. De 1979 a 1987 atuou como o primeiro presidente da operação da Merrill Lynch no Brasil, que compreendia as atividades de corretagem de commodities em bolsas no exterior, a administração de investimentos através de distribuidora própria, private banking, e operações de finanças corporativas. Em seguida, assumiu a diretoria de Private Bank do Citibank no Brasil (moeda local). Após quatro anos, assumiu a Diretoria de Produtos para a área de Hemisfério Ocidental do Private Bank Global. Após dois anos voltou à diretoria do Citi Brasil, desta vez, responsável por toda a área de Banco de Investimentos, Administração de Fundos de Investimento e da Carteira Proprietária de Ações do banco. Ainda dentro do escopo das atividades relacionadas a mercados financeiros e de capitais, ocupou a Vice-Presidência da ANBID- Associação Nacional de Bancos de Investimento e Investimento, e a vice-presidência do Conselho da Caixa Liquidação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e membro de Comitês da Bolsa de Valores de São Paulo. Ao término de suas atividades executivas acima relatadas exerceu atividades relacionadas à atividades do lado da chamada economia real, empresas de âmbito tanto nacional como estrangeiro, destacando-se a posição de presidente executivo da VBC Energia (1996 a 1997), tendo sido responsável por sua estruturação e pela coordenação dos trabalhos de aquisição dos principais ativos oferecidos na privatização de empresas de distribuição de energia no Brasil. A aquisição da CPFL foi o destaque. Em seguida, foi Senior Country Advisor para a Bell Canada durante o processo de aquisição de licenças para operar empresas de telefonia celular Banda B (Americel-em Brasília, e Telet-Claro, no Rio Grande do Sul). Serviu como conselheiro de administração dessas empresas, tendo inclusive presidido-os durante um período. Serviu também como conselheiro da Canbras Intl, empresa pública, listada na Bolsa de Montreal, e que detinha o controle da Canbras que operava TV a cabo no Brasil. De 1998 a 2007, foi presidente e organizador da Janos Participações que foi formada para gerir o patrimônio dos sócios controladores da Natura. Nessa atividade organizei a área de gestão de investimentos financeiros, de serviços ao patrimônio de uso, de compra de participações em empresas e aconselhamento em transações com o mercado de capitais. Nesta capacidade, coordenei como representante dos acionistas a operação de Oferta Inicial de Ações da Natura Cosméticos. A Janos foi eleita o melhor Family Office da América Latina por dois anos consecutivos, e a Oferta de Ações da Natura tornou-se referência de mercado. Foi ainda Sócio Fundador da Pragma Patrimônio, cuja finalidade era estender à outras famílias empresárias os mesmos serviços anteriormente oferecidos exclusivamente à Janos, tendo esta, continuado como cliente âncora da Pragma. Relevante mencionar que a Pragma foi a coordenadora da segunda oferta de ações da Natura feita pelos acionistas controladores. Na atividade de gestão de investimentos os resultados foram excelentes, e na aquisição de participações destacou-se a aquisição de bl

GUIDO MANTEGA - 676.840.768-68

Guido Mantega - O Sr. Mantega é membro dos conselhos de administração da Petrobras e da Petrobras Distribuidora S.A. desde abril de 2006, sendo presidente de ambos colegiados desde março de 2010. Foi membro do Comitê de Remuneração e Sucessão do Conselho de Administração da Petrobras de outubro de 2007 a abril de 2010. É Ministro de Estado da Fazenda do Brasil desde março de 2006, depois de presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ser Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão. É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo do governo federal brasileiro. Graduou-se em economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e possui Ph.D. em sociologia do desenvolvimento pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas também da USP. Concluiu estudos de especialização do Instituto de Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Sussex, na Inglaterra em 1977. Como Ministro da Fazenda do Brasil, as suas funções incluem a representação do governo brasileiro no G-20, BRICS, Mercosul, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, em roadshows internacionais para promover os investimentos estrangeiros no Brasil, e em reuniões de cúpula, oportunidade em que acompanha e assessora a Presidente da República do Brasil Dilma Rousseff.

SILVIO SINEDINO PINHEIRO - 198.557.027-00

Sílvio Sinedino Pinheiro— O Sr. Sinedino foi eleito pelos empregados da Petrobras para seu representante no Conselho de Administração no exercício de 2014. Foi membro de nosso Conselho de Administração de 20 de março de 2012 a 29 de abril de 2013, também como representante dos empregados. Atualmente é Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, cargo para o qual foi eleito em 2013, e também Presidente da AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. No período de 2002 a 2005, fez parte da diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro — Sindipetro - RJ. O Sr. Sinedino é analista de sistema da Petrobras e desenvolve o software de processamento sísmico para o nosso segmento de E&P. Possui grau de bacharel em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro—PUC-Rio, como também mestrado em ciências da computação e MBA em Previdência Complementar, ambos pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia – COPPE/UFRJ.

LUCIANO GALVAO COUTINHO - 636.831.808-20

Luciano Gallvão Coutinho - O Sr. Luciano Coutinho é membro do Conselho de Administração da Petrobras desde abril de 2008, e também membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.. É presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde abril de 2007. O Sr. Luciano Coutinho é membro do Conselho de Administração da Vale S.A. e do Comitê Curador para a Fundação Nacional da Qualidade, e é representante do BNDES no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É bacharel pela Universidade de São Paulo (USP) e possui mestrado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e Ph.D. pela Universidade de Cornell nos Estados Unidos em economia.

MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN - 262.465.030-04

Marcio Pereira Zimmermann - O Sr. Zimmermann é membro do Conselho de Administração da Petrobras desde março de 2010, e também membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.. É presidente do Comitê de Remuneração e Sucessão do Conselho de Administração da Petrobras desde abril de 2010. O Sr. Zimmermann é atualmente Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia onde já foi Ministro, Secretário-Executivo e Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético. É presidente dos conselhos de administração da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), onde já atuou como Diretor de Engenharia, e de Furnas Centrais Elétricas S.A. É membro do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) desde fevereiro de 2009. Também foi Diretor de Produção e Comercialização de Energia e Diretor Técnico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL). O Sr. Zimmermann é graduado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e possui pós-graduação em engenharia de sistemas de energia pela Universidade Federal de Itajubá e mestrado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SERGIO FRANKLIN QUINTELLA - 003.212.497-04

Sergio Franklin Quintella - O Sr. Quintella é membro do Conselho de Administração da Petrobras desde abril de 2009, e também membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.. É membro do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Petrobras desde novembro de 2009 e é presidente desde novembro de 2011. O Sr. Quintella é vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas desde setembro de 2005 e membro do Conselho de Administração da Oi S.A. desde abril de 2012. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) e presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. É graduado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e em economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro e possui pós-graduação em engenharia econômica pela Escola Nacional de Engenharia e mestrado em negócios (business) pelo Instituto IPSOA de Turim, na Itália. Também é graduado pelo Programa Avançado de Administração (Advanced Management Program) da Harvard Business School. O Sr. Quintella atualmente é membro do conselho da PUC-Rio.

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - 056.024.938-16

Miriam Aparecida Belchior – A Sra. Belchior é membro do Conselho de Administração da Petrobras desde julho de 2011 e também membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.. É membro do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Conselho de Administração da Petrobras. A Sra. Belchior é Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil desde janeiro de 2011. Foi a Subchefe de Articulação e Monitoramento da Subchefia da Casa Civil da Presidência da República, responsável por conectar as ações do governo e monitorar os projetos estratégicos de 2003 a 2010. Atuou como Secretária Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 e tornou-se Coordenadora Geral do PAC em abril de 2010. A Sra. Belchior é engenheira e possui mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Foi professora da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia-FUNDACE e da Universidade de São Marcos.

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - 694.772.727-87

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Sra. Graça Foster é Presidente da Petrobras desde fevereiro de 2012 e Diretora da Área Internacional desde julho de 2012. É membro do Conselho de Administração da Petrobras e dos conselhos de administração da Petrobras Distribuidora S.A., Petrobras Biocombustível S.A. - P BIO e Petrobras Oil & Gas B.V. - POG-BV. É presidente do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Conselho de Administração da Petrobras. Também é presidente dos conselhos de administração da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO) desde março 2012 e da Petrobras Gás S.A. (GASPETRO) desde fevereiro de 2012. Foi Diretora de Gás e Energia da Petrobras de setembro de 2007 a fevereiro de 2012 e Presidente da GASPETRO de dezembro de 2007 a março de 2012. De maio de 2006 a setembro de 2007, a Sra. Graça Foster foi Presidente e Diretora Financeira da Petrobras Distribuidora S.A.. É membro do Conselho de Administração da GASPETRO desde 2007. Foi membro do Conselho de Administração da TRANSPETRO, de março de 2003 a setembro de 2005, e tornou a ser membro desse colegiado desde novembro de 2007. Também foi membro dos conselhos de Administração da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), de outubro de 2007 a fevereiro de 2012, da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) de março de 2003 a setembro de 2005 e da Braskem S.A. (Braskem) de outubro de 2005 a abril de 2012. Foi presidente do Conselho de Administração da Liqueficação Distribuidora S.A. (Liquigás), Presidente e Diretora de Relações com Investidores da Petrobras Química S.A. (PETROQUISA), e Gerente Executiva de Petroquímica e Fertilizantes da Petrobras. Também exerceu vários cargos no governo federal, dentre os quais Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia (MME), de janeiro de 2003 a setembro de 2005. No setor privado, é membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo Gás e Biocombustíveis (IBP) desde outubro de 2006, sendo presidente desde março de 2012. A Sra. Graça Foster é graduada em engenharia química pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui mestrado em Engenharia Química e pós-graduação em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ROBERTO LAMB - 009.352.630-04

Roberto Lamb, brasileiro, casado, físico, portador do RG 300.421.290-2 SSP/RS, CPF 009.352.630-04, atuou como titular no Conselho Fiscal de várias companhias brasileiras, entre as quais Marcopolo, Gerdau e AES Eletropaulo. Atualmente é titular nos conselhos fiscais da AES Tiete e da MARFRIG. Tem Mestrado em Finanças e é professor de Finanças na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); é autor da versão brasileira do livro “Fundamentos de Administração Financeira”, de Ross, Westerfield e Jordan (Bookman, 2013, no prelo). Ele também liderou as edições dos guias de Melhores Práticas do Conselho Fiscal e para o Comitê de auditoria, ambos editados pelo IBGC.

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE - 003.662.408-03

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE, brasileiro, economista, casado, RG 8.781.281 e CPF 003.662.408-02, residente e domiciliado a Rua Leonardo Mota, 66/122, São Paulo, SP. Com vinte anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, coordenador, organizador e líder de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores. Atuou ainda como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) de corporate finance (Deloitte Touche Tohmatsu – experiência que se estende, agora, à ProxyCon Consultoria Empresarial). Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005. Analista de investimentos certificado (CNPI). Gestor de valores mobiliários credenciado pela CVM.

Membro, atualmente, dos Conselhos Fiscais das seguintes empresas de capital aberto:

Cremer S.A. (presidente do Conselho Fiscal; eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012) Paraná Banco S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012) Tecnisa S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012) Unipar S.A. (eleito em abril de 2012) Bradespar S.A. (suplente; eleito em abril de 2012) Grendene S.A. (suplente; eleito em abril de 2012) Ex-membro do conselho fiscal da Tele Norte Celular Participações S.A., eleito em abril de 2007. Ex-conselheiro fiscal suplente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual Arcelor Mittal), eleito em abril de 2004 e reeleito em abril de 2005. Presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, seção São Paulo, eleito para o período 2011-2012. Integrante de Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para acompanhar e dar sugestões às modificações propostas às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às proposições do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

CESAR ACOSTA RECH - 579.471.710-68

CESAR ACOSTA RECH - É membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2008. Economista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diretor Geral e Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e da Promoção dos Investimentos do Rio Grande do Sul a partir de agosto de 2013. Em 2003 e 2004 exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Pequenas e Médias Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Foi Diretor de Administração e Finanças do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/Nacional nos anos de 2005 e 2006. Conselheiro Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no período 2007/2008. De 2007 a 2012 ocupou o cargo de Gerente de Relações Institucionais da Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil.

EDISON FREITAS DE OLIVEIRA - 003.143.238-72

EDISON FREITAS DE OLIVEIRA - É membro suplente do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2002. Atualmente exerce a função comissionada de Assessor Especial de Controle Interno do Ministério de Minas e Energia. Por 17 anos foi secretário de gabinete do Banco do Brasil e chefe de gabinete do Presidente do Banco Central.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO - 393.486.601-87

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO - É membro suplente do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2012. É atualmente sub-secretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, cargo ocupado desde janeiro de 2007. De 2002 a 2006, exerceu a função de coordenador-geral da Coordenação Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais. É graduado em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília, tendo concluído MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e pós-graduação em Economia do Setor Público pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Marcus Aucélio atuou como membro dos Conselhos das seguintes companhias: Banespa S.A. (conselho fiscal), Banco do Brasil S.A. (conselho fiscal), Caixa de Consórcios (conselho fiscal), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (conselho de administração) e Vale S.A. (conselho fiscal).

MÁRIO CORDEIRO FILHO - 033.547.388-12

MÁRIO CORDEIRO FILHO, Brasileiro, solteiro, Economista e Contador, RG 10.234.310-X, CPF 033.547.388-12, domiciliado em São Paulo, Rua Dr. Diogo de Faria, 917, apto. 152, CEP 04037-003, Vila Clementino. Carreira nas áreas de auditoria, controladoria e financeira desenvolvida em empresas como KPMG, CCR, Valspar Renner, Koppol Films, Grupo Itaú e Grupo Real.

Conselheiro Fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Ponto focal de interlocução com auditores independentes, conselho de administração, comitê de auditoria e conselho fiscal de companhia aberta para assuntos relacionados à contabilidade, auditoria, controles internos e planejamento tributário.

Experiência em companhia holding de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA onde participou dos grupos de trabalho que promoveram abertura de capital, ofertas públicas de ações, emissão de debêntures, implantação de centro de serviços compartilhados, avaliação e aquisições de empresas.

Gestão de área administrativa-financeira de indústria abrangendo as áreas de tesouraria, contabilidade, controladoria, fiscal, tecnologia da Informação, jurídico, crédito e cobrança, contas a pagar, RH e serviços terceirizados.

Experiência em reestruturação e implantação de áreas de controladoria e logística com ganhos de produtividade e redução de custos.

Negociação com BID e BNDES para fins de reorganização societária de companhias.

Preparação de planos de negócios, orçamentos operacionais, avaliação de empresas – valuation, estudos de viabilidade econômica de projetos de investimento e implantação de um modelo de gestão baseado em lucro econômico (Economic Value Added – EVA) em companhia aberta.

Especialista em contabilidade internacional (IFRS) e avaliação de empresas (valuation).

Atuação junto à área de relações com investidores – RI em apresentações de resultados e atendimento de analistas de investimento.

RICARDO DE PAULA MONTEIRO - 117.579.576-34

RICARDO DE PAULA MONTEIRO - É membro suplente do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2008. Economista, com mestrado em Análise de Sistemas e Aplicações e pós-graduado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, atua como Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia desde 2005. Trabalhou por 20 anos como economista da Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA - 409.905.160-91

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA - É membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras desde 2011. Contadora, formada pela Universidade Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo – RS. É pós-graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí em 1990 e pós-graduada em Auditoria e Ciências Econômicas pela Universidade Federal de SC – Florianópolis. Exerce o cargo de chefe da Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia desde agosto de 2006, de onde já exerceu a função de assessora especial do Ministro de Minas e Energia, de agosto de 2005 até julho de 2006. Foi gerente do departamento Econômico-Financeiro da Eletrosul Centrais Elétricas SA desde 1987 até julho/2005 e assumiu o cargo de especialista Contábil e Fiscal da Assessoria Contábil e Fiscal David Rafael Blochtein no período de 1973 a 1987.

PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA - 494.424.306-53

PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobrás desde março de 2012. É atualmente Diretor de Programas da Secretaria do Tesouro Nacional desde outubro de 2011. De 2003 a 2011 exerceu, além desta, a função de Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Programação Financeira do Tesouro Nacional. É graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Gerenciais da União de Negócios e Administração – UNA – Belo Horizonte/MG, tendo concluído os cursos de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Brasília/DF e, em Economia do Setor Público pela Fundação Getúlio Vargas – FGV – Brasília – DF. Paulo Souza foi ou é membro de conselhos fiscais das seguintes companhias: Infraero S/A (Infraestrutura Aeroportuária), SERPRO (Tecnologia e Sistemas de Informação), Eletropaulo S/A (Distribuidora de Energia); Petrobras Distribuidora S/A (Distribuidora de Combustíveis), INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A (Produção de Combustível Nuclear).

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI - 147.427.468-48

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI, brasileiro, casado, bacharel em Direito, graduado em 1992 pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, advogado inscrito na OAB/SP sob n.º 123.283, com escritório a Rua Viradouro, 63/21, São Paulo, SP, Pós-Graduado em Direito Processual Civil (PUCSP-COGEAE), em Direito Societário e em Direito Tributário (LLM Insper, antigo IBMEC-SP), Conselheiro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, com mais de 20 (vinte) anos de vivência em questões cíveis, societárias e empresariais, tendo participado de diversas operações (M&A), bem como efetuado a análise e confecção de pareceres sobre operações societárias relevantes para o mercado de valores mobiliários brasileiro. Atua, há aproximadamente 8 (oito) anos, como consultor jurídico terceirizado da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC, emitindo pareceres e elaborando manifestações institucionais na defesa dos direitos e dos interesses dos acionistas minoritários.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
LUCIANO GALVAO COUTINHO 636.831.808-20	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	25/04/2014	Indeterminado
Conselheiro de Administração		Experiência profissional descrita no item 12.6 deste Formulário. Não há condenações a declarar.			
MIRIAM APARECIDA BELCHIOR 056.024.938-16	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira	25/04/2014	Indeterminado
Conselheira de Administração		Experiência profissional descrita no item 12.6 deste Formulário. Não há condenações a declarar.			
SERGIO FRANKLIN QUINTELLA 003.212.497-04	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Engenheiro	13/11/2009	Indeterminado
Conselheiro de Administração		Experiência profissional descrita no item 12.6 deste Formulário. Não há condenações a declarar.			
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE 351.786.808-63	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Militar	15/10/2007	Indeterminado
Conselheiro de Administração					
MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN 262.465.030-04	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Engenheiro	30/04/2010	Indeterminado
Conselheiro de Administração					
ABILIO PAULO PINHEIRO RAMOS 412.818.707-06	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	22/10/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
Gerente Executivo do Abastecimento Corporativo	Comitê de Negócios		61	22/10/2012	
Almir Guilherme Barbassa 012.113.586-15	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	22/07/2005	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Comitê de Negócios		67	22/07/2005	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
ANTONIO AUGUSTO ALMEIDA FARIA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	16/12/2013	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
143.775.275-68	Comitê de Negócios		55	17/12/2013	
Chefe do Gabinete do Presidente					
ANTÔNIO EDUARDO MONTEIRO DE CASTRO	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	22/05/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
838.227.637-72	Comitê de Negócios	Coordenador do Comitê	48	22/05/2012	
Gerente Executivo da Estratégia					
CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	03/05/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
406.077.120-15	Comitê de Negócios		50	03/05/2012	
Gerente Executivo do Abastecimento Refino					
EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Analista de Sistemas	14/07/2010	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
737.098.917-87	Comitê de Negócios		51	14/07/2010	
Gerente Executivo do Abastecimento Logística					
FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Militar	25/04/2014	Indeterminado
351.786.808-63	Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde		76	25/04/2014	
Conselheiro de Administração					
HUGO REPSOLD JUNIOR	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	22/05/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
543.626.877-34	Comitê de Negócios		54	22/05/2012	
Gerente Executivo Corporativo de Gás e Energia					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
ISABELA MESQUITA CARNEIRO DA ROCHA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira	06/02/2014	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
900.096.227-72	Comitê de Negócios		51	07/02/2014	
Gerente Executiva Novos Negócios					
JORGE JOSE NAHAS NETO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	31/03/2006	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
629.283.417-49	Comitê de Negócios		54	31/03/2006	
Gerente Executivo de Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos					
JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	14/02/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
892.522.258-20	Comitês de Negócios		59	14/02/2012	
Diretor de Gás e Energia					
JOSÉ ANTÔNIO DE FIGUEIREDO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	16/05/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
507.172.357-34	Comitê de Negócios		58	16/05/2012	
Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais					
JOSE CARLOS COSENZA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	27/04/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
222.066.200-49	Comitê de Negócios		63	27/04/2012	
Diretor de Abastecimento					
JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Geólogo	01/03/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
347.586.406-10	Comitê de Negócios		57	01/03/2012	
Diretor Corporativo e de Serviços					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
JOSE LIMA DE ANDRADE NETO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	14/08/2009	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
102.994.085-15	Comitê de Negócios		55	14/08/2009	
Presidente da BR Distribuidora					
JOSE MIRANDA FORMIGLI FILHO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	14/02/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
553.031.707-30	Comitê de Negócios		54	14/02/2012	
Diretor de Exploração e Produção					
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira Química	16/03/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
694.772.727-87	Comitê de Negócios		60	16/03/2012	
Presidente e Conselheira de Administração					
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheira Química	16/03/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
694.772.727-87	Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saude		60	16/03/2012	
Presidente e Conselheira de Administração					
MARIO JORGE DA SILVA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	01/03/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
008.658.377-83	Comitê de Negócios		38	01/03/2012	
Gerente Executivo de Desempenho Empresarial					
RENATA FARIA RODRIGUES BARUZZI LOPES	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Analista de Sistemas	16/05/2012	Durante vigência do cargo exercido na Petrobras
069.944.618-07	Comitê de Negócios		46	16/05/2012	
Gerente Executiva de Engenharia, Tecnologia e Materias Corporativo.					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			

Sílvio Sinedino Pinheiro	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Eletricista	25/04/2014	Indeterminado
198.557.027-00	Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde		62	25/04/2014	

Experiência profissional descrita no item 12.6 deste Formulário. Não há condenações a declarar.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores da Companhia
- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia;
- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia;
- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2013Administrador do Emissor

LUCIANO GALVAO COUTINHO
Conselheiro de Administração

636.831.808-20

Subordinação

Credor

Pessoa Relacionada

BNDES
Presidente

33.657.248/0001-89

Observação

O BNDES possui linhas de financiamento com a Petrobras.

Exercício Social 31/12/2012Administrador do Emissor

LUCIANO GALVAO COUTINHO
Conselheiro de Administração

636.831.808-20

Subordinação

Credor

Pessoa Relacionada

BNDES
Presidente

33.657.248/0001-89

Observação

O BNDES possui linhas de financiamento com a Petrobras.

Exercício Social 31/12/2011Administrador do Emissor

LUCIANO GALVAO COUTINHO
Conselheiro de Administração

636.831.808-20

Subordinação

Credor

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

BNDES	33.657.248/0001-89		
-------	--------------------	--	--

Presidente

Observação

O BNDES possui linhas de financiamento com a Petrobras.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Petrobras contrata o Seguro de D&O (Directors and Officers) com o objetivo de garantir os gestores com relação ao pagamento, a título de perdas e danos, devido a terceiros, bem como os custos de defesa, em decorrência de ato ou fato danoso, pelo qual seja responsabilizado, ocorrido durante o período de vigência da apólice, que é de 03 de setembro de 2013 a 03 de setembro de 2014, resguardadas as exclusões constantes da apólice.

A contratação da apólice de seguro de D&O está aprovada por decisão do Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras.

A Importância Segurada da apólice em questão é de US\$ 250 milhões.

12.12 - Outras informações relevantes

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

No tocante às práticas de governança corporativa recomendadas no “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa”, adotamos, dentre outras, as seguintes:

- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- unidade de Auditoria Interna com responsabilidade de monitorar e avaliar a adequação do ambiente de controles internos e das normas e procedimentos estabelecidos pela gestão.
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- adoção de mecanismos para facilitar o acesso às informações da companhia pelos membros do Conselho de Administração e livre acesso às suas instalações pelos mesmos
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;
- a Assembleia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade;
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes.
- segregação das funções de Presidente do Conselho e Presidente da Companhia
- realização regular de sessões executivas, onde o Conselho de Administração promove reuniões sem a presença dos executivos.
- existência de Comitês como órgãos acessórios ao Conselho de Administração, que estudam os assuntos de sua competência e preparam propostas ao Conselho.

12.12 - Outras informações relevantes

- adoção da Ouvidoria e canal de denúncias para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias das partes interessadas, garantindo sempre a confidencialidade de seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 28 de junho de 2002, aprovou o “Código de Boas Práticas da Petrobras”, subdividido em cinco capítulos, composto pelas seguintes políticas internas:

- (i) Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante;
- (ii) Negociação com Valores mobiliários;
- (iii) Conduta dos Administradores e Funcionários Integrantes da Administração Superior da Petrobras;
- (iv) Indicação para Cargos de Administração de Subsidiárias, Controladas e Coligadas e
- (v) Relacionamento com Investidores.

As Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras, outro documento aprovado em 2002 pelo Conselho de Administração e revisado em 2013, estabelece orientações para o modelo de governança corporativa da Petrobras, visando a atuação ativa do Conselho de Administração no direcionamento estratégico da Companhia, na supervisão da gestão dos Diretores, e na defesa dos interesses de todos os acionistas.

A íntegra do Código de Boas Práticas da Petrobras e Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras pode ser acessada através da página da Petrobras na rede mundial de computadores no endereço: www.petrobras.com.br/ri.

Em relação ao item 12.3, a Petrobras informa que a publicação do aviso aos acionistas comunicando a disponibilidade das demonstrações financeiras do exercício de 2013 e 2012, não foi realizada, nos termos do § 5º, do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, já que os documentos foram publicados até 1 mês antes da data da realização da assembleia geral ordinária.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

I- DIRETORIA EXECUTIVA:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

b. composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os Dirigentes como retribuição pelos serviços prestados.
- Benefícios diretos e indiretos: visam à qualidade de vida dos Dirigentes, incluindo moradia, assistência saúde.
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e Bônus por Desempenho: retribuição pelos esforços na construção dos resultados alcançados, além do caráter motivador para cumprimento dos objetivos estratégicos.
- Benefícios pós-emprego: visam à qualidade de vida dos Dirigentes, incluindo plano de previdência.
- Outros: visam à qualidade de vida dos Dirigentes, incluindo os encargos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS)

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

	Exercício de 2013
Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias)	76,6%
Benefícios diretos e indiretos	5,2%
PLR	5,6%
Bônus por desempenho	5,9%
Benefícios pós-emprego	6,7%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário e Férias) e Bônus por desempenho: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração fatores como: negociação com órgãos reguladores, legislação pertinente, práticas de mercado e o valor definido na AGO.
- PLR: No cálculo da PLR são levados em consideração indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), legislação pertinente, práticas de mercado e o valor definido na AGO. Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, foram praticados, respectivamente, o pagamento de 1,96, 1,54 e 0,96 remunerações ao Presidente e Diretores, valor definido por determinação do Conselho de Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores da Companhia, e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- Honorários: remuneração fixa sem indicador vinculado.
- Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR): condicionados ao atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), tais como: Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.
- Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

É estruturada de forma que a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) esteja condicionada ao atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), tais como: Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Petrobras, acompanhada pelo cumprimento das metas definidas pelo Conselho de Administração e de indicadores como Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não praticado.

II- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

- b. composição da remuneração:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os conselheiros como retribuição pelos serviços prestados.
- Benefícios diretos e indiretos: visam à qualidade de vida dos conselheiros, incluindo assistência saúde.
- Outros: visam à qualidade de vida dos Dirigentes, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS)

- ii. proporção de cada elemento na remuneração total

	Exercício de 2013
Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário)	97%
Benefícios diretos e indiretos	3%

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O valor praticado corresponde a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovada pela AGO, nos termos do Art. 152 e 145 da Lei 6.404/76 e Lei nº 9.292, de 12.07.96.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O valor/limite da remuneração para os membros do Conselho de Administração é definido pela AGO.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica: remuneração fixa sem indicador vinculado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Petrobras, acompanhada pelo cumprimento das metas definidas pelo Conselho de Administração e de indicadores como Processamento de Petróleo Nacional - Brasil, Produção de Óleo e Gás Natural - Brasil e Custo unitário de extração sem participação governamental.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não praticado.

III- CONSELHO FISCAL:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com o Art. 152 da LSA. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

b. composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os conselheiros como retribuição pelos serviços prestados.

Outros: visam à qualidade de vida, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS)

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

	Exercício 2013
Salário ou Pró-labore (c/ 13º Salário)	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor praticado corresponde a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovada pela AGO, nos termos do Art. 152 e 145 da Lei 6.404/76 e Lei nº 9.292, de 12.07.96.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O valor/limite da remuneração para os membros do Conselho Fiscal é definido pela AGO.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica: remuneração fixa sem indicador vinculado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração mensal retribui os conselheiros pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pelo mercado, se alinhando tanto aos interesses de curto, como de médio e longo prazo da Petrobras.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não praticado.

IV- COMITÊ DE AUDITORIA, COMITÊ DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE e COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E SUCESSÃO:

Na Petrobras, existem 3 (três) Comitês vinculados ao Conselho de Administração (CA): Comitê de Auditoria, Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Comitê de Remuneração e Sucessão. Cada um é formado por 3 (três) representantes do CA que, ao serem nomeados, acumulam automaticamente a função com a de membro do CA, sem receberem qualquer remuneração adicional pelo acúmulo em questão.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	7,67	5,00	21,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.087.611,03	10.291.726,27	610.056,30	11.989.393,60
Benefícios direto e indireto	33.152,29	591.196,97	0,00	624.349,26
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	166.099,41	2.608.153,27	235.117,65	3.009.370,33
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram incluídos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia porém não eram explicitados nos montantes anteriormente aprovados pela AGO da Petrobras.	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram incluídos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia porém não eram explicitados nos montantes anteriormente aprovados pela AGO da Petrobras.	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram incluídos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia porém não eram explicitados nos montantes anteriormente aprovados pela AGO da Petrobras.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	615.857,42	0,00	615.857,42
Participação de resultados	0,00	2.044.303,73	0,00	2.044.303,73
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	1.072.007,41	0,00	1.072.007,41
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 9 membros remunerados. Em atendimento à lei nº 12.353, de 28/12/2010, a Petrobras alterou o seu Estatuto Social e elegeu em 19/03/2012 o representante dos empregados no Conselho de Administração; assim o número de membros passou de 9 para 10. Os valores considerados a partir do mês de março são projetados. O quantitativo considerado a partir do mês de março é projetado. Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem férias	Os valores considerados a partir do mês de março são projetados. O quantitativo considerado a partir do mês de março é projetado.	Os valores considerados a partir do mês de março são projetados. O quantitativo considerado a partir do mês de março é projetado. Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem férias.	
Total da remuneração	1.286.862,73	17.223.245,07	845.173,95	19.355.281,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	7,00	5,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.032.170,76	8.251.108,87	594.761,32	9.878.040,95
Benefícios direto e indireto	31.266,90	557.575,19	0,00	588.842,09
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	631.267,51	0,00	631.267,51
Participação de resultados	0,00	606.016,82	0,00	606.016,82
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	727.027,58	0,00	727.027,58
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 9 membros remunerados. Em atendimento à lei nº 12.353, de 28/12/2010, a Petrobras alterou o seu Estatuto Social e elegeu em 19/03/2012 o representante dos empregados no Conselho de Administração; assim o número de membros passou de 9 para 10. Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem férias.</p> <p>Obs.: O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	<p>A Assembléia Geral Extraordinária da Petrobras, realizada em 28/02/2012, alterou o Estatuto Social da Companhia aumentando o número de membros da Diretoria Executiva.</p> <p>Obs.: O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	<p>Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem férias.</p> <p>Obs.: O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	
Total da remuneração	1.063.437,66	10.772.995,97	594.761,32	12.431.194,95

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,83	7,42	5,00	21,25
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	951.987,58	8.476.383,91	543.281,26	9.971.652,75
Benefícios direto e indireto	4.767,03	126.225,63	0,00	130.992,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	550.000,00	0,00	550.000,00
Participação de resultados	0,00	840.528,78	0,00	840.528,78
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	566.222,37	0,00	566.222,37
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>- O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 9 membros remunerados. Em atendimento à lei nº 12.353, de 28/12/2010, a Petrobras alterou o seu Estatuto Social e elegeu em 19/03/2012 o representante dos empregados no Conselho de Administração; assim o número de membros passou de 9 para 10.</p> <p>- Membros do CA não recebem férias.</p> <p>- O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	<p>A Assembléia Geral Extraordinária da Petrobras, realizada em 28/02/2012, alterou o Estatuto Social da Companhia aumentando o número de membros da Diretoria Executiva. O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	<p>- Membros do CF não recebem férias.</p> <p>- O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p>	
Total da remuneração	956.754,61	10.559.360,69	543.281,26	12.059.396,56

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,92	7,00	5,00	19,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	702.633,23	10.233.900,06	454.562,04	11.391.095,33
Benefícios direto e indireto	7.367,17	101.239,40	0,00	108.606,57
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	530.000,00	0,00	530.000,00
Participação de resultados	0,00	915.133,64	0,00	915.133,64
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	442.085,38	0,00	442.085,38
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	- O Presidente é também membro do Conselho de Administração (CA) da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. - Membros do CA não recebem férias. - O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	- O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	- Membros do CF não recebem férias. - O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	710.000,40	12.222.358,48	454.562,04	13.386.920,92

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 31/12/2014				
Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,67*	-	-	7,67*
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 615.857,42	0,00	0,00	R\$ 615.857,42
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 615.857,42	0,00	0,00	R\$ 615.857,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 615.857,42	0,00	0,00	R\$ 615.857,42
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 2.044.303,73	0,00	0,00	R\$ 2.044.303,73
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.044.303,73	0,00	0,00	R\$ 2.044.303,73

* O quantitativo considerado a partir do mês de março é projetado.

Obs: os valores considerados a partir de março são projetados.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2013				
Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	-	-	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.406.426,16	0,00	0,00	R\$ 1.406.426,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 631.267,51	0,00	0,00	R\$ 631.267,51
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.406.426,16	0,00	0,00	R\$ 1.406.426,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 606.016,82	0,00	0,00	R\$ 606.016,82

Obs.: O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2012				
Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,42	-	-	7,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.319.472,94	0,00	0,00	R\$ 1.319.472,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 550.000,00	0,00	0,00	R\$ 550.000,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.319.472,94	0,00	0,00	R\$ 1.319.472,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 840.528,78	0,00	0,00	R\$ 840.528,78

Obs.: O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2011				
Órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	-	-	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.637.393,66	0,00	0,00	R\$ 1.637.393,66
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 530.000,00	0,00	0,00	R\$ 530.000,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.637.393,66	0,00	0,00	R\$ 1.637.393,66
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 915.133,64	0,00	0,00	R\$ 915.133,64

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não pratica plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 31/12/2013

Diretoria Executiva	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	0
Ações Ordinárias	26.494
Ações Preferenciais	212.824

Conselho de Administração	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	0
Ações Ordinárias	1
Ações Preferenciais	622

Conselho Fiscal	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	0
Ações Ordinárias	5.000
Ações Preferenciais	8.471

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não praticado.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não praticado.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não praticado.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não praticado.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Período - 2013	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Membros	7	Não praticado	Não praticado
Nome do Plano	Petros, Petros 2 ou reembolso plano privado	Não praticado	Não praticado

- a. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembleia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

- b. condições para se aposentar antecipadamente

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembleia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

- c. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2013	R\$ 727.027,58	não praticado	não praticado

- d. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado, dentre elas a possibilidade do resgate apenas de parte dos aportes efetuados pelos participantes.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	7,00	7,00	7,00	9,00	7,75	7,92	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.853.980,80	1.692.854,46	2.106.242,35	132.514,84	112.530,82	91.785,94	114.714,84	108.679,08	90.912,41
Valor da menor remuneração(Reais)	1.289.667,03	1.389.196,91	1.463.957,80	114.714,84	107.972,19	90.912,41	114.714,84	108.679,08	90.912,41
Valor médio da remuneração(Reais)	1.495.275,48	1.423.734,03	1.746.051,21	118.720,58	108.311,84	89.646,52	114.714,84	108.656,25	90.912,41

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2012	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2011	- O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Conselho de Administração	
31/12/2013	O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 8 membros remunerados. O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2012	O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 8 membros remunerados. O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2011	- O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. - O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. - O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de cinco membros, que exerceram 1,2,4,5 e 9 meses na função durante o ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2013	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2012	O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.
31/12/2011	- O número de membros correspondeu à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. - O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de dois membros, que exerceram 4 e 8 meses na função durante o ano.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não praticado.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não praticado.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não praticado.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não praticado.

13.16 - Outras informações relevantes

As informações referentes aos anos de 2011 a 2013 correspondem ao período de ano civil, ou seja, de janeiro a dezembro, não tendo correlação, conseqüentemente, com o montante que é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO), que corresponde ao período de abril a março do ano seguinte.

Nas informações referentes ao ano de 2014, os quantitativos e valores levados em consideração nos cálculos, a partir do mês de fevereiro, são projetados.

A lei nº 12.353, de 28/12/2010, dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Em consequência, nos quantitativos e valores levados em consideração nos cálculos a partir do mês de junho de 2011, foi levada em consideração a adição de 1 (um) integrante ao Conselho de Administração.

Extraordinariamente em 2011, houve o pagamento de R\$ 3.516.073,87 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil, setenta e três reais e oitenta e sete centavos) referentes à parcela de saldo de férias acumuladas da Diretoria Executiva desde o primeiro do mandato dos integrantes deste Colegiado até 31/03/2011.

Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram inclusos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia porém não eram explicitados nos montantes anteriormente aprovados pela AGO da Petrobras.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	2013	2012	2011
Petrobras Controladora	62.692	61.878	58.950
Região Sudeste	43.309	42.186	40.674
Região Sul	2.949	3.020	2.086
Região Nordeste	14.651	15.022	14.625
Região Norte	1.413	1.421	1.386
Região Centro-Oeste	370	229	179
Empresas Controladas - Brasil	15.903	15.547	15.453
Região Sudeste	9.679	9.882	9.296
Região Sul	2.157	1.662	2.547
Região Nordeste	2.746	2.641	2.325
Região Norte	672	713	633
Região Centro-Oeste	649	649	652
Empresas Controladas - Exterior	7.516	7.640	7.515
Total Sistema Petrobras	86.111	85.065	81.918

A apresentação do efetivo de empregados próprios, a seguir, foi modificada em 2012 para refletir as reestruturações realizadas pela Controladora. Dessa forma, destacamos as seguintes mudanças:

- extinção das áreas “Serviços” e “Corporativo”;
- criação das áreas “Engenharia, Tecnologia e Materiais” e “Corporativa e de Serviços”;
- áreas ligadas diretamente à Presidência estão reunidas em “Área Estratégica”.
- o efetivo de “Pesquisa” está inserido na área “Engenharia, Tecnologia e Materiais”.

Empregados Próprios (2012 - 2013 - Nova estrutura)

Petrobras Controladora - Brasil	dez/13	dez/12
Exploração e Produção	27.275	26.644
Abastecimento	12.567	12.639
Engenharia Tecnologia e Materiais	8.659	8.412
Corporativa e Serviços	4.922	4.821
Gás e Energia	2.326	2.038
Financeira	1.844	1.841
Área Estratégica	1.883	1.838
Internacional	484	541
Universidade Petrobras/Formação*	466	501
Cedidos**	2.266	2.603
Total	62.692	61.878
Empresas Controladas - Brasil		
Petrobras Distribuidora S.A / Liqueficação Distribuidora S.A	7.599	7.720
Petrobras Transporte S.A - Transpetro	5.916	5.933
Petrobras Biocombustível S/A	162	166
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG	293	291
Unidade termelétricas***	363	330
Outras empresas****	1.570	1.107
Total	15.903	15.547
Empresas Controladas - Exterior		
Exterior	7.516	7.640
Total	7.516	7.640
Sistema Petrobras	86.111	85.065

14.1 - Descrição dos recursos humanos**Empregados Próprios (2011)**

Petrobras Controladora - Brasil		dez/11
Exploração e Produção		25.023
Abastecimento		11.779
Gás e Energia		1.949
Internacional		556
Financeira		1.857
Serviços		10.017
Pesquisa		1.783
Corporativo		2.411
Universidade Petrobras/Formação*		949
Cedidos**		2.626
Total		58.950
Empresas Controladas - Brasil		
Petrobras Distribuidora S.A / Liquegás Distribuidora S.A		7.681
Petrobras Transporte S.A - Transpetro		5.230
Alberto Pasqualini - Refap S/A		923
Petrobras Química S.A - Petroquisa		95
Petrobras Biocombustível S/A		131
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG		278
Unidade termelétricas***		229
Outras empresas****		886
Total		15.453
Empresas Controladas - Exterior		
Exterior		7.515
Total		7.515
Sistema Petrobras		81.918

Área Estratégica inclui áreas ligadas à Presidência.

*Empregados recém-admitidos que participam de curso de formação na Universidade Petrobras

**Cedidos são empregados da Petrobras Controladora que estão lotados em empresas do Sistema Petrobras.

*** Termoçu S.A, Termomacaé Ltda, Termoceará Ltda, Arembepe Energia S.A, Energética Camaçari Muricy I S.A.

**** Companhia Petroquímica de Pernambuco, Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE, Stratura, INNOVA, Breitener Energia, Breitener Jaraqui, Breitener Tambaqui, Gaspetro, Gas Brasileiro, Araucária Nitrogenados.

b. número de empregados de empresas prestadoras de serviços

	Petrobras Controladora	Empresas Controladas (Brasil)	Empresas Controladas (Exterior)	Sistema Petrobras
2013	320.152	30.546	9.482	360.180
2012	322.720	28.803	8.849	360.372
2011	304.034	15.857	8.242	328.133

c. índice de rotatividade

Índice de rotatividade	2013	2012	2011
Petrobras Controladora	2,43%	4,16%	3,22%
Empresas Controladas - Brasil	7,84%	11,10%	2,53%
Empresas Controladas - Exterior	30,20%	26,45%	27,07%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. No que tange às reclamações trabalhistas da Petrobras as provisões referentes aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente são apresentadas da seguinte forma:

2011 – R\$ 202.681 mil – dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2011)

2012 – R\$ 542.142 mil - dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2012).

2013 - R\$ 1.164.052 mil - dados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (data-base 31.12.2013).

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O aumento dos valores de provisionamento relativos aos processos trabalhistas decorre da atualização dos valores e dos desdobramentos de ações individuais e algumas ações coletivas que passaram da expectativa de perda possível para perda provável, cujas principais reclamações estão relacionadas com pedidos de pagamento de diferenças salariais.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Petrobras considera como partes integrantes da remuneração: salários, adicionais e gratificações de acordo com o cargo e função (gratificação de função gerencial e gratificação de função especialista).

Entre os adicionais, destacam-se os seguintes:

- adicional de sobreaviso, pago ao empregado que exerce suas atividades com engajamento em Regime de Sobreaviso, conforme legislação e Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigentes;
- adicional por tempo de serviço, que é um valor calculado com base em percentual definido em tabela específica que incide sobre o salário básico;
- adicional de periculosidade, pago ao empregado que exerce atividades em áreas de risco na forma da legislação;
- adicional de regime especial de campo, que visa remunerar o empregado engajado em atividades operacionais ou administrativas exercidas em locais confinados em áreas terrestres e/ou atividades de equipes sísmicas;
- adicional regional de confinamento, que é uma parcela paga ao empregado que obrigatoriamente permanece no local de trabalho em regiões terrestres inóspitas ou nas instalações das plataformas marítimas.

Os empregados da Petrobras têm a oportunidade de progressão na carreira nos padrões do mercado de trabalho. Anualmente os empregados são avaliados conforme o atendimento de suas metas e competências, podendo obter avanço de nível ou promoção na carreira, subindo níveis na escala salarial.

Para as carreiras técnicas, há a função especialista. A função especialista é destinada à retenção de empregados que detenham conhecimentos, habilidades ou domínio de tecnologias e métodos, e que apresentem alto desempenho técnico em atividades essenciais e estratégicas. Dividem-se em Consultor, Consultor Sênior e Consultor Master.

A Companhia dispõe de remuneração variável baseada nos resultados de sua operação e o montante distribuído aos empregados, a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), é negociado com o acionista majoritário e com os representantes.

b. Política de benefícios

A política de benefícios da Companhia possibilita aos seus empregados benefícios direcionados ao atendimento de necessidades básicas e ao bem-estar físico e social. Os benefícios educacionais da Petrobras consideram o reembolso com despesas escolares e têm o objetivo de contribuir para a formação e a instrução dos empregados e dos seus filhos. É composto pelos auxílios creche, acompanhante, pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio e programa de complementação educacional, dedicado ao empregado de nível médio com reembolso para curso técnico complementar e educação básica. Também é oferecido o Programa Jovem Universitário, destinado a filhos e enteados registrados na Companhia, até 24 anos, que não possuam nível superior.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

É concedido aos empregados da Companhia o Plano Petros de previdência complementar. Criado em 1970 e concebido na forma de benefício definido, o programa suplementa os benefícios concedidos pela Previdência Social (INSS) com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do empregado no futuro. O benefício, fechado para novos ingressos, funciona com a contribuição de todos os participantes e patrocinadoras para um fundo único.

Disponível a partir de 2007 aos empregados que não eram participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras, o Plano Petros 2 é constituído na modalidade de contribuição variável ou mista. Neste caso, as contribuições são apuradas individualmente, e os recursos para pagamento de benefícios programáveis são depositados em contas individuais durante o período de acumulação. Os benefícios de risco, as garantias mínimas e os benefícios vitalícios em manutenção são pagos por meio de depósito em contas coletivas.

O plano de saúde AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde), é um programa de assistência de saúde exclusivo da Petrobras, que proporciona ampla rede de credenciados, entre profissionais de saúde, hospitais e laboratórios. Além disso, também disponibiliza aos empregados o “Benefício Farmácia”, que prevê condições especiais na aquisição de medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

Entre outras iniciativas voltadas aos empregados, destacam-se o Programa de Alimentação Saudável; Avaliações nutricionais; Ações de prevenção de doenças; Programa de Assistência Especial (PAE - programa para filhos de empregados e aposentados com necessidades especiais); O PAE oferece recursos para a prestação de assistência especializada em habilitação, reabilitação e educação.

Oferecemos também o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA), cujo objetivo é estimular a prevenção e preservação da saúde, através de uma avaliação médica que busca detectar, em fase precoce, doenças/alterações, visando providências em tempo hábil, que eliminem ou minimizem agravamentos ou sequelas. O programa estimula o aposentado a procurar um médico credenciado para uma avaliação de sua saúde.

Destacamos também benefícios para casos de acidentes fatais com empregados quando a serviço da Companhia, onde há o pagamento integral das mensalidades escolares, da pré-escola ao 3º grau, dos filhos até a idade de 24 anos; Clube dos Empregados Petrobras (CEPE) e Programa de Preparação para a Aposentadoria, que possibilita aos empregados, que já completaram o tempo de aposentadoria ou que se encontram a dois anos ou menos da mesma, uma preparação adequada.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não dispõe de plano de remuneração baseado em ações dos empregados não administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Petrobras preza pelo compromisso com a transparência nas relações com todos os seus públicos de interesses, nos quais se incluem os sindicatos da categoria petroleira. A gestão das relações sindicais está presente na cadeia de valor de RH da Companhia, que mantém uma política de negociação permanente com os representantes dos empregados, refletida nas negociações para celebração dos acordos coletivos, nas comissões de negociação envolvendo questões específicas de interesse dos trabalhadores e também nos grupos de trabalho criados para avaliações e estudos, sempre visando à melhoria das condições de trabalho na Petrobras.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
União Federal						
00.394.460/0409-50		Não	Sim	30/04/2014		
	3.740.470.811	50,260000%	0	0,000000%	3.740.470.811	28,670000%
BNDES Participações - BNDESPar						
00.383.281/0001-09	Brasileira	Não	Não	30/04/2014		
	11.700.392	0,160000%	1.341.348.766	23,940000%	1.353.049.158	10,370000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
BNDES + FPS						
33.657.248/0001-89	Brasileira	Não	Não	30/04/2014		
	740.202.699	9,950000%	161.596.958	2,880000%	901.799.657	6,920000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Caixa Previdência Funcionários do Banco do Brasil - PREVI						
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	30/04/2014		
	12.646.505	0,170000%	353.656.225	6,310000%	366.302.730	2,810000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	2.937.433.735	39,460000%	3.745.440.839	66,870000%	6.682.874.574	51,230000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	7.442.454.142	100,000000%	5.602.042.788	100,000000%	13.044.496.930	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES + FPS				33.657.248/0001-89	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50		Não	Sim	31/12/2011	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações - BNDESPar				00.383.281/0001-09	
BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira	Não	Sim	31/03/2012	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	1
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
União Federal				00.394.460/0409-50	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES				33.657.248/0001-89	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50		Não	Sim	31/12/2011	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
União Federal				00.394.460/0409-50	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
União Federal				00.394.460/0409-50	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	02/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	278.953
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6.684
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	2.250

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	2.708.485.740	36,390000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	4.037.414.651	72,070000%
Total	6.745.900.391	51,710000%

15.4 - Organograma dos acionistas

A Petrobras optou por não divulgar o organograma de seus acionistas nesse momento.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As tabelas abaixo apresentam a composição do Capital Social da Companhia antes e após a Oferta Pública de distribuição primária de ações da Companhia, concluída em 01 de outubro de 2010.

Composição Acionária Antes da Oferta ⁽¹⁾

ACIONISTAS	CAPITAL VOTANTE		CAP. NÃO VOTANTE		CAPITAL SOCIAL	
	AÇÕES ORDINARIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
UNIÃO FEDERAL	2.818.751.784	55,56%	0	0,00%	2.818.751.784	32,1%
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR + BNDES	98.457.000	1,94%	574.047.334	15,51%	672.504.334	7,7%
OUTROS	2.156.138.560	42,50%	3.126.682.062	84,49%	5.282.820.622	60,2%
Total	5.073.347.344	100,00%	3.700.729.396	100,00%	8.774.076.740	100,0%

⁽¹⁾ Não considera os efeitos do Decreto nº 7.295, de 8 de setembro de 2010.

Composição do Capital Social logo Após a Oferta (considerando as ações do Lote Suplementar)

ACIONISTAS	CAPITAL VOTANTE		CAP. NÃO VOTANTE		CAPITAL SOCIAL	
	AÇÕES ORDINARIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
UNIÃO FEDERAL	3.991.413.124	53,63%	66.019.279	1,18%	4.057.432.403	31,10%
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	173.400.392	2,33%	1.341.348.766	23,94%	1.514.749.158	11,61%
BNDES +FPS	224.845.426	3,02%	0	0,00%	224.845.426	1,72%
FFIE (FUNDO SOBERANO)	344.055.327	4,62%	161.596.958	2,88%	505.652.285	3,88%
ADMINISTRADORES	19.780	0,00%	54.566	0,00%	74.346	0,00%
OUTROS	2.708.720.093	36,40%	4.033.023.219	71,99%	6.741.743.312	51,68%
Total	7.442.454.142	100,00%	5.602.042.788	100,00%	13.044.496.930	100,0%

15.7 - Outras informações relevantes

Para mais informações sobre a Composição e a Evolução do Capital Social, ver website de Relacionamento com Investidores da Companhia (<http://www.petrobras.com.br/ri>), na seção Governança -> Capital Social.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas, negócios em conjunto, entidades estruturadas consolidadas e coligadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável.

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA PETROBRAS

- Assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua, as partes envolvidas nas negociações e as condições de mercado, zelando pelos interesses da Petrobras e de seus acionistas.
- Garantir transparência na divulgação de informações das transações da Petrobras com as suas partes relacionadas, principalmente quando a operação configurar fato relevante.
- Vedar, à força de trabalho, nas transações com partes relacionadas, a utilização de oportunidades e ou informações relevantes de que tenha conhecimento em função do seu cargo, em benefício próprio ou de outrem, que possam impactar o Sistema Petrobras.
- Manter programa continuado de capacitação para a força de trabalho, disseminando os princípios da Companhia que devem ser cumpridos nas transações com partes relacionadas.
- Garantir canal formal de comunicação para que a força de trabalho manifeste toda e qualquer identificação de conflito de interesses que possa comprometer a imagem e resultados da Companhia.
- As denúncias de descumprimento dessa Política serão avaliadas pela Companhia e, quando procedentes, implicarão na adoção de medidas disciplinares.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BRASOIL	22/03/2010	670.222.864,17	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3,00% a.a.						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	31/01/2007	3.284.868.419,00	R\$ 2.144.134.802,30	Não Aplicável	10/03/2036	SIM	2,500000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção		<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inadimplemento de qualquer obrigação da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES; - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas. - diplomação como Deputado Federal ou Senador da Republica que exerça função remunerada na Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II - a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. - adotar durante o período de vigência destes contratos medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causado pelos projetos a que se destinam estes financiamentos. - em função do projeto a que se destinam estes contratos de financiamento em questão, caso haja redução do quadro de pessoal da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO sem oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão. - a ocorrência, sem a prévia e expressa autorização do BNDES, de qualquer alteração no Contrato de Compra e Venda celebrado entre a Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO e o Estaleiro Construtor, na Lista de Atividades e respectiva REDE PERT, no Cronograma de Construção ou no Quadro de Usos e Fontes do projeto; - não cumprimento da obrigação observada a despeito da legislação aplicável às portadores de deficiência; - a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO ou ao seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação. - a fusão, cisão dissolução, incorporação (na qualidade de incorporada ou incorporadora), redução ou fechamento de capital, ou a alteração no controle efetivo, direto ou indireto da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO ou seus sucessores, ou qualquer outro processo de reestruturação societária envolvendo a Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO (ou seus sucessores), durante a vigência destes Contratos, sem previa expressa anuência do BNDES. - na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por estes Contratos em finalidade diversa da prevista o BNDES. 					
Natureza e razão para a operação		<p>Taxa de Juros Cobrada (%): 2,5% a.a. + TJLP. Empréstimo para financiamento do plano de negócios da Petrobras Transporte S.A TRANSPETRO.</p>					
BNDES	27/12/2007	4.571.162.000,00	R\$ 3.795.934.282,09	Não Aplicável	20/12/2022	SIM	1,960000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Penhor de Direitos Creditórios de Receita do GASCAV e do GASCAC. Petrobras compromete-se na hipótese de inadimplemento da TAG.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento de obrigações assumidas no Contrato de Financiamento.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento concedido originalmente à Transportadora Gasene S.A.(incorporada pela Transportadora Associada de Gás S/A em 2012) para construção do Gasoduto Sudeste Nordeste (Gasodutos GASCAV – Cabiúnas-Vitória e GASCAC – Cacimbas-Catu). Taxa de Juros Cobrada : TJLP + 1,96% a.a. e 3,2% a.a. + variação do dólar						
PGF BV	11/10/2012	1.801.998.000,00	R\$ 2.238.334.725,62	Não Aplicável	4.006 dias	SIM	5,569000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: TAXA FIXA 5,5690% aa						
Transportadora Associada de Gás S/A - TAG	01/12/2010	23.274.496.557,76	R\$ 18.621.017.857,16	Não aplicável	7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela Petrobras para prestação de serviço de transporte de gás natural dutoviário.						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme em até 6,695 milhões de m ³ /dia (seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil metros cúbicos por dia) por meio do Sistema de gasodutos Urucu-Coari-Manaus interligando o Pólo de Processamento de Arara ao Pólo Industrial de Manaus.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Por motivo aplicável à Petrobras (contratante): Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionados em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência. b) Por motivo imputável a TAG (contratado): Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionados em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	16/12/2013	2.116.658.308,74	R\$ 0,00	Não Aplicável	2.052 dias	SIM	2,175000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de Juros: Taxa Fixa – 2,175%aa..						
Petrobras America Inc. - PAI	09/04/2013	1.484.861.210,96	R\$ 0,00	Não Aplicável	180 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de Juros: Libor 6m+3% aa.						
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	30/10/2012	4.059.650.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	720 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Antecipação de recursos de exportação por comercialização de petróleo e derivados entre as partes, a ser consubstanciada por meio de futuros contratos de compra e venda a serem firmados pelas mesmas partes.						
Garantia e seguros	Fluxo futuro de exportações da PETROBRAS, para o horizonte de 360 dias.						
Rescisão ou extinção	As partes têm a possibilidade de terminar o Contrato a qualquer momento, por meio de acordo por escrito (conforme Cláusula Quarta do Contrato).						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	16/08/2013	12.947.912.959,18	R\$ 12.871.538.679,47	Não aplicável	16/02/2031	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 55, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta dispender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	27/09/2013	7.960.583.525,41	R\$ 8.262.134.139,66	Não aplicável	27/03/2031	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 58, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	13/06/2007	1.486.329.270,57	R\$ 959.412.689,73	Não aplicável	até 31/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade FPSO PETROBRAS 35, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores</p>						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	01/12/2011	10.015.015.000,00	R\$ 8.605.569.271,59	Não aplicável	7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme por meio do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>a) Por motivo imputável ao contratante: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência.</p> <p>b) Por motivo imputável ao contratado: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A.- TAG	01/12/2011	4.096.582.000,00	R\$ 3.787.007.669,00	Não aplicável	7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme por meio da Malha de Gasodutos do Nordeste (Pilar - Ipojuca).						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	a) Por motivo imputável ao contratante: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência. b) Por motivo imputável ao contratado: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	30/06/2010	1.777.599.319,20	R\$ 1.488.510.821,12	Não aplicável	7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Locação do Gasoduto Urucu-Coari (Garsol)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Dissolução, liquidação ou falência de qualquer das Partes. b) Inadimplemento contratual. c) Força Maior que impossibilite o cumprimento do Contrato por 60 ou mais dias consecutivos. d) Descumprimento das obrigações de sigilo.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	11/03/2008	1.852.940.820,59	R\$ 1.555.097.948,80	Não aplicável	até 28/12/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade de produção armazenamento e descarga PETROBRAS 37, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despendeu além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	30/12/2013	7.572.627.266,52	R\$ 7.572.627.266,52	Não aplicável	26/06/2031	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 62, a fim de ser utilizada na produção e processamento primário de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS DISTRIBUIDORA	01/02/2010	11.198.676.144,35	R\$ 0,00	Não aplicável	1.460 DIAS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária						
Objeto contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto o estabelecimento entre as partes das condições que regularão as atividades comerciais e operacionais relativas a compra e venda de Óleos Combustíveis.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	05/12/2008	12.911.412.600,04	R\$ 9.216.437.798,71	Não aplicável	até 05/12/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE semi-submersível de produção P 51 a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PGF BV	17/10/2012	1.433.350.000,00	R\$ 1.719.540.908,15	Não aplicável	6.192 dias	SIM	7,184000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: taxa fixa 7,184% a.a.						
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/10/2007	8.152.578.622,20	R\$ 7.084.022.400,00	Não aplicável	até 01/10/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE semi-submersível de produção P 52 a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	30/10/2007	6.870.367.251,19	R\$ 6.549.730.727,73	Não Aplicável	até 30/10/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 54, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despendeu além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	22/08/2013	359.127.670,18	R\$ 357.214.247,13	Não aplicável	2.880 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Antecipação de recursos de exportação por comercialização de petróleo e derivados entre as partes, a ser consubstanciada por meio de futuros contratos de compra e venda a serem firmados pelas mesmas partes.						
Garantia e seguros	Fluxo futuro de exportações da PETROBRAS, para o horizonte de 1800 dias.						
Rescisão ou extinção	As partes têm a possibilidade de terminar o Contrato a qualquer momento, por meio de acordo por escrito (conforme Cláusula Quarta do Contrato).						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	17/10/2008	1.280.517.469,00	R\$ 806.615.291,80	Não aplicável	até 17/04/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P X a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	19/04/2013	2.004.103.875,72	R\$ 2.337.007.187,65	Não aplicável	18/01/2038	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 60, a fim de ser utilizada na produção e processamento primário de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	23/05/2006	1.025.181.360,00	R\$ 493.351.560,00	Não aplicável	até 10/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XIX, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	21/01/2009	1.245.993.923,31	R\$ 891.069.691,18	Não aplicável	até 21/01/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da UNIDADE P XVI a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Papa Terra B.V.	17/06/2013	3.901.070.250,00	R\$ 4.058.554.500,00	Não aplicável	13/12/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade P 63, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, no campo de Papa Terra, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela Papa Terra B.V sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da Papa Terra B.V sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Papa Terra B.V de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da Papa Terra B.V, ficando a Papa Terra B.V obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da Papa Terra B.V ,caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Papa Terra B.V.	12/11/2013	3.943.423.377,44	R\$ 3.954.226.352,19	Não aplicável	25/08/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade P 61, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, no campo de Papa Terra, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela Papa Terra B.V sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da Papa Terra B.V sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Papa Terra B.V de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 120 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da Papa Terra B.V, ficando a Papa Terra B.V obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da Papa Terra B.V, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	11/05/2006	1.074.953.880,00	R\$ 510.218.280,00	Não aplicável	até 04/03/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXVI, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	24/07/2006	1.343.626.128,00	R\$ 607.623.588,00	Não aplicável	até 18/05/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS 31, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/12/2006	1.032.566.103,22	R\$ 537.398.684,67	Não aplicável	até 22/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXXIII, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	26/11/2009	2.009.815.000,00	R\$ 1.643.119.000,00	Não aplicável	até 15.06.2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Implantação de uma unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e investimentos sociais e em meio ambiente.						
Garantia e seguros	Em hipoteca, o imóvel de sua propriedade (terreno), além de todas as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, ocorridas na vigência do contrato.						
Rescisão ou extinção	<p>Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES (resoluções e publicações DOU);</p> <p>Redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento voltado para recolocação no mercado;</p> <p>Existência de sentença condenatória transitada em julgado;</p> <p>Não submeter aprovação prévia do BNDES, matérias cujo objeto seja a efetiva operação de qualquer título, de ação de sua propriedade, ou de propriedade de subsidiárias ou controladas.</p>						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
	BNDES Sub Crédito A - TJLP + 1,76% a.a.						
	BNDES Sub Crédito B - TJLP + 1,76% + 1% custo de captação						
	BNDES Sub Crédito C - TJLP + 2,96% + 1% custo de captação						
	BNDES Sub Crédito D - 4,50% a.a						
	BNDES Sub Crédito E - TJLP + 1,36% a.a.						
	BNDES Sub Crédito F - TJLP + 1,36% a.a.						
	BNDES Sub Crédito G - TJLP						
TRANSPETRO	18/08/2008	20.700.882.200,15	R\$ 0,00	Não aplicável	18/08/2008 a 31/21/2013 - 1.961 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controlada						
Objeto contrato							
	Prestação e serviços de transporte e movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis e outros produtos compatíveis com esses tipos de operação em dutos e terminais, de acordo com a regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.						
Garantia e seguros							
	A PETROBRAS (PB) às suas próprias custas será responsável pelo seguro contra perdas e danos de todos os Produtos entregues à TRANSPETRO-TP. Para as operações pretendidas a PB disponibilizará à TP cópias das apólices de seguro, ou alternativamente, dos respectivos certificados emitidos pelas Seguradoras. A PB deverá tomar as providências para que a TP seja incluída como segurado adicional em cada uma das apólices aqui descritas. Em relação a cada uma das apólices mencionadas neste instrumento, a PB garantirá a renúncia dos direitos de regresso contra a TP para cada um dos seguros mencionados.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>A PETROBRAS poderá rescindir o presente Contrato, sem que assista à TRANSPETRO qualquer direito de indenização ou de retenção, nos seguintes casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; 2) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à PETROBRAS; 3) Cessão ou a subcontratação total ou parcial do seu objeto sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS, bem como a associação, fusão, cisão ou incorporação da TRANSPETRO sem a prévia comunicação à PETROBRAS; 4) O desatendimento das determinações regulares do preposto da PETROBRAS designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores; 5) A decretação da falência da empresa, a dissolução da empresa, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da PETROBRAS, prejudique a execução dos serviços; 6) Suspensão dos serviços por determinação de autoridades competentes, motivada pela TRANSPETRO, a qual responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a PETROBRAS, como consequência, venha a sofrer; 7) Deixar a TRANSPETRO de apresentar a comprovação de adimplemento das obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, quando solicitada pela Fiscalização, sem perda do direito à respectiva multa; 8) Em caso de alienação do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO. Neste caso, a TRANSPETRO obriga-se a ceder o presente Contrato à nova controlada da PETROBRAS, nos termos do art. 65, da Lei nº 9478/97. <p>TRANSPETRO poderá rescindir o Contrato nos casos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da PETROBRAS por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra. 2) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PETROBRAS, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ressalvado, ainda, o disposto na Cláusula Sétima – Forma de Pagamento. 						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras America Inc. - PAI	12/04/2012	3.220.536.795,84	R\$ 0,00	Não aplicável	182 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor							
	controlada						
Objeto contrato							
	Empréstimo						
Garantia e seguros							
	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. LIBOR 6m + 3% a.a.						
Petrobras America Inc. - PAI	11/10/2012	3.590.537.164,45	R\$ 0,00	Não Aplicável	175 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. LIBOR 6m + 3% a.a.						
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	23/10/2008	5.801.740.000,00	R\$ 8.232.000.000,00 consolidado e R\$ 7.943.000.000,00 controladora	Não aplicável	20 anos	SIM	6,000000
Relação com o emissor	Administradora de Fundo de Pensão						
Objeto contrato	Termos de Compromisso Financeiro – TCF com a Petros conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais em contrapartida à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e outros.						
Garantia e seguros	Estoque de petróleo e/ou derivados no montante de R\$ 6.972.000.000,00.						
Rescisão ou extinção	A extinção será ao final do prazo de pagamento dos TCF, sendo facultada a liquidação antecipada no todo ou e parte observando a respectiva proporcionalidade, mediante comunicação prévia à Petros.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: IPCA + juros de 6% a.a.						
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	25/09/1999	4.816.592.635,00	R\$ 2.508.280.000,00	Não aplicável.	20 anos (termina em dezembro de 2019) - 7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta (51% através da Gaspetro)						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviço de transporte de gás natural dutoviário. Contrato TCX para transporte de até 6 milhões de m3/dia.						
Garantia e seguros	Seguro total contra acidentes, e seguro de responsabilidade civil.						
Rescisão ou extinção	Em função do inadimplemento operacional.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	06/12/2011	605.606.000,00	R\$ 542.950.000,00	Não aplicável	até 15/12/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Contrato de financiamento destinado à implantação de unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e investimentos sociais e em meio ambiente.						
Garantia e seguros	Em hipoteca, o imóvel de sua propriedade (terreno), além de todas as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, ocorridas na vigência do contrato.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES (resoluções e publicações DOU); Redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento voltado para recolocação no mercado; Existência de sentença condenatória transitada em julgado; Não submeter aprovação prévia do BNDES, matérias cujo objeto seja a efetiva operação de qualquer título, de ação de sua propriedade, ou de propriedade de subsidiárias ou controladas.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo destinado a implantação de unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, investimentos sociais e em meio ambiente. Taxa de juros cobrada: - BNDES Sub Crédito A: TJLP + 1,76% a.a; - BNDES Sub Crédito B: TJLP + 1,76% + 1% custo de captação; - BNDES Sub Crédito C: TJLP.						
BRASOIL	24/05/2010	1.396.611.717,22	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3 % a.a.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BRASOIL	26/04/2010	559.500.449,45	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3 % a.a.						
BRASOIL	26/04/2010	996.182.814,12	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3 % a.a.						
BRASOIL	26/04/2010	843.067.355,34	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: LIBOR (6m) + 3 % a.a.						
PETROBRAS NETHERLANDS BV	18/05/2010	1.919.399.631,12	R\$ 1.777.211.065,69	Não aplicável	até 17/05/2022	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 40, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Inadimplência de pagamento; Inadimplência de outras cláusulas; Quebra de garantia e declaração falsa; Modificação, suspensão e cancelamento de autorizações; Inadimplência de outros contratos; Falência ou Insolvência; Dissolução ou Liquidação; Falência ou Insolvência em qualquer jurisdição; Devolução de nota promissória ou cheques; Alienação judicial de propriedades; Suspensão de pagamentos em geral; Encerramento dos negócios; Impossibilidade e Ilegalidade; Ilegalidade das garantias; Risco das garantias; Rescisão de outros contratos relacionados; Evento de rescisão não sanado em até 15 dias; Incapacidade; Modificação e alteração nos termos sem consentimento da PNBV; Totalidade ou parte substancial das propriedades da Petrobras confiscadas ou alienadas; Petrobras não manter seguros requeridos em contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S/A - TAG	01/12/2009	1.330.822.183,40	R\$ 1.059.268.788,04	Não aplicável	7.200 dias a partir de 15/01/2010.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme de 5,0 milhões de m³/dia (cinco milhões de metros cúbicos por dia) por meio do Gasoduto Paulínia-Jacutinga interligando a Estação de Medição de Paulínia ao Ponto de Entrega de Jacutinga.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	a) Por motivo aplicável à Petrobras (contratante): Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionados em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação da falência. b) Por motivo imputável à TAG (contratado): Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionados e, 60 dias; falha de serviço de transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							
TRANSPETRO	29/12/2000	4.900.000.000,00	R\$ 1.591.455.126,96	Não aplicável	29/12/2000 a 30/09/2021 - 7.580 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Arrendamento à TRANSPETRO de instalações de propriedade da PETROBRAS, abrangendo prédios, terrenos, bases, dutos e terminais aquaviários.						
Garantia e seguros	A contratação de seguro contra danos às instalações arrendadas à TRANSPETRO contra terceiros e ao meio ambiente decorrentes da utilização destas instalações, seguro contra incêndio e demais coberturas que forem consideradas necessárias será efetuada pela PETROBRAS. O valor do arrendamento estabelecido na CLÁUSULA OITAVA deste contrato não inclui parcela relativa a seguro, sendo seu valor de responsabilidade da PETROBRAS, estando a TRANSPETRO exonerada de qualquer obrigação de pagamento.						
Rescisão ou extinção	1. A qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, o presente Contrato poderá ser encerrado observadas as cláusulas de preço e condições constantes do citado acordo. 2. A qualquer tempo o presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de prévia notificação, em caso de alienação total ou parcial do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO, obrigando-se esta a ceder os contratos por ela mantidos com terceiros, e que envolvam os bens objeto do arrendamento, à nova controlada da PETROBRAS, nos termos do art. 65, da lei nº 9478/97. Para tanto, a TRANSPETRO obriga-se a prever em seus contratos com terceiros, tal hipótese para cessão contratual. 3. O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos: 3.1.Não cumprimento de suas Cláusulas; 3.2.Dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial ou concordata preventiva requeridas, homologadas ou decretada da TRANSPETRO.						
Natureza e razão para a operação							
TRANSPETRO	29/12/2000	3.850.000.000,00	R\$ 1.236.430.099,53	Não aplicável	29/12/2000 a 30/09/2021 - 7.580 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Arrendamento à TRANSPETRO de instalações de propriedade da PETROBRAS, abrangendo prédios, terrenos, bases, dutos de transferência.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	1. A contratação de seguro contra danos às instalações arrendadas à TRANSPETRO contra terceiros e ao meio ambiente decorrentes da utilização destas instalações, seguro contra incêndio e demais coberturas que forem consideradas necessárias será efetuada pela PETROBRAS. O valor do arrendamento estabelecido na CLÁUSULA OITAVA deste contrato não inclui parcela relativa a seguro, sendo seu valor de responsabilidade da PETROBRAS, estando a TRANSPETRO exonerada de qualquer obrigação de pagamento.						
Rescisão ou extinção	CLÁUSULA DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO 1. A qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, o presente Contrato poderá ser encerrado observadas as cláusulas de preço e condições constantes do citado acordo. 2. A qualquer tempo o presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de prévia notificação, em caso de alienação total ou parcial do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO, obrigando-se esta a ceder os contratos por ela mantidos com terceiros, e que envolvam os bens objeto do arrendamento, à nova controlada da PETROBRAS, nos termos do art. 65, da lei nº 9478/97. Para tanto, a TRANSPETRO obriga-se a prever em seus contratos com terceiros, tal hipótese para cessão contratual. 3. O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos: a) Não cumprimento de suas Cláusulas; b) Dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial ou concordata preventiva requeridas, homologadas ou decretada da TRANSPETRO;						
Natureza e razão para a operação							
TRANSPETRO	29/12/2000	15.420.000.000,00	R\$ 12.797.195.809,26	Não aplicável.	29/12/2000 a 30/09/2073 - 26.573 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Arrendamento à TRANSPETRO de instalações de propriedade da PETROBRAS, abrangendo prédios, terrenos, bases, dutos de transporte e terminais.						
Garantia e seguros	1. A contratação de seguro contra danos às instalações arrendadas à TRANSPETRO contra terceiros e ao meio ambiente decorrentes da utilização destas instalações, seguro contra incêndio e demais coberturas que forem consideradas necessárias será efetuada pela PETROBRAS. O valor do arrendamento estabelecido na CLÁUSULA OITAVA deste contrato não inclui parcela relativa a seguro, sendo seu valor de responsabilidade da PETROBRAS, estando a TRANSPETRO exonerada de qualquer obrigação de pagamento.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>A qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, o presente Contrato poderá ser encerrado observadas as cláusulas de preço e condições constantes do citado acordo.</p> <p>2. A qualquer tempo o presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de prévia notificação, em caso de alienação total ou parcial do controle acionário da PETROBRAS sobre a TRANSPETRO, obrigando-se esta a ceder os contratos por ela mantidos com terceiros, e que envolvam os bens objeto do arrendamento, à nova controlada da PETROBRAS, nos termos do art. 65, da lei nº 9478/97. Para tanto, a TRANSPETRO obriga-se a prever em seus contratos com terceiros, tal hipótese para cessão contratual.</p> <p>3. O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:</p> <p>a) Não cumprimento de suas Cláusulas;</p> <p>b) Dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial ou concordata preventiva requeridas, homologadas ou decretada da TRANSPETRO.</p>						
Natureza e razão para a operação							
União Federal	03/09/2010	74.807.616.407,00	A definir (ver explicação em "Outras informações relevantes")	Não aplicável	40 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Cessão onerosa, à Petrobras, do exercício das atividades de Pesquisa e Lavra de Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos localizados na Área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi).						
Garantia e seguros	A Cessionária providenciará e manterá, durante toda a vigência deste Contrato, sem que isso importe em limitação de sua responsabilidade, cobertura de seguro contratada com empresa idônea, para todos os casos exigidos pela legislação brasileira aplicável, bem como para cumprir determinação de qualquer autoridade competente ou da ANP, com relação a bens, pessoal, Operações e sua execução, proteção do meio ambiente, devolução, desativação e abandono de áreas, e remoção de bens.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Descumprimento de obrigação não curado após notificação da ANP, decurso do prazo, produção de volume equivalente ao volume máximo permitido.						
	Outras Informações Relevantes: O contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, serão iniciados os procedimentos de revisão, que deverão estar baseados em laudos técnicos independentes. Caso a revisão determine que os direitos adquiridos alcancem um valor maior que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em valor menor que o inicialmente pago pela Companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias. Em 19 de dezembro de 2013, a Petrobras apresentou à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a declaração de comercialidade das áreas de Franco e Sul de Tupi, localizadas no pré-sal da Bacia de Santos. Foram constatados nas fases exploratórias os volumes contratados por meio da Cessão Onerosa para as áreas de Franco (atual campo de Búzios), de 3,058 bilhões de barris de óleo equivalente, e de Sul de Tupi (atual campo de Sul de Lula), de 128 milhões de barris de óleo equivalente. No entanto, a conclusão da revisão do Contrato de Cessão Onerosa será realizada após a data da última declaração de comercialidade.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	27/03/2013	30.474.566.641,10	R\$ 34.129.480.848,32	Não aplicável	2.880 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Antecipação de recursos de exportação por comercialização de petróleo e derivados entre as partes, a ser consubstanciada por meio de futuros contratos de compra e venda a serem firmados pelas mesmas partes.						
Garantia e seguros	Fluxo futuro de exportações da PETROBRAS, para o horizonte de 1800 dias.						
Rescisão ou extinção	As partes têm a possibilidade de terminar o Contrato a qualquer momento, por meio de acordo por escrito (conforme Cláusula Quarta do Contrato).						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	29/12/2010	7.832.609.280,00	R\$ 9.411.629.760,00	Não aplicável	até 02/01/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 53, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
TRANSPETRO	01/07/2003	9.537.638.620,00	R\$ 7.941.742.966,54	Não Aplicável	20 anos -7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviço de transporte firme de gás natural pelo transportador ao carregador através do sistema de transporte.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
<p>Cláusula 15.1. Eventos de Rescisão sem Motivos Imputáveis às Partes. Qualquer das Partes poderá terminar o presente Contrato mediante Aviso à outra Parte em decorrência de um evento de Força Maior que impossibilite qualquer das Partes de executar suas obrigações materiais ou de usufruir seus direitos materiais previstos neste Contrato, se tal evento de Força Maior perdurar por um período superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias consecutivos.</p> <p>Cláusula 15.2. Eventos de Rescisão por Motivos Imputáveis ao Carregador.</p> <p>15.2.1. Transcorridos 90 (noventa) Dias após o recebimento, pelo Carregador, do Aviso de Inadimplemento do Carregador, o Transportador poderá rescindir este Contrato, mediante Aviso para rescisão.</p> <p>15.2.2. Na hipótese de rescisão deste Contrato por Inadimplemento do Carregador, este se obrigará a pagar ao Transportador, como indenização única e aplicável a tal caso, o valor das perdas e danos diretos, incluindo o saldo devedor da dívida contraída pelo Transportador para as Obras, excluídos, porém, quaisquer danos indiretos e/ou lucros cessantes decorrentes dessa rescisão.</p> <p>15.2.3. Caso o Transportador decida rescindir o presente Contrato, nos termos das Cláusulas 15.2.1 e 15.2.2 acima, então, sem prejuízo da obrigação do Carregador de pagar as quantias devidas de acordo com a Cláusula 15.2.2 referente à dívida do Transportador, no prazo de 30 (trinta) Dias contados do momento em que foi informado de tal valor, independentemente de qualquer outra controvérsia com relação às quantias que estão sendo reclamadas pelo Transportador, o Transportador se obriga a envidar todos os seus mais razoáveis esforços para mitigar os danos a serem compensados pelo Carregador ao Transportador, mediante oferta e revenda da Capacidade Contratada de Transporte a outros carregadores. O Transportador deverá, no caso da rescisão prevista nesta Cláusula, calcular e encaminhar ao Carregador um relatório com os valores correspondentes à totalidade das perdas e danos sofridos pelo Transportador em virtude do Inadimplemento do Carregador e, para a determinação do montante de perdas e danos diretos, comprovará ao Carregador que envidou todos os esforços razoáveis para mitigar os danos sofridos com a rescisão, obrigando-se a fornecer ao Carregador toda a documentação comprobatória das providências que houver tomado, acompanhada de relatório demonstrativo dos resultados alcançados, incluindo os montantes que, em razão da oferta e revenda da capacidade então liberada, efetivamente constituam receitas do Transportador.</p> <p>15.2.4. Caso o Transportador não mitigue, no todo ou em parte, os danos incorridos, o relatório deverá conter, além da documentação comprobatória, descrição detalhada das razões pelas quais o Transportador tenha decidido não promover a oferta e revenda da capacidade liberada em razão de tal rescisão.</p> <p>15.2.5. Em não havendo concordância sobre os valores cobrados pelo Transportador, em razão do Aviso de rescisão do Contrato, para pagamento pelo Carregador,, o Carregador poderá, após o recebimento de tal Aviso, recorrer à instauração do processo de Arbitragem. Para tanto, o Carregador se obriga a, (i) imediatamente a partir do início da Arbitragem, depositar, em uma Conta Caução satisfatória para os agentes nomeados através dos documentos financeiros celebrados pelos membros do Consórcio, os valores referentes ao pagamento da dívida de tais membros referente ao financiamento da construção do Sistema de Transporte, vencida e não paga desde o início do Inadimplemento do Carregador, na devida proporção desta; e (ii) a partir de então, depositar mensalmente, nessa mesma Conta Caução, os valores referentes ao serviço da dívida do Transportador com os agentes financeiros, até a decisão final da Arbitragem.</p> <p>Cláusula 15.3. Eventos de Rescisão por Motivos Imputáveis ao Transportador.</p> <p>Cláusula 15.4. Limitação Temporal da Responsabilidade.</p>							
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/09/2010	5.330.713.042,35	R\$ 5.817.487.129,74	Não aplicável	até 01/09/2026	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS 43, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	21/09/2010	8.477.898.100,38	R\$ 9.865.624.418,57	Não aplicável	até 24/10/2031	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS 57, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	30/06/2010	1.243.582.219,41	R\$ 1.226.769.752,37	Não aplicável	até 31/12/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS XXIII, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despendeu além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	30/11/2009	583.223.000,00	R\$ 326.557.000,00	Não aplicável	até 15/06/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Implantação de uma unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e investimentos sociais e em meio ambiente.						
Garantia e seguros	<p>A Companhia ofereceu ao BNDES em hipoteca, o imóvel de sua propriedade (terreno), situado em Ipojuca, além de todas as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, ocorridas na vigência do contrato que se incorporarem ao imóvel, exceto as máquinas e equipamentos já adquiridos anterior ao contrato e/ou adquirido com recursos de outros financiadores.</p> <p>Estando a Petrobras na qualidade de fiadora, responsabilizando-se solidariamente até o final da liquidação do financiamento.</p>						
Rescisão ou extinção	<p>Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES (resoluções e publicações DOU);</p> <p>Redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento voltado para recolocação no mercado;</p> <p>Existência de sentença condenatória transitada em julgado;</p> <p>Não submeter aprovação prévia do BNDES, matérias cujo objeto seja a efetiva operação de qualquer título, de ação de sua propriedade, ou de propriedade de subsidiárias ou controladas.</p>						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	BNDES - Sub CréditoA - 4,50% a.a. BNDES - Sub CréditoA - TJLP + 1,76% a.a. BNDES - Sub Crédito B - TJLP + 1,36% a.a. BNDES - Sub Crédito B - TJLP + 1,76% a.a. + 1% custo de captação BNDES - Sub Crédito C - TJLP + 2,96% a.a. + 1% custo de captação BNDES - Sub CréditoD - 4,50% a.a. BNDES - Sub Crédito E - TJLP + 1,36% a.a.						
BRASOIL	23/10/2010	15.297.300.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	362 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3,00 % a.a.						
Companhias Distribuidoras Estaduais de Gás e Petrobras Distribuidora - BR	06/07/1994	151.039.919.000,00	R\$ 65.600.704.000,00	Não aplicável	13.082 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiárias e Controladas em conjunto						
Objeto contrato	Fornecimento de gás natural para empresas que atuam no âmbito estadual em regime de concessão, atendendo aos mercados domésticos. Por questões concorrenciais e cláusulas comerciais de sigilo, as informações estão apresentadas de forma agrupada. As informações acima listadas se referem as seguintes Companhias: Msgás, Sulgás, Scgás, Compagás, Gasmig, Ceg-Rio, Petrobras Distribuidora (BR-ES), Bahiagás, Sergás, Algas, Copergás, Pbgás, Potigás, Cegás e Gás Brasileiro.						
Garantia e seguros	1) Prioridade aos pagamentos relativos aos contratos celebrados com a Petrobras sobre os demais compromissos contratuais, respeitados os preceitos legais; 2) Garantia de pagamento calculada com base em 30 ou 60 dias de fornecimento para o contrato de opção de gás natural.						
Rescisão ou extinção	- Rescisão por inadimplemento das Partes; - Extinção por mútuo acordo entre as partes; - Liquidação extrajudicial ou judicial, concordata ou falência de qualquer parte; - Não instituição de garantia quando solicitada; - Transferência à terceiros dos direitos e obrigações						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	25/09/1999	15.704.446.842,00	R\$ 6.054.255.000,00	Não aplicável	20 anos (termina em dezembro de 2019) - 7.200 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta (51% através da Gaspetro)						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviço de transporte de gás natural dutoviário. Contrato TCQ para transporte de até 18 milhões de m3/dia.						
Garantia e seguros	Seguro total contra acidentes, e seguro de responsabilidade civil.						
Rescisão ou extinção	Em função do inadimplemento operacional.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	01/09/2010	5.330.713.042,35	R\$ 5.817.487.129,74	Não aplicável	até 01/09/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível PETROBRAS 48, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS. Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despender além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão. Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida. Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S/A - TAG	01/12/2009	9.929.581.372,28	R\$ 7.795.057.166,94	Não aplicável	7.200 dias a partir de 12/11/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme de 40 milhões de m ³ /dia (quarenta milhões de metros cúbicos por dia) por meio do Gasoduto GASDUC III interligando o Terminal de Cabiúnas à Estação de Campos Elísieos.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Por motivo imputável ao contratante: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência. b) Por motivo imputável ao contratado: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	10/11/2008	25.480.800.000,00	R\$ 20.388.837.311,21	Não aplicável	9.000 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme de 30 milhões de m ³ /dia (trinta milhões de metros cúbicos por dia) por meio do Gasoduto GASENE nos trechos Cabiúnas-Vitória, Cacimbas- Vitória e Cacimbas-Catu.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Por motivo imputável ao contratante: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência. b) Por motivo imputável ao contratado: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	01/12/2009	17.951.958.110,00	R\$ 15.048.935.783,27	Não aplicável	7.200 dias a partir de 01/10/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme de 51 milhões de m ³ /dia (cinquenta e um milhões de metros cúbicos por dia) por meio do Gasodutos GASBEL II, GASAN, GASPAL II e Gasoduto Japeri- REDUC.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Por motivo imputável ao contratante: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência. b) Por motivo imputável ao contratado: Inadimplemento, em relação a valores devidos, não solucionado em 60 dias; Falha de Serviço de Transporte superior a 90% durante 30 dias consecutivos ou 45 dias alternados em cada ano.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	01/08/2007	13.000.000.000,00	R\$ 7.565.204.865,00	Não aplicável	7.200 dias a partir de 01/01/2006	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme por meio da Malha de Gasodutos do Sudeste.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Força Maior com duração superior a 365 dias que resulte na impossibilidade de qualquer das partes cumprir com suas obrigações contratuais. b) Por motivo imputável ao contratante (Petrobras): inadimplemento não solucionado no prazo de 90 dias. c) Por motivo imputável ao contratado (TAG): inadimplemento não solucionado no prazo de 90 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Transportadora Associada de Gás S/A - TAG	01/08/2007	13.000.000.000,00	R\$ 7.614.704.775,00	Não aplicável	7.200 dias a partir de 01/01/2006	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária integral e Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Transporte Firme por meio da Malha de Gasodutos do Nordeste.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	a) Força Maior com duração superior a 365 dias que resulte na impossibilidade de qualquer das partes cumprir com suas obrigações contratuais. b) Por motivo imputável ao contratante (Petrobras): inadimplemento não solucionado no prazo de 90 dias. c) Por motivo imputável ao contratado (TAG): inadimplemento não solucionado no prazo de 90 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI	23/05/2006	2.872.168.000,00	R\$ 1.976.081.945,16	100%	19/05/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	SPE com atividades operacionais controladas pelo emissor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aluguel de equipamentos						
Garantia e seguros	A Petrobras mantém o seguro de todos os ativos relativos ao escopo do Contrato de Aluguel.						
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra com as obrigações do Contrato de Aluguel.						
Natureza e razão para a operação							
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP	23/12/2004	3.657.274.000,00	R\$ 787.415.383,56	Não aplicável	15/10/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária						
Objeto contrato	Aluguel de equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento das cláusulas constantes no contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	28/03/2011	9.794.623.179,29	R\$ 11.993.391.441,80	Não aplicável	até 28/06/2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi submersível PETROBRAS 56, a fim de ser utilizada na produção e processamento primário de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras America Inc. - PAI	14/10/2011	3.062.947.310,59	R\$ 0	Não aplicável	181 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras America Inc. - PAI	18/04/2011	2.804.881.307,90	R\$ 0,00	Não aplicável	179 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3% a.a.						
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.A.	30/11/2011	2.500.000.000,00	R\$ 2.518.920.259,17	Não aplicável	até 30/11/2018	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<ul style="list-style-type: none"> - protesto cambiário, em valor superior ao equivalente, em reais, na data do protesto, a 25% do presente título, desde que tal protesto não seja sustado, cancelado ou pago em até 30 dias e desde que os efeitos decorrentes de tal protesto causem um efeito adverso relevante nos nossos negócios que seja apto a impedir nossa capacidade de cumprir as obrigações de pagamento assumidas nesta nota de crédito à exportação; - falência, recuperação judicial ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo a Petrobras encerrar suas atividades; - ser transferido o controle do capital da Petrobras, sem notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações nesta operação; - prestar à CAIXA, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, informações incompletas ou alteradas, desde que relevantes para os fins deste crédito, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza, e desde que tais informações não sejam corrigidas em até 30 dias após o recebimento de aviso escrito da CAIXA neste sentido; - não apresentar as informações, licenças e documentos requeridos, constantes do questionário socioambiental. 						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Notas de Crédito à Exportação. Taxa de Juros Cobrada: 111,29% da média do CDI.						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	30/07/2009	9.409.998.497,06	R\$ 83.671.140,77	Não aplicável	até 15/03/2029	SIM	7,430000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inadimplemento de qualquer obrigação da Petrobras - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas. - redução do quadro de pessoal da Petrobras sem oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão. - a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Petrobras, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. - promover quaisquer inversões ou investimentos, realizar obra ou executar qualquer intervenção no meio ambiente, em projetos financiados com recursos do contrato, sem a prévia obtenção da correspondente Licença de Instalação, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente. - iniciar a operação de quaisquer dos projetos financiados com recursos previstos no contrato sem a prévia obtenção da correspondente Licença de Operação, oficialmente publicada e expedida pelo órgão competente. - na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos para o índice dívida líquida em R\$/EBITDA, a Petrobras deverá constituir no prazo de 30 dias, contados da data da comunicação do BNDES, garantias pessoais e reais aceitas pelo BNDES, caso contrário, este poderá declarar vencimento antecipado. Os garantidores pessoais deverão assumir a qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações do contrato e as garantias reais deverão ser em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. - aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversa da prevista. - diplomação como deputado (a) federal ou senador (a), de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. 						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo para financiamento do plano de negócios da Petrobras. Taxa de Juros Cobrada: 7,43% a.a. + Variação do Dólar Americano.						
BANCO DO BRASIL S.A.	17/03/2010	499.999.999,35	R\$ 406.588.118,18	Não aplicável	até 15/07/2020	SIM	4,500000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sete dias úteis após a Petrobras sofrer protesto cambiário em valor superior ao equivalente a USD 100.000.000,00(cem milhões de dólares), tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo, a Petrobras encerrar suas atividades. - Se durante a vigência do contrato, for transferido o controle do capital da Petrobras ou modificado seu estatuto sem sua notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações na referida operação. - Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no instrumento de crédito, o que a sujeitará, a partir do dia seguinte fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, à multa de 50% incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada, a partir das datas em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito. - Ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME. 						
Natureza e razão para a operação	Cédula de Crédito Comercial, recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial-FINAME ou do BNDES.						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	10/05/2011	561.538.000,00	R\$ 553.587.000,00	Não aplicável	até 15/11/2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor financeiro						
Objeto contrato	Contrato de financiamento para a implantação de unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e investimentos sociais e em meio ambiente.						
Garantia e seguros	Em hipoteca, o imóvel de sua propriedade (terreno), além de todas as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, ocorridas na vigência do contrato.						
Rescisão ou extinção	<p>Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES (resoluções e publicações DOU);</p> <p>Redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento voltado para recolocação no mercado;</p> <p>Existência de sentença condenatória transitada em julgado;</p> <p>Não submeter aprovação prévia do BNDES, matérias cujo objeto seja a efetiva operação de qualquer título, de ação de sua propriedade, ou de propriedade de subsidiárias ou controladas.</p>						
Natureza e razão para a operação	<p>BNDES - Sub Crédito A R\$ TJLP + 1,76% a.a.</p> <p>BNDES - Sub Crédito B R\$ TJLP + 1,76% a.a. + 1% custo de captação</p> <p>BNDES - Sub Crédito C R\$ TJLP + 2,96% a.a. + 1% custo de captação</p> <p>BNDES - Sub Crédito D R\$ 4,50% a.a.</p>						
LIQUIGAS DISTRIBUIDORA SA	16/05/2012	11.000.000.000,00	R\$ 6.000.447.222,22	Não aplicável	3 anos - 1.080 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra e venda de GLP (gás liquefeito do petróleo)						
Garantia e seguros	Análise cadastro pessoa jurídica						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento, falência, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que prejudique a execução do contrato, cancelamento de licença pela ANP, caso fortuito ou força maior.						
Natureza e razão para a operação							
RB LOGÍSTICA – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	01/11/2009	3.139.819.375,56	R\$ 1.499.107.694,33	Não aplicável.	28/04/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	FUNDO cuja participação majoritária (99%) pertence a Petrobras						
Objeto contrato	ARRENDAMENTO DE EMPREENDIMENTOS						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não cumprimento das disposições aplicáveis aos contratos. Taxa de Juros Cobrada (%) : Taxa flutuante - média ponderada de 8,71% a.a.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	29/12/2011	990.307.536,29	R\$ 1.060.070.873,15	Não aplicável	até 29/12/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade PETROBRAS 47, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento..</p> <p>Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV, ficando a PNBV obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/09/2013	37.942.000.000,00	R\$ 25.295.000.000,00	Não aplicável	Hum ano (360 dias)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato							
Venda de óleo diesel rodoviário, de acordo com as especificações da Resolução ANP 65/2011, e suas alterações ou outra que a substituir, para destinação exclusiva do mercado interno do Brasil.							
Garantia e seguros							
Pacto de Sigilo e Confidencialidade entre as Partes pelo período de 10 anos							
Rescisão ou extinção	<p>Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato.</p> <p>Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras.</p> <p>Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade.</p> <p>Falência, dissolução ou alteração social.</p> <p>Força Maior.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/09/2013	13.000.000.000,00	Cerca de R\$ 9 bilhões de reais.	Não aplicável	Um ano (360 dias)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de gasolina com a finalidade exclusiva de abastecimento do mercado nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de sigilo e confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato. Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/01/2011	23.405.000.000,00	R\$ 3.027.025.759,43	Não Aplicável	1.275 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de querosene de aviação						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	23/11/2010	4.836.618.903,95	R\$ 0,00	Não Aplicável	1.188 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de Óleo Combustível com Controle de Metais e Baixo Teor de Enxofre						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
BRASOIL	08/09/2009	5.111.120.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	7.307 dias	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Crédito disponível por 20 anos, sem rescisão, com prazo indefinido para desembolso; o concedente poderá exigir o pré-pagamento por descumprimento de obrigações contratuais ou falência da tomadora.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: 2% a.a.						
BRASOIL	22/02/2010	519.615.866,39	R\$ 0,00	Não aplicável	365 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: LIBOR 6 m + 3% a.a.						
BRASOIL	01/03/2010	1.219.290.295,50	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3,00% a.a.						
BRASOIL	08/03/2010	536.562.600,00	R\$ 0,00	Não aplicável	364 dias	SIM	3,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Libor 6 m + 3,00% a.a.						
Petrobras Distribuidora	01/07/2010	128.592.000.000,00	R\$ 23.399.279.955,28	Não Aplicável	1.458 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Diesel						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/07/2010	65.826.000.000,00	R\$ 14.887.295.363,63	Não Aplicável	1.458 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Gasolina						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	24/06/2002	3.600.000.000,00	R\$ 605.230.412,00	Não aplicável	5.478 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de Gasolina Podium						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AREMBEPE ENERGIA S/A	03/11/2009	10.962.432.000,00	R\$ 7.738.187.294,12	Não Aplicável	Vigência total do contrato: 180 meses – 540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Trata-se de CPCVM – Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos onde a BR se compromete a vender, com exclusividade, óleo combustível necessário à geração de energia (Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1).						
Garantia e seguros	Cessão de integralidade da parcela variável mensal decorrente dos contratos CCEAR celebrados com as Distribuidoras de Energia Elétrica, nos termos do Contrato de cessão de Recebíveis e Constituição de Garantia de Fiel Cumprimento celebrado entre as partes (Cláusula Nona - Das Garantias, itens 9.1 e 9.2).						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito por seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial ou pedido de proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência (Cláusula Quarta – Da Rescisão, itens 4.1 e 4.2).						
Natureza e razão para a operação							
Banco do Brasil S.A.	16/05/2013	13.500.000.000,00	R\$ 13.582.225.230,37	Não Aplicável	20/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Condições de Rescisão ou Extinção: O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida nas seguintes hipóteses: - Sete dias úteis após a Petrobras sofrer protesto cambial em valor superior ao equivalente a USD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo, a Petrobras encerrar suas atividades. - Se durante a vigência do contrato, for transferido o controle do capital da Petrobras sem sua notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações na referida operação.						
Natureza e razão para a operação	Notas de Crédito à Exportação. Taxa de Juros Cobrada (%): 104% a 108% da média do CDI.						
Caixa Econômica Federal S.A.	02/04/2013	3.000.000.000,00	R\$ 3.068.674.096,78	Não Aplicável	02/04/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	- protesto cambiário, em valor superior ao equivalente, em reais, na data do protesto, a 25% do presente título, desde que tal protesto não seja sustado, cancelado ou pago em até 30 dias e desde que os efeitos decorrentes de tal protesto causem um efeito adverso relevante nos nossos negócios que seja apto a impedir nossa capacidade de cumprir as obrigações de pagamento assumidas nesta nota de crédito à exportação; - falência, recuperação judicial ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo a Petrobras encerrar suas atividades; - ser transferido o controle do capital da Petrobras, sem notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações nesta operação; - prestar à CAIXA, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, informações incompletas ou alteradas, desde que relevantes para os fins deste crédito, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza, e desde que tais informações não sejam corrigidas em até 30 dias após o recebimento de aviso escrito da CAIXA neste sentido; - não apresentar as informações, licenças e documentos requeridos, constantes do questionário socioambiental.						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Notas de Crédito à Exportação. Taxa de Juros Cobrada (%): 106% da média do CDI						
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	29/11/2005	600.000.000,00	R\$ 989.972.777,08	Não Aplicável	03/12/2014	SIM	7,400000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Promissory Notes (Marlim) adquiridas pelo BB Fund. Taxa de Juros Cobrada (%): IGPM + 7,4% a.a						
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	14/02/2007	641.000.000,00	R\$ 1.758.333.410,45	Não Aplicável	14/08/2015	SIM	1,200000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Promissory Notes (Cia Mexilhão do Brasil S/A) adquiridas pelo BB Fund. Taxa de Juros Cobrada (%): Libor12 + 1,20% a.a.						
Grupo Guarani Açúcar e Alcool	23/08/2010	3.602.541.789,63	R\$ 1.567.637.014,10	Não aplicável	5 anos e 8 meses. Até 30/04/2016. - 2.040 dias	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada.						
Objeto contrato	Compra e venda de etanol anidro e etanol hidratado, junto às Unidades Produtoras Andrade Açúcar e Álcool S/A, Guarani S/A e Usina Vertente Ltda, do Grupo Guarani Açúcar e Álcool.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica	01/01/2009	1.610.815.016,46	R\$ 204.630.706,06	Não aplicável	63 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Cliente						
Objeto contrato	Fornecimento de querosene de aviação, querosene de aviação aditivado e gasolina de aviação para aeronaves, equipamentos e Organizações do Comando da Aeronáutica						
Garantia e seguros	Seguro garantia executante / fornecedor						
Rescisão ou extinção	Cláusula 10: rescisão						
Natureza e razão para a operação							
ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY I S/A	01/01/2009	10.856.918.592,00	R\$ 7.237.945.728,00	Não Aplicável	Vigência total do contrato: 180 meses – 540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Trata-se de CPCVM – Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos onde a BR se compromete a vender, com exclusividade, óleo combustível necessário à geração de energia (Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1)						
Garantia e seguros	Cessão de integralidade da parcela variável mensal decorrente dos contratos CCEAR celebrados com as Distribuidoras de Energia Elétrica, nos termos do Contrato de cessão de Recebíveis e Constituição de Garantia de Fiel Cumprimento celebrado entre as partes (Cláusula Nona - Das Garantias, itens 9.1 e 9.2).						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito por seguintes motivos: inadimplimento, liquidação judicial ou extrajudicial ou pedido de proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência (Cláusula Quarta – Da Rescisão, itens 4.1 e 4.2).						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS Distribuidora	05/11/2012	4.200.000.000,00	R\$ 3.257.160.997,72	Não aplicável	457 dias	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda de Diesel para Termelétrica						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V. – PGT BV	16/03/2012	12.612.600.000,00	R\$ 18.029.137.641,66	Não aplicável	3.656 dias	SIM	5,500000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo entre partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente.						
Natureza e razão para a operação	Capital de Giro. Taxa de juros cobrada: Taxa fixa de 5,5% ao ano.						
PETROBRAS Distribuidora	20/07/2011	7.377.951.000,00	R\$ 3.694.214.127,87	Não aplicável	5 anos - 1.800 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de produtos químicos, óleos, graxas, combustíveis, lubrificantes, solventes e fluidos especiais, de fabricação da BR e/ou terceiros, para atender ao respectivo suprimento da PETROBRAS, conforme as especificações constantes de contratos de compra e venda, assim como de prestação de serviços, associados ao fornecimento destes produtos, relacionados às atividades de Exploração e Produção da PETROBRAS.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	É possível a rescisão por ambas as partes, sem prejuízo dos direitos a elas cabíveis, mediante aviso escrito à outra parte, em situações definidas na cláusula 12ª do documento assinado pelas partes (Termo de Acordo entre PETROBRAS e BR, à disposição no arquivo da GPQ).						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
PGF BV	11/10/2012	3.393.236.000,00	R\$ 4.288.395.086,34	Não aplicável	2.362 dias	SIM	4,179000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não pagamento de juros, principal, taxas ou despesas devidas ou previstas no contrato. Falência, liquidação ou intervenção na tomadora. Nulidade do contrato ou efeito material adverso a critério da concedente. Taxa de juros cobrada: taxa fixa 4,179% a.a.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	20/11/2012	6.300.000.000,00	R\$ 1.750.000.000,00	Não aplicável	18 meses - 540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de óleo diesel da Petrobras à BR para atendimento exclusivo às termelétricas pertencentes ao Sistema Interligado Nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de Sigilo e Confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						
Rescisão ou extinção	Inobservância de qualquer das cláusulas do contrato. Cessão dos direitos e obrigações atribuídos no contrato sem a prévia anuência da outra parte. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, associação, fusão, cisão, incorporação ou outra forma de associação societária que conflite com o contrato. Homologação do plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial se a compradora não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/09/2012	36.000.000.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	Hum ano (360 dias)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de óleo diesel com a finalidade exclusiva de abastecimento do mercado nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de Sigilo e Confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato. Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior.						
Natureza e razão para a operação							
Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	04/01/2011	3.500.000.000,00	R\$ 0,00	Não Aplicável	24 meses - 720 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Estabelecimento das condições bilaterais que regularão o fornecimento mútuo de óleo diesel, gasolina, óleo combustível para turbina elétrica e querosene de aviação da REFAP para a Petrobras e vice-versa.						
Garantia e seguros	Pacto de sigilo e confidencialidade entre as Partes pelo período de 5 anos após o término do contrato.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	01/09/2010	1.683.275.762,67	R\$ 1.473.624.605,40	Não aplicável	10/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Locação de Equipamentos – Complexo Barracuda						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A PETROBRAS poderá rescindir o contrato nos seguintes casos: Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; Paralisação da locação sem justa causa e prévia comunicação a PETROBRAS; Cessão ou subcontratação total ou parcial do seu objeto sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS, bem como a associação, fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA sem prévia comunicação à PETROBRAS; A decretação de falência, a dissolução, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que a juízo da PETROBRAS, prejudique a execução da locação; Suspensão da locação por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da CONTRATADA; A CONTRATADA poderá rescindir o contrato em caso de suspensão de sua execução, por ordem escrita da PETROBRAS por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.						
Natureza e razão para a operação							
AGRI DEVELOPMENT BV	09/03/2006	6.055.041.600,00	R\$ 5.958.731.064,00	Não aplicável	09/03/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade semi-submersível P 50, a fim de ser utilizada na produção de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Rescisão, por parte da PETROBRAS, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial pela AGRI sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS. Associação, fusão, cisão ou incorporação da AGRI sem prévia comunicação; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da AGRI de forma que prejudique a execução do afretamento. Suspensão do afretamento por período superior a 30 dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da AGRI, ficando a AGRI obrigada a pagar a PETROBRAS pelo que esta despende além do valor contratual ou por perdas e danos sofridos em consequência da rescisão. Rescisão, por parte da AGRI, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 dias mediante prazo de 15 dias para satisfação da obrigação inadimplida. Se a PETROBRAS ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da PETROBRAS ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da PETROBRAS, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a PETROBRAS possa a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ENERGÉTICA SUAPE II S.A.	30/12/2011	22.980.559.140,00	R\$ 19.916.484.588,00	Não Aplicável	Vigência total do contrato: 180 meses – 540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	Trata-se de CPCVM – Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos onde a BR se compromete a vender, com exclusividade, óleo combustível necessário à geração de energia (Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1).						
Garantia e seguros	Cessão de integralidade da parcela variável mensal decorrente dos contratos CCEAR celebrados com as Distribuidoras de Energia Elétrica, nos termos do Contrato de cessão de Recebíveis e Constituição de Garantia de Fiel Cumprimento celebrado entre as partes (Cláusula Nona - Das Garantias, itens 9.1 e 9.2).						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito por seguintes motivos: inadimplimento, liquidação judicial ou extrajudicial ou pedido de proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência (Cláusula Quarta – Da Rescisão, itens 4.1 e 4.2).						
Natureza e razão para a operação							
BRENTECH ENERGIA S/A	11/12/2008	10.917.218.520,00	R\$ 7.278.145.680,00	Não Aplicável	180 meses – 540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO						
Objeto contrato	Fornecimento de óleo diesel para geração de energia.						
Garantia e seguros	Contrato De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças – CCFDC celebrado com o BNDES e com uma instituição financeira.						
Rescisão ou extinção	Inadimplimento por prazo superior a 10 dias, após envio de notificação de intenção de rescisão; Liquidação judicial ou extrajudicial, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, legítimo protesto de título de emissão ou co-obrigação de qualquer das partes em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes.						
Natureza e razão para a operação							
BREITENER JARAQUI S.A.	22/12/2005	3.363.602.723,20	R\$ 1.971.767.113,60	Não Aplicável	232 meses (17/01/2006 a 01/04/2025) – 6.960 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	Fornecimento de óleo combustível para geração de energia.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Inadimplemento por prazo superior a 10 dias, após envio de notificação de intenção de rescisão; Liquidação judicial ou extrajudicial, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, legítimo protesto de título de emissão ou co-obrigação de qualquer das partes.							
Natureza e razão para a operação							
BREITENER TAMBAQUI S.A.	22/12/2005	3.363.602.723,20	R\$ 1.971.767.113,60	Não Aplicável	232 meses (12/01/2006 a 01/04/2025) – 6.960 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
Fornecimento de óleo combustível para geração de energia.							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
Inadimplemento por prazo superior a 10 dias, após envio de notificação de intenção de rescisão; Liquidação judicial ou extrajudicial, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, legítimo protesto de título de emissão ou co-obrigação de qualquer das partes.							
Natureza e razão para a operação							
TRANSPETRO	31/01/2012	1.277.809.778,00	R\$ 0,00	Não aplicável	330 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
O presente CONTRATO tem por objeto o afretamento por período, pela PETROBRAS, dos navios da TRANSPETRO.							
Garantia e seguros							
2.1.6. Permitir que a PETROBRAS se beneficie das coberturas do Clube P&I da TRANSPETRO no limite permitido pelas regras daquele Clube. A TRANSPETRO declara que o navio, no presente momento, faz parte do Clube descrito no Anexo 2 e permanecerá associado àquele Clube ou a outro Clube reconhecido, durante todo o período de vigência do CONTRATO. 13.13. A TRANSPETRO deverá providenciar para que as coberturas de seu Clube de P&I compensem quaisquer danos à carga ou mesmo a sua falta, provada a responsabilidade do navio na falta e/ou avaria.							
Rescisão ou extinção							
14.1. A PETROBRAS poderá excluir o navio do presente CONTRATO caso a TRANSPETRO falhe em manter ou retornar esse mesmo navio à condição original descrita na Cláusula Segunda, decorridos 30 dias após notificação por escrito por parte da PETROBRAS. 14.1.1. Nessa hipótese, o CONTRATO permanecerá vigente com relação aos demais navios, e seu valor será reduzido no tanto correspondente ao preço de afretamento do navio excluído. 14.2. A PETROBRAS poderá rescindir o presente CONTRATO, sem que assista à TRANSPETRO qualquer direito de indenização, nos seguintes casos: 14.2.1. Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais; 14.2.2. Cessão total ou parcial do seu objeto, sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS. 14.3. A TRANSPETRO poderá rescindir o CONTRATO, caso ocorra atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela PETROBRAS, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/07/2010	52.300.000.000,00	R\$ 0,00	Não Aplicável	Dois anos (720 dias), prorrogado por um período de dois meses (60 dias).	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de óleo diesel com a finalidade exclusiva de abastecimento do mercado nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de Sigilo e Confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato. Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/07/2012	16.000.000.000,00	R\$ 4.440.000.000,00	Não aplicável	24 meses (01/07/2012 a 30/06/2014) - 720 dias Obs: Em 2013 foi celebrado aditivo prorrogando a vigência.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE QUEROSENE DE AVIAÇÃO ENTRE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – E PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A (Contrato 400.2.006/12-1)						
Garantia e seguros	O contrato possui cláusula de confidencialidade						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados								
Rescisão ou extinção	CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESILIÇÃO	17.1. Caso a COMPRADORA, por três meses consecutivos, ou na média de três meses consecutivos, não esteja comercializando, pela via deste Contrato, um volume mínimo mensal de 5.000 m ³ (cinco mil metros cúbicos) de produtos, a PETROBRAS poderá notificar a outra PARTE, por escrito, sua decisão de resilir o Contrato, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem penalidades para nenhuma das PARTES.	CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO	18.1. Qualquer das PARTES poderá rescindir o CONTRATO, mediante notificação por escrito com 10 (dez) dias de antecedência, sem que caiba à outra PARTE direito de indenização, nas seguintes hipóteses:	18.1.1. Inadimplemento de qualquer das cláusulas do CONTRATO;	18.1.2. Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no CONTRATO sem a prévia e expressa anuência da outra PARTE;	18.1.3. Cessão ou dação em garantia dos créditos oriundos do CONTRATO, total ou parcial, sem a prévia e expressa anuência da outra PARTE;	18.1.4. Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do CONTRATO;	18.1.5. Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das PARTES, para o exercício de suas atividades;	18.1.6. Dissolução de qualquer das PARTES;	18.2. A PETROBRAS poderá rescindir o CONTRATO, mediante notificação por escrito, sem que caiba à COMPRADORA direito de indenização, nas seguintes hipóteses:	18.2.1. Decretação de falência da COMPRADORA;	18.2.2. Homologação do plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial, se a COMPRADORA não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.	18.3. Se uma das PARTES não exercer a faculdade de rescindir o Contrato, por infringência contratual da outra PARTE, nos termos do item 18.1 do Contrato, poderá a PARTE inocente, a seu exclusivo critério, suspender a execução dele até que seja(m) cumprida(s), pela PARTE infratora, a(s) Cláusula(s) contratual(ais) infringida(s).	18.4. Rescindido o Contrato, responderá a PARTE infratora pela infração ou execução inadequada, reparando a PARTE inocente das perdas e danos, excluídos os danos indiretos e os lucros cessantes, que tenha dado causa, até a data da rescisão.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA	24/03/2006	3.060.168.277,60	R\$ 1.855.057.761,20	Não Aplicável	226 meses (01/08/2006 a 20/05/2025) – 6.780 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO							
Objeto contrato							
Fornecimento de óleo combustível para geração de energia.							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
Inadimplemento por prazo superior a 10 dias, após envio de notificação de intenção de rescisão; Liquidação judicial ou extrajudicial, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, legítimo protesto de título de emissão ou co-obrigação de qualquer das partes.							
Natureza e razão para a operação							
Banco do Brasil S.A.	30/10/2013	400.000.000,00	R\$ 400.724.372,19	Não Aplicável	15/07/2023	SIM	3,000000
Relação com o emissor							
Credor Financeiro							
Objeto contrato							
Financiamento							
Garantia e seguros							
Não Aplicável							
Rescisão ou extinção							
<p>O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sete dias úteis após a Petrobras sofrer protesto cambiário em valor superior ao equivalente a USD 100.000.000,00(cem milhões de dólares), tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo, a Petrobras encerrar suas atividades. - Se durante a vigência do contrato, for transferido o controle do capital da Petrobras ou modificado seu estatuto sem sua notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações na referida operação. - Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no instrumento de crédito, o que a sujeitará, a partir do dia seguinte fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, à multa de 50% incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada, a partir das datas em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito. <p>- Ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME.</p>							
Natureza e razão para a operação							
Nota de Crédito Industrial, recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial-FINAME ou do BNDES. Taxa de Juros Cobrada (%): 3,0% a.a.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Petrobras Distribuidora	01/09/2012	22.000.000.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	Hum ano (360 dias)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de gasolina com a finalidade exclusiva de abastecimento do mercado nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de sigilo e confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato. Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior.						
Natureza e razão para a operação							
Petrobras Distribuidora	01/07/2010	19.000.000.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável	Dois anos (720 dias), prorrogado por um período de dois meses (60 dias).	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de gasolina com a finalidade exclusiva de abastecimento do mercado nacional.						
Garantia e seguros	Pacto de sigilo e confidencialidade entre as Partes pelo período de 20 anos						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato. Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, aos instrumentos e às formas de pagamento estabelecidas e disponibilizadas pela Petrobras. Revogação ou cancelamento da autorização para exercício da atividade. Falência, dissolução ou alteração social. Força Maior.						
Natureza e razão para a operação							
PETROBRAS NETHERLANDS BV	09/04/2012	1.398.533.400,00	R\$ 1.697.213.700,00	Não aplicável	04/07/2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Afretamento, pela Petrobras, da Unidade de perfuração auto elevatória PETROBRAS 59, a fim de ser utilizada na produção e processamento primário de poços de petróleo e/ou gás, na plataforma continental brasileira ou em águas internacionais.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>Rescisão, por parte da Petrobras, caso haja cessão de direitos ou do contrato ou subcontratação total ou parcial do seu objeto pela PNBV sem a prévia e expressa anuência da PETROBRAS.</p> <p>Associação, fusão, cisão ou incorporação da PNBV sem prévia comunicação à Petrobras; decretação da falência, pedido de recuperação judicial ou extra-judicial; dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da PNBV de forma que prejudique a execução do afretamento.</p> <p>Suspensão do afretamento por um período superior a 30 (trinta) dias por determinação de autoridades competentes, motivada por ação ou omissão da PNBV.</p> <p>Rescisão, por parte da PNBV, caso a PETROBRAS não cumpra com as obrigações oriundas do contrato por prazo superior a 30 (trinta) dias mediante o envio de notificação que conceda prazo de 15 (quinze) dias corridos para a satisfação da obrigação inadimplida.</p> <p>Se a Petrobras ou a União iniciar ou admitir o início de qualquer processo de execução concursal, processo de insolvência ou liquidação de qualquer natureza ou qualquer processo semelhante envolvendo a reorganização das dívidas da Petrobras ou nomear ou admitir a nomeação, em caráter final, de qualquer síndico, administrador ou equivalente agindo em benefício de credores ou qualquer autoridade governamental, para assumir a totalidade ou parcela substancial dos negócios e ativos da Petrobras, ou, ainda, tomar qualquer medida visando o não pagamento pontual de qualquer obrigação, exceto que a Petrobras poderá a qualquer tempo renegociar os termos, inclusive prazo, de obrigações, na medida em que tal renegociação não possa configurar convocação geral de credores.</p>						
Natureza e razão para a operação							
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	30/07/2009	9.889.997.969,99	R\$ 11.993.595.771,11	Não aplicável	15/03/2029	SIM	7,428137
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato		Financiamento do Plano de Investimentos da Petrobras					
Garantia e seguros		A Petrobras aceita o contrato na qualidade de fiadora e principal pagadora e responsabiliza-se até final liquidação do contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela TAG.					
Rescisão ou extinção		<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inadimplemento de qualquer obrigação da Petrobras - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas. - redução do quadro de pessoal da Petrobras sem oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão. - a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Petrobras, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. - a inclusão e acordo societário, estatuto ou contrato social da Petrobras, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: restrições à capacidade de crescimento da Petrobras ou ao seu desenvolvimento tecnológico; restrições de acesso da Petrobras a novos mercados; restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação. - promover quaisquer inversões ou investimentos, realizar obra ou executar qualquer intervenção no meio ambiente, em projetos financiados com recursos do contrato, sem a prévia obtenção da correspondente Licença de Instalação, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente. - iniciar a operação de quaisquer dos projetos financiados com recursos previstos no contrato sem a prévia obtenção da correspondente Licença de Operação, oficialmente publicada e expedida pelo órgão competente. - na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos para o índice dívida líquida em R\$/EBITDA, a Petrobras deverá constituir no prazo de 30 dias, contados da data da comunicação do BNDES, garantias pessoais e reais aceitas pelo BNDES, caso contrário, este poderá declarar vencimento antecipado. Os garantidores pessoais deverão assumir a qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações do contrato e as garantias reais deverão ser em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. - aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversa da prevista. - diplomação como deputado(a) federal ou senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. 					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 7,428137 a.a. + variação do dólar. A presente operação, no âmbito do Programa Especial de Apoio ao Setor de Petróleo e Gás do BNDES, destina-se ao financiamento do Plano de Investimentos da Petrobras, compreendendo investimentos no segundo semestre do exercício de 2008 e nos exercícios de 2009 e 2010, em projetos enquadrados no Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, dentre os quais empreendimentos para transporte, estocagem, liquefação e regaseificação de gás natural.						
BNDES	06/12/2007	2.489.500.000,00	R\$ 2.320.445.973,61	Não aplicável	15/06/2022	SIM	1,960000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento.						
Garantia e seguros	A Petrobras responsabiliza-se até final liquidação do contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela TAG. A fiadora compromete-se, na hipótese de inadimplemento por parte da TAG, a honrar as obrigações pecuniárias por esta assumidas, dentro do prazo de 20 dias úteis, contado a partir da comunicação feita por escrito pelo BNDES, informando sobre o inadimplemento. O pagamento deverá ser feito sem nenhuma dedução. Obriga-se, ainda, a fiadora a indenizar o BNDES de todas as despesas em que este venha a incorrer.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
	<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inadimplemento de qualquer obrigação da TAG - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a TAG pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da TAG sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a TAG, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas. - redução do quadro de pessoal da TAG sem oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão. - a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela TAG que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente - a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da TAG, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação - o não cumprimento das obrigações da TAG e da fiadora - início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou insolvência, liquidação ou dissolução da TAG - extinção e/ou revogação de qualquer autorização governamental do Projeto emitida pela ANP ou pelo órgão ambiental competente, desde que a renovação ou expedição de nova autorização governamental não seja obtida em até 60 dias de sua extinção e/ou revogação - a não realização da liquidação parcial antecipada deste contrato -a ocorrência de um inadimplemento das obrigações estabelecidas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro de no máximo 20 dias sem prejuízo da incidência, durante este período de todos os encargos moratórios previstos no contrato. - declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 09.2.1496.1 celebrado em 26/02/2010 entre o BNDES e a Transportadora Urucu Manaus S/A incorporada pela TAG. - aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversa da prevista. - diplomação como deputado(a) federal ou senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. 						
Natureza e razão para a operação	<p>1,96% a.a acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central. O crédito é destinado ao desenvolvimento e construção pela TAG de um gasoduto de transporte de gás natural, bem como ramais de distribuição, além de outros ativos a ele relacionados e de um duto de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) e ativos a ele relacionados.</p>						
BNDES	26/02/2010	691.702.000,00	R\$ 533.155.765,61	Não aplicável	15/06/2022	SIM	1,760000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	A Petrobras aceita o contrato na qualidade de fiadora e principal pagadora e responsabiliza-se até final liquidação do contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela TAG. A fiadora compromete-se, na hipótese de inadimplemento por parte da TAG, a honrar as obrigações pecuniárias por esta assumidas, dentro do prazo de 20 dias úteis, contado a partir da comunicação feita por escrito pelo BNDES, informando sobre o inadimplemento. O pagamento deverá ser feito sem nenhuma dedução.						
Rescisão ou extinção	O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> - inadimplemento de qualquer obrigação da TAG - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a TAG pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da TAG sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a TAG, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas. - redução do quadro de pessoal da TAG sem oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão. - a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela TAG que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente - a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da TAG, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação - o não cumprimento das obrigações da TAG e da fiadora - início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou insolvência, liquidação ou dissolução da TAG - extinção e/ou revogação de qualquer autorização governamental do Projeto emitida pela ANP ou pelo órgão ambiental competente, desde que a renovação ou expedição de nova autorização governamental não seja obtida em até 60 dias de sua extinção e/ou revogação - a não realização da liquidação parcial antecipada deste contrato - a ocorrência de um inadimplemento das obrigações estabelecidas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro de no máximo 20 dias sem prejuízo da incidência, durante este período de todos os encargos moratórios previstos no contrato. - declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 09.2.1496.1 celebrado em 26/02/2010 entre o BNDES e a Transportadora Urucu Manaus S/A incorporada pela TAG. - aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversa da prevista. - diplomação como deputado(a) federal ou senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. 						
Natureza e razão para a operação	1,76% a.a acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central. O crédito é destinado à suplementação de recursos para o desenvolvimento e construção pela TAG de um gasoduto de transporte de gás natural, bem como ramais de distribuição, além de outros ativos a ele relacionados e de um duto de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) e ativos a ele relacionados.						
Banco do Brasil S.A.	22/09/2009	8.230.000.000,00	R\$ 249.948.034,60	Não Aplicável	16/11/2016	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida nas seguintes hipóteses: - Sete dias úteis após a Petrobras sofrer protesto cambial em valor superior ao equivalente a USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo, a Petrobras encerrar suas atividades. - Se durante a vigência do contrato, for transferido o controle do capital da Petrobras sem sua notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações na referida operação.						
Natureza e razão para a operação	Notas de Crédito à Exportação. Taxa de Juros Cobrada (%): 109,0% a 114,0% da média do CDI						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	10/07/2012	7.876.993.074,53	R\$ 7.955.282.405,22	Não Aplicável	15/07/2036	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
		<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inadimplemento de qualquer obrigação financeira por mais de 30 dias e de qualquer obrigação não-financeira por mais de 60 dias, após notificação do BNDES, exceto a obrigação de manter o índice dívida líquida em R\$ / Ebitda menor ou igual a 5,5 em que o prazo é de 120 dias. - Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras pertença. - O controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - Ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES - Verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas - Redução do quadro de pessoal da Petrobras sem oferecer programa de treinamento e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas - Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela PETROBRAS, que importem em trabalho infantil, escravo ou crime contra o meio ambiente. - A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Petrobras, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: <ul style="list-style-type: none"> a) restrições à capacidade de crescimento da Petrobras ou ao seu desenvolvimento tecnológico b) restrições de acesso da Petrobras a novos mercados c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação - Aplicação do recurso em finalidade diversa da prevista no contrato - Diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas no artigo 54, I e II da Constituição Federal. 					
Natureza e razão para a operação		<p>Taxa de Juros Cobradas: taxas fixas de 2,5% a.a. a 5,5% a.a. e taxas flutuantes TJLP + 1,36% a.a. a TJLP + 3,26% a.a. e SELIC+1,76% a.a..</p> <ul style="list-style-type: none"> - O crédito é destinado à construção de um Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito(GNL) - Implantação de unidade industrial para produção de fertilizantes nitrogenados (UFN-III) - Investimentos sociais - Implantação, ampliação e modernização de ativos fixos - Aquisição de máquinas e equipamento novos - Estudos e projetos de engenharia relacionados à implantação e ampliação de ativos fixos - Implantação de projetos de Qualidade 					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	21/07/2011	833.303.491,48	R\$ 867.252.758,51	Não Aplicável	17/10/2022	SIM	3,260000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	<p>O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inadimplemento de qualquer obrigação - Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras pertença. - O controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - Ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES - Verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas - Redução do quadro de pessoal da Petrobras sem oferecer programa de treinamento e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas - Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela PETROBRAS, que importem em trabalho infantil, escravo ou crime contra o meio ambiente. - Na hipótese de não atendimento ao estipulado no contrato para o índice dívida líquida/EBITDA, a Petrobras deverá constituir garantias reais, caso não constitua será considerado o vencimento antecipado. - Aplicação do recurso em finalidade diversa da prevista no contrato - Diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerça função remunerada na Petrobras, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas no artigo 54, I e II da Constituição Federal. 						
Natureza e razão para a operação	<p>Implantação da unidade de hidrotreatamento de correntes de diesel (UHDT-II) e uma unidade de geração de hidrogênio (UGH-II) na Refinaria Alberto Pasqualini.</p> <p>Taxa de Juros: TJLP+1,76% a TJLP+3,26% a.a e Encargos da Cesta de moedas do BNDES +2,26%a.a</p>						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	15/02/1998	430.000.000,00	R\$ 103.316.378,17	Não Aplicável	16/02/2015	SIM	2,500000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Emissão de Debêntures						
Garantia e seguros	As debêntures são garantidas por ações ordinárias da TBG.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	De acordo com as DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, o banco poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida nas seguintes hipóteses: - inadimplemento de qualquer obrigação da Petrobras - inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Petrobras pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da Petrobras sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. - verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Petrobras, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.						
Natureza e razão para a operação	Emissão de 43.000 títulos com valor nominal de R\$10,00 para financiar a aquisição antecipada do direito de transportar no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás pelo prazo de 40 anos (TCO – Transportation Capacity Option). Taxa de Juros Cobrada (%): TJLP + 2,5%a.a.						
Caixa Econômica Federal S.A.	24/06/2010	2.000.000.000,00	R\$ 2.001.647.307,64	Não Aplicável	28/06/2017	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	- protesto cambiário, em valor superior ao equivalente, em reais, na data do protesto, a 25% do presente título, desde que tal protesto não seja sustado, cancelado ou pago em até 30 dias e desde que os efeitos decorrentes de tal protesto causem um efeito adverso relevante nos nossos negócios que seja apto a impedir nossa capacidade de cumprir as obrigações de pagamento assumidas nesta nota de crédito à exportação - falência, recuperação judicial ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo a Petrobras encerrar suas atividades. - ser transferido o controle do capital da Petrobras, sem notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações nesta operação - prestar à CEF, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, informações incompletas ou alteradas, desde que relevantes para os fins deste crédito, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza, e desde que tais informações não sejam corrigidas em até 30 dias após o recebimento de aviso escrito da CEF neste sentido.						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Notas de Crédito à Exportação Taxa de Juros Cobrada (%): 112,90% do CDI						
Caixa Econômica Federal S.A.	22/12/2008	3.605.934.000,00	R\$ 3.649.696.737,78	Não Aplicável	17/11/2016	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Infringência de qualquer obrigação contratual; Verificação de atividades da Petrobras que gerem danos ambientais, utilizem mão de obra análoga ao trabalho escravo, trabalho infantil de forma não regulamentada, explorem a prostituição ou exerçam atividades ilegais; Falsidade de qualquer declaração da Petrobras; Transferência ou cessão a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato sem prévio consentimento da Caixa; Ingresso da Petrobras em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou tiver declarado falência; Existência de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários, vencidos e não pagos, exceto aqueles discutidos judicialmente.						
Natureza e razão para a operação	Emissão de Notas de Crédito à Exportação. Taxa de juros 110% CDI.						
Banco do Brasil S.A.	28/09/2012	2.030.600.000,00	R\$ 2.357.831.819,44	Não Aplicável	28/09/18	SIM	1,990000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Garantia corporativa da Petrobras						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Atos praticados pelo devedor que implicam em vencimento antecipado do contrato estão relacionados com a violação de obrigações contratuais conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A PGTBV deve pré-pagar o montante principal em conjunto com os juros acumulados no evento que: (a) a PGTBV ou a PETROBRAS não paguem qualquer dívida cujo montante principal perfaça quantia de um por cento dos ativos consolidados da PETROBRAS (b) qualquer modificação na lei que tenha o efeito de restringir ou impedir que estas empresas cumpram com suas respectivas obrigações. - A PGTBV não efetuar o pagamento no vencimento de qualquer valor de (i) principal devido, relativo ao adiantamento, dentro de 3 (três) dias após a notificação enviada pelo Lender para a PGTBV ou para a Petrobras; ou (ii) de juros, ou de qualquer outro valor devido pela PGTBV dentro de 30 (trinta) dias após a notificação enviada para a PGTBV ou para a Petrobras; na medida em que qualquer falha da PGTBV de acordo com esta cláusula não constituirá um evento de inadimplemento para os efeitos desta operação, caso a Petrobras tiver cumprido todas as suas obrigações de acordo com a Garantia Corporativa. - Qualquer declaração, garantia, certificação ou qualquer modificação ou complementação, feitas pela PGTBV provem ser falsas em qualquer aspecto materialmente relevante aos interesses do BANCO DO BRASIL, quando prestadas ou fornecidas, e as circunstâncias que deram origem à falsa representação, garantia ou certificação não forem remediadas dentro de 60 (sessenta) dias da notificação por escrito recebida pela PGTBV. - A PGTBV se torne inadimplente na observância e no cumprimento de qualquer de suas obrigações contidas nesta operação, com exceção das obrigações financeiras listadas acima, e esse inadimplemento continue não remediado por 60 (sessenta) dias após a recepção, pela PGTBV, de notificação escrita do BANCO DO BRASIL ou a PETROBRAS se torne inadimplente no cumprimento de qualquer de suas obrigações oriundas da Garantia Corporativa e este inadimplemento continue sem ser remediado por um período de 30 (trinta) dias após a PETROBRAS ter recebido uma notificação por escrito do BANCO DO BRASIL. - A Petrobras deixar de ser detentora, direta ou indiretamente, de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da PGTBV e que tal alteração na estrutura societária provavelmente cause um efeito adverso relevante. - A PGTBV e a Petrobras admitirem, por escrito, sua incapacidade de pagar suas dívidas no vencimento, sujeito aos períodos de cura que lhes forem aplicáveis; a PGTBV ou a Petrobras consentirem com a indicação de um custodiante, um "trustee", um "intervenor" ou "receiver" de substancial parte de seus bens; procedimentos de falência, moratória, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação (ou procedimentos similares) forem instituídos. 						
Natureza e razão para a operação	<p>Financiamento de operações comerciais. Taxa de Juros Cobrada (%): Libor + 1,99,% a.a.</p>						
Banco do Brasil S.A.	11/02/2010	600.000.000,00	R\$ 620.416.765,69	Não Aplicável	06/02/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida resultante da referida operação, mediante prévia notificação, qdo ocorrer ao devedor quaisquer das situações a seguir: A) trinta dias após sofrer protesto cambiário em valor superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00; falência ou insolvência civil requerida, encerramento de atividades; B) transferência de controle de capital ou modificação de estatuto sem notificação expressa e todos o atos praticados que importarem violação das obrigações na operação.						
Natureza e razão para a operação	Notas de Crédito à Exportação. Taxa de Juros Cobrada (%): 109,4% a 109,5% da média do CDI						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	31/08/2006	1.364.959.403,05	R\$ 477.098.344,54	Não Aplicável	17/09/2018	SIM	3,460000
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Emissão de Debêntures						
Garantia e seguros	Garantia Flutuante: assegurando às debêntures privilégio geral sobre o ativo da sociedade; Conta Reserva.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
<p>O BNDES ou o BNDESPAR poderão declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures das emissões pertinentes e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, da dívida relativa ao saldo devedor das debêntures acrescida dos juros e demais encargos na ocorrência dos seguintes eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - protesto reiterado de títulos contra a EMISSORA do qual resulte riscos à solvabilidade da empresa; - pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da EMISSORA; - liquidação, dissolução ou decretação de falência da EMISSORA; - não haver sido sanado no prazo de 30 dias contados a partir de aviso escrito enviado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, qualquer descumprimento de obrigação prevista; - vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplemento contratual cujo montante possa de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas ; - a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da EMISSORA sem a prévia e expressa autorização do BNDES e/ou da BNDESPAR; - a inclusão em acordo societário ou estatuto da EMISSORA, bem como em acordo societário, estatuto ou contrato social das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido “quorum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores ou ainda a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em : restrições à capacidade de crescimento da EMISSORA ou ao seu desenvolvimento tecnológico; restrições de acesso da emissora a novos mercados ou; restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação. - a redução do quadro de pessoal da EMISSORA sem atendimento à disposições contratuais; - as declarações realizadas na Escritura de Emissão de Debêntures sejam falsas, enganosas ou ainda de forma relevante, incorretas ou incompletas; - ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da EMISSORA sem prévia e expressa anuência do BNDES e/ou da BNDESPAR; - descumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação assumida no Contrato de Vinculação e Cessão de Receita, Administração de Contas e outras avenças; - descumprimento de qualquer disposição relacionada à constituição, manutenção, movimentação da conta reserva e da conta centralizadora, ou à manutenção ou recomposição do seu saldo, na forma e prazos previstos no Contrato de Vinculação e Cessão de Receita, Administração de Contas e outras avenças; - mudança do objeto social da EMISSORA, salvo com prévia e expressa aprovação do BNDES e/ou BNDESPAR; - diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na EMISSORA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54 incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento, desde que o pagamento ocorra no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento; - inadimplemento de qualquer obrigação da EMISSORA, inclusive inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e/ou BNDESPAR por parte da EMISSORA ou entidade integrante do Grupo Econômico a que pertença; - o controle efetivo, direto ou indireto, da EMISSORA sofrer modificação após a subscrição das debêntures, sem prévia e expressa autorização do BNDES e/ou da BNDESPAR; - ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES e/ou BNDESPAR a critério destes. 							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Modernização e ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini. Taxa variável de TJLP + 3,46% a TJLP + 3,8% e Encargos da Cesta de Moedas do BNDES + 1,96% a Encargos da Cesta de Moedas do BNDES + 2,30%.							
PDET OFFSHORE S.A	02/03/2005	3.110.480.000,00	R\$ 1.098.477.014,83	100%	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
SPE com atividades operacionais controladas pelo emissor (Sociedades de Propósito Específico)							
Objeto contrato							
Aluguel de Equipamentos							
Garantia e seguros							
A Petrobras contratualmente tem a obrigação de manter seguro para todos equipamentos relativos ao escopo do contrato de aluguel.							
Rescisão ou extinção							
Não cumprimento de uma das cláusulas do contrato de aluguel							
Natureza e razão para a operação							
BNDES	12/07/2011	1.011.039.779,36	R\$ 845.164.801,44	Não aplicável	15/07/2023	SIM	2,760000
Relação com o emissor							
Credor Financeiro							
Objeto contrato							
Financiamento							
Garantia e seguros							
Não aplicável							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Credor Financeiro						
Objeto contrato	Financiamento						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	<p>O Banco do Brasil poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sete dias úteis após a Petrobras sofrer protesto cambial em valor superior ao equivalente a USD 100.000.000,00(cem milhões de dólares), tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo, a Petrobras encerrar suas atividades. - Se durante a vigência do contrato, for transferido o controle do capital da Petrobras ou modificado seu estatuto sem sua notificação expressa, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela Petrobras que importarem violação das obrigações na referida operação. - Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no instrumento de crédito, o que a sujeitará, a partir do dia seguinte fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, à multa de 50% incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada, a partir das datas em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito. <p>- Ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME.</p>						
Natureza e razão para a operação	<p>Nota de Crédito Industrial, recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial-FINAME ou do BNDES. Taxa de Juros Cobrada (%): 2,5 % a.a.</p>						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no item 16.1, a Petrobras realiza transações comerciais e financeiras com partes relacionadas em condições normais de mercado e legislação aplicável.

As operações celebradas entre a Companhia e partes relacionadas estão amparadas por políticas previstas em Lei, Código de Conduta Concorrencial da Petrobras, Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e Código de Boas Práticas que estabelecem formas de lidar com conflitos de interesses e políticas de como contratar com subsidiárias, controladas e coligadas, conforme descrito abaixo:

1. LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS (LEI 6.404/76 – ARTIGO 245)

Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras
Administradores

Art. 245. “Os administradores não podem, em prejuízo da companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

2 – CÓDIGO DE CONDUTA CONCORRENCIAL

“VIII. Relações com Subsidiárias, Controladas e Coligadas

A Companhia não conferirá privilégios indevidos às suas subsidiárias, controladas e coligadas, quanto a preços, descontos ou outras vantagens não justificáveis com base nas disposições da legislação antitruste, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.”

3 - DIRETRIZES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA PETROBRAS

“1. Conselho de Administração

1.2. Princípios

Além das atribuições exigidas por Lei, descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno, o Conselho tem como princípios:

- monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre acionistas, membros do Conselho e gestores;”

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**4 - CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS**

“Capítulo III

Política de Conduta dos Administradores e Funcionários Integrantes da Administração Superior da Petrobras.

Artigo 18 - Todos os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras têm para com a mesma o dever de lealdade e devem em consequência, conduzir-se de forma a evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam de alguma forma, caracterizar um conflito de interesses e afetar os seus negócios e operações;

Artigo 21 – Os administradores e funcionários integrantes da Administração Superior da Petrobras devem servir com lealdade e exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins no interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa”.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
02/04/2014	205.431.960.490,52	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Subscrito				
02/04/2014	205.431.960.490,52	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/04/2014	205.431.960.490,52	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2013	205.410.905.230,50	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2013	205.410.905.230,50	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2013	205.410.905.230,50	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Emitido				
19/03/2012	205.392.136.722,39	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Subscrito				
19/03/2012	205.392.136.722,39	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/03/2012	205.392.136.722,39	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Tipo de capital	Capital Emitido				
28/04/2011	205.379.728.979,46	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930

Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/04/2011	205.379.728.979,46	Não aplicável	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/04/2008	Assembleia Geral Extraordinária	04/04/2008	26.322.230.220,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/04/2010	Assembleia Geral Extraordinária	22/04/2010	6.141.853.718,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	------------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

23/09/2010	Conselho de Administração	29/09/2010	115.052.319.090,80	Subscrição pública	2.293.907.960	1.788.515.136	4.082.423.096	135,18000000	29,65	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	--------------------	--------------------	---------------	---------------	---------------	--------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

O preço de emissão de R\$29,65 por Ação Ordinária e o preço de emissão de R\$26,30 por Ação Preferencial foram determinados após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, e em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, o qual foi realizado por instituições financeiras intermediárias contratadas pela Companhia para auxiliá-la na implementação da Oferta Global, e teve como parâmetro (a) a cotação das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, (b) a cotação dos ADS na New York Stock Exchange, e (c) as indicações de interesse, em função da qualidade a demanda (volume e preço), coletadas junto a investidores institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding.

Forma de integralização

A integralização das Ações da Oferta Prioritária resultantes do atendimento do Pedido de Reserva de Oferta Prioritária foi realizada: (i) em moeda corrente nacional, ou (ii) com entrega de LFT pelo Acionista, conforme abaixo indicado.
Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 12 de agosto de 2010, somente as seguintes Séries de LFT puderam ser utilizadas para a integralização das Ações na Oferta Prioritária: vencimento em 7 de setembro de 2014, 7 de março de 2015, 7 de setembro de 2015 e 7 de setembro de 2016.

01/10/2010	Conselho de Administração	01/10/2010	5.196.239.679,50	Subscrição pública	75.198.838	112.798.256	187.997.094	2,53000000	29,65	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	------------------	--------------------	------------	-------------	-------------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

O preço de emissão de R\$29,65 por Ação Ordinária e o preço de emissão de R\$26,30 por Ação Preferencial foram determinados após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, e em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, o qual foi realizado por instituições financeiras intermediárias contratadas pela Companhia para auxiliá-la na implementação da Oferta Global, e teve como parâmetro (a) a cotação das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, (b) a cotação dos ADS na New York Stock Exchange, e (c) as indicações de interesse, em função da qualidade a demanda (volume e preço), coletadas junto a investidores institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding.

Forma de integralização

A integralização das Ações resultantes do Lote Suplementar foi realizada em moeda corrente nacional.

28/04/2011	Assembleia Geral Extraordinária	28/04/2011	22.625.831,16	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/03/2012	Assembleia Geral Extraordinária	19/03/2012	12.407.742,93	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2013	Assembleia Geral Extraordinária	29/04/2013	18.768.508,11	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

02/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2014	21.055.260,02	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum desdobramento, grupamento e/ou bonificação.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital no período.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Todas as classes de ações da Petrobras, ordinárias e preferenciais, têm direito a dividendos.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos não assegurados por lei só podem ser alterados por Assembleia Geral dos Acionistas.
Outras características relevantes	Os acionistas da Petrobras têm direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Todas as classes de ações da Petrobras, ordinárias e preferenciais, têm direito a dividendos. As ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior. As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital, no mínimo, de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos não assegurados por lei só podem ser alterados por Assembleia Geral dos Acionistas.

18.1 - Direitos das ações

Outras características relevantes

Os acionistas da Petrobras têm direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem na Companhia regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há na Companhia exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	167.652.848	19,59	14,70	R\$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	568.475.884	20,62	15,91	R\$ por Unidade
31/03/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	188.961.092	20,78	14,23	R\$ por Unidade
31/03/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	546.311.897	20,48	16,50	R\$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	169.879.633	17,95	13,55	R\$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	514.503.697	19,16	14,98	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	175.680.861	20,34	15,57	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	534.402.256	21,44	16,78	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	166.228.857	27,75	23,21	R\$ por Unidade
31/03/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	609.282.989	25,60	21,73	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	128.149.466	24,33	18,24	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	495.615.335	23,23	17,64	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	137.542.405	24,35	18,95	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	501.214.295	23,30	18,36	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	145.566.365	23,68	19,04	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	493.992.777	22,80	18,51	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	134.905.514	33,09	25,20	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	133.014.131	26,38	20,75	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	125.906.447	25,39	19,80	R\$ por Unidade
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	659.613.084	29,08	26,18	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	480.600.962	28,74	22,87	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	434.621.911	23,80	18,65	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	449.746.219	23,32	18,21	R\$ por Unidade
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	184.847.614	33,65	29,12	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	PETR-D21
Data de emissão	01/08/2002
Data de vencimento	01/08/2012
Quantidade (Unidades)	750.000
Valor total (Reais)	750.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho da Administração da emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das debêntures que se encontrarem em Tesouraria. Não será permitido o resgate antecipado facultativo da debêntures pela emissora, não obstante o resgate antecipado previsto acima.
Características dos valores mobiliários	Juros: 11% a.a. Crédito Quirografário Agente Fiduciário: Oliveira Trust DTVM Ltda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada. Não obstante o anteriormente disposto, a EMISSORA e os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação poderão modificar as condições de Remuneração e/ou o Prazo de Vencimento das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula X da Escritura.
Outras características relevantes	Não aplicável.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures da Petróleo Brasileiro S.A.
Data de emissão	15/02/1998
Data de vencimento	15/02/2015
Quantidade (Unidades)	43.000
Valor total (Reais)	430.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo BNDES.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate obrigatório, a partir de 15/02/2004, em 23 parcelas consecutivas e semestrais, de valor equivalente a 4,3478% do montante de debêntures subscritas.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários

Condições para Vencimento Antecipado, conforme Escritura de Emissão:
Além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, compreendidas as previstas nas Cláusulas 18.2 e 18.4 a 18.10, o BNDES poderá declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures objeto desta emissão e exigir imediato pagamento da dívida relativa ao saldo devedor das debêntures, acrescida dos juros e demais encargos, na ocorrência de:

- protesto reiterado de títulos contra a emitente, do qual resulte riscos à solvabilidade da empresa;
- não haver sido sanado, no prazo de 30 dias contados a partir do aviso escrito pelo BNDES, qualquer descumprimento de obrigação prevista na Escritura;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da emitente em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa vir a prejudicar o cumprimento das obrigações previstas na Escritura;
- ressalvada determinação legal, a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo da emitente, em percentual superior a 15%, sem prévia autorização do BNDES, excluídas as operações já contratadas, bem como respectivas renovações, aquelas operações que vierem a ser celebradas com o governo, com organismos multilaterais e as de project finance;
- inclusão, em acordo societário ou estatuto da emitente, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o seu controle, ou ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivos que importem em (i) restrições à capacidade de crescimento da emitente ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da emitente a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- falsidade de declaração, a que alude o artigo 1º, parágrafo primeiro, alínea c do Decreto nº 99.476, de 24/08/1990.

Juros: TJLP + 2,5% a.a.

Garantia: Garantia flutuante e garantia real, de 3.000 (três mil) ações ordinárias nominativas emitidas pela TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

Restrições impostas ao emissor em relação à alienação de determinados ativos:
Ressalvada determinação legal, a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo da emitente, em percentual superior a 15%, sem prévia autorização do BNDES, excluídas as operações já contratadas, bem como respectivas renovações, aquelas operações que vierem a ser celebradas com o governo, com organismos multilaterais e as de project finance

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os direitos assegurados não poderão ser alterados.

Outras características relevantes

Não aplicável.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA - PETR14
Data de emissão	20/05/2014
Data de vencimento	20/05/2020
Quantidade (Unidades)	20
Valor total (Reais)	800.000.000,00
Restrição a circulação	Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a partir do 24 ^o (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Resgate Antecipado Facultativo").
Características dos valores mobiliários	Juros: 104,5% do CDI. Crédito Quirografário. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas hipóteses de alteração de prazos, garantias, quorum de aprovação, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de perdão temporário ou renúncia de obrigações no âmbito desta Escritura, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que tais matérias somente poderão ser propostas pela Emissora, conforme cláusula 8 da Escritura.
Outras características relevantes	NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

BM&FBovespa, Bovespa Fix e Soma Fix.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**a. País**

Estados Unidos, Espanha e Argentina

b. Mercado

- Estados Unidos: NYSE
- Espanha: Latibex
- Argentina: BCBA

c. Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

- Estados Unidos: SEC
- Espanha: CMNV
- Argentina: CNV

d. Data de admissão à negociação

- Estados Unidos: Ago/2000
- Espanha: Jul/2002
- Argentina: Abril/2006

e. Segmento de negociação

- Estados Unidos: Bolsa de Valores
- Espanha: Bolsa de Valores
- Argentina: Bolsa de Valores

f. Data de início de listagem no segmento de negociação

- Estados Unidos: Ago/2000
- Espanha: Jul/2002
- Argentina: Abril/2006

g. Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Ações Ordinárias em 2013: Estados Unidos – 62,32% do Volume Total Negociado
Espanha - 0,07% do Volume Total Negociado
Argentina - 0,26% do Volume Total Negociado

Ações Preferenciais em 2013: Estados Unidos – 21,81% do Volume Total Negociado
Espanha – 0,04% do Volume Total Negociado
Argentina – 0,00% do Volume Total Negociado

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

h. Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Estados Unidos: Ações Ordinárias em abril/2014: 20,65% do Capital Social e

Ações Preferenciais em abril/2014: 26,87% do Capital Social.

i. Banco depositário

Estados Unidos: Bank of New York Mellon – BNY MELLON (desde janeiro de 2012)

j. Instituição custodiante

Banco Itaú e CBLC

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 01 de outubro de 2010, a Petrobras realizou oferta global de distribuição primária de 2.369.106.798 ações ordinárias e de 1.901.313.392 ações preferenciais de emissão da Petrobras, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), representadas por *American Depositary Receipts* ("ADRs"). A oferta pública global consistiu de uma oferta registrada no Brasil e uma oferta internacional, que incluía uma oferta registrada nos Estados Unidos.

No Brasil, o preço da ação ordinária foi R\$ 29,65 e o da preferencial, R\$ 26,30. Nos Estados Unidos, os preços foram US\$ 34,49 e US\$ 30,59, para os recibos ordinários e preferenciais, respectivamente. Cerca de 145 mil investidores participaram da operação, principalmente da América Latina, com destaque para o Brasil e Chile, EUA, Europa, Ásia e Oriente Médio. A União Federal, BNDES e Fundo Soberano aportaram US\$ 46,4 bilhões, aumentando a participação do Governo na composição do capital social da Petrobras.

A oferta global totalizou R\$ 120,2 bilhões (US\$ 69,9 bilhões), dos quais R\$ 45,5 bilhões foram para o caixa da Companhia e R\$ 74,8 bilhões destinaram-se ao pagamento da cessão onerosa dos direitos de produção de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em áreas não licitadas do Pré-Sal.

A capitalização contribuiu ainda para financiar o Plano de Negócios da Companhia e também para manter os índices de alavancagem em patamares dentro das metas traçadas pela administração: Dívida Líquida / Capitalização entre 25% e 35% e Dívida Líquida / EBITDA de no máximo 2,5 vezes.

Para mais informações sobre a Oferta Pública, ver website de Relacionamento com Investidores da Companhia (<http://www.petrobras.com.br/ri>), na seção Ações e Títulos de Dívidas -> Prospectos-> Prospectos de Ações -> Oferta Pública.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Petrobras não efetuou ofertas públicas de aquisição nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

Item 18.4

O volume financeiro das ações corresponde à média diária de negociação.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações aprovado nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Petrobras não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Petrobras não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**28/06/2002****Cargo e/ou função**

Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Gerentes Executivos, membros dos Comitês de Negócios e de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como os empregados da área de Relações com Investidores.

Principais características

A política de negociação de valores mobiliários da Petrobras estipula os períodos nos quais estão vedadas as negociações pelas pessoas vinculadas. A íntegra da política pode ser encontrada no item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A vedação de negociação de valores mobiliários da companhia compreende os períodos:

1. antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de aquisição em bolsas de valores;
2. no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;
3. no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar agrupar ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
4. quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão pela Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
5. nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR), demonstrações financeiras padronizadas (DFP), e informações anuais (IAN) da Companhia;
6. antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia;

O inciso VI das Considerações Preambulares do Código de Boas Práticas da Companhia determina que os administradores da Companhia têm o dever de informar imediatamente, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, a esta e às bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação, as suas posições acionárias na Companhia e respectivas modificações. A Petrobras possui um sistema próprio onde coleta, mensalmente, a posição acionária das pessoas vinculadas mencionadas na Política de Negociação de Valores Mobiliários.

A íntegra do texto da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Petrobras pode ser encontrada no item 20.2.

Para fiscalizar a negociação com valores mobiliários da companhia, a Petrobras desenvolveu um sistema, onde os funcionários destacados no Art. 12 da Política de Negociação de Valores Mobiliários e demais empregados selecionados, com acesso a informações privilegiadas, devem informar, mensalmente, suas movimentações com ativos da Companhia. Um correio eletrônico é enviado automaticamente para os participantes, para garantir o preenchimento regular. Ao entrar no sistema pela primeira vez, deve-se assinar ao Termo de Adesão. Este documento confirma a adesão do declarante à Instrução CVM nº 358/2002.

20.2 - Outras informações relevantes

Íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Petrobras

Capítulo II do Código de Boas Práticas da Petrobras:

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS

- Art. 11 O Diretor de Relações com Investidores será o diretor responsável pela implantação dos procedimentos necessários à observância das regras das Políticas de Negociação e pelo seu acompanhamento.
- Art. 12 É vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Petrobras e de emissão das companhias abertas por ela controladas ou nas quais ela tenha participação, ou valores mobiliários a eles referenciados, pelos seus Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Gerentes Executivos, membros dos Comitês de Negócios e de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como pelos empregados da área de Relações com Investidores, nos seguintes períodos:
1. antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de aquisição em bolsas de valores;
 2. no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da companhia, ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;
 3. no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar agrupar ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
 4. quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão pela companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
 5. nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR), demonstrações financeiras padronizadas (DFP), e informações anuais (IAN) da companhia;
 6. antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia.

§ 1º Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos

20.2 - Outras informações relevantes

negócios da companhia, também é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, e de emissão das companhias abertas por ela controladas ou nas quais ela tenha participação, ou valores mobiliários a eles referenciados, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função, emprego ou posição na companhia, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

- § 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a vedação do caput se aplica às pessoas ali referidas após seu afastamento da companhia pelo prazo de seis meses contados do respectivo afastamento.
- § 3º Ocorrendo motivo imperioso e determinante de eventual necessidade de alienação de valores mobiliários e inobservância das regras estabelecidas neste artigo, o interessado deverá comunicar o fato ao Diretor de Relações com Investidores, que deliberará sobre o pedido apresentado e devidamente fundamentado.
- § 4º Ao Diretor de Relações com Investidores incumbe averiguar a razão ou a finalidade da operação, e, se for o caso, ouvir, previamente, a Comissão de Valores Mobiliários a respeito da matéria.
- Art. 13 As pessoas referidas no caput do art. 12 poderão ter planos próprios de negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, os quais serão submetidos ao Diretor de Relações com Investidores, para exame da sua compatibilidade com os dispositivos deste Código.
- § 1º O Plano somente será aprovado pela companhia se o seu teor impedir a utilização de informação relevante com base em informação privilegiada, devendo, portanto, ser elaborado de tal forma que a decisão de compra ou venda não possa ser tomada após o conhecimento da informação, abstendo-se a pessoa titular do Plano de exercer influência acerca da operação na pendência de informação relevante não divulgada.
- § 2º O Plano deverá contemplar a natureza das operações programadas, tanto de compra como de venda, assim como as datas, as quantidades e os preços ou um critério pré-determinado para a definição desses elementos, os quais devem ser compatíveis com o disposto no art.12.
- § 3º As pessoas referidas no caput do art. 12 devem comunicar à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado os seus planos de negociação periódica de valores mobiliários, caso os possuam, assim como as subseqüentes alterações ou inobservância de tais planos.
- Art. 14 Aplicam-se à Petrobras as mesmas restrições previstas no art. 12 deste Código para a negociação com suas próprias ações.
- Art. 15 As vedações contempladas neste Capítulo aplicam-se tanto às negociações realizadas em bolsa de valores e em mercado de balcão organizado, quanto às realizadas fora das bolsas e sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição.
- Art. 16 O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação às

20.2 - Outras informações relevantes

pessoas referidas no caput do art. 12 do calendário e períodos nos quais é vedada a negociação de valores mobiliários.

- Art. 17 A acionista controladora da Petrobras poderá aderir à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, nos termos e para os fins do §7º do art. 13 da Instrução CVM nº 358/02, sem prejuízo da observância das disposições legais e regulamentares pertinentes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Petrobras possui Política de Divulgação de Informações, presente em seu Código de Boas Práticas, que trata dos procedimentos adotados pela companhia para garantir que as informações sejam recolhidas, processadas e relatadas da forma mais eficiente possível, respeitando as normas legais que regem o tema.

A Política de Divulgação de Informações da Companhia está sob responsabilidade do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e define:

- os procedimentos para comunicação de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado; zelando por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação;
- a necessidade dos membros da administração da Companhia de comunicarem ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento;
- os procedimentos a serem adotados nos casos em que o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores entender que a divulgação de ato ou fato relevante porá em risco interesse legítimo da Companhia;
- os procedimentos a serem adotados nos casos em que os administradores verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação;
- os deveres dos administradores e empregados da Companhia que tenham acesso a ato ou fato relevante;
- os procedimentos necessários para alteração da Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante;
- a necessidade da divulgação de informações sobre negociações efetuadas pelos administradores e pessoas relacionadas.

A íntegra da Política pode ser encontrada no item 21.4

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Petrobras atribui responsabilidade sobre o manuseio das informações a serem divulgadas, assim como estabelece os procedimentos adotados para manter o sigilo de informações relevantes. Aos administradores da Companhia cabe o dever de guardar o sigilo das informações a cerca de atos ou fatos relevantes sobre os negócios da companhia, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também guardem sigilo sobre as mesmas.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Conforme o Código de Boas Práticas da Petrobras, caberá ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores zelar para que as informações sobre ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Petrobras sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação e no Código de Boas Práticas da Petrobras.

Dentro da estrutura da Companhia, a área de Relacionamento com Investidores é a responsável direta por auxiliar o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Íntegra da Política de Divulgação de Informações

Capítulo I do Código de Boas Práticas da Petrobras:

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ATO OU FATO RELEVANTE

Art. 1º Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que as informações sobre ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Petrobras sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação e neste Código.

Art. 2º O Diretor de Relações com Investidores deve comunicar o ato ou fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, e a qualquer outra bolsa ou entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos esses mercados.

§ 1º A divulgação dar-se-á através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido às entidades mencionadas no caput deste artigo.

§ 2º Sempre que possível, a divulgação será feita antes do início ou após o encerramento dos negócios no Brasil (BOVESPA) e nos Estados Unidos (NYSE), prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Art. 3º Para que o Diretor de Relações com Investidores possa promover a divulgação da informação, o acionista controlador, os Diretores, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do Comitê de Negócios e dos Comitês de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Petrobras deverão comunicar-lhe, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento.

Parágrafo único. O Diretor de Relações com Investidores informará as providências por ele tomadas, imediatamente e por escrito, à pessoa que lhe tiver feito a comunicação.

Art. 4º Excepcionalmente, o Diretor de Relações com os Investidores poderá deixar de divulgar o ato ou fato relevante se entender que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia, solicitando, quando for o caso, na forma legal, à Comissão de Valores Mobiliários, que a informação seja mantida em sigilo.

21.4 - Outras informações relevantes

- § 1º** O Diretor de Relações com Investidores poderá submeter essas matérias à deliberação da Diretoria Executiva da Companhia e esta, por sua vez, ao Conselho de Administração.
- § 2º** Na hipótese de se encaminhar a matéria à apreciação da Comissão de Valores Mobiliários, o requerimento será dirigido ao Presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "confidencial".
- Art. 5º** No caso de se decidir pela manutenção do sigilo do ato ou fato relevante, o Diretor de Relações com Investidores deverá imediatamente divulgá-lo se a informação escapar ao controle da companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados.
- Art. 6º** Caso as pessoas referidas no art. 3º acima tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do art. 5º, deverão encaminhar cópia dos expedientes previstos no caput do art. 3º e em seu parágrafo único aos outros membros da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a fim de que imediatamente possam ser tomadas as providências cabíveis para a divulgação da informação.
- § 1º** Se, ainda assim, persistir a omissão, os diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas criados pelo estatuto somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.
- § 2º** O Diretor ou membro do Conselho de Administração dissidente de decisão de não divulgar o ato ou fato relevante que não ponha em risco interesse legítimo da companhia poderá submeter a matéria à Comissão de Valores Mobiliários, observada a forma prevista no § 2º do art. 4º.
- Art. 7º** Cumpre aos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do Comitê de Negócios e dos Comitês de Gestão criados, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Petrobras, aos funcionários integrantes da Administração Superior, bem como a quaisquer empregados da Companhia que tenham acesso a ato ou fato relevante, guardar sigilo dessas informações até sua divulgação ao mercado.
- § 1º** As pessoas referidas no *caput* deste artigo:
1. não podem se valer dessas informações para obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem pecuniária, inclusive, sem que represente uma limitação, por intermédio da compra ou venda de valores mobiliários de emissão da Petrobras, ou a eles referenciados;
 2. devem zelar para que a violação do disposto neste artigo não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança,

21.4 - Outras informações relevantes

respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e

3. devem comunicar à Companhia sua posição patrimonial relativa a valores mobiliários emitidos pela Petrobras ou a eles referenciados, e fazer nova comunicação imediatamente após qualquer movimentação.

§ 2º Estão compreendidas entre os terceiros de confiança aquelas pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, consultores e demais pessoas e instituições integrantes do sistema de distribuição, bem como cônjuge do qual a pessoa referida no caput deste artigo não esteja separada judicialmente, companheiro(a), qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas e, ainda, qualquer um que mantenha um vínculo de confiança com as mesmas.

Art. 8º A Companhia comunicará formalmente aos Diretores, aos membros do(s) (i) Conselho de Administração, (ii) Conselho Fiscal, (iii) órgãos com funções técnicas e consultivas criados por disposição estatutária, (iv) Comitê de Negócios criado por deliberação do Conselho de Administração e (v) membros dos Comitês de Gestão criados pela Diretoria Executiva, os termos da deliberação do Conselho de Administração que aprovar ou alterar Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ficar arquivado na sede da Companhia desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

Parágrafo único. A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no caput com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

Art. 9º As mesmas pessoas referidas no *caput* do artigo 8º ficam obrigadas a comunicar à Companhia, à CVM e à Bovespa, ou a qualquer outra bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições.

§ 1º A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;
2. quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora;

21.4 - Outras informações relevantes

3. forma, preço e data das transações.

§ 2º A comunicação será efetuada imediatamente após a investidura das pessoas no cargo, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por elas detidas, indicando-se o saldo da posição no período.

§ 3º Deverão ser indicados, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas.

Art. 10 As vedações contempladas neste Capítulo aplicam-se tanto às negociações realizadas em bolsa de valores e em mercado de balcão organizado, quanto às realizadas fora das bolsas e sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Petrobras.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Petrobras.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.